

Avaliação Patrimonial-Ambiental em Restauro Arquitetônico e Urbano no Patrimônio Mundial:

o casario do sítio histórico de Olinda, no Brasil

Juliana Cunha Barreto

ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA

Professor Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa (ULisboa)

Professora Doutora Virgínia Pitta Pontual (UFPE)

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA

Especialidade em Conservação e Reabilitação

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutora
2024

 LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



FACULDADE DE ARQUITETURA
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE
UNIVERSIDADE DE LISBOA



Avaliação Patrimonial-Ambiental em Restauro Arquitetônico e Urbano no Patrimônio Mundial:

o casario do sítio histórico de Olinda, no Brasil

Juliana Cunha Barreto

ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA

Professor Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa (ULisboa)
Professora Doutora Virgínia Pitta Pontual (UFPE)

DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA
Especialidade em Conservação e Reabilitação

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutora
2024

PRESIDENTE

Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias
Professor Catedrático
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

VOGAIS

Doutora Virgínia Pitta Pontual
Professora Titular
Universidade Federal de Pernambuco, orientadora

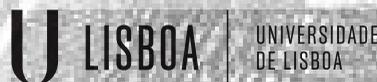
Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa
Professor Catedrático
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, orientador

Doutora Márcia Genésia de Sant'Anna
Professora Associada
Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia

Doutora Maria Clara de Carvalho Pimenta do Vale,
Professora Associada
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto;

Doutora Natália Miranda Vieira de Araújo,
Professora Associada
Universidade Federal de Pernambuco;

Doutor João Nuno de Carvalho Pernão
Professor Auxiliar com Agregação
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

BARRETO, JULIANA CUNHA .

Avaliação Patrimonial-Ambiental em Restauro Arquitetônico e Urbano no Patrimônio Mundial: o casario do sítio histórico de Olinda, no Brasil / JULIANA CUNHA BARRETO. - Recife, 2024.

325 p. : il.

Orientador(a): JOSÉ MANUEL AGUIAR

Orientador(a): VIRGÍNIA PITTA PONTUAL

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2024.

DOUTORADO EM ARQUITETURA NA UNIVERSIDADE DE LISBOA EM COTUTELA INTERNACIONAL COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. sítio histórico de Olinda. 2. Patrimônio Mundial. 3. restauro. 4. avaliação de projetos. 5. indicadores. I. AGUIAR, JOSÉ MANUEL. (Orientação). II. PONTUAL, VIRGÍNIA PITTA. (Orientação). III. Título.

720 CDD (22.ed.)

Aos meus pais, Luiz e Mariluce,
com carinho e dedicação.

A Nelson, com amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e me incentivaram, principalmente nos momentos mais difíceis. Agradeço ao meu companheiro Nelson e minha sogra, dona Letícia, pelo carinho.

Agradeço aos meus professores orientadores, José Aguiar, da Universidade de Lisboa, e Virgínia Pontual, da Universidade Federal de Pernambuco, pela sintonia na condução das orientações, das leituras e com os cuidados necessários à delimitação dos distintos campos de atuação de cada um. O agradecimento é ainda extensivo aos Programas de Pós-graduação das duas universidades, nas pessoas de Hugo Farias (ULisboa) e Natália Vieira (UFPE), ambos coordenadores, e aos servidores, pela viabilização do regime de internacionalização em cotutela. Ainda no âmbito institucional, minha gratidão aos pesquisadores do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD/ULisboa) e do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural (LUP/UFPE), pelo acolhimento e troca de saberes.

Quero agradecer aos meus colegas do Doutorado, representados nas pessoas de Denise Gaudiot e Roberto Montezuma, e aos meus colegas de orientação, Isabela Dutra e Márcio Martins, pelo compartilhamento das angústias ao longo do processo. Gratidão extensiva aos meus colegas da repartição, no Governo do Estado, pela paciência e apoio, representados nas pessoas de Débora Silva e Andrea Romão.

Não posso deixar de mencionar o acolhedor apoio emocional, acadêmico, motivacional e, principalmente, de amizade de pessoas tão especiais e admiradas, que têm acompanhado minha trajetória, como Flaviana Lira, Natália Vieira, Sílvio Zancheti, Vera Milet, Ronald Vasconcelos, Flávio Rezende, Gisele Carvalho, Fernando Diniz, Jorge Tinoco, Frederico Almeida, Rosane Piccolo e Carlos Ferraz. Agradecimento especial ao Professor Alexandre Duarte Gusmão, pela confiança depositada na disponibilização do acervo de Jaime Gusmão, e aos meus colegas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-PE), pelo apoio e paciência nessa jornada, sobretudo em minhas ausências.

Externo minha gratidão a Felipe Gonçalves, quem cuidou da preciosa diagramação desse material, aos meus amigos e também aos moradores do sítio histórico de Olinda, ativistas na associação local, pela esperança em dias melhores.

Por fim, agradeço a Deus, por ter chegado até aqui.

RESUMO

A investigação tem como problema a ameaça de perda do Valor Universal Excepcional (VUE), conferido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1982, ao sítio histórico de Olinda, situado no litoral do nordeste brasileiro, ao reconhecê-lo como Patrimônio Mundial, cujo negativo cenário de perda se veicula, dentre outros fatores, a intervenções projetuais malsucedidas no casario, sejam elas formais ou informais. Tais circunstâncias têm ocasionado a recorrência de descaracterizações, físicas e imateriais, ao lado do descaso quanto ao risco de deslizamento das colinas históricas, diagnosticado em pesquisas exploratórias, mas pouco enfrentado. A pesquisa, portanto, tem por objetivo a proposição de uma avaliação de projetos de restauro no casario do sítio histórico de Olinda, que estabeleça pontes teóricas junto às soluções projetuais, com vistas à manutenção do VUE, no presente e para as gerações futuras.

O aprofundamento dos fatos associados ao problema de pesquisa levou a que a metodologia fosse baseada na coleta, sistematização e interpretação de fontes documentais relacionadas ao restauro e aos processos de intervenções projetuais no casario de Olinda. As técnicas e procedimentos de análise permitiram a formulação de categorias, tidas como relevantes à orientação da proposição de avaliação dos projetos, entre as quais: os atributos, o reconhecimento/valoração do bem, a relação antigo-novo, os princípios do restauro, o perigo de deslizamento das colinas e as vulnerabilidades do bem. Em apoio à estruturação da avaliação, tornou-se necessário a definição de um Método de Projeto de Restauro, enquanto síntese da interpretação documental, onde foram acomodadas as categorias, para posterior agrupamento na formulação dos indicadores, entre os quais: a Expressividade do bem, o Risco Patrimonial e o Risco Ambiental. Variáveis de inferência foram definidas para cada um deles, orientadas por uma escala de medição, com vistas à operacionalidade por avaliadores-especialistas. Acredita-se que a abrangência da proposição da tese atenda às pressões que mais fortemente exercem influência na manutenção do VUE do sítio histórico de Olinda, cuja qualificação de Avaliação Patrimonial-Ambiental busca refletir a visão integrada e ampliada requisitada no enfrentamento do problema. Espera-se que os resultados da tese possam oferecer reflexões contributivas à conservação do sítio histórico de Olinda e, por consequência, à continuidade de sua condição enquanto Patrimônio Mundial da UNESCO.

Palavras-chave: sítio histórico de Olinda; Patrimônio Mundial; restauro; avaliação de projetos; indicadores.

ABSTRACT

The investigation has as a problem the threat of loss of the Outstanding Universal Value (OUV), conferred by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), in 1982, to the historic site of Olinda, located on the coast of northeastern Brazil, to the recognize it as a World Heritage Site, whose negative scenario of loss is conveyed, among other factors, to unsuccessful project interventions in the houses, whether formal or informal. Such circumstances have caused the recurrence of mischaracterizations, physical and immaterial, alongside the neglect of the risk of landslides on historic hills, diagnosed in exploratory research, but little faced. The research, therefore, aims to propose an evaluation of restoration projects in the houses of the historic site of Olinda, which establishes theoretical bridges with design solutions, with a view to maintaining the VUE, in the present and for future generations.

The deepening of the facts associated with the research problem led to the methodology being based on the collection, systematization and interpretation of documentary sources related to the restoration and design intervention processes in the houses of Olinda. The analysis techniques and procedures allowed the formulation of categories, considered relevant to the orientation of the project evaluation proposal, among which: the attributes, the recognition/valuation of the property, the old-new relationship, the principles of restoration, the danger of landslides from the hills and the vulnerabilities of the well. In support of the structuring of the evaluation, it became necessary to define a Restoration Project Method, as a synthesis of the documental interpretation, where the categories were accommodated, for later grouping in the formulation of the indicators, among which: the Expression of the good, Property Risk and Environmental Risk. Inference variables were defined for each one of them, guided by a measurement scale, with a view to being operational by expert evaluators. It is believed that the scope of the thesis proposal meets the pressures that most strongly influence the maintenance of the VUE of the historic site of Olinda, whose qualification of Heritage-Environmental Assessment seeks to reflect the integrated and expanded view required in facing the problem. It is hoped that the results of the thesis can offer contributing reflections to the conservation of the historic site of Olinda and, consequently, to the continuity of its condition as a UNESCO World Heritage Site.

Keywords: historical site of Olinda; World Heritage; restoration; project evaluation; indicators.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

| | |
|--|----|
| <i>O papel das teorias e recomendações do restauro e a prática projetual</i> | 17 |
| <i>Metodologia e organização da tese</i> | 25 |

O CONTEXTO DO PROBLEMA DE PESQUISA

| | |
|--|-----|
| 1 O sítio histórico de Olinda: entre a formação da antiga vila e o Patrimônio Mundial | 37 |
| 1.1 Surgimento e ocupação urbana da antiga vila de Olinda | 38 |
| 1.2 O desenvolvimento urbano de Olinda e o perigo de deslizamento das colinas | 67 |
| 1.3 A condição de Patrimônio Mundial, de 1982 a 2022 | 91 |
| 1.4 Síntese do capítulo | 111 |

TEORIA-PRÁTICA NO RESTAURO ARQUITETÔNICO E URBANO

| | |
|--|-----|
| 2 O restauro nos sítios históricos do Patrimônio Mundial | 117 |
| 2.1 Das intervenções arquitetônicas projetuais em preexistências históricas: o restauro | 119 |
| 2.2 Teoria-prática nas escolas de restauro em preexistências históricas | 124 |
| 2.3 A prática projetual do restauro em preexistências históricas: limites, confrontos e contradições | 132 |
| 2.4 Uma questão de método | 143 |
| 2.5 Síntese do capítulo | 152 |
| 3 As intervenções arquitetônicas projetuais no casario de Olinda, no século XXI | 157 |
| 3.1 Procedimentos metodológicos de coleta e análise documental | 158 |
| 3.2 Classificação e caracterização dos Processos | 165 |
| 3.2.1 Os pareceres técnicos, os documentos auxiliares e as leis de proteção | 167 |
| 3.3 Classificação e caracterização dos Projetos | 172 |
| 3.3.1 Tratativas institucionais na análise dos projetos | 176 |
| (i) Categoria de análise: Atributos | 179 |
| (ii) Categoria de análise: Reconhecimento/avaliação | 181 |

| | |
|--|-----|
| (iii) <i>Categoria de análise: Relação antigo-novo</i> | 182 |
| (iv) <i>Categoria de análise: Princípios do restauro</i> | 185 |
| (v) <i>Categoria de análise: Vulnerabilidades</i> | 186 |
| 3.3.2 Três casos de intervenções arquitetônicas projetuais | 190 |
| (i) <i>Rua Manoel Borba, 440</i> | 190 |
| (ii) <i>Rua Bernardo Vieira de Melo, 34</i> | 196 |
| (iii) <i>Rua Bernardo Vieira de Melo, 03</i> | 199 |
| 3.4 Síntese do capítulo | 208 |

AVALIAÇÃO NO RESTAURO ARQUITETÔNICO

| | |
|---|------------|
| 4 A avaliação de Projetos: entendimentos e proposição | 217 |
| 4.1 Entendimentos: noções e experiências | 219 |
| 4.1.1 Experiências de avaliação na conservação e nos riscos | 225 |
| 4.2 Proposição: estruturação da Avaliação Patrimonial-Ambiental de Projetos de Restauro | 237 |
| 4.2.1 O Método de Projeto de Restauro | 239 |
| <i>Estudos sobre o bem cultural: vertente patrimonial</i> | 240 |
| <i>Estudos sobre o bem cultural: vertente ambiental</i> | 243 |
| <i>Simulações projetuais: vertente patrimonial-ambiental</i> | 246 |
| 4.2.2 A composição dos indicadores de medição | 251 |
| <i>Indicador I: Expressividade do bem</i> | 257 |
| <i>Indicador II: Risco patrimonial</i> | 257 |
| <i>Indicador III: Risco ambiental</i> | 260 |
| 4.2.3 Os atores avaliadores e a escala de mensuração | 261 |
| 4.2.4 Operacionalidade | 264 |
| 4.3 Síntese do capítulo | 270 |
| | |
| 5 Conclusões e validação da hipótese | 275 |
| | |
| Referências Bibliográficas | 285 |
| Apêndices | 301 |
| Anexos | 321 |

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 01** Situação de adensamento construtivo em imóvel do sítio histórico de Olinda.
- Imagem 02** Indicação de alteração volumétrica no casario.
- Imagem 03** Indicação de alteração volumétrica no casario.
- Imagem 04** Pinturas nas fachadas do casario no sítio histórico de Olinda.
- Imagem 05** Pinturas nas fachadas do casario no sítio histórico de Olinda.
- Imagem 06** Esboço de um perfil na Rua do Amparo, com estruturas preexistentes e acrescidas.
- Imagem 07** desagregação de materiais na fachada principal de sobrado mourisco.
- Imagem 08** Acréscimo de pavimento, com descaracterização e sobrecarga estrutural.
- Imagem 09** Talude de corte nos fundos dos lotes.
- Imagem 10** Fissura a atravessar vários imóveis.
- Imagem 11** Diagrama das etapas da pesquisa.
- Imagem 12** Cartografia da antiga vila de Olinda.
- Imagem 13** Cartografia da antiga vila de Olinda.
- Imagem 14** Cartografia da antiga vila de Olinda.
- Imagem 15** Cartografia da antiga vila de Olinda.
- Imagem 16** Mapa Civitas Olinda, de autor desconhecido, com provável data de 1630.
- Imagem 17** Gravura de Olinda, com autoria atribuída a Daniel Meissner, de início do século XVII.
- Imagem 18** Estampa “Olinda de Phernambuco”, com data de 1630-1677, a ilustrar o momento de invasão holandesa na costa do nordeste brasileiro, autor desconhecido.
- Imagem 19** Estampa “Olinda de Phernambuco”, com data de 1630-1677, a ilustrar o momento de invasão holandesa na costa do nordeste brasileiro, autor desconhecido.
- Imagem 20** Estampa “Marin d’Olinda de Pernambuco”, de 1644.
- Imagem 21** Panorama de Olinda, com a representação da condição de ruínas, de autoria de Frans Post, de meados do século XVII.

- Imagem 22** Panorama de Olinda, com a representação da condição de ruínas, de autoria de Frans Post, de meados do século XVII.
- Imagem 23** Trecho do Mapa de Pernambuco, com a conformação da vila de Olinda, por Cornelis Golijath, em 1648.
- Imagem 24** Planta de Olinda, autor desconhecido, início do século XVIII.
- Imagem 25** Gravura de uma perspectiva das colinas históricas a partir do mar, de autoria de Debret, na primeira metade do século XIX.
- Imagem 26** Gravura com a visão dos arrecifes de Pernambuco, vistos de Olinda, e do panorama de Olinda, a partir da ponte de Pernambuco, de autoria de Charles Landseer, datada de 1825-1826.
- Imagem 27** Gravura com a visão dos arrecifes de Pernambuco, vistos de Olinda, e do panorama de Olinda, a partir da ponte de Pernambuco, de autoria de Charles Landseer, datada de 1825-1826.
- Imagem 28** Vista da cidade de Olinda, tomada do farol de Pernambuco, de autoria de Luiz Schlappriz (gravador) e F.H. Carls Lith (editor), datada de 1863.
- Imagem 29** Panorama de Olinda, desde a Ladeira da Misericórdia, de autoria de Ludwig Adam Cornell Krauss (a partir de João Ferreira Villela; Alfredo Ducasble), datada de 1830.
- Imagem 30** Panorama de Olinda, em meados do séc. XIX.
- Imagem 31** Panorama de Olinda, em meados do séc. XIX.
- Imagem 32** Panorama de Olinda, com vista da igreja e convento carmelita e da Igreja de São Pedro, ambas de autoria de Augusto Stahl, datadas de 1859 e 1855.
- Imagem 33** Panorama de Olinda, com vista da igreja e convento carmelita e da Igreja de São Pedro, ambas de autoria de Augusto Stahl, datadas de 1859 e 1855.
- Imagem 34** “Planta das cidades do Recife, Olinda, e seus arrabaldes”, de 1875, com destaque para a antiga vila de Olinda.
- Imagem 35** Vista parcial de Olinda, nos primeiros anos do século XX.
- Imagem 36** Panorama de Olinda, nos primeiros anos do século XX.
- Imagem 37** Vista do Convento do Carmo, desde o alto da Sé, no século XIX, cuja colina ainda não apresentava cortes.
- Imagem 38** Vista da Igreja do Carmo, sem o convento, com a declividade suave da colina, para os lados norte e leste, apesar do aplainamento para

a pavimentação da Av. Sigismundo Gonçalves (sem data).

- Imagem 39** Vista da Igreja do Carmo, sem o convento, com corte na parte frontal da colina e ainda sem cortes em sua parte posterior, para abertura viária (sem data).
- Imagem 40** Mapas de Olinda, em 1915.
- Imagem 41** Mapas de Olinda, em 1940.
- Imagem 42** Panorama da ocupação da orla de Olinda, na localidade do Carmo e Milagres, em 1910.
- Imagem 43** Panorama da ocupação da orla de Olinda, na localidade do Carmo e Milagres, em 1920.
- Imagem 44** Levantamento fotogramétrico de Olinda, em 1970.
- Imagem 45** Ortofotocarta do sítio histórico de Olinda, em 1975.
- Imagem 46** Ortofotocarta do sítio histórico de Olinda, em 1984.
- Imagem 47** tabelas referenciais dos fatores de risco do sítio histórico de Olinda.
- Imagem 48** tabelas referenciais dos fatores de risco do sítio histórico de Olinda.
- Imagem 49** Tabelas referenciais dos fatores de risco do sítio histórico de Olinda.
- Imagem 50** Ficha de Avaliação de Potencial de Risco do sítio urbano “Amparo” (frente e verso).
- Imagem 51** Mapa de Riscos do Sítio Histórico de Olinda, em 1993/1994.
- Imagem 52** Esquema de mecanismos de instabilização, a partir da infiltração de água pluvial na mata e fluxo subterrâneo, a ocasionar movimentação lateral no terreno e trincas nos imóveis.
- Imagem 53** Esquema de mecanismos de instabilização, a partir da infiltração de água pluvial na mata e fluxo subterrâneo, a ocasionar movimentação lateral no terreno e trincas nos imóveis.
- Imagem 54** Casario na rua 13 de Maio, década de 1950.
- Imagem 55** Casario na rua do Amparo, década de 1950.
- Imagem 56** Casario na rua Bernardo Vieira de Melo, com vista para a ladeira da Misericórdia, década de 1950.
- Imagem 57** Panorama de Olinda, década de 1950.
- Imagem 58** Polígono de Tombamento do sítio histórico de Olinda, em 1968.
- Imagem 59** Polígono de Preservação e de Tombamento do sítio histórico de

Olinda, em 1979.

- Imagem 60** Panorama de Olinda, nos anos de 1970.
- Imagem 61** Panorama de Olinda, nos anos de 1970.
- Imagem 62** Litogravura de Aloísio Magalhães, no dossiê de Olinda, para a UNESCO, em 1981.
- Imagem 63** Litogravura de Aloísio Magalhães, no dossiê de Olinda, para a UNESCO, em 1981.
- Imagem 64** Litogravura de Aloísio Magalhães, no dossiê de Olinda, para a UNESCO, em 1981.
- Imagem 65** Litogravura de Aloísio Magalhães, no dossiê de Olinda, para a UNESCO, em 1981.
- Imagem 66** Atualização do Polígono de Preservação e do de Tombamento do sítio histórico de Olinda, em 1985.
- Imagem 67** Desfile da tradicional Troça da Pitombeira, no carnaval da década de 1960.
- Imagem 68** Desfile do tradicional Clube Elefantes de Olinda, no carnaval da década de 1970.
- Imagem 69** Procissão de São Salvador do Mundo, na década de 1970, com a presença de Dom Hélder Câmara.
- Imagem 70** Esboço esquemático do projeto de restauro em preexistências históricas.
- Imagem 71** Desenho esquemático do tipo meia-morada.
- Imagem 72** Esquemas gráficos de alternativas projetuais de adensamento construtivo, observadas na documentação processual do tipo meia-morada.
- Imagem 73** Desenho esquemático de intervenções projetuais que podem acarretar danos e anomalias no casario.
- Imagem 74** Plantas-baixas do projeto no imóvel.
- Imagem 75** Corte longitudinal do projeto no imóvel.
- Imagem 76** Corte transversal.
- Imagem 77** Fachada posterior.
- Imagem 78** Plantas-baixa do projeto.
- Imagem 79** Plantas-baixa do projeto.
- Imagem 80** Plantas-baixa do projeto.
- Imagem 81** Corte longitudinal.

- Imagem 82** Plantas-baixas.
- Imagem 83** Corte longitudinal.
- Imagem 84** Fotografia do imóvel, em janeiro/2022.
- Imagem 85** Fotografia do imóvel, em janeiro/2022.
- Imagem 86** Fotografia do imóvel, em janeiro/2022.
- Imagem 87** Fotografia do imóvel, em janeiro/2022.
- Imagem 88** Fachada principal.
- Imagem 89** Fachada posterior.
- Imagem 90** Percurso esquemático das intervenções arquitetônicas projetuais no casario de Olinda.
- Imagem 91** Percurso esquemático do Método de Projeto de Restauro.
- Imagem 92** Percurso investigativo da tese, estabelecido sinteticamente desde o problema de pesquisa, até a proposição de Avaliação de Projetos, em seus desdobramentos.
- Imagem 93** Percurso esquemático do Método de Projeto de Restauro, com a proposição da Avaliação do Projeto de Restauro, a partir dos indicadores de medição.
- Imagem 94** Proposição de articulação entre os indicadores.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** Logradouros que constavam os projetos coletados
- Tabela 2** Exemplo de escala *Phrase Completion*
- Tabela 3** Proposição de estruturação-base para a formulação de uma questão-chave de indicador.
- Tabela 4** Escala para mensuração do resultado final da Avaliação Patrimonial-Ambiental.

LISTA DE ACRÔNIMOS

| | |
|-----------------|---|
| CCI | Canadian Conservation Institute |
| CECI | Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada |
| CIAUD | Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design |
| CLT | Câmara Técnica de Legislação e Tombamento de Olinda |
| CPSHO | Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda |
| ETO | Escritório Técnico de Olinda |
| FUNDARP | Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco |
| EIAPH | Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico |
| ICCROM | <i>International Centre for // the Study of the Preservation and // Restoration of Cultural Property</i> Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais |
| ICOMOS | <i>International Council of Monuments and Sites</i> Conselho Internacional de Monumentos e Sítios |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| ISCARSAH | Comité Científico Internacional para Análise e Restauro de Estruturas de Patrimônio Arquitectónico |
| MPPE | Ministério Público do Estado de Pernambuco |
| PAC CH | Programa de Preservação de Cidades Históricas |
| PMO | Prefeitura Municipal de Olinda |
| SEPAC | Secretaria do Patrimônio Cultural de Olinda |
| SODECA | Sociedade Olindense em Defesa da Cidade Alta |
| TCE-PE | Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| VUE | Valor Universal Excepcional |

INTRODUÇÃO

Sítios históricos considerados Patrimônio Mundial, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), refletem uma condição singular, ilustrada pelo reconhecimento do Valor Universal Excepcional (VUE), conferida aos seus predicativos, materiais e imateriais, enquanto relevantes não apenas para uma comunidade local ou território nacional, mas em um interesse internacional. Segundo os especialistas Feilden e Jokilehto (1995, p. 100) e Jokilehto (2006), baseados na Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1972), o caráter excepcional dos sítios históricos encontra-se centrado no testemunho material e estrutural que carregam, cuja estratigrafia histórica reflete as marcas do tempo, a serem preservadas, em sua continuidade no tecido urbano, com o qual a sociedade se relaciona, enquanto “autênticas expressões criativas de culturas específicas”.

Para o Comitê do Patrimônio Mundial¹, o reconhecimento do VUE nos sítios históricos, encontra-se apoiado em três condições basilares: (i) na identificação do bem

¹ Criado pela Convenção do Patrimônio Mundial, na década de 1970, o Comitê do Patrimônio Mundial assumiu as funções de identificação e avaliação dos bens culturais a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, preocupação com o estado de conservação dos bens, gestão dos recursos do Fundo de Preservação, elaboração relatórios de suas atividades e controle da aplicação da Convenção (Centro do Patrimônio Mundial, 2019).

cultural, em seu atendimento a um ou mais critérios estabelecidos como relevantes no Guia Operacional do Patrimônio Mundial (1977)², cujos atributos³ sejam capazes de transmitir valores e significados; (ii) em atendimento aos requisitos de autenticidade e integridade, associados aos atributos pelos quais o bem cultural foi reconhecido como Patrimônio Mundial; e (iii) na disposição de um sistema de gestão da conservação do bem cultural, que demonstre a estrutura operacional, os atores, as articulações e mecanismos, além de um arcabouço normativo de proteção e de plano de gestão, comprovadamente capazes de lidar com os desafios da preservação (IPHAN, 2013, p. 60; Centro do Patrimônio Mundial, 2019).

Já para manutenção do VUE, o mesmo Comitê recomenda a prática de análises periódicas relacionadas ao estado de conservação do bem, no âmbito das ações de monitoramento⁴, de modo que seja demonstrada a aplicação dos princípios internacionais na salvaguarda cultural, além de situar como “essencial que qualquer intervenção em bens do Patrimônio Mundial seja precedida de uma avaliação de impacto” (Centro do Patrimônio Mundial, 2019, p. 35). Embora o documento não defina em que consiste a “avaliação de impacto”, orienta a sua condução pela avaliação das vulnerabilidades do bem⁵. As constantes pressões, endógenas e exógenas⁶, que exercem influência sobre os bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, da UNESCO, sejam de ordem ambiental, programática, funcional ou tecnológica, podem afetar seu estado de conservação e torná-los vulneráveis à transmissão do VUE. Portanto, tais procedimentos preventivos — o monitoramento e a avaliação de impacto — são estabelecidos, entre outras questões, em função da condição temporária da titularidade honorífica, a qual pode ser perdida nos casos de danos severos sobre o bem cultural.

2 Os critérios foram inicialmente organizados em dois grupos, os correspondentes ao patrimônio cultural e os do patrimônio natural; a partir de 2005, os dois grupos foram reunidos em dez critérios, pelas decisões da 6ª Sessão Extraordinária do Comitê do Patrimônio Mundial.

3 “Atributos podem ser qualidades físicas ou tecidos, mas podem também ser processos associados a um bem que tenham impacto sobre suas qualidades físicas, tais como processos naturais ou agrícolas, arranjos sociais ou práticas culturais que moldaram paisagens características” (IPHAN, 2013: p. 61), por onde os valores patrimoniais são reconhecidos.

4 De acordo com o especialista Stovel (2002, p. 175), o monitoramento consiste em uma “atividade que envolve a medição e a avaliação de mudanças”.

5 De acordo com a iniciativa *Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres* (UNISDR), as vulnerabilidades consistem em “características e circunstâncias de uma comunidade, sistema ou bem que os torna suscetíveis aos efeitos nocivos de uma ameaça” (2009, p. 34-35).

6 O autor Carsalade (2014, p. 433) entende que “essas pressões são, pelo menos, de três ordens: mudança de uso, mudança de significado simbólico e mudança de relações físico-espaciais”, as quais podem estar objetivamente associadas ao aumento de área construída, ao desmatamento, às adaptações aos condicionantes ambientais e tecnológicos, entre outras.

Enquanto as ações de monitoramento parecem, em certa medida, mais bem discutidas e absorvidas no âmbito da gestão da conservação de bens culturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, da UNESCO, cuja periodicidade se estabelece a cada dez anos, o tema da avaliação de intervenções arquitetônicas projetuais nesses mesmos bens ainda carece de maiores aprofundamentos.

Recentemente, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)⁷, organização consultiva do Comitê do Patrimônio Mundial, publicou um documento intitulado “Princípios Europeus de Qualidade para intervenções financiadas pela UE com impacto potencial sobre o Patrimônio Cultural”⁸, como um guia a ser adotado pelas instituições que atuam na salvaguarda do Patrimônio Mundial. Se por um lado, tal documento parece se configurar como uma válida, quiçá inédita, tentativa de contributos ao tema, a compreensão acerca da noção de “impacto”, seus tipos, graus e modos de manifestação nas intervenções arquitetônicas projetuais, permanece lacônica — limitou-se a recomendar o apoio de pesquisas histórica e arqueológica. Delimitar o que envolve uma “intervenção de potencial impacto” — se existe alguma relação com demolições ou acréscimos de área construída nos bens culturais, se envolve a manutenção de dimensões como a autenticidade e integridade ou ainda se demanda competências por parte das instituições, no que se refere à gestão da conservação — deveria ser assunto de prioridade, no entanto, pouco foi esclarecido. Lacunas também foram identificadas quanto ao aprofundamento acerca dos meios de mensuração dos impactos ou dos eventuais procedimentos de análise projetual; o documento apenas recomenda, sem maiores desdobramentos, a realização de uma avaliação de riscos das intervenções projetuais no patrimônio cultural, associada à indicação de medidas de mitigação⁹, para fins de garantia da almejada “qualidade” (ICOMOS, 2020, p. 35).

7 No Guia Operacional, o papel do ICOMOS, §34 “consiste em fomentar a aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas à conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico”, o que inclui, segundo o §35, “avaliar os bens propostos para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, monitorizar o estado de conservação dos bens culturais do Patrimônio Mundial, analisar os pedidos de Assistência Internacional apresentados pelos Estados Parte e dar o seu contributo e apoio às atividades de reforço das competências” (Centro do Patrimônio Mundial, 2019, p. 18).

8 A noção de patrimônio cultural adotada no documento envolve “seu significado, abrangendo tanto a dimensão tangível (da estrutura única à paisagem cultural), quanto a dimensão intangível (do espírito do lugar às práticas)”, cuja abrangência envolve os edifícios isolados e as bordas ambientais, culturais e socioeconômicas (ICOMOS, 2020, p. 13-19).

9 Embora o documento também se mantenha reticente quanto a tais noções, a literatura especializada indica que o risco consiste na “combinação da probabilidade de ocorrer um evento e suas consequências negativas” (UNISDR, 2009, p. 29), enquanto a mitigação consiste na “diminuição ou a limitação dos impactos adversos das ameaças e dos desastres afins” (UNISDR, 2009, p. 21).

Noção igualmente pouco desenvolvida no âmbito projetual, a qualidade aparece associada a “algo acima da média” e “grau de excelência de algo”¹⁰, relacionada ao tratamento respeitoso aos bens culturais, orientado pela manutenção dos significados e valores, enquanto inspiração para comunidades e futuras gerações, com a premissa da responsabilidade compartilhada entre os atores sociais (ICOMOS, 2020). Na tentativa de sinalizar princípios para a prática projetual embasada na noção de qualidade, o documento se apresenta superficial: menciona o conhecimento especializado, o beneficiamento público, a compatibilidade do projeto com o caráter local, a proporcionalidade das intervenções projetuais, o discernimento, a sustentabilidade e uma boa governança (ICOMOS, 2020, p. 57). Já as diretrizes seguem fundamentadas em teorias e recomendações de proteção extraídas das conhecidas cartas patrimoniais, cujo “projeto deve garantir o equilíbrio, harmonia e/ou diálogo controlado entre o património e os novos elementos, respeitando os valores existentes; quando forem consideradas novas funções, estas devem respeitar e serem compatíveis com o sítio patrimonial, responder às necessidades da comunidade e ser sustentável” (ICOMOS, 2020, p. 08). Passos metodológicos associados à busca da qualidade na ação projetual foram restritos à elaboração de pesquisas complementares, à adesão às diretrizes da conservação, ao envolvimento de especialistas e da comunidade, com o acompanhamento e a gestão das ações. Apesar dessas sínteses demonstrarem alinhamentos teóricos com o restauro arquitetônico e urbano, não consolidam ações substanciais ou caminhos objetivos, a serem perseguidos na busca da “qualidade” das intervenções projetuais com “potencial impacto” no patrimônio cultural, à qual se propôs o documento.

No Brasil, os centros históricos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, da UNESCO, são Olinda (PE, 1982), Salvador (BA, 1985), São Luís (MA, 1997), Diamantina (MG, 1999) e Goiás (GO, 2001), em que Ouro Preto (MG, 1980) consiste no único exemplar inscrito como cidade histórica. Boa parte desse acervo tem sofrido com as constantes e descontroladas ações de intervenção arquitetônica, que eventualmente resultam em descaracterizações físicas e imateriais ou em danos estruturais, os quais, a depender da gravidade, podem vir a comprometer a continuidade de transmissão do VUE¹¹.

10 Referências extraídas do *The Larousse Dictionary* (2020) e do *Cambridge Dictionary* (2019), respectivamente, constantes no documento (ICOMOS, 2020, p. 19).

11 Salgado (2010), Vieira (2008) e Zancheti, Marinho e Milet (1995).

No âmbito da presente pesquisa, a descaracterização consiste em “um conjunto de ações e intervenções que resultaram na perda, alteração ou ausência da caracterização, isto é, o caráter de uma obra” (Rodrighiero, 2019, p. 67). De acordo com Corona e Lemos (1972, p. 109), “todas as condições funcionais, formais e estéticas colocadas no edifício pelo arquiteto é que dão ao mesmo caráter, expressão e valor estético”. Nas primeiras décadas do século XIX, o filósofo Quatremère de Quincy definiu o caráter como “uma marca, um traço distintivo de um objeto qualquer”, em que, no campo da Arquitetura, corresponde a “toda e qualquer distinção seja ela de medida ou de qualidade, mas, sobretudo uma distinção supra-eminentemente que a torna marcante à primeira vista” (Pereira, 2008, p. 191). No caso dos sítios históricos, o caráter pode ser entendido como as qualificações necessárias à definição de circunstâncias específicas, tais como o ordenamento territorial, os tipos edificados, a distribuição espacial, a fisionomia, enquanto atributos, ademais dos materiais construtivos, padrões, ritmos e escala como elementos que, conjuntamente, os distinguem entre os demais (Tiesdell *et al*, 2016, p. 187).

Ao focar qualificações específicas, com repercussões nas dimensões estéticas, funcionais e volumétricas dos bens culturais, entende-se que o des-caráter constitui a negação dessas circunstâncias, a qual interfere no campo das significações, conforme demonstrou Rodrighiero (2019, p. 68): “além do comprometimento das suas características materiais, o próprio significado cultural do bem, pode vir a ser comprometido desde o início dos processos de descaracterização”, e ainda:

Quando pensamos sobre as ações que causam as descaracterizações, podemos considerar que a ação do homem se torna a principal propagadora da descaracterização nos bens históricos — que é responsável, além de negligenciar questões associadas à conservação do bem, como também, pelas sucessivas intervenções mal executadas (Rodrighiero, 2019, p. 66-67).

Os desafios da manutenção do VUE de sítios históricos brasileiros tidos como Patrimônio Mundial, diante das evidências de descaracterizações, físicas e imateriais, indicam a demanda por estudos consubstanciados acerca das intervenções arquitetônicas projetuais, a partir de caminhos para a sua aferição.

Nesse sentido, o **objetivo geral** da tese consiste na avaliação de projetos de restauro no casario do sítio histórico de Olinda, situado no litoral do nordeste brasileiro e considerado Patrimônio Mundial, pela UNESCO, em 1982, que estabeleça pontes teóricas junto às soluções projetuais, com vistas à manutenção do Valor Universal Excepcional (VUE), no presente e para as gerações futuras.

Ao se inserir no campo do restauro arquitetônico e urbano, por se tratar do casario de um sítio histórico, o foco da ação projetual nas preexistências históricas assume o sentido como definido na Carta de Veneza, de 1964: “conservar e revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos”¹². Também se aproxima dos entendimentos mantidos na Carta de Lisboa, de 1995, ao objetivar a “conservação e consolidação de uma construção, assim como a preservação ou reposição da totalidade ou de parte da sua concepção original ou correspondente aos momentos mais significativos da sua história”, sob critérios e princípios teóricos bem definidos.

Trabalhos acadêmicos diversos têm envidado esforços em demonstrar casos de intervenções arquitetônicas projetuais no casario do sítio histórico de Olinda, cujos resultados, ao invés de haverem agregado predicativos aos bens, ocasionaram danos à estrutura físico-material ou mesmo à expressão dos valores e significados que se pretendiam preservar. Enquanto Rodrigues (2000) e Moreira (2006) se debruçaram em investigações acerca do caráter arquitetural dos imóveis olindenses, Pereira Junior (2004) estudou as transformações dos espaços vegetados e da cobertura vegetal na paisagem, por igualmente constituírem atributos valorativos a serem preservados no conjunto. Foram estudos que serviram de base para a compreensão das transformações incidentes no sítio histórico de Olinda, desde fins do século XX até os primeiros anos do século XXI.

Ao investigar o caso de imóveis situados na Rua do Amparo, primitivo logradouro do sítio histórico de Olinda, os quais passaram por processos de mudanças funcionais — de moradia a bares e restaurantes —, Rodrigues (2000, p. 112) inferiu perdas físicas em favor de adaptações aos novos usos, inclusive com certo caráter de informalidade: “concluimos que o fator mudança de uso e a adequação necessária para atender o programa exigido por ele, vem descaracterizando os imóveis do Sítio Histórico de Olinda. Identificamos fragilidades no processo de adequação, como a falta de acompanhamento e apoio técnico nas propostas de intervenção, resultando em adequações sem

12 Sobre a dupla função “conservativa” e “revelativa” do restauro, conforme preconizado na Carta de Veneza, de 1964, Carbonara (2012 b, p. 142) explica que o restauro “é uma intervenção orientada para a perpetuação do bem e sua transmissão às gerações futuras nas melhores condições possíveis, mas também à sua plena legibilidade e gozo”. O sentido de restauro tal como descrito na Carta de Veneza também foi adotado por Feilden e Jokilehto (1995), no âmbito do Patrimônio Mundial.

critérios”. Trata-se de uma postura convergente aos entendimentos de Moreira (2006: 103):

As transformações dos espaços de habitação do SHO são verificadas por reformas internas, construções de acréscimos nos quintais, que constituem a maior parte da cobertura vegetal do SHO, acréscimos de área construída e as alterações em suas volumetrias, tipologias e formas de implantação nos lotes com o comprometimento da integridade das edificações, inclusive do contexto urbano vizinho ao imóvel descaracterizado.

Em certa medida, tais observações podem ser verificadas na representação de um corte longitudinal em um imóvel do casario do sítio histórico de Olinda, situado na Rua do Amparo, com a indicação da situação existente e da situação com a proposta projetual, caracterizada pela ampliação de área construída, a ocupar a área livre do lote, destinada aos antigos quintais (Imagem 1). Para além das alterações na forma e inclinação da coberta posterior, percebe-se a introdução de um mezanino e um agressivo adensamento construtivo, que altera a taxa de ocupação do imóvel e modifica o relevo existente.

Relatórios institucionais, como as auditorias culturais em curso pelo Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE)¹³ e as recomendações do Ministério Público Estadual (MPPE), foram convergentes ao cenário de ameaças à preservação cultural no sítio histórico de Olinda (Imagens 2 e 3), respectivamente:

ampliações de áreas construídas com a incorporação de novas construções, nas alterações de volumetrias e descaracterizações de fachadas do casario, com emassamento e/ou aplicação de tinta a óleo, além do uso de cores vibrantes, incompatíveis com as características e valores históricos dessas edificações (Cisneiros, 2012: 90).

CONSIDERANDO que, no ano de 2018, o autor fez uma atualização desse levantamento e constatou que aumentou de 23 para 25% a referida perda [de cobertura vegetal], sendo sua percepção, oriunda de seu trabalho diário como servidor lotado na Prefeitura de Olinda, a de que a taxa de degradação da cobertura vegetal, considerando o entorno do Sítio Histórico, ultrapassa 50% (Correia, 2021, p. 03).

A gradual mudança de usos registrada no casario do sítio histórico de Olinda, desde a década de 1980, com a conquista da titularidade internacional da UNESCO, tem agravado o estado de integridade das estruturas preexistentes e consolidado um perfil funcional pouco capaz de acumular e transmitir as raízes históricas e

13 O TCE-PE tem adotado a prática das auditorias culturais sobre o Sistema Municipal de Preservação de Olinda, cuja primeira se deu em 2006, seguida de outras em 2012 e 2013; a mais recente, de 2018, embora concluída, não se acha ainda publicada.

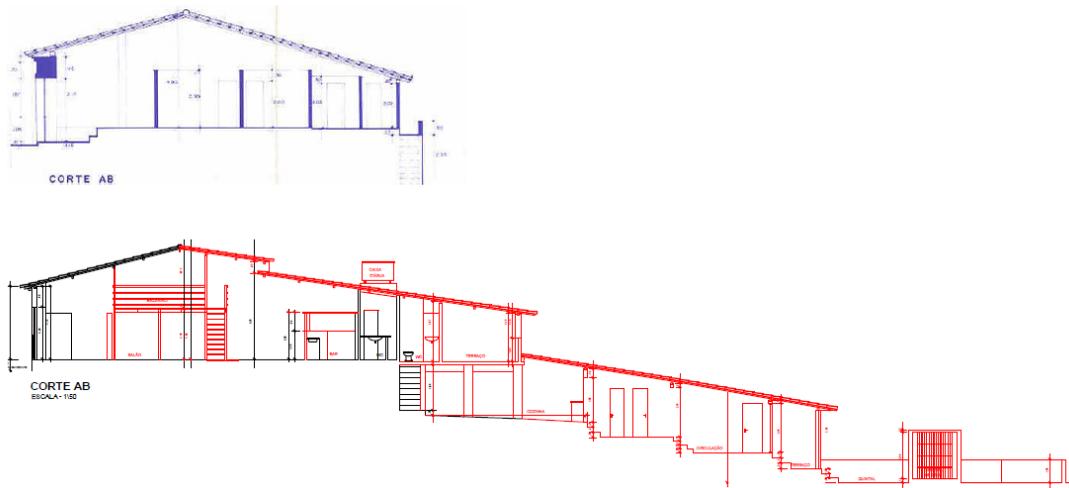


Imagem 1 Situação de adensamento construtivo em imóvel do sítio histórico de Olinda.
 Fonte: Rodrigues (2000).



Imagem 2 Indicação de alteração volumétrica no casario.
 Fonte: Cisneiros (2012).



Imagem 3 Indicação de alteração volumétrica no casario.
 Fonte: Cisneiros (2012).

culturais do lugar. Ainda que proposições dessa natureza venham a ser viáveis à conservação do bem, ao estarem mais aproximadas ao turismo de massa e ao entretenimento noturno, as alterações funcionais profundas levam ao comprometimento das dimensões imateriais, tidas com potencializadoras de manutenção do caráter tradicional de Olinda (Barreto, 2009):

Essas novas atividades, além de desalojar o uso residencial do casario e de ameaçar as suas integridades físicas, ainda gera uma forte demanda para o aumento do fluxo de veículos e de transeuntes, sobretudo no período da noite, contribuindo, decisivamente, com a evasão dos moradores e com o conseqüente surgimento de novas unidades comerciais, caracterizando um perigoso ciclo que poderá acarretar, em médio prazo, a perda do principal motor da preservação das estruturas e da identidade do lugar: **a vida cotidiana de uma estrutura urbana residencial** (Campos, 2013, p. 116).

Por outro lado, não se pode desconsiderar o papel desempenhado pela gestão da conservação de Olinda, na capacidade de lidar com os desafios que envolvem a preservação de um sítio histórico considerado Patrimônio Mundial, pela UNESCO. Embora sejam reconhecidos esforços, os relatórios de auditoria do TCE-PE têm eventualmente associado as descaracterizações físicas e imateriais do sítio histórico às deficiências da gestão, protagonizada pela municipalidade e pelo IPHAN:

As evidenciadas insuficiências e deficiências técnicas e operacionais dos órgãos que compõem o Sistema de Preservação, agregadas à ausência de um Plano de Gestão da Preservação, peça fundamental para uma gestão integrada e eficiente da manutenção da integridade e da autenticidade do Sítio Histórico, tem favorecido fortemente o avanço do processo de descaracterização da Nucleação Histórica (Campos, 2013, p. 115).

A demanda por um Plano de Gestão da Preservação consiste em um dos critérios definidos pela UNESCO para que um bem cultural seja inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, de modo que sua ausência configura uma fragilidade à salvaguarda cultural e à manutenção da titularidade honorífica. Conflitos conceituais e normativos por parte do poder público atuante em Olinda também podem ser verificados no caso da conservação das fachadas históricas:

O avanço da descaracterização das fachadas do casario é de tal ordem que no Setor Residencial Rigoroso, que corresponde à área mais antiga do Sítio Histórico de Olinda, foi constatado que 25,4% (1/4) dos 646 imóveis ali localizados apresentavam as suas fachadas descaracterizadas por uso de materiais incompatíveis com as suas características históricas (dados levantados em março de 2011). Quanto à utilização de cores vibrantes (*pop*), o avanço pode chegar a ser entendido como uma tendência (moda) que vem sendo incorporada tanto pelos moradores quanto pelo próprio

Poder Público Municipal, inclusive levando as agências de turismo a divulgar Olinda enfatizando muito mais a sua plástica contemporânea do que a sua história (Campos, 2013, p. 116).

Ao mesmo tempo em que tais situações, também alertadas por Brendle (2012) como “febre cromática”, podem ilustrar deficiências projetuais ou falta de conhecimento especializado, também sinalizam a incipiente capacidade de fiscalização do sítio histórico. Uma das medidas mitigadoras nesse sentido foi a iniciativa “Pinte seu Patrimônio”, promovida pela municipalidade, objetivada na reversão das descaracterizações dos revestimentos das fachadas históricas do casario de Olinda (Fonseca, 2021), por meio da pintura à base de cal, mas sem registros acerca da legitimidade ou aplicabilidade das ações.

Para além dos riscos promovidos pelas descaracterizações das fachadas do casario de Olinda, sobretudo diante do papel que estas exercem na direta relação com o espaço público da rua e com a escala do pedestre, questões atuais têm envolvido os casos de pinturas artísticas, conhecidas por grafiteagem¹⁴. Muito provavelmente, a vocação artística e cultural que tem sido reconhecida em Olinda, associada aos movimentos de artes plásticas ocorridos no sítio histórico¹⁵, desde a década de 1960, quando o sítio abrigou ateliês, leva a que tais manifestações busquem seu espaço de exposição/divulgação, o que tem demandado discussões a respeito da legalidade das ações (Imagens 4 e 5)¹⁶.

Tal panorama ilustra casos de intervenções físicas projetuais que, à luz dos preceitos de manutenção do VUE, levantam questionamentos como: “em que medida é possível aferi-las em termos de impactos ao patrimônio cultural?”; ou melhor, “seria possível reconhecer parâmetros de qualidade em intervenções físicas projetuais dessa natureza?”; “elas contribuem à manutenção do VUE?” Ademais dos atributos tipológicos, funcionais e ambientais relevantes de serem preservados no casario do sítio histórico de Olinda, com o apoio das teorias e recomendações específicos do campo, tratar as intervenções projetuais nesse acervo também de-

14 “Grafiteagem” ou “arte urbana” podem se referir a expressões artísticas observadas em superfícies de fachadas ou muros, geralmente associadas a contestações políticas ou como manifestações simbólicas, de grupos específicos, com objetivos voltados para a transmissão de mensagens.

15 O Movimento da Ribeira, em 1964, deflagrou várias ações e exposições artísticas no sítio histórico de Olinda, a atrair a vinda de artistas plásticos para moradia (Barreto, 2009).

16 Em 2019, foi concluído um documento de regulamentação da 'Pintura Artística em Muros e Fachadas' do sítio histórico de Olinda, desenvolvido no âmbito da Câmara Técnica de Legislação e Tombamento de Olinda (CLT), entre os anos de 2015 a 2018, mas ainda não formalizado como lei.



Imagem 4 Pinturas nas fachadas do casario no sítio histórico de Olinda.
Fonte: Cisneiros (2012).



Imagem 5 Pinturas nas fachadas do casario no sítio histórico de Olinda.
Fonte: Cisneiros (2012).

manda o conhecimento do seu estado de conservação, associado às anomalias que sobre ele incidem — as físicas e estruturais.

Discussões levantadas por especialistas, nacionais e internacionais, desde meados do século XX, evidenciavam o perigo de deslizamento das colinas históricas de Olinda e sua associação às questões de estabilidade e integridade dos monumentos históricos e do conjunto edificado. A realização do I Seminário Internacional sobre Deslizamento de Morros, promovido pelo governo federal, com a colaboração da UNESCO, IPHAN e Fundarpe¹⁷, realizado em Olinda, em 1976, foi um marco no enfrentamento desse tema, dada a deflagração de investimentos em estudos especializados, por meio do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste¹⁸. É de se notar o envolvimento de especialistas da UNESCO nas discussões, mesmo antes da conquista da titularidade internacional por Olinda, que só aconteceu em 1982, a demonstrar uma atitude preventiva e mesmo de apoio a tal deferência¹⁹. A partir de então, pesquisas exploratórias foram lideradas pelo engenheiro e professor universitário Jaime Gusmão Filho, por meio do Laboratório de Solos e Instrumentação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), as quais, embora tenham assumido destaque, pouco das propostas preventivas e corretivas tenha sido efetivamente implantado.

Em corroboração ao quadro de risco no sítio histórico de Olinda, em 2007, foi identificado um elevado percentual dos imóveis situados nos logradouros mais antigos — Rua do Amparo, Rua 13 de Maio, Rua da Boa Hora, Rua Coronel Joaquim Cavalcanti, Rua Bica dos Quatro Cantos, Travessa de São Francisco —, com anomalias severas, a exemplo de fissuras, ausência de fundações e sobrecargas estruturais (PMO, 2007)²⁰. No imóvel conhecido por Espaço Tiridá, na Rua do Amparo, onde atualmente funciona a sede do Escritório Técnico do IPHAN, por

17 “História e Arte de Olinda e Recife são mostradas a técnicos em seminário”, em Diário de Pernambuco, 19/09/1976, ed. 253; “Técnicos vêem deslizamentos”, em Diário de Pernambuco, 21/09/1976, ed. 255. Cabe salientar a realização do X Congresso Brasileiro de Geologia, no Rio de Janeiro, na década de 1950, cujos riscos de deslizamento das colinas históricas de Olinda foram apresentados e sugerido, pelo engenheiro Ângelo Costa, a realização de um seminário em Pernambuco, para discussões mais profícuas.

18 Tal programa havia sido recém-instituído pelo governo federal, com objetivos voltados para a preservação e o restauro de monumentos históricos, para fins turísticos e de divulgação patrimonial.

19 Entre os especialistas da UNESCO, estavam Peter Vaughan (Inglaterra), Gyorgy Owrey (Canadá); Michel Hubert (França) e Jesus Alberto Aramburu (Espanha).

20 Resultado de um trabalho de mapeamento de áreas de riscos do sítio histórico de Olinda, fruto de um convênio firmado entre a municipalidade e o Departamento de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2007, em que quase 1/3 das mais de seiscentas casas visitadas apresentavam anomalias severas.

exemplo, o relatório de inspeção sinalizou: (i) problemas de sobrecargas excessivas à capacidade de suporte do terreno, o que torna as colinas históricas passíveis de recalques, por sua vez, transmitidos às paredes estruturais e expressos enquanto fissuras; (ii) maior concentração de cargas na parte posterior do imóvel; e (iii) presença de água no subsolo, possivelmente oriundas de fossas, que acentua o risco de deslizamentos de solo. Na mesma inspeção, ainda foi identificada uma fissura, a atravessar quatro imóveis contíguos (PMO, 2007, p. 48 e 49), além das rotineiras degradações estruturais:

Com efeito, a infiltração é um dos fatores de grande importância na estabilidade das encostas do Sítio Histórico de Olinda. A infiltração depende de diversos fatores tais como a geologia do local, as taxas de precipitação pluviométrica, a declividade, o uso e ocupação do solo, a cobertura vegetal, a existência de sistemas de drenagem e outros fatores de menor importância (PMO, 2007, p. 105).

A vulnerabilidade das condições geológicas do sítio histórico de Olinda aliada às intervenções físicas que demandam sobrecarga estrutural nos imóveis, decorrentes do acelerado adensamento construtivo, sem os devidos cuidados de estabilização, nem de compatibilização físico-química entre os sistemas construtivos antigos e os recentes, agravam a situação de risco nas estruturas seculares, conforme aponta o mesmo relatório:

a execução das ampliações (a maioria da faixa de 10 a 20 anos de construção) justapostas às construções antigas, estas seculares, não foram feitas de modo a permitir a movimentação das construções novas em relação às antigas. Deve-se também acrescentar o fato que as ampliações construídas justapostas a partes antigas podem conduzir ao erro de, ao serem executadas as fundações da ampliação, descalçar as fundações da construção antiga (PMO, 2007, p. 114).

As ampliações promovidas de modo justaposto demandam aterros, no mais das vezes, mal executados, e tendem a ocasionarem fissuras, exatamente a partir da junção entre as técnicas construtivas diversas (novas e preexistentes). Além de modificarem o relevo primitivo, acarretam sobrecarga estrutural no terreno, conforme pode ser verificado, em certa medida, no desenho esquemático abaixo, que apresenta um corte longitudinal em imóveis situados em lados opostos da Rua do Amparo (Imagem 6), como algo comum a diversas situações (Imagens 7 a 10):

Soluções projetuais caracterizadas por modificações no partido de planta primitivo, sobretudo quando há alteração dos usos, causam conflitos que prejudicam não apenas a manutenção das tipologias históricas, mas suas estruturas:

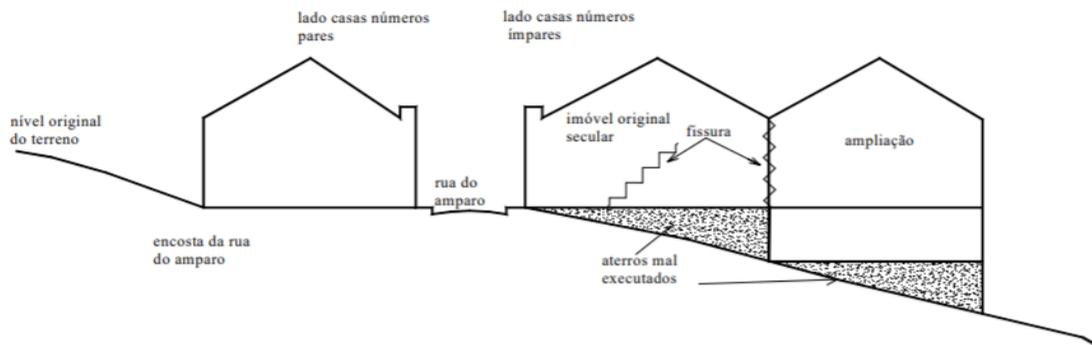


Imagem 6 Esboço de um perfil na Rua do Amparo, com estruturas preexistentes e acrescidas.
Fonte: PMO (2007).



Imagem 7 Desagregação de materiais na fachada principal de sobrado mourisco.
Fonte: Cisneiros (2012)



Imagem 8 Acréscimo de pavimento, com descharacterização e sobrecarga estrutural.
Fonte: PMO (2007).



Imagem 9 Talude de corte nos fundos dos lotes.
Fonte: PMO (2007).



Imagem 10 Fissura a atravessar vários imóveis.
Fonte: PMO (2007).

o interior de muitas casas do Sítio Histórico de Olinda foi modificado com a retirada das paredes internas, que favoreciam o travamento das paredes. Com isso as paredes externas, muitas com mais de 6 metros de altura, perdem a sua estabilidade e ficam mais susceptíveis a deformações, seja devido a vibrações, seja devido à movimentação de encostas (PMO, 2007, p. 117).

Dentre as questões que emanam de tais fragilidades, está o descompasso observado entre os discursos teóricos e de recomendações do restauro, e os relacionados ao perigo de deslizamentos das colinas históricas, o que remete à abordagem ambiental, em sua interface junto às soluções projetuais no casario. Tal distanciamento, entre teoria/recomendações e prática projetual, pode evidenciar a prevalência de anseios econômicos e particulares sobre os valores culturais, arquitetônicos e urbanísticos do acervo olindense, a falta de sensibilidade às causas preservacionistas e ambientais ou mesmo o descaso quanto à abordagem das anomalias das estruturas preexistentes em Olinda. Trata-se de um panorama de ameaça que pode reclamar o seguinte questionamento: “em que medida um caminho teórico-metodológico do restauro arquitetônico e urbanístico no casario do sítio histórico de Olinda, reconhecido como Patrimônio Mundial, pela UNESCO, consegue acomodar as demandas ambientais, programáticas, funcionais e tecnológicas, sem levar a descaracterizações e nem a perdas severas?”

Se as respostas para tais questionamentos serão possíveis de serem encontradas, constituem desdobramentos da presente pesquisa. Mas, o que convém talvez comprovar é a viabilidade do amparo da teoria/recomendações no subsídio a reflexões dessa natureza. Ademais, as recomendações do dossiê de inscrição de Olinda na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO já sinalizavam preocupações acerca de tal problematização, inclusive com indicação de caminhos, em certa medida, assumidos na presente pesquisa de tese, como tentativa de enfrentamento para contributos à salvaguarda cultural:

A manutenção do Valor Universal Excepcional do bem ao longo do tempo exigirá o desenvolvimento de estratégias e ações baseadas em análises científicas para eliminar ou mitigar os processos que desestabilizaram as encostas; manter controles efetivos sobre os possíveis efeitos negativos do desenvolvimento urbano; e estabelecer indicadores de monitoramento relacionados a essas e outras intervenções futuras, para garantir que tais intervenções não tenham um impacto negativo no Valor Universal Excepcional, autenticidade e integridade do bem (tradução da autora)²¹.

Passados 40 anos do reconhecimento do sítio histórico de Olinda como Patrimônio Mundial, o quadro de vulnerabilidades ainda parece de pouca providência conservativa, dadas as discussões que envolveram a realização do 4º Processo de Monitoramento, convocado pela UNESCO e conduzido pelo IPHAN²². Membros do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (CPSHO), do qual a presente pesquisadora também foi integrante²³, denunciaram os descasos, na perspectiva da provável inclusão do sítio histórico na “Lista do Patrimônio Mundial em Perigo”²⁴, da mesma entidade internacional UNESCO²⁵. Embora o relatório institucional tenha sido concluído pelo IPHAN, em 2022, ele ainda não foi tornado público, o que impede discussões acerca de seu conteúdo.

Do ponto de vista político, ainda que a titularidade internacional se configure como uma via de atração de vultosos investimentos para a conservação, sobretudo no que se refere ao fomento de ações voltadas para a educação patrimonial e para o turismo cultural, a gestão pública de Olinda também demonstrou incapacidade de gerenciamento de recursos. Recentemente, foram devolvidos ao governo federal 49 milhões de reais, que seriam destinados às obras de conservação e restauro de dez monumentos históricos em Olinda, oriundos do Programa de Preservação de Cidades Históricas (PAC CH), do governo federal²⁶. Um dos motivos tornados públicos foi a ausência de conclusão de seus referidos projetos, o que demonstra a incapacidade de a gestão lidar com as demandas que envolvem as intervenções arquitetônicas nos monumentos históricos, seja por deficiências teórico-conceitual ou de aplicabilidade nas soluções projetuais, o que pode afetar a manutenção e transmissão do VUE no sítio histórico.

Todo esse conflito diante da necessidade de preservação cultural de Olinda levou ainda a que os moradores do sítio histórico, associados à Sociedade Olindense de

22 Uma vez inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, o bem cultural deve ser objeto de monitoramento periódico de seu estado de conservação, para a avaliação de sua permanência na condição de titularidade internacional.

23 Atuação como representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-PE, em 2021), do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI, em 2022) e da Agência de Planejamento e Pesquisas (Condepe-Fidem, de 2017 a 2019).

24 De acordo com o Comitê do Patrimônio Mundial (Centro do Patrimônio Mundial, 2019, p. 57-58), para um bem cultural ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, da UNESCO, precisa ser registrado o estado de perigo grave ou específico (comprovado ou potencial), onde fica demonstrada a necessidade de ações substanciais para a sua salvaguarda.

25 “Olinda: processo de descaracterização da cidade coloca título de Patrimônio da Humanidade em risco”, em *Jornal do Commercio*, em 25/04/2022.

26 <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/11/15123520-olinda-perde-rs-49-milhoes-para-reforma-de-monumentos-historicos-por-nao-finalizar-projetos.html>

Defesa da Cidade Alta (SODECA), apresentassem uma carta-manifesto, no evento de comemoração dos 40 anos da titularidade internacional da UNESCO, na Câmara de Vereadores, em dezembro/2022²⁷. Ao mesmo tempo em que demonstram a recorrente publicização dos danos no sítio histórico, tais fatos registram o clamor dos moradores para a sensibilização pelo poder público.

Diante do exposto, a ideia central que orienta a pesquisa é que a probabilidade da prática projetual no casario do sítio histórico de Olinda consistir aproximada das teorias e recomendações do campo do restauro e do enfrentamento do perigo que ameaça a estabilidade das colinas históricas possa significar um caminho profícuo à conservação desse acervo cultural.

O papel das teorias e recomendações do restauro e a prática projetual

No presente trabalho, a teoria pode ser encarada como um caminho de reflexão conceitual, capaz de orientar ações práticas, sem necessariamente se estabelecer como um acúmulo de deveres a serem meramente obedecidos. De acordo com Jokilehto (2007), ao se basear no “Oxford English Dictionary”, a teoria é um “esquema mental de algo, ou um método para fazer algo; um sistema de ideias mantido como explanação de fenômenos aceitos como explicação para o conhecimento dos fatos”. Tratar teoria não significa lidar apenas na dimensão de vias abstratas ou se limitar ao campo das ideias. Entender como um esquema mental ou um método, de modo que possam vir a ser cotejados na atividade empírica, no caso, projetual, torna-se de grande valia na consolidação de uma atitude mais objetiva.

De acordo com o especialista italiano Andrea Pane (2016), no campo do restauro, a teoria deve ser entendida como um “conjunto de regras, mesmo práticas, quando são concebidas como princípios gerais e abstraídas de um certo número de condições que, no entanto, têm influência necessária sobre sua aplicação”. Em uma interpretação mais voltada para a identificação de procedimentos operacionais, comum a muitos autores especialistas, Jokilehto (2007) associa a teoria da conservação à “pesquisa da identificação do patrimônio, a definição do seu caráter, significância e condições, e o desenvolvimento de projetos e programas requeridos para a sua adequada conservação e eventual reabilitação”.

27 Na programação do evento, promovido pelo Instituto Histórico de Olinda, a presente pesquisadora realizou a exposição “O sítio histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural”, no dia 10/12/2022.

Superar o superficial entendimento que as teorias devem ser limitadas ao sabor dos pesquisadores ou dos profissionais docentes, em uma espécie de ambiente abstrato e distante da aplicabilidade prática, torna-se fundamental. As necessárias pontes que devem existir entre os pressupostos teóricos e as soluções arquitetônicas e urbanísticas em preexistências históricas²⁸ devem ser construídas pelo profissional de projeto, não como receitas pragmáticas, mas como caminhos operacionais que lidem com a manutenção da memória cultural, em seus aspectos históricos e artísticos. A compreensão teórica funciona como instrumentalização do profissional à atividade projetual, razão pela qual esses dois universos devem coexistir:

Com otimismo moderado, podemos concluir que um projeto de restauração correto não é dado sem uma tensão teórica constante, vivida com continuidade a partir das primeiras fases de “reconhecimento” do bem até a conclusão da intervenção. Esta tensão teórica deve orientar constantemente o projeto, com o objetivo de ancorar toda intervenção sobre o existente a bases sólidas de referência e afastá-lo da arbitrariedade. A condição de irreprodutibilidade do patrimônio e sua natureza universal exigem, de fato, escolhas conscientes que somente uma reflexão teórica bem fundamentada pode orientar, apesar da consciência da impossibilidade de se definir leis absolutas nesse sujeito específico e complexo (Pane, 2016, p. 33) (tradução da autora).

Um dos desafios situa-se, portanto, na mediação entre a teoria e o projeto, em compreender os princípios que norteiam o campo do restauro e fazer com que eles consigam refletir, em soluções arquitetônicas e urbanísticas, as acomodações de ordem ambiental, programática, funcional e tecnológica evocadas na atualidade. Ao posicionar o referencial teórico como fio condutor de operacionalização das intervenções arquitetônicas, as soluções projetuais podem se aproximar da coerência objetiva que um processo de reflexão requer. Não se trata de uma tarefa simples, sobretudo pela complexidade do tema, em seus diversos modos de relação com as preexistências históricas, assim como a relatividade²⁹ em que se apoia, cujo subterfúgio “cada caso é um caso” pode significar uma aparente “frouxidão” de leis e de princípios. De acordo com Kuhl (2016), quando os funda-

28 No âmbito da pesquisa, a preexistência histórica é entendida como uma edificação ou sítio pertencente a um meio histórico, urbanístico, arquitetônico ou paisagístico sob proteção institucional, que carrega em si qualificações inerentes e valores atribuídos, a serem preservados, na perspectiva sustentável; pode ser compreendida como patrimônio cultural (autora).

29 O relativismo está associado à “dependência que o conhecimento humano tem de fatores externos”, entendidos como a influência do meio ambiente e do espírito da época, além do pertencimento a círculos culturais específicos e seus desdobramentos (Hessen, 2000, p. 37).

mentos teóricos não são devidamente circunstanciados, pode-se abrir margens a compreensões equivocadas, principalmente sobre os conteúdos técnicos e operacionais contidos nas cartas patrimoniais — algo que tende a promover condutas arbitrárias e distorcidas, a justificar soluções mal elaboradas.

Mas, ainda que a adoção da teoria seja fundamental à orientação da conservação das preexistências históricas, não se deve desconsiderar a expertise e as tendências de cada contexto geográfico, político e sociocultural, a fim de que as articulações do conhecimento especializado estejam devidamente fundamentadas. As trocas de saberes que sucedem entre o campo da preservação no Brasil e a influência do panorama italiano e lusitano, por exemplo, parecem enriquecer o debate teórico e contribuir no amadurecimento metodológico de atuação projetual nas preexistências históricas. Claros são os discursos que evocam a importação das ideias estrangeiras para dar contornos à prática brasileira, o que sugere aproximações entre tais universos, constantes em registros da trajetória institucional de proteção e de pesquisas acadêmicas (Brendle, 2017; Vieira-de-Araújo, 2017). As raízes culturais ocidentais, conforme entendimentos de Kuhl (2016, p. 57), podem ter sido um dos fatores cruciais à promoção do intercâmbio entre o Brasil e a Itália, por exemplo, mesmo diante de eventuais particularidades regionais. Além disso, a trajetória italiana do restauro tem se firmado como substancial, cujos princípios instituídos há um século ainda soam motivadamente atuais, enquanto as experiências de reabilitação urbana portuguesa motivam a busca pela preservação dos valores culturais.

Vieira-de-Araújo (2017) tem identificado conflitos, quando a ressonância teórica não é devidamente articulada à prática projetual, como um hiato prejudicial à conservação dos bens culturais. A pesquisadora discorre, por exemplo, sobre o caso do restauro arquitetônico de um imóvel, situado no centro histórico de João Pessoa, litoral do nordeste brasileiro, que acumulava proteção federal, cuja proposta projetual foi concebida em sintonia com os discursos teóricos. Porém, a polêmica compreensão do restauro difundida pela instituição de proteção local demandou alterações no projeto, que resultaram na total reconstrução da antiga fachada arruinada, nos mesmos moldes das outroras feições, que não passaram despercebidas por parte da pesquisadora: “a prática reipristinadora consolidada nas primeiras décadas de atuação [do IPHAN] reverberam ainda fortemente até a contemporaneidade mesmo em áreas onde se vem discutindo uma normativa es-

pecífica desde os anos 80, como é o caso de João Pessoa” (Vieira-de-Araújo, 2017, p. 20). Conflitos similares foram identificados por Vieira-de-Araújo e Nascimento (2012), quando intervenções projetuais privilegiaram determinados gostos estilísticos, enquanto postura arquitetônica que ganhou a alcunha de “estilo patrimonial”, reduzida a uma leitura “fachadística”, onde o estilo colonial era a linguagem formal reproduzida, a sinalizar riscos à autenticidade dos bens.

Situações não muito diferentes do que ocorreu no Rio Grande do Sul, segundo apontou Rhoden (2017, p. 201), em relação às discussões levantadas durante o Congresso Nacional da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores (ABRACOR), em 2009, em Porto Alegre. Ao notar distanciamentos entre as teorias e recomendações do restauro e a prática projetual, o autor conclui: “o que se verifica, infelizmente, é que os monumentos históricos tendem, cada vez mais, a ser tratados fora do âmbito cultural e dos princípios da restauração, desprezando-se, pelo menos, duzentos anos de experiências sistemáticas na área e descaracterizando-os definitivamente” (Rhoden, 2017, p. 214).

Tais casos representam alguns dos conflitos também observados por Kuhl (2020), na mediação entre teoria e projeto, que podem ser oriundos de distorções interpretativas da teoria, de desqualificação de sua importância pelo profissional de projeto ou mesmo do reducionismo do seu papel. A pesquisa de Nahas (2015) sinalizou similares inferências, acerca das duas últimas décadas do século XX:

A prática nos mostra que os procedimentos e posturas recorrentes presentes nas intervenções em preexistências históricas têm se afastado do rigor metodológico e das orientações prescritas pelo campo, fruto dos valores conferidos à transformação e inovação na sociedade atual, mas colocando-se lado a lado com a memória e a preservação, por todo o interesse que o passado ainda desperta (NAHAS, 2015, p. 358).

E ainda:

Ao avaliar o campo disciplinar do restauro no Brasil em confronto com a produção prática, vemos que um número reduzido de intervenções é construído tendo como referência os pressupostos da Carta de Veneza, as referências internacionais e o debate atual. O protagonismo do monumento em uma ação de preservação e conservação tem caminhado para um papel de coadjuvante em práticas que procuram dissociar-se do peso que a palavra restauro porta e, desse modo, justificar as ações cada vez mais distantes do campo – sem o correto juízo crítico, cada vez com menos limites em relação à aproximação antigo/novo e com um imenso predomínio da projeção do novo sobre o antigo (NAHAS, 2015, p. 360).

Um olhar de Martinez (2020) sobre os últimos vinte anos de prática do restauro na Espanha identifica uma certa politização nos processos de intervenções, com ausência de enfrentamento compartilhado e de postura crítica, redução da qualidade do restauro e disparidade de critérios de intervenção, onde o viés “ecletico” tem sido dominante na condução das ações.

Em Portugal, Aguiar (2010, p. 231) salienta que muitos projetos para adaptações de pousadas nas preexistências históricas, em fins da década de 1990, levaram a “fortes perdas materiais, por excessiva alteração das estruturas e espaços históricos”, enquanto situação que comprometeu os requisitos de autenticidade arquitetônica e construtiva dos bens. Ao mencionar distorções conceituais da reabilitação urbana em Portugal, quando o viés era de renovação, o mesmo autor mencionou o fato do ICOMOS – Portugal haver denunciado irregularidades projetuais por:

afetarem decisivamente a autenticidade e a integridade do valor universal excepcional atribuído ao CH do Porto, sobretudo devido ao fachadismo dos projetos [do Quarteirão] das Cardosas e às demolições maciças do interior de todo um quarteirão e de diversos edifícios antigos situados dentro da zona classificada de proteção integral, aprovada pela UNESCO (Aguiar, 2014, p. 66)

Intervenções projetuais de fachadismo passaram a substituir os reais objetivos da reabilitação urbana, conforme orientou o mesmo autor: “o fachadismo destrói os valores espaciais, anula os valores artísticos e construtivos presentes no interior dos edifícios antigos, oblitera o valor dos edifícios como documentos e produto de arte urbana, da arte arquitetônica e da arte de construir” (Aguiar, 2014, p. 66). Embora as fachadas de bairros históricos tenham sido identificadas por Tiesdell *et al* (2016, p. 170) como elementos de forte permanência urbana, pelo fato delas, juntamente aos edifícios, definirem o espaço público, pela ausência de recuo frontal das edificações, e “que principalmente fornecem o sentido de ‘lugar’ e ‘tempo’ e estabelecem a estrutura física do bairro”, os mesmos autores inferem que o fachadismo põe em conflito dois princípios fundamentais: a contribuição do edifício para a paisagem urbana e a sua concepção como um ‘todo’ estético, com impossível separação entre interior e exterior (Tiesdell *et al*, 2016, p. 175).

Os especialistas Câmara e Vaz (2012) ainda reconhecem que parte das ações de reabilitação promovidas em Portugal restringe-se a adequações físicas, internas e externas, sem o devido enfrentamento das questões estruturais, o que pode acentuar as vulnerabilidade das edificações, sobretudo nos casos de supressão

de elementos portantes ou de sua substituição por outros pouco eficazes. O sistema estrutural conhecido por “gaiolas”, introduzido na reconstrução do centro histórico de Lisboa, a Baixa Pombalina, enquanto solução anti-sísmica³⁰, tem sido eventualmente retirado e não substituído. Nessas circunstâncias, os mesmos autores chamam a atenção para a “percepção do valor da resistência sísmica”, que deve ser considerado na localidade, e recomendam a imprescindibilidade da avaliação estrutural, conduzida por técnicos qualificados e apoiada em medidas de enquadramento legal, a fim de orientar soluções preventivas aos riscos sísmicos.

Por outro lado, também é fato que as disputas de interesses políticos ou governamentais abreviam a expectativa de vida dos bens culturais, distorcem os pressupostos teóricos do campo e tornam os bens facilmente passíveis a danos severos: “nenhuma intervenção em bens de reconhecido valor cultural que tenha caráter utilitarista, de promoção política ou ainda de exploração econômica pode ser considerada restauro” (Cunha, 2010, p. 158). Solà-Morales (1998) ainda alertou para um “particular sistema de consumo” sobre os sítios históricos, onde o turismo de massa se instala, em busca de uma exploração imagética, que dissolve os valores e significados históricos e culturais.

As intervenções projetuais malsucedidas podem ainda ilustrar o envolvimento de profissionais pouco habilitados ao campo da salvaguarda cultural, tanto da parte dos projetistas, quanto dos técnicos institucionais associados às atividades de análise e aprovação de projetos, cuja especialização na área de interesse tem sido frequentemente alvo de demonstração de importância em pesquisas acadêmicas diversas (Farah, 2013; Olímpio, 2020). Se por um lado, importa um certo domínio desse campo do saber, a ser acumulado pelos profissionais que desenvolvem projetos de restauro em bens culturais, por outro, é de se notar a necessidade de estruturação do poder público na gestão da conservação. A contratação de técnicos especializados, de criação de fundos de preservação e de programas de incentivo à conservação dos bens culturais, de aparelhamento de recursos tecnológicos e mesmo de ações de fiscalizações de rotina podem minimizar os conflitos e se aproximar das reais dificuldades.

30 Em 1755, o centro histórico de Lisboa, em Portugal, foi acometido por um grave terremoto, seguido de maremoto, que levou a destruições severas de muitas dos quarteirões e das edificações, com centenas de mortes.

Ainda que os problemas de ordem teórico-conceitual e de gestão da conservação venham a estar equacionados, há que se considerar os limites da ação projetual, que parecem não garantirem a extensão da qualidade do restauro quando da etapa de execução das obras, a qual carrega em si uma complexidade operacional e uma forte dose de imprevisibilidade. Embora não se configure como foco da presente tese, é possível considerar que a falta de mão de obra especializada no enfrentamento de dimensões atípicas à construção civil e da especificidade do instrumental de análise dos materiais tradicionais, por exemplo, interfira nos resultados do restauro. Significa, portanto, ponderar que a má execução das obras pode comprometer até mesmo um bom projeto arquitetônico de intervenção em preexistências históricas.

Ademais dessas questões, e diante do quadro de riscos de deslizamentos das colinas em que se acha o sítio histórico de Olinda, a ameaçar o estado de conservação e a integridade do conjunto urbanístico, paisagístico e arquitetônico protegido, não se pode deixar de mencionar o instrumental das recentes cartas patrimoniais relacionadas à conservação e restauro estrutural do patrimônio edificado, como é o caso da Carta do ICOMOS de Zimbabwe (2003). Nela, o restauro da estrutura é tido como objetivo do restauro da edificação como um todo, dada a necessidade de compreensão do significado da sua tectônica, com ênfase na identificação dos danos e da degradação dos materiais, em um enfrentamento multidisciplinar. O Comité Científico Internacional para Análise e Restauro de Estruturas de Patrimônio Arquitectónico (ISCARSAH/ICOMOS) reconhece a escassez de estudos dedicados aos materiais e técnicas construtivas tradicionais no campo do restauro arquitetônico e sugere metodologias que absorvam estudos e ensaios laboratoriais das anomalias, para a identificação do comportamento estrutural da edificação e seu diagnóstico, de modo a subsidiar as medidas de recuperação.

As inferências ora situadas puderam ser delimitadas devido ao constante envolvimento da pesquisadora no campo da preservação do patrimônio cultural, desde a graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, concluída em 2001, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e dos trabalhos subsequentes, a exemplo da especialização em gestão do patrimônio cultural, promovida por uma parceria firmada entre o Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) e a UFPE, e do mestrado acadêmico, cujo tema de pesquisa envolveu a problemática da preservação do sítio histórico de Olinda, a partir do papel desempenhado

pelos moradores (Barreto, 2009). Também é de se notar a experiência acumulada como consultora da UNESCO, com atuação nas sedes do IPHAN, em Recife e em Olinda, nas atividades voltadas à análise da legislação de proteção e de projetos de intervenções arquitetônicas em imóveis protegidos. De modo mais relevante, a participação da pesquisadora na coordenação do manual “Conservar Olinda Boas Práticas no Casario”, publicado em 2010, juntamente com a pesquisadora Vera Milet, teve forte influência na escolha do tema da presente tese.

Apoiado pelo CECI, o manual *Conservar* teve por objetivo a proposição de procedimentos metodológicos para orientar ações projetuais de restauro no casario do sítio histórico de Olinda, tanto em termos de intervenções arquitetônicas, como da gestão da conservação, e selecionar aqueles avaliados como *Boas Práticas*³¹. Os critérios qualitativos envolveram as dimensões valorativas e tipológicas dos bens, assim como uma relação com a legislação de proteção cultural. Ao tempo em que essa experiência sinaliza um caminho de reconhecimento de soluções projetuais qualificadoras do acervo olindense, baseado em ações conservativas, estimula o interesse pelo seu aprofundamento. Após dez anos de publicação do manual, foram realizadas revisitações documentais e leituras, no sentido de refletir sobre seus conteúdos e a aplicabilidade, cujos resultados foram organizados em um artigo científico, publicado em periódico de circulação acadêmica (Barreto e Milet, 2021).

Diante do exposto e do objetivo geral definido para a presente tese, foi levantado o seguinte questionamento, como fio condutor para a investigação:

Em que medida é possível o desenvolvimento de uma avaliação de projetos de restauro no casario do sítio histórico de Olinda, considerado Patrimônio Mundial, pela UNESCO, em 1982, que estabeleça pontes teóricas junto às soluções projetuais, com vistas à manutenção do Valor Universal Excepcional (VUE), no presente e para as gerações futuras?

A **hipótese** adotada na presente pesquisa é a de que a avaliação de projetos de restauro no casario do sítio histórico de Olinda, situado no litoral do nordeste brasileiro e considerado Patrimônio Mundial, pela UNESCO, em 1982, que estabeleça pontes teóricas junto às soluções projetuais, pode apontar um caminho para inferências quanto à manutenção do Valor Universal Excepcional (VUE), no

31 “O termo *Boas Práticas* significa que os projetos de intervenção arquitetônica foram aprovados pelas instituições de proteção por qualificarem o casario e garantirem os valores patrimoniais e as boas condições de uso e habitabilidade” (Barreto e Milet, 2010).

presente e para as gerações futuras, de modo a oferecer uma base de reflexão à conservação.

A validação da hipótese pode significar contributos ao preenchimento de lacunas acerca da ação de avaliação de projetos em bens culturais, conforme propalado pelo Comitê do Patrimônio Cultural, da UNESCO, a partir da experiência no sítio olindense. Ao tempo em que as inferências dela resultantes podem vir a orientar soluções projetuais mais conservativas aos bens, dada a avaliação se situar posterior à etapa de concepção projetual e anterior à execução das obras, evidenciam alternativas de fortalecimento da permanência do sítio histórico de Olinda na Lista do Patrimônio Mundial, da UNESCO.

Para o desdobramento das questões introdutórias da tese, seguem os esclarecimentos relativos à metodologia adotada.

Metodologia e organização da tese

Metodologia de pesquisa consiste no conjunto de ações investigativas, definidas a partir do problema de pesquisa e dos objetivos propostos, organizadas em uma sequência lógica e conduzidas por procedimentos científicos. O modo como esse conjunto de ações vai ser delineado deve estar filiado ao tipo de investigação que se pretende desenvolver, com demonstrada coerência e legitimidade científica até as conclusões, cujos resultados devem consolidar contributos ao conhecimento.

A investigação conduzida na presente tese insere-se no campo das pesquisas explicativas, “que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2008, p. 28), cujo intuito se dá no aprofundamento do conhecimento. Assume características de pesquisas do tipo não-intervencionistas e observacionais, em que o pesquisador não interfere no objeto de estudo, mas o organiza, delimita e realiza inferências.

A formulação do problema de pesquisa, apoiado em reflexões teóricas, mas também empíricas, demonstrou a necessidade de aprofundamento de uma determinada lacuna ou indagação do conhecimento. Ao lado dos objetivos pretendidos com a investigação, o problema ainda demandou a elaboração de uma questão de pesquisa, cujas reflexões acerca do percurso da investigação para a sua elucidação contribuíram à definição do método norteador das ações, que foi o hipotético-dedutivo.

tético-dedutivo. Com estreita relação ao problema de pesquisa, a elaboração da hipótese decorrente desse método teve como intuito orientar o delineamento das ações investigativas, de modo a ser testável ao longo do processo, até o alcance dos objetivos da pesquisa, para fins de contributos à elucidação do problema.

Ao envolver o olhar ampliado nas etapas de trabalho e suas particularidades, o delineamento da pesquisa orientou a escolha das fontes documentais a serem consultadas, os procedimentos de coleta documental, de técnicas de análise e de interpretação das fontes, em constante encadeamento aos questionamentos a serem respondidos.

No cerne da investigação, o aprofundamento em um caso empírico — as intervenções arquitetônicas projetuais no casario do sítio histórico de Olinda, se deu em função dos possíveis contributos à compreensão do fenômeno definido no problema de pesquisa. A variedade de evidências que dele poderiam ser extraídas, ao lado do seu caráter de contemporaneidade, bem como da possibilidade de definição de proposições teóricas prévias para a condução da coleta e da análise das fontes e da ausência de manipulação do comportamento nelas revelado situaram o estudo de caso em uma posição central na presente pesquisa (Yin, 2001). A natureza do problema demandou elucidações exclusivas ao ancoramento no objeto empírico, de onde puderam ser extraídos contributos propositivos da tese.

Com tal delineamento, a condição de partida da pesquisa foi a constituição de um banco de dados, denominado de *corpus documental*, entendido como “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1995, p. 96). Teve por objetivo a reunião de fontes documentais diversas, entre as primárias e secundárias, para análises e inferências, cuja natureza temática assume estreita aproximação ao problema de pesquisa.

Dentre as fontes documentais coletadas, as de natureza primárias assumem tipos diversos: (i) as relacionadas à formação histórica de Olinda, dentre as fontes textuais e iconográficas, (ii) as institucionais, associadas ao contexto normativo de salvaguarda cultural do sítio histórico e aos processos de intervenção arquitetônica no casario antigo³², (iii) as pesquisas acadêmicas, relacionadas aos estudos dos riscos de deslizamentos dos solos no sítio histórico, tais como os relatórios

32 As leis de proteção, os dossiês de tombamento do sítio histórico, os planos de salvaguarda e os processos de análise e aprovação dos projetos arquitetônicos de restauro no casario.

técnicos, pareceres, mapas e projetos de contenção, e, por fim, (iv) a literatura especializada relacionada ao marco teórico do restauro, de autoria de especialistas diversos.

Já as fontes de natureza secundária, constituem as teses e dissertações, os artigos científicos e os livros especializados. Nos últimos anos, as conhecidas “Lives”, em formato de palestras e “webinários”, transmitidas em plataformas remotas/ digitais, têm assumido um papel relevante na constituição do *corpus*³³.

A coleta das fontes documentais foi orientada pela técnica de documentação indireta, entendida por Marconi e Lakatos (2003) como a recolha de informações prévias, que pode se dar pelo levantamento documental, destinado à busca das fontes primárias, e pela pesquisa bibliográfica, voltada para as fontes secundárias. Desenvolveu-se tanto por meio da tradicional consulta aos bancos de pesquisas, físicos ou digitais³⁴, como também pelo uso de procedimentos bibliométricos, como estratégias de identificação de redes de interações de pesquisas³⁵. Alguns dos requisitos estabelecidos por Bardin (1995) foram assumidos na constituição do *corpus* documental, tais como (i) a exaustividade, na tentativa de abranger as fontes documentais desejadas, (ii) a representatividade, na relação do conteúdo temático revelado nas fontes documentais, (iii) a homogeneidade, na caracterização do tipo documental coletado, entre os gráficos e os textuais e, por fim, (iv) a pertinência, pela afinidade temática e de comprovação científica que as fontes coletadas resguardam com o universo da pesquisa.

33 Devido à pandemia do coronavírus, entre os anos de 2020 e 2022, uma alternativa para a divulgação de pesquisas e trabalhos acadêmicos se deu por meio de “lives”, que consistiam em palestras e apresentações de modo remoto/virtual, sobretudo relacionadas aos eventos científicos.

34 Os acervos físicos e/ou digitais consultados foram os das bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas, como as de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais e Lisboa, pela afinidade temática com o foco da pesquisa e pela relevância acadêmica que acumulam junto aos institutos de fomento à pesquisa. Tais critérios foram igualmente considerados na coleta de artigos acadêmicos disponíveis em periódicos. Os acervos físicos e digitais das instituições de preservação relacionadas ao sítio histórico de Olinda foram consultados pela busca em documentos primários, dada a escolha do objeto empírico de análise.

35 A bibliometria, ou “estatística da bibliografia”, consiste em “uma técnica quantitativa e estatística para medir índices de produção e disseminação do conhecimento, bem como acompanhar o desenvolvimento de diversas áreas científicas e os padrões de autoria, publicação e uso dos resultados de investigação” (COSTA et al, 2012). Na presente pesquisa, as principais bases digitais de dados consultadas foram a *Web of Science* e a *Scopus*, cujas referências foram organizadas no software *Mendeley*, a partir dos critérios de citações e relevância, sabendo-se que o caráter dinâmico dos acervos consultados pode ser modificado em função de novas publicações e suas redes de interação. Nessa etapa, alguns trabalhos coletados pela tradicional consulta aos acervos foram evidenciados no *ranking* de relevância e na frequência de citações, o que ilustra seu fator de impacto acadêmico e fortalece a cientificidade das fontes adotadas no trabalho.

Para o tratamento e manuseio do *corpus* documental, e em virtude dos objetivos buscados, foi definido pela técnica da análise de conteúdo, a qual consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1995, p. 42). Sua adoção teve foco nas “condições de produção dos textos” (Bardin, 1995, p. 40), em suas circunstâncias referenciais, ao invés do foco no estudo de linguagem. Dentre as etapas da análise de conteúdo, estão a pré-análise, a exploração das fontes e as inferências e interpretações (Bardin, 1995, p. 95), as quais seguem explicadas por terem sido adotadas na presente pesquisa.

[i] Pré-análise: organização e tratamento das fontes

A aproximação inicial com as fontes documentais se deu por meio da técnica de “leitura flutuante” (Bardin, 1995), enquanto abordagem ainda despreziosa, no intuito de melhor selecionar as fontes, verificar a pertinência dos seus conteúdos com o problema de pesquisa e agrupá-las por temática e hierarquias, em seu sistema de relações. Para além da natureza primária e secundária dos documentos coletados, eles também foram classificados por tipos — entre os textuais (acervos literários) e os gráficos (os projetos, fotografias, mapas). Documentos incipientes foram descartados, enquanto outros desencadearam pesquisas complementares, por meio das referências bibliográficas. A realização dessas ações permitiu o desvelar de três eixos de investigação: (i) a formação histórica e urbanística da antiga vila de Olinda, bem como seu desenvolvimento e leis de proteção, (ii) as teorias do restauro e (ii) as experiências de avaliação de projetos, para inferências.

[ii] Exploração do material: análise documental

A exploração do material consiste na etapa em que ocorre a análise documental, entendida como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência” (Bardin, 1995, p. 45).

Pode se dar pelo confronto de conteúdos, com vistas à verificação de consistências. De acordo com o método hipotético-dedutivo, por meio da análise documental foi possível a elaboração de uma hipótese para orientar o percurso da investigação.

Como atividade auxiliar, foi realizado o fichamento de cada fonte documental selecionada como pertinente à pesquisa, com o intuito de permitir uma melhor organização temática, com apreensão do conteúdo (Anexo 1). Assim como também foram preenchidos os Quadros Referenciais disponibilizados pelos professores da unidade curricular Laboratório II, do curso de Doutorado em questão (Anexo 2). O fácil manuseio desses registros favorece o constante processo de revisitação.

[iii] Inferências e interpretações: sistematização e interpretação documental

De acordo com Bardin (1995, p. 39) “a inferência consiste em uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da ‘sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras’”. Após a seleção e análise das fontes, as mesmas foram interpretadas para a construção de sentidos.

Como produto da interpretação documental, foi possível a criação e adoção de categorias de análise capazes de sintetizar e classificar os conteúdos mais relevantemente extraídos das fontes, de modo a oferecerem uma estrutura analítica para as inferências. De acordo com Bardin (1995, p. 118), “as categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”. O sistema criado “deve reflectir as intenções da investigação, as questões do analista e/ou corresponder às características das mensagens” (Bardin, 1995, p. 120).

No curso da investigação, também foi evidenciada como relevante a definição de variáveis de inferências, extraídas dos enquadramentos teórico e empírico da pesquisa, a fim de serem articuladas para reflexões aprofundadas. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 137), “uma variável pode ser considerada como uma classificação ou medida; uma quantidade que varia; um conceito operacional, que contém ou apresenta valores; aspecto, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração”. Ao consistirem em qualidades ou

magnitudes do objeto de estudo, as variáveis tornam-se capazes de expressá-lo, a partir de um significado que pode ser associado a um valor numérico.

Tais esclarecimentos preliminares permitiram a elaboração de um esboço gráfico das etapas e atividades da pesquisa, as quais não rigorosamente refletem os capítulos da tese, mas demonstram o delineamento adotado e o encadeamento das ações até as conclusões (Imagem 11). Na sequência, seguem resumidamente descritas as etapas de trabalho, cujo detalhamento das técnicas e análise dos dados seguem em cada capítulo da tese.

No gráfico, a etapa Especulativa diz respeito à revisão da literatura, para a delimitação e caracterização do marco referencial teórico, para fins de conformação do Objeto Teórico da pesquisa. Ancorada nos eixos de investigação das teorias do restauro, da formação histórica e urbanística do sítio histórico de Olinda e das experiências de avaliação de projetos, resultou na consolidação das inferências extraídas da interpretação da literatura. Sistematizadas em categorias de análise, criadas a partir dos elementos que mais fortemente têm caracterizado os discursos teóricos observados, as inferências delas emanadas consistem em contributos à elucidação do problema de pesquisa.

Já a etapa Experimental diz respeito à identificação e caracterização dos estudos do Objeto Empírico da pesquisa, situado diante do problema delimitado e das questões teóricas prévias, concentrados na exploração das fontes primárias relacionadas às intervenções arquitetônicas projetuais, ao contexto da salvaguarda cultural e aos estudos do perigo de deslizamentos das colinas históricas de Olinda, para fins de inferências. A escolha das fontes documentais, das técnicas de coleta, de análise e de interpretação documental foram esclarecidas na oportunidade da narrativa, de modo a melhor circunstanciar seus contornos.

Destinada à combinação entre as reflexões extraídas das etapas Especulativa e Experimental, ou seja, entre os Objetos Teórico e Empírico, foi revelada uma etapa de análise e interpretação, a qual busca consolidar as inferências, para subsidiar os contributos da tese. Nesse percurso, torna-se possível a identificação de lacunas documentais, que venham a demandar uma nova etapa de consulta e exploração do material, bem como a possibilidade de revisitação à hipótese da pesquisa e eventuais ajustes.

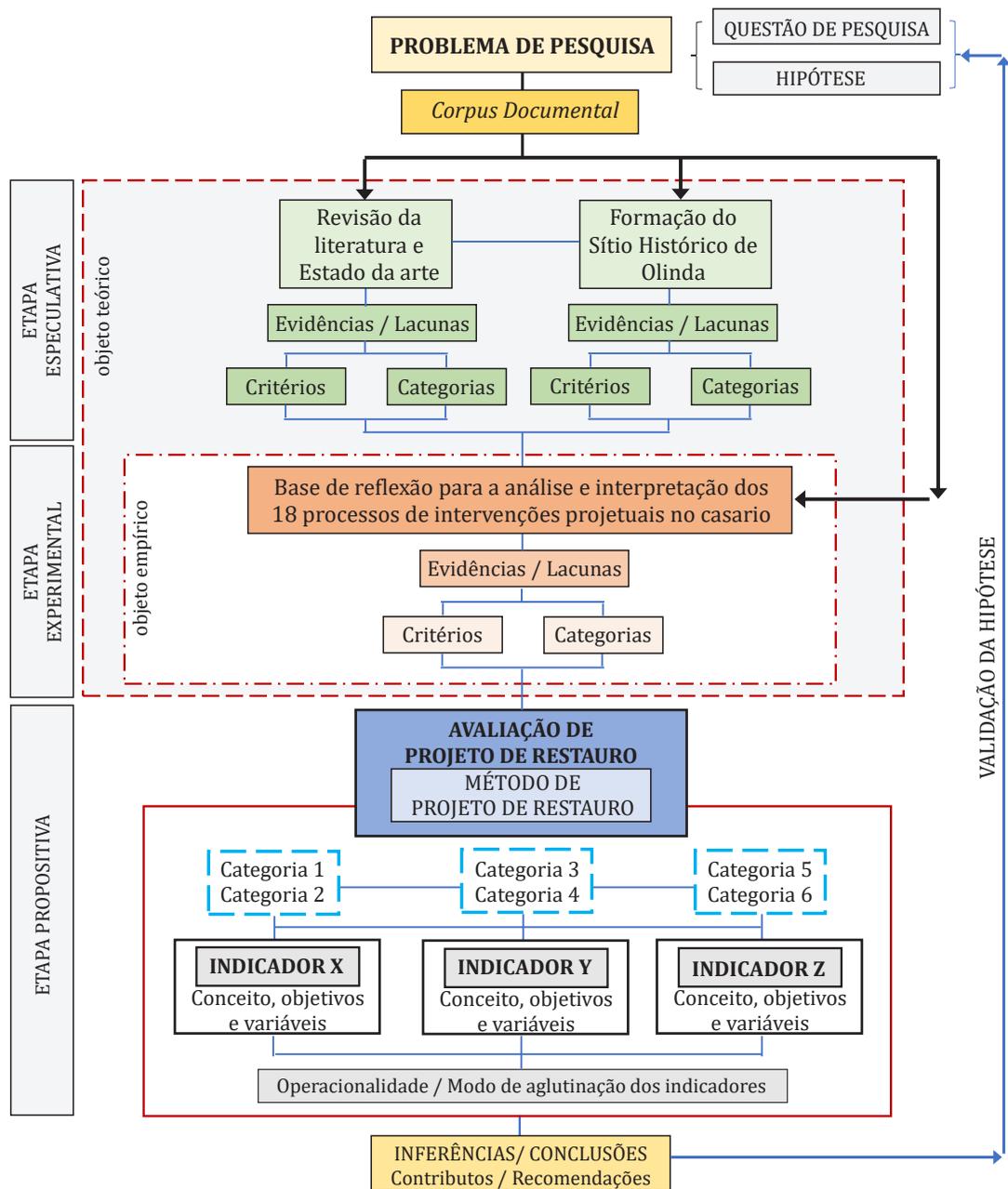


Imagem 11 Diagrama das etapas da pesquisa.

Fonte: Autora.

Por fim, a etapa propositiva teve por objetivo apresentar os contributos da pesquisa, com articulação entre as inferências levantadas ao longo da investigação. Além de fornecer os entendimentos gerais que subsidiaram a proposta, essa etapa apresentou a avaliação de projetos de restauro, em sua estruturação e meios de aplicabilidade. Os resultados alcançados foram aferidos em relação à hipótese, para fins de comprovação e legitimação científica, de modo a delimitar os contributos da pesquisa, com os devidos ajustes, aperfeiçoamentos e recomendações. Com tais contornos, a tese encontra-se estruturada em quatro capítulos, os quais seguem abaixo sinteticamente descritos.

O **primeiro capítulo** foi dedicado ao conhecimento do objeto, no que concerne à fundação e desenvolvimento da antiga vila de Olinda, seus preceitos urbanísticos, arquitetônicos e paisagísticos, a escolha pelo lugar de implantação, bem como a evolução da ocupação urbana e do desenvolvimento e seus desdobramentos para os riscos de deslizamentos de colinas no sítio histórico. Também expõe o contexto de salvaguarda cultural que contou para o reconhecimento de Olinda como Patrimônio Mundial, pela UNESCO, com destaque aos critérios considerados relevantes, sobretudo quando se reportam aos seus condicionantes primitivos de fundação, com extensão aos instrumentos normativos de proteção por ele acumulados, atores institucionais envolvidos na gestão da conservação, entre outros fatores que o situaram em uma condição de singularidade internacional.

Já o enquadramento teórico da pesquisa, a partir da delimitação dos conceitos e entendimentos adotados na condução da investigação, com resgate à base teórica das escolas do restauro, no intuito de destacar seus contornos e a eventual atualidade de alguns de seus princípios pode ser encontrado no conteúdo do **segundo capítulo**. Na extensão das reflexões associadas à aproximação da prática projetual, busca demonstrar a constituição das correntes intervencionistas, a partir da composição arquitetônica resultante na relação antigo-novo. Por fim, são destacadas questões de método de projeto, pela aproximação das teorias e recomendações do restauro, em que foi possível um esboço de um percurso projetual em preexistências históricas, a partir de categorias então definidas.

O **terceiro capítulo** se profunde nas questões projetuais que têm marcado o viés das intervenções arquitetônicas no casario do sítio histórico de Olinda, no século XXI, a partir da coleta documental dos processos existentes nas instituições

de proteção, especialmente no IPHAN. Com o tratamento e a sistematização do material apanhado, passa-se à caracterização dos processos e dos projetos, a fim de reflexões acerca das recorrências e conflitos, sobretudo quando confrontados com os instrumentos normativos de proteção e com a base teórica e de recomendações do restauro. Também nesse capítulo, foi possível uma organização do que se entendeu pelas ações projetuais no casario de Olinda, em relação às teorias do campo.

Na sequência, busca-se caracterizar as noções associadas ao campo das avaliações, sua estruturação, meios de mensuração, com a exposição do estado da arte desse tema e experiências no campo da conservação ou áreas correlatas, o que envolve o **quarto capítulo**. Trata-se de um preâmbulo para introduzir a proposição da tese, a qual consiste na avaliação de projetos de restauro no casario do sítio histórico de Olinda, estruturada a partir do delineamento do Método de Projeto de Restauro, de onde foram extraídos seus parâmetros relevantes, articulados na constituição dos indicadores de medição. O capítulo ainda foi extensivo à proposição da operacionalidade da avaliação, de modo a apresentar as inferências demonstrativas da articulação entre teoria e prática projetual.

O encerramento do trabalho se deu com as considerações finais da pesquisa, na corroboração da hipótese que conduziu a investigação e com os esclarecimentos necessários aos eventuais questionamentos levantados ao longo das inferências. Também abrange as recomendações gerais da proposta.

O CONTEXTO DO PROBLEMA DE PESQUISA

1 O SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA: entre a formação da antiga vila e o Patrimônio Mundial

Esse capítulo que inicia a apresentação da tese busca demonstrar como se deu o processo de ocupação territorial da antiga vila de Olinda, enquanto lógica de surgimento de nucleações primitivas situadas no litoral do nordeste brasileiro, sob influência da colonização portuguesa, dado o povoamento no continente ter se centrado em vilas, em Pernambuco e São Vicente. Porquanto hajam documentos históricos diversos que busquem datações acerca das primeiras construções ou dos domínios pelos estrangeiros, não se pretende incursões aprofundadas relativas a tanto, embora importantes. Mas circunstanciar as possíveis influências sobre a formação e o desenvolvimento urbano, histórico, arquitetônico e cultural da primitiva sede da Capitania Pernambucana, que foi a vila de Olinda, no intuito de compreender seus contornos e os vestígios relevantes que têm permanecido no tempo e que levaram à sua consolidação como sítio histórico e objeto de preservação cultural. Para tanto, boa parte da base documental foi constituída pelas fontes primárias — as gravuras, pinturas, mapas históricos³⁶ e os relatos de memorialistas estrangeiros, circunstanciadas em fontes secundárias.

36 De acordo com o Dicionário Cartográfico (Oliveira, 1980), um mapa consiste em uma representação gráfica, em uma determinada escala, com a indicação de acidentes físicos e culturais, nas devidas situações em que se encontram, em que pese uma possível associação aos sistemas de coordenadas; a qualificação enquanto “mapa histórico” demanda a representação de “fenômenos ou acontecimentos anteriores à época de sua elaboração”, a aproximar a história da geografia. Ao serem interpretados, devem ser consideradas as condições de produção dos mapas históricos.

Ao longo do processo de urbanização, entre ciclos de crise e prosperidade, Olinda chega aos fins do século XIX com elevado prestígio, então demandado pela descoberta dos banhos salgados em sua orla, a atrair os anseios de articulação territorial com o Recife e de adensamento construtivo. No entanto, a singularidade dos condicionantes ambientais e topográficos da localidade passa a significar um complexo ingrediente nesse contexto, a originar vulnerabilidades estruturais, seja nas colinas históricas ou em seus monumentos. No intuito de compreender tais fenômenos e de promover medidas de equacionamento ao perigo verificado, o de deslizamento dos morros e o de perda de integridade construtiva dos monumentos, quando da condição de proteção cultural do sítio histórico, foram evidenciadas discussões que se reverberaram no ambiente político e cultural da salvaguarda. Dentre os contributos resultantes, a deflagração de pesquisas geotécnicas aprofundadas, cujas evidências passaram a repercutir no modo de pensar a conservação do sítio histórico como um todo. Para tal compreensão, foram consultados documentos primários, relativos ao acervo das pesquisas exploratórias — relatórios, gráficos, mapas, fotografias, e secundários, nas devidas contextualizações.

A caracterização do panorama institucional da salvaguarda cultural em Olinda, a partir da conferência do título de Patrimônio Mundial, em 1982, foi revelada pelos fatores que a fomentaram, desde o tombamento de monumentos religiosos, na década de 1930, até a proteção extensiva ao sítio histórico, nos anos de 1960, com as normativas de proteção, nas distintas esferas, e identificação dos atributos e valores de longa duração. Os documentos primários representados pela legislação de proteção e mapas, bem como os pareceres e dossiês de tombamento, as fotografias, ao lado das fontes secundárias, os trabalhos científicos, foram relevantes à compreensão.

1.1 Surgimento e ocupação urbana da antiga vila de Olinda

As evidências que indicam o período em torno do início do século XVI com a disputada “descoberta” do Brasil, pelo navegador português Pedro Álvares Cabral, podem ser um registro balizador do domínio das terras pelos estrangeiros. Tratava-se de uma viagem expedicionária, de desbravamento do território, ainda sem o intuito de fixar a colonização, mas que pode se situar como ponto de inflexão nos atos de conquista no continente americano.

O deslumbramento com a região litorânea brasileira, especificamente o nordeste, logo despertou planos lusitanos motivados para a exploração de seus recém-descobertos recursos naturais: as terras abundantes, os valiosos cursos d'água, a diversidade da fauna e a extensão das matas nativas e tropicais. Foram estes os atributos que vocacionaram o perfil agrícola da região, que, embora alheia às matérias minerais, como o ouro e a prata, profusos em outras regiões, acumulava elevada oferta do pau-brasil e da cana-de-açúcar.

Enquanto o pau-brasil era utilizado para a confecção de utensílios domésticos e mesmo nos sistemas construtivos — Oliveira Lima o reconhecia como “o grande negócio” (1895, p. 12) —, a cana-de-açúcar motivou o surgimento de dezenas de engenhos na região nordeste, posteriormente transformados em usinas, cuja instalação e funcionamento em muito contribuiu para a ocupação no sentido continental e para a consolidação das bases econômica e social. Segundo Andrade (1974, p. 30), o desenvolvimento foi possível pelo fato de Pernambuco reunir qualidades propícias à exploração do açúcar: condições climáticas bem definidas e caracterizadas pelo clima quente e úmido, solos aluviais, posição geográfica privilegiada — a mais aproximada ao mercado europeu, a existência de portos naturais protegidos pelos arrecifes de coral, além do perfil forte e dinâmico que caracterizou o governo de seu primeiro donatário, Duarte Coelho. Urgia, portanto, a fundação das vilas como base ao domínio do território, a funcionarem como meio de abastecimento e fortalecimento do reinado português.

Para que a colonização fosse conduzida, foram instituídos os sistemas de domínio de terras similares aos feudos, com os devidos privilégios aos colonizadores, representados nas Capitânicas Hereditárias, levando à divisão do Brasil em dotes. Assumidas as Capitânicas pelos respectivos donatários, os colonizadores, tiveram a de Pernambuco, sob a responsabilidade de Duarte Coelho, que a denominou de Nova Lusitânia, e a de São Vicente, na região paulista, com a condução de Martim Afonso de Sousa, as maiores prosperidades nos primeiros séculos.

Segundo Oliveira (2011, p. 27), a Capitania de Pernambuco foi formalmente instituída por meio de dois importantes documentos, ambos de 1537. Enquanto a Carta de Doação, feita pelo rei ao donatário, continha os limites territoriais e as sesmarias, com registros de leitura do território, o Foral da Capitania, de autoria do donatário, versava sobre os direitos e deveres entre o outorgante e outorga-

do, além de setorizações no território, a partir dos aspectos funcionais, sociais e ecológicos, e das pioneiras diretrizes urbanísticas para a ocupação e uso do solo. Nessas circunstâncias, o Foral de Olinda passa a se situar como um marco do surgimento da vila, que se posicionou como capital da província de Pernambuco até 1827 — foi tido como o “único texto de Foral de Vila conhecido do País e o Primeiro Plano Diretor do Brasil” (Oliveira, 2011, p. 20). A longevidade histórica que nos remete ao documento também acusa a adoção de expressões que pouco permaneceram entre nós, na indicação dos sítios e setorizações, os quais se acham devidamente interpretados no valioso trabalho citado.

No curso dos caminhos outrora desbravados, após as tropas portuguesas travarem batalhas com os indígenas, na localidade de Itamaracá, foi fundada a vila denominada “Santa Cruz de Santos Cosme e Damião de Igarassu”, onde foi erigida uma pequena ermida em devoção a Cosme e Damião. Era o início da formação da vila de Igarassu, mas que pouco desenvolvimento assumiu, em função da busca por uma região mais atraente à fundação da sede do governo. A ausência de qualidades regionais e militares para a fixação da sede do poder na localidade, levou a Duarte Coelho a descer pelo litoral, no sentido sul, e escolher o alto das colinas do frondoso sítio para a origem de uma vila, com interesses de domínio, “um morro senhoril, coroado de massiços de palmeiras”, no dizer de Lima (1895, p. 11).

No litoral, a localidade conhecida por *Marim*, povoada pelos indígenas, os *Caetés*, foi disputada para a origem da Capitania, cujo platô mais elevado serviu de base aos portugueses para a construção de uma “torre de pedra e cal”, como símbolo do poder. Era ao mesmo tempo o Palácio e a Fortaleza de Duarte Coelho, a reunir as funções de governo, moradia e vigilância. Lá foram concentradas edificações importantes, tais como a câmara e as ermidas, e outras de pequeno porte, arquitetura civil, acomodadas em uma praça pública, em desfrute panorâmico para o mar e o horizonte. O arruamento primitivo, representado pela Rua denominada “Nova”, passava a conferir uma diferente fisionomia à *Marim dos Caetés*, a qual logo assumiu uma outra toponímia: Olinda. Segundo Menezes (2017, p. 24-25):

A formação desse casario de ambos os lados da Rua Nova seguiu o modelo habitual na Europa, ou seja, as moradias se juntavam umas às outras, na formação de uma perspectiva Ibérica. Cada unidade de moradia, salvo algumas casas de teor mais rebuscado, foi construída tomando por referência a memória e o conhecimento dos primeiros pedreiros ou mestres de obras.

A necessidade de um sistema de defesa militar, com visão estratégica à distância para possíveis ataques dos inimigos, seja pelo mar, pela costa ou a oeste, foi dos principais condicionantes para a escolha do lugar no alto das colinas para o estabelecimento da sede do poder — constituíam ecos dos modelos medievais de cidades europeias. A partir daí, a estruturação do território se deu de modo lógico, a seguir as naturais imposições do acidentado relevo, onde o viés religioso, representado na construção das ermidas de São Salvador do Mundo, de Nossa Senhora da Graça e de Nossa Senhora do Monte, enquanto vestígios jesuítas mais primitivos, deu a tônica da urbanização, a seguir as orientações constantes no Foral. Ainda segundo Menezes (2017), tal escolha não foi ocasional, mas estava fundamentada em profundos estudos de cartografia marítima e territorial.

É possível ainda afirmar que as formações geológicas tenham, em certa medida, influenciado na escolha locacional de fundação dos povoados no litoral pernambucano: “as minas de calcário e os barreiros adequados à fabricação de telhas e tijolos poderiam ser entendidos como uma das condições materiais fundamentais para a evolução das cidades e vilas pioneiras” (Araújo, 2018, p. 115). Na instalação da vila de Olinda, a proximidade de córregos, rios e manguezais foi buscada para fins de abastecimento d’água, assim como potencial fonte de fornecimento de lenha e madeira para as construções, cujas diretrizes constavam definidas desde o Foral, segundo interpretações:

(...) quanto às suas colinas, muito além da defesa contra a ferocidade das tribos indígenas, seriam fontes de argila onde afluía uma rocha calcária de cor amarelo-claro. Assim, barreiros e pedreiras se constituíam nos principais materiais de construção. Por séculos, a população local se abastecerá desses materiais além do que ofereciam os manguezais. (...) A localização do sítio olindense, revelando a sabedoria lusa, proverá dos materiais imprescindíveis para as olarias, caieiras e pedra de cantaria (Araújo, 2018, p. 116).

Enquanto o alto dos montes se destinava a uma ocupação da fidalguia, “para além dos sistemas defensivos, aqui se localizavam as principais estruturas do poder cívico e religioso e as habitações de mais elevado estatuto” (Teixeira, 2015), os baixios de Olinda foram afeitos a funções associadas ao pequeno comércio marítimo e a algumas casas de pescadores, instalações que resguardavam uma relação muito aproximada à paisagem lacustre. Os baixios, conhecidos por Varadouro, se apresentavam pouco propícios à instalação de um porto que pudesse dar conta das vultosas transações marítimas de importação e exportação demandadas pelo

mundo europeu. Por esse motivo, lá foram situadas algumas poucas feitorias, aos moldes de armazéns. A pouca profundidade de suas águas e a inexistência de arrecifes de proteção no litoral olindense — qualidades assumidas pela península do Recife, fizeram com que essa região se tornasse, por muitas décadas, o seu porto natural. Tratava-se de uma estratégia funcional proveitosa, originada em uma relação de interdependência entre esses dois povoados, Olinda e Recife, nascidos praticamente como irmãos. Mas o curso da história, marcado por uma trajetória de rivalidade e conquistas, reservou destinos bem distintos a ambos. Resgatar tais fatos busca demonstrar a compreensão histórica da formação do território, onde as funções portuárias favoreciam o desenvolvimento da Capitania, onde quer que estivesse a sua sede.

As áreas de várzeas representavam os alagadiços e mangues que constituíam seu ecossistema natural, a circundar as colinas históricas, identificadas nos mapas primitivos como as de “Beberibe”, do “Capibaribe” e das “Vacas”. Para além dessas áreas, acham-se também localizadas as de reboleiras de matos, rossio, ribeiro, vales, entre outras cujos planos de setorização e povoamento já constavam traçados no Foral, como uma intenção, a caracterizarem a paisagem costeira (Oliveira, 2011).

Na percepção da vocação açucareira como meio de exploração econômica, engenhos foram instalados nas áreas mais distantes, os arrabaldes do sítio primitivo, seguindo a estratégia de proximidade de mata abundante e de cursos d’água — recursos explorados como meio de geração de energia e de escoamento de mercadorias e matéria-prima para o litoral, onde se achava o Porto (Barreto, 2021). No sistema social em origem na Nova Lusitânia, os senhores de engenhos eram também proprietários de posses na antiga vila de Olinda, as quais podiam variar entre lotes, imóveis e o comércio.

O processo histórico de formação urbana de Olinda refletia o padrão português de ocupação do território, cujas características próprias também diziam muito sobre os modos de pensar o urbanismo no mundo europeu. De acordo com Teixeira (2015, p. 33), duas foram as características principais do padrão lusitano: as derivadas da lógica territorial e as da lógica geométrica. No primeiro caso, o qual se aproxima às razões de urbanização de Olinda, a compreensão das características do território, em sua condição geográfica e ambiental e de ecossistemas naturais

é premente, a então conduzir a concepção de estruturas urbanas não regulares, que se baseiam na adaptação ao território, sem traçado rígido, o que pode resultar em curvas sinuosas, a acompanharem a topografia, e em visuais pitorescos entre caminhos. Nessas circunstâncias, segundo o mesmo autor, as vias principais acompanham as linhas naturais do território, seja de cumeada ou de vale, a interligar os edifícios notáveis, geralmente implantados nos pontos mais altos do relevo³⁷. A conexão entre os sistemas de espaços públicos, de pátios e praças, com os espaços privados reflete as hierarquias, facilmente perceptíveis na leitura da forma urbana. Na segunda situação, para ilustração do modelo de implantação, a relação do Homem com a divindade teria a influência de proporcionar um traçado urbano mais geométrico, pouco dependente dos condicionantes topológicos, enquanto desenhos urbanos associados à erudição.

Para uma compreensão espacializada, a cartografia histórica é explorada, no sentido de demonstrar a representação do traçado da vila primitiva de Olinda, em suas nuances urbanísticas, paisagísticas, territoriais e geográficas, ainda apoiada em antigas gravuras. Nos mapas abaixo representados, da Vila de Olinda e Porto do Recife, de Luiz Teixeira (fins do século XVI) e de João Teixeira Albernaz I (de 1612), é possível perceber os vestígios da ocupação territorial, pela representação de casas e edificações religiosas no alto das colinas olindenses, mas sem o arruamento dominante e em proximidade litorânea. Na extensão da península, no sentido sul, consta a ocupação urbana do Recife, motivada por funções associadas à atividade portuária, a almejar ares futuros mais modernos. De acordo com Manguinho (1956), algumas décadas após a sua fundação, a vila de Olinda reunia “setecentas casas de pedra e cal, além de edifícios públicos, igrejas e conventos”.

No primeiro mapa, é ainda possível identificar a representação de uma ponte sobre a Bacia do Beberibe, nas proximidades a oeste da vila de Olinda, objetivada na efetivação dos antigos caminhos de articulação territorial, entre o burgo quartino e os arrabaldes mais distantes. Nos mapas ainda é possível observar uma rarefeita ocupação a oeste, próxima aos braços de rios, caracterizada pelos antigos engenhos, bem como os vestígios de trincheiras, próximos à orla (Imagens 12 a 15).

37 Diretrizes preliminares possíveis de serem igualmente verificadas na fundação de outras cidades brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro, São Luís, João Pessoa, Igarassu, Itamaracá, Vitória e Natal.



Imagem 12 Cartografia da antiga vila de Olinda. Mapa da Vila de Olinda e Porto do Recife, de Luís Teixeira, fins do século XVI.

Fonte: Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vila_de_Olinda_e_Porto_do_Recife_-_Mapa_de_Lu%C3%ADs_Teixeira_-_c_1582-1585.jpg> acesso em 12.07.2021

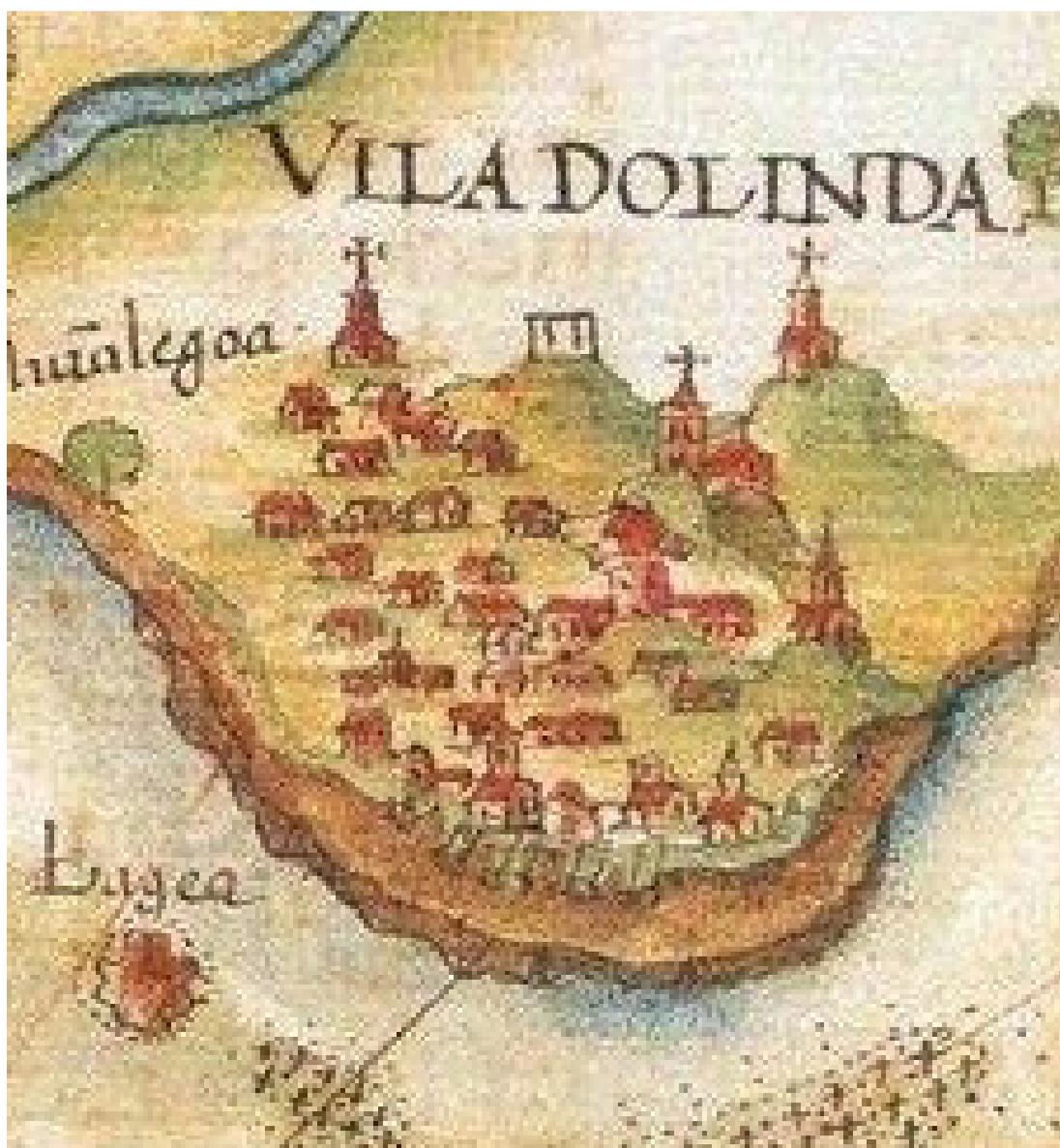


Imagem 13 Detalhe do mapa da Vila de Olinda e Porto do Recife, de Luís Teixeira, fins do século XVI.
Fonte: Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vila_de_Olinda_e_Porto_do_Recife_-_Mapa_de_Lu%C3%ADs_Teixeira_-_c_1582-1585.jpg> acesso em 12.07.2021



Imagem 14 Mapa do Recife e da vila de Olinda, por João Teixeira Albarnaz I, de 1612.
 Fonte: Disponível em: <<https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/9723>> acesso em 12.07.2021.



Imagem 15 Detalhe do mapa do Recife e da vila de Olinda, por João Teixeira Albarnaz I, de 1612.
 Fonte: Disponível em: <<https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/9723>> acesso em 12.07.2021.

O mapa *Civitas Olinda*, datado de 1630, de autor desconhecido, apresenta o traçado mais consolidado do urbanismo português como aquele estruturador do território, onde estão expostas as formas das quadras e do arruamento, como uma primeira leitura do traçado urbano propriamente dito, mesmo com ausência de registro do relevo acidentado e das nomenclaturas das vias (Imagem 16). As antigas edificações religiosas também se acham demarcadas, assim como a várzea dos rios e alagadiços. Já na gravura de início do século XVII, alguma compreensão do relevo acidentado se revela, cujo perfil urbano da antiga vila consta marcado pelas torres das edificações religiosas e com o espraiamento das casas em direção ao mar (Imagem 17). A vegetação já se caracterizava abundante, em meio às edificações, e o panorama que se desfruta pelo mar demonstra se tratar de uma situação privilegiada, a qual despertou em Barléus (1940, p. 40) a impressão da vila de Olinda como “notável por belos edifícios e templos”.

No mapa *Civitas Olinda*, a outrora Rua Nova já se apresentava plenamente constituída, faceada a leste pela ermida de São Salvador e a oeste pelo antigo Hospital da Misericórdia, posicionado como pioneiro no Brasil. Ao longo de sua extensão, atualmente denominada Rua Bispo Coutinho, localizavam-se as funções mais prestigiosas e a fidalguia, inclusive a antiga casa de câmara, com descortínio para o mar. Acima da ermida, que se identifica como a atual Igreja da Sé, pode-se verificar a indicação da Igreja da Graça, com o Colégio Jesuíta; mais abaixo, o conjunto franciscano, com a ladeira que desembocava nas proximidades do Forte de mesmo nome, também conhecido por Fortim do Queijo.

A Igreja do Carmo parecia das mais próximas ao mar, situada em uma imponente colina, cujo acesso principal se dava por um caminho singelo, ainda ermo de edificações, conformador da rua da Liberdade, futuramente contemplada com uma praça de mesmo nome, conhecida por Praça da Abolição ou da Preguiça. Tal caminho permitia a interligação com a localidade que recebeu a Igreja de São Pedro, com praça, de onde se ramificaram as vias posteriormente denominadas de Sete de Setembro, 27 de Janeiro e Prudente de Moraes, em que esta assumia a continuidade de articulação urbana até a atrativa localidade conhecida por Quatro Cantos. A Rua da Matriz, popularmente conhecida por Ladeira da Sé, de acentuada declividade, situava-se como dos principais percursos de ligação entre a ermida primitiva e o baixio do litoral.

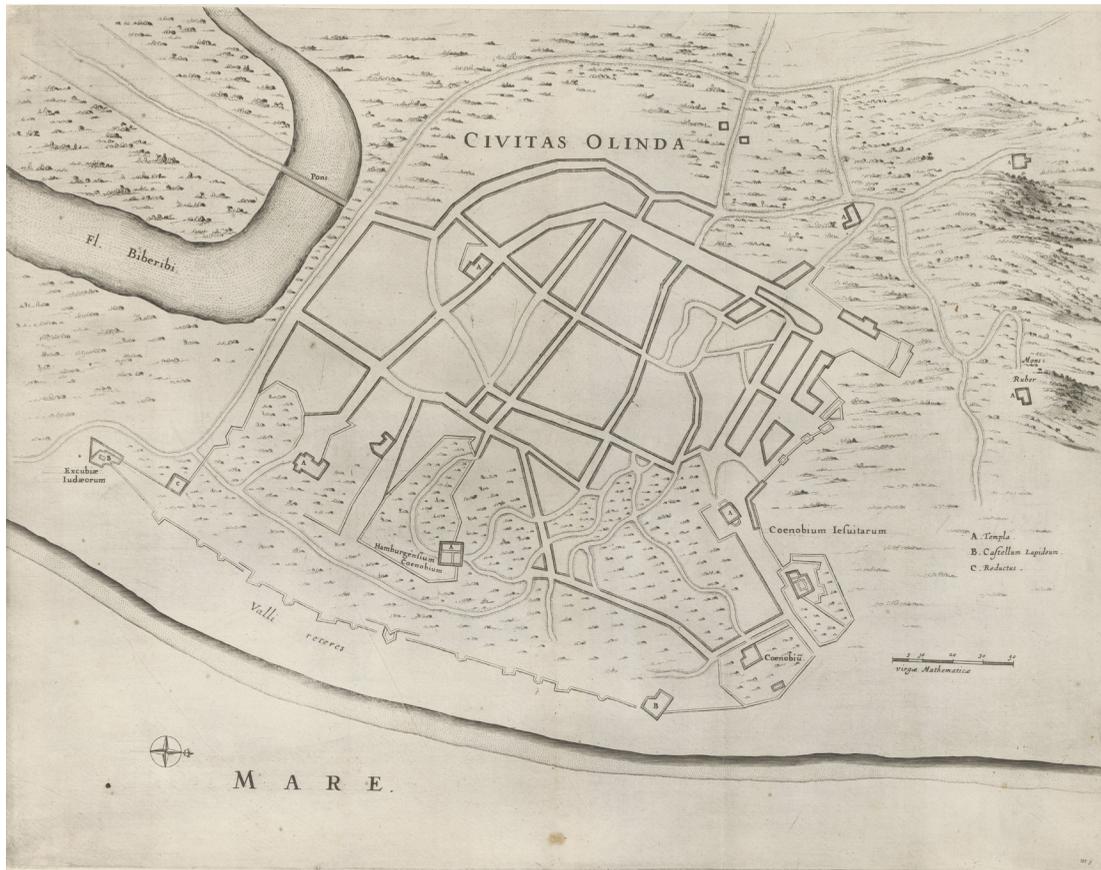


Imagem 16 Mapa *Civitas Olinda*, de autor desconhecido, com provável data de 1630.
 Fonte: Disponível em: <<https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/11960>> acesso em: 12.07.2021



Imagem 17 Gravura de Olinda, com autoria atribuída a Daniel Meissner, de início do século XVII. Fonte: Arquivo Instituto Moreira Salles

Da localidade de São Pedro, seguiam vias de articulação até o Mosteiro de São Bento, cuja via principal de acesso ao conjunto beneditino abrigava edificações de destaque histórico, tais como a casa onde faleceu João Fernandes Vieira, um dos heróis da Restauração Pernambucana, e a sede do Palácio Municipal. Ao desembocar na outrora Igreja de São Pedro Mártir, transformada em ruínas, em 1915, a Rua de São Bento permitia grande descortino paisagístico para o Recife. A continuidade de sua extensão ficou conhecida por Rua Bernardo Vieira de Melo, das principais de articulação primitiva do território, a acolher o mercado de carnes e frutas e a futura instalação da sede do Senado da Câmara, onde, em 1710, o herói da Guerra dos Mascates bradou a fundação da República. A confluência da mesma via desembocava nos Quatro Cantos, a concentrar funções associadas ao comércio, de onde se originava a Ladeira da Misericórdia, uma das mais íngremes do sítio histórico, que se articulava à Igreja da Misericórdia, um dos pontos notáveis do lugar³⁸. Uma outra importante via desde o Carmo até a Ladeira da Misericórdia é a do Bonfim, a qual mantém seu traçado, a acolher a igreja homônima.

Ainda no mesmo mapa, é possível observar que a rua conhecida por Amparo não constava totalmente edificada, mas seu eixo viário era demarcado, como percurso natural de ligação até a Igreja de Nossa Senhora do Amparo e, dessa, para a Igreja de São João Batista. Na fundação da vila, esse caminho era dos principais de ligação entre o Varadouro e as localidades de Itamaracá e Igarassu, ao norte do território. Como bolsão urbanizado, percebe-se a configuração da via que foi denominada por Rua 13 de Maio, em deferência à libertação dos escravos, a concentrar funções residenciais e de comércio local, inclusive a antiga cadeia eclesial, dita Aljube.

A partir da Rua 13 de Maio, é possível perceber a consolidação da Rua da Ponte, uma das responsáveis pela articulação territorial ao sul da província, depois denominada de Rua da Boa Hora, com igreja homônima. Pelo lado sul, os caminhos de articulação natural do território tinham no istmo um percurso de mais rápido escoamento até o porto do Recife, por meio da Ladeira do Varadouro também conhecida por Quinze de Novembro. Ao interligar o baixio da Várzea do Capibaribe, onde se situa a Igreja de São Sebastião, à sede do Palácio do Governo, tal ladeira

38 Segundo historiadores, quando as ruas eram muito extensas, era comum a sua subdivisão em trechos, que recebiam distintos nomes, assim como aconteceu com as ruas do Amparo, do Bonfim, Rua Prudente de Moraes, Rua de São Bento e Rua 13 de Maio, ainda que na atualidade assumissem a denominação única em sua extensão.

também permitiria o desfrute panorâmico para o Recife, ao sul. Do lado contrário, ao norte da vila, ainda é possível verificar a indicação da Igreja de Nossa Senhora do Monte, em área erma. Toda essa configuração urbana primitiva ainda é possível de ser reconhecida na atualidade, com tais contornos e edificações de destaques, sendo registradas perdas funcionais, em relação às outrora vocações.

Tal urbanismo que tão bem caracterizou Olinda também emprestou seus traços peculiares para a escala da arquitetura, dada a interdependência que se dá entre as edificações e sua implantação nos lotes, os quais possuem direta relação com o traçado urbano (Filho, 2000, p. 24). A fisionomia das vilas de origem portuguesa parecia ser um reflexo dos seus partidos de planta, cujo esquema evolutivo do imóvel variava entre as casas térreas e as do tipo sobrado, inclusive na alternativa do porão. O arquiteto paulista Carlos Lemos (1989) apresenta uma descrição dos tipos construtivos meia-morada e morada-inteira, que caracterizaram a arquitetura civil residencial do período colonial no Brasil, inclusive na versatilidade dos usos mistos, quando da alternativa de oficinas ou lojas no cômodo da frente, geralmente destinado a sala de visitas. O mesmo autor ainda informa que “as condições sócio-econômicas e o clima determinaram plantas, agenciamentos e partidos arquitetônicos peculiares” (Lemos, 1989, p. 13), embora a fisionomia permanesse com poucas variações. Não pareceu à toa as afirmações de Vauthier sobre as casas pernambucasas, em que “quem viu uma casa brasileira, viu quasi tôdas” (1943, p. 143)³⁹. Segundo Menezes (2017, p. 25).

As casas, tão repetidas em todo o Brasil, seguiam em sua distribuição interna o modo social de moradias na Europa, onde havia uma sala acessível a quem visitava o morador, um longo corredor, ao lado do qual estavam os cômodos de dormir e uma sala ao fundo, no caso de Olinda voltada para um longo quintal. Este último que deu à Vila um aspecto paisagístico de um longo pomar.

Smith (1969, p. 92) igualmente reconheceu que “as casas das cidades do século XVIII conservam, na maior parte dos casos, a feição das plantas da casa de Olinda [a casa com muxarabi, situada na Praça de São Pedro], em que os aposentos da família ficavam quase todos no andar de cima”. Ainda que houvesse a possibilidade do andar térreo ser destinado a loja ou armazém e o superior, à moradia, o rés-do-chão poderia ter a fachada variada entre portas e janelas, não sendo obrigatório dispor apenas de portas. Sobre a existência do quintal, o mesmo autor ainda in-

39 Impressões assumidas por L. L. Vauthier a partir de suas vivências no Brasil, entre 1840 e 1846.

forma que “nas mais antigas casas brasileiras o quintal era uma área estritamente utilitária, limitada por dois, ou no máximo, três lados por ala do edifício” (Smith, 1969, p. 53).

Tais relações espaciais foram estudadas em Barreto e Milet (2010) no que se entendeu por tipo arquitetônico do casario de Olinda, observado como uma síntese do próprio sítio histórico, em suas distintas épocas construtivas. A constituição de um chamado “Tipo Base” foi entendida como um “conjunto de formas invariáveis, que permaneceram por um processo de longa duração” (2010, p. 18), no que se refere à implantação/planta-baixa, volumetria e fisionomia⁴⁰.

Enquanto o esquema de partido de planta parecia constante, a técnica construtiva poderia se representar diversa, cujas paredes variavam entre as alvenarias de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão (Filho, 2000), e os sistemas de cobertas eram geralmente com madeiramento roliço e telhas de barro do tipo capa e canal. Se por um lado, “o jesuíta Fernão Cardim, ao visitar Olinda em 1584, achou ali ‘uma boa casaria de pedra e cal, tijolo e telha’” (*apud* Smith, 1969), houve registros de Smith (1969, p. 55) que “na região de Olinda, os holandeses encontraram uma arquitetura de madeira e barro”. A simplicidade das técnicas construtivas representava a singeleza no aperfeiçoamento dos acabamentos, visto que as construções, no mais das vezes, dependiam da mão-de-obra escrava. Segundo descrições de Baers (*apud* Cavalcanti, 2017, p. 168) sobre Olinda: “as casas não são baldas de conforto, mas cômodas e bem feitas, arejadas por grandes janelas, que estão ao nível do sótão ou celeiro, mas sem vidros, com belas e cômodas subidas, todas com largas escadarias de pedra, porque, as pessoas de qualidade moram todas no alto. Os umbrais de todas as portas e janelas são, de pedra dura e pesada”.

Tais traços arquitetônicos, e também urbanísticos, da antiga vila ainda tenderam a permanecer, mesmo após o incêndio pelo qual Olinda foi vítima, ocorrido no início da ocupação holandesa em Pernambuco, entre 1630 e 1654. Na luta pela conquista do território, os flamengos reconheceram na ilha do Recife qualidades mais atraentes à instalação como sede do governo, desde o caráter alagadiço das

40 Das variações do Tipo Base, as autoras identificaram a classificação de cinco tipos arquitetônicos mais recorrentes no casario de Olinda: meia-morada, morada-inteira, porão alto com meia-morada ou morada-inteira, meio-sobrado e sobrado-inteiro. Ainda foram identificados os chamados “estereótipos”, os quais “podem ser identificados quando ocorre evolução tecnológica, alterações das práticas sociais sobre a ocupação do espaço e, ainda, quando acontece a própria deterioração física do objeto construído, que fica sujeito a um processo de obsolescência e de transformação de tipos” (Barreto e Milet, 2010, p. 19).

terras, até a proximidade com a área portuária, a qual parecia apresentar atratividades ao sistema de defesa, que era das preocupações à garantia do domínio do território.

Instalados no Recife, sentiram a necessidade de também conquistarem Olinda, não com objetivos de colonização, mas para sua destruição, como símbolo da vitória sobre os portugueses. Foi assim que, em 1631, os holandeses seguiram com suas tropas para Olinda e encontraram a antiga vila já em situação de abandono pelos seus moradores, que fugiram para engenhos ou para o Recife, por medo de retaliações. Ao tempo em que lá atearam fogo, levando à sua destruição, os flamengos efetuaram apreensões diversas, desde terras, imóveis e objetos. “Como que condenada pelo destino, arruinou-se a formosa Olinda, mostrando-se chorosa. As casas, os conventos e as igrejas, derrubados, não pelo furor da guerra, mas de propósito, lagrimavam com a própria ruína” (Barléus, 1940, p. 154). No dizer de Pereira da Costa (1898, p. 05), Olinda era “a bella e florescente capital”, mas se tornou um “amontoado de pedras”, segundo Carpentier (*apud* Cavalcanti, 2017, p. 170). Após o incêndio, “transportou cada um para o Recife os restos e os entulhos vendíveis da cidade demolida, aproveitando os materiais em novas edificações para que, desaparecendo a mãe — Olinda —, lhe sobrevivesse das ruínas, embora com outro aspecto, a sua filha — Mauriciópole” (Barléus, 1940, p. 154). Registros iconográficos documentaram perdas razoáveis, embora em muito o traçado urbano lusitano tenha sido conservado (Imagens 18 a 22).

Nas estampas “Olinda de Phernambuco” e “Marin d’Olinda de Pernambuco” (Imagens 18 a 20), é possível reconhecer a indicação dos conjuntos franciscano, carmelita e beneditino, bem como da Igreja da Graça e antigo colégio dos jesuítas, cuja proeminência de suas representações, em relação ao casario e ao relevo, pode refletir a influência da religião no meio urbano e social da antiga vila. Já as gravuras do neerlandês Frans Post representam uma Olinda desolada e erma, vítima do incêndio, em 1631 (Imagens 21 e 22).

Várias razões são apontadas por historiadores para tamanho feito por parte dos flamengos: desde dificuldades na instalação de sistemas de defesa, dada a condição topográfica acidentada do antigo burgo duartino, dificuldade de expansão territorial e até mesmo uma atitude de supremacia do poder sobre os portugueses. Segundo Smith (1969, p. 55), o principal objetivo da invasão era a posse dos



Imagem 18 Estampa “Olinda de Phernambuco”, com data de 1630-1677, a ilustrar o momento de invasão holandesa na costa do nordeste brasileiro, autor desconhecido.
Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles.



Imagem 19 Estampa “Olinda de Phernambuco”, com data de 1630-1677, a ilustrar o momento de invasão holandesa na costa do nordeste brasileiro, autor desconhecido.
Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles.



Imagem 20 Estampa “Marin d’Olinda de Pernambuco”, de 1644.
Fonte: Laet (1912).



Imagem 21 Panorama de Olinda, com a representação da condição de ruínas, de autoria de Frans Post, de meados do século XVII.
Fonte: Disponível em: <[https:// www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Frans-Post/257089/As-ru%C3%ADnas-de-Olinda.html](https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Frans-Post/257089/As-ru%C3%ADnas-de-Olinda.html)> acesso em 12.07.2021



Imagem 22 Panorama de Olinda, com a representação da condição de ruínas, de autoria de Frans Post, de meados do século XVII.
 Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

canaviais de Pernambuco e das capitanias adjacentes, pois, durante o domínio, os holandeses se tornaram senhores de grande parte da área cultivada, o que incluía Olinda e arredores. Se por um lado, o sentido de arrasamento de Olinda parecia demonstrar a hostilidade entre os povos, Pontual e Milet (2007, p. 08) enfatizam que “pode-se pensar que o ato de incendiar Olinda, mais do que previsto e ‘proposital’, mais do que ter sido considerado como um ‘ato de inteligência’, era desejado. A vila de Olinda era coisa a ser extinta, perdida, enfim, esquecida”.

O período compreendido entre 1637 e 1645 corresponde ao governo de Maurício de Nassau, que se fixou no Recife e efetuou um ambicioso Plano Diretor de Urbanização, de autoria do arquiteto holandês Pieter Post, com importantes modernizações promovidas na ilha de Antônio Vaz: “mandou abrir canaes, circumvalal-a, lançar pontes, levantar casas com materiaes da arruinada Olinda e construiu para si dous palácios” (Pereira da Costa, 1898, p. 57). Passado algum tempo de arruinamento da vila de Olinda, o mesmo governante autorizou sua reconstrução, que se deu entre 1645 e 1654, quando, em 1660, houve a determinação pelo retorno residencial para Olinda, mesmo que ela ainda tivesse decadente. A perspectiva era de elevação de sua condição para cidade, ocorrida em 1676 — quando a antiga ermida de São Salvador do Mundo passou a ser catedral.

Ao observar o mapa da vila de Olinda, de autoria de Golijath, de 1648, é possível verificar a permanência do arruamento e quadras, inclusive com o parcelamento do solo alusivo ao seu estado primitivo (Imagem 23).

Ainda que o incêndio tenha sido um marco de destruição da estrutura física, em muito sentida nas edificações, mobiliário e elementos decorativos, o traçado urbano português estruturador da antiga vila duartina ainda sobrevivia no tempo. Pouco depois, outro registro cartográfico, de autoria desconhecida, também consolida a permanência daquele traçado de viés lusitano em Olinda (Imagem 24).

Em certa medida, a luta entre portugueses e holandeses se repetiu com a Guerra dos Mascates, cujas motivações se deram com a independência adquirida pelo Recife, em relação a Olinda, com a conquista de sua condição de cidade, no início do século XVIII. Quando o Recife passou a assumir a sede do governo, com ecos de muita prosperidade, fez com que Olinda se tornasse preterida dos planos de modernização e desenvolvimento econômico. Mesmo assim, ainda permanecia muito admirada, como foram as impressões do viajante português Henry Koster,



Imagem 23 Trecho do Mapa de Pernambuco, com a conformação da vila de Olinda, por Cornelis Golijath, em 1648.
 Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

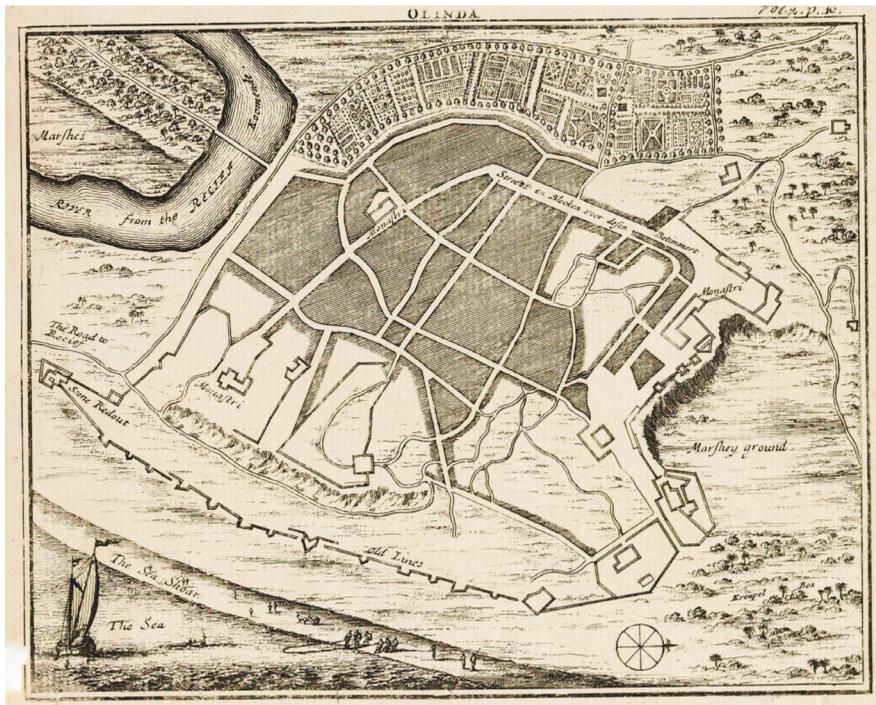


Imagem 24 Planta de Olinda, autor desconhecido, início do século XVIII.
 Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles

ao aportar no litoral pernambucano, nos primeiros anos do século XIX: “a cidade de Olinda é construída sobre um outeiro: sua situação, observada do mar, é do mais agradável efeito. Igrejas e conventos que se elevam sobre os cimos e os flancos da colina, seus jardins e suas arvores, semeados aqui e ali entre as casas, dão a mais alta ideia de sua beleza e extensão.” (Koster, 1942, p. 30) e ainda: “a primeira impressão quando se chega pelo mar é tão bonita que se experimenta um certo desapontamento, conhecendo-a de perto. Todavia possui Olinda grandes belezas e a vista é magnífica. As ruas são calçadas mas sem conservação. Muitas casas são pequenas, baixas e negligenciadas” (Koster, 1942, p. 46).

Nos primeiros anos do século XIX, esteve em nossa costa o viajante francês L. F. de Tollenare, o qual igualmente conferiu elogios e admiração à paisagem: “ao Norte vê-se a cidade e os pittorescos outeiros de Olinda” (1905, p. 28), e ainda:

A’ nossa direita se elevava a bonita cidade de Olinda, edificada sobre varias collinas; as casas acham-se ali semeiadas em meio de laranjaes; as florestas ao longe apresentam cambiantes tão variados quantas as especies de arvores que as compõem; alguns coqueiros isolados balançam-se no ar; ha sobretudo um, entre dous conventos que coroam Olinda, o qual faz um effeito muito pitoresco (Tollenare, 1905, p. 22).

Também reconheceu distinção no jardim botânico recém-instalado entre as colinas olindenses, conhecido por Horto del Rey: “o estabelecimento mais interessante de Olinda é, sem contestação, o jardim botânico, ou escola de aclimação das plantas exóticas. Foi instituído depois da chegada da corte ao Brasil. Foi de Cayenna que se fez vir as primeiras plantas e o director francez que d’ellas cuida” (Tollenare, 1905, p. 169). Na identificação das espécies, apontou: “canelleira de Ceylão, o cravo e a noz moscada de Molucas, a pimenta de Malabar, a fruta pão do Taiti, o cacoeiro, a canna de Cayenna, o algodoeiro de Bourbon, a ipecacuanha, o gengibre, a baunilha dos sertões e a salsaparilha do Pará”.

Gravuras diversas deram conta de registrar visadas da antiga vila de Olinda, a partir do mar, a contribuir na percepção do lugar, entre os documentos iconográficos que exploraram as qualidades de tal ponto de vista. Também buscaram ilustrar o pitoresco panorama descortinado pela permeabilidade visual que era garantida entre as cidades vizinhas, Olinda e Recife, onde o ar bucólico era sentido nos traços mais singelos (Imagens 25 a 28).



Imagem 25 Gravura de uma perspectiva das colinas históricas a partir do mar, de autoria de Debret, na primeira metade do século XIX.
Fonte: Tollenare (1905, p. 182).



Imagem 26 Gravura com a visão dos arrecifes de Pernambuco, vistos de Olinda, e do panorama de Olinda, a partir da ponte de Pernambuco, de autoria de Charles Landseer, datada de 1825-1826.
Fonte: Instituto Moreira Salles.

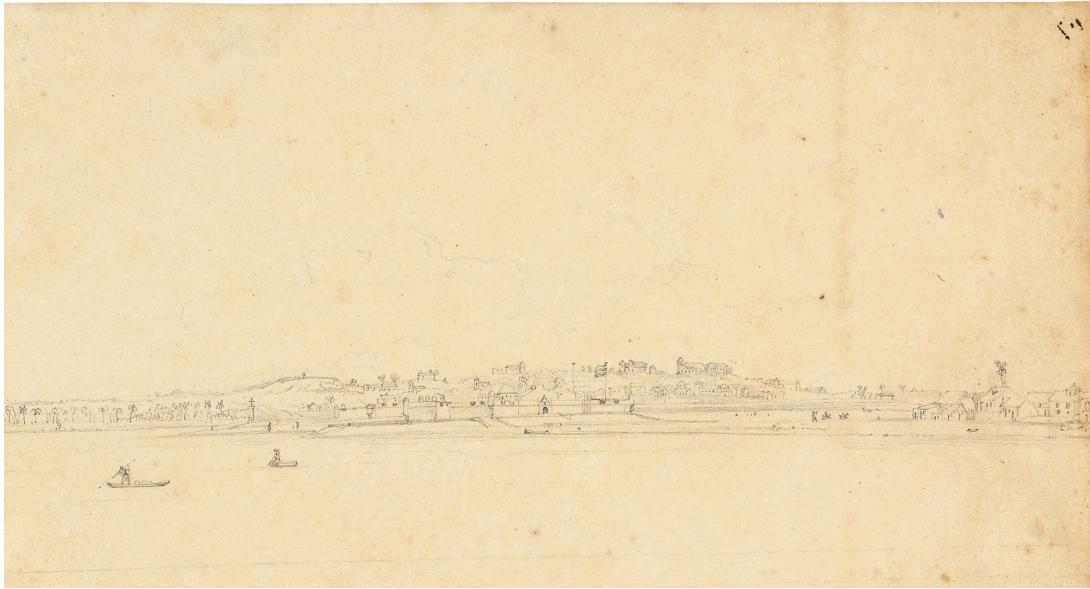


Imagem 27 Gravura com a visão dos arrecifes de Pernambuco, vistos de Olinda, e do panorama de Olinda, a partir da ponte de Pernambuco, de autoria de Charles Landseer, datada de 1825-1826.
Fonte: Instituto Moreira Salles.



Imagem 28 Vista da cidade de Olinda, tomada do farol de Pernambuco, de autoria de Luiz Schlappriz (gravador) e F.H. Carls Lith (editor), datada de 1863.
Fonte: Instituto Moreira Salles.

Sobre o que atualmente conhecemos como os “quintais” de Olinda, as impressões de Tollenare puderam nos fornecer uma compreensão romantizada e paisagística de seu tempo:

A posição de Olinda, sobre diversas collinas, permite a cada casa ter um pequeno jardim, o que empresta ao conjunto um aspecto florido e gracioso. Com quanto os jardins sejam pouco cuidados, apesar dos donos se limitarem a deixar crescer nelles algumas bananeiras e laranjeiras, formam, entretanto as massas de verdura necessárias para produzir o aspecto florido de que fallo (1905, p. 167)

Tais experiências tornaram-se valiosas contribuições às referências de percepção e visibilidade da antiga vila de Olinda, tanto de Recife para as colinas históricas, como o contrário, inclusive com destaque para o casario e a exuberante vegetação, o que permanece em exploração nos relatos e gravuras de meados do século XIX. Trata-se de uma condição pitoresca, que perdurou por alguns anos, mesmo quando o espraiamento urbano, no século XX, não era tão evidente como o ocorrido no Recife (Imagens 29 a 33).

Registros cartográficos de fins do século XIX confirmam a baixa densidade ocupacional das colinas históricas, com a percepção do traçado urbano primitivo, cujo destaque construtivo segue voltado para os monumentos religiosos, situados no alto dos montes (Imagem 34). Assim como é possível observar a permanência da bucólica fisionomia ao adentrar o século XX, em registros artísticos de antigos cartões postais (Imagens 35 e 36).

Diante do exposto, é possível identificar como os elementos formadores da antiga vila de Olinda foram decisivamente reverenciados na documentação histórica, desde as fontes textuais, até as iconográficas, a sugerir uma admiração às suas qualidades singulares. Desde aquelas de caráter urbanístico, como o traçado adaptado à topografia acidentada, o parcelamento dos lotes e a implantação das edificações, as de caráter arquitetônico, cuja fisionomia do casario e suas tipologias conferiam rara beleza e harmonia ao conjunto, e, principalmente, as de caráter paisagístico, ao associar o ambiente construído ao sítio natural, entre a densa vegetação, a topografia acidentada e o mar. Atributos tais que se somam aos distintos visuais que se descortinam pelo relevo, no sítio histórico, deste para o horizonte da antiga vila do Recife e mesmo a permeabilidade visual da paisagem bucólica que é garantida pelo mar. Têm tentado permanecer como elementos de longa duração, a distinguir tal acervo cultural secular dentre as demais vilas do período colonial brasileiro.



Imagem 29 Panorama de Olinda, desde a Ladeira da Misericórdia, de autoria de Ludwig Adam Cornell Krauss (a partir de João Ferreira Villela; Alfredo Ducasble), datada de 1830.
Fonte: Instituto Moreira Salles.



Imagem 30 Panorama de Olinda, em meados do séc. XIX.
Fonte: Álbum de Pernambuco.



Imagem 31 Panorama de Olinda, em meados do séc. XIX.
Fonte: Álbum de Pernambuco.



Imagem 32 Panorama de Olinda, com vista da igreja e convento carmelita e da Igreja de São Pedro, ambas de autoria de Augusto Stahl, datadas de 1859 e 1855.
Fonte: Instituto Moreira Salles.



Imagem 33 Panorama de Olinda, com vista da igreja e convento carmelita e da Igreja de São Pedro, ambas de autoria de Augusto Stahl, datadas de 1859 e 1855.
Fonte: Instituto Moreira Salles.



Imagem 34 “Planta das cidades do Recife, Olinda, e seus arrabaldes”, de 1875, com destaque para a antiga vila de Olinda.
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.



Imagem 35 Vista parcial de Olinda, nos primeiros anos do século XX.
Fonte: Acervo Josebias Bandeira (Fundação Joaquim Nabuco)



Imagem 36 Panorama de Olinda, nos primeiros anos do século XX.
Fonte: Acervo Josebias Bandeira (Fundação Joaquim Nabuco)

1.2 O desenvolvimento urbano de Olinda e o perigo de deslizamento das colinas

Conforme demonstrado, o processo de ocupação urbana da antiga vila de Olinda seguiu uma lógica de domínio do território pelos portugueses: no alto das colinas foram implantados os monumentos religiosos, a dominarem a paisagem, e deles partiam as ruas estreitas e tortuosas, a acompanharem naturalmente as linhas dominantes do relevo. Sejam de vales ou de cumeadas, tais eixos viários, aparentemente orgânicos, constituíam o caráter do traçado que mais bem permitia uma acomodação construtiva no território, enquanto um modo intencional de ocupação, atento, entre outros fatores, à manutenção dos recursos naturais e deles tirando partido. Além do intercâmbio promovido com o meio ambiente, o que significava a sua preservação e, por consequência, a qualidade de vida aos habitantes, tal modo de ocupação territorial permitia uma urbanização de consolidação, mediante intervenientes como o perfil acidentado dos solos e sua composição geológica, o natural movimento das colinas e a proximidade com o mar.

Com apoio da cartografia e iconografia histórica, também foi possível constatar a permanência dos limites territoriais da primitiva vila olindense como restrita às áreas dos morros, com alguma ocupação ribeirinha nos baixios do Varadouro e Carmo, vocacionada à atividades de pesca ou armazéns. Já os arredores que circundavam as colinas, a norte e a oeste, foram alvos de ocupação mais recente e menos prestigiada, em termos de atributos artísticos e histórico-culturais⁴¹. Eram distinções tais que, de certo modo, ainda ecoavam a distribuição do perfil socioeconômico residente, desde a sua fundação: enquanto a população de melhor renda concentrava-se nas colinas seculares e em certas áreas de urbanização mais recente, a menos prestigiada se expandiu no entorno do sítio histórico e periferias (Gusmão Filho, 1994) — no mais das vezes, de modo informal, o que comprometia as razoáveis condições de habitabilidade.

A partir do arruamento primitivo originado dos edifícios religiosos nos altos dos montes, enquanto percurso natural de deslocamento no território, a disposição dos lotes, a constituírem as quadras, também fortaleceu tal costura urbana, que pode ser chamada de ambiental. Estreitos e compridos, os lotes davam conta

41 Enquanto o sítio histórico possui uma área de 10,4km² (área de proteção rigorosa e polígono de entorno), o município todo de Olinda abrange 41,7km² de área (urbana e rural) (PMO, 2016).

de acolher o casario singelo, que ocupava seus limites frontal e laterais, com destinação de áreas livres para hortas e jardins aos fundos, em uma relação equilibrada entre solos livres e vegetação abundante. O conjunto edificado se influenciava mutuamente, dada a contiguidade da ocupação, a formar um maciço construído, tão importante para as relações de vizinhança e sociabilidade, como para as preocupações de acomodações estruturais. Não apenas o caráter de implantação oferecia contributos a tanto, mas o sistema de cobertas adotado permitia o apoio entre as empenas, aliado às modestas proporções dos imóveis, que eram geralmente térreos. Para além de despertar o interesse histórico e artístico, tal configuração permitia uma favorável adaptação ao relevo e uma natural fluência da drenagem, desde o alto dos morros até a planície, quando vai de encontro ao mar ou ao Rio Beberibe.

Nesse contexto, importa demonstrar como, historicamente, a relação entre o desenvolvimento urbano de Olinda, o uso e a ocupação do solo e o sítio natural tem sofrido mútuas interferências, visto que, até fins do século XIX, incipientes foram as intervenções de natureza urbanística no sítio histórico, que viessem a acarretar alguma transformação daquele traçado primitivo.

A partir de então, uma maior aproximação territorial entre as cidades nascidas irmãs, Recife e Olinda, foi almejada, cuja extensão do percurso dos trens urbanos desde o Porto do Recife até o Varadouro, promovida pela *Companhia de Trilhos Urbanos*, a passar pela recém-construída ponte do Tacaruna, parecia encurtar as distâncias. Em poucos anos, com a intensa atratividade da orla de Olinda, buscada pela sociedade para os banhos salgados, foi implantada uma estação para as maxambombas, os antigos trens, na Praça do Carmo, cujos trilhos seguiam paralelos à faixa litorânea, desde o Varadouro. Posteriormente, eles foram substituídos pelos bondes elétricos, gerenciados pela firma estrangeira *Pernambuco Tramways* (Araújo, 2007, p. 290), cujos percursos no centro do Recife foram ramificados e estendidos até Olinda. Era cada vez mais a consolidação desta cidade enquanto polo balneário, pela procura de casas de veraneio na orla, e local de diversão e entretenimento, pelas conhecidas “retretas” que ocorriam na localidade do Carmo (Araújo, 2007). Na década de 1920, quando os bondes foram extensivos à porção norte de Olinda, a atravessarem o Farol até Rio Doce: “Olinda era habitada e praia de veraneio de uma classe média urbana, formada por profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes remediados, militares, burocratas, gente ligada aos jornais” (Araújo, 2007, p. 508).

Tais apontamentos são pertinentes por evocarem interferências topográficas na antiga vila consolidada, a partir das intervenções de expansão urbana, conhecidas como “melhoramentos”: cortes severos foram realizados na colina carmelita, para fins de retificação viária, a consolidar a avenida Sigismundo Gonçalves, no início do século XX, por onde trafegavam os trilhos urbanos e, posteriormente, os bondes. Após as primeiras décadas do mesmo século, alguns outros cortes, seguidos de muros de arrimo, foram registrados na mesma colina, em sua porção sul, para intercomunicação viária a oeste do sítio histórico (até então parecia uma colina única: a carmelita e a dos beneditinos), e, no lado norte, para os mesmos fins e de implantação da Praça da Preguiça (Menezes, 1984).

Taludes também foram executados na colina onde se situa o mosteiro beneditino, em sua porção sul, para fins de implantação da antiga Fábrica de Doces, atual Mercado Eufrásio Barbosa, e em sua porção leste, para viabilização de uma unidade educacional. Cortes nas colinas ocupadas pelo conjunto franciscano foram efetuados para fins de acomodações construtivas, dada as grandes dimensões do conjunto religioso e o intenso declive existente no sentido do mar, o que também ocasionou a inserção de aterros e arrimos, bem como a disposição da edificação em níveis diversos, a acompanharem o relevo (Menezes, 1984). Ao tempo em que ilustraram modos de acomodação estrutural planejados no território, tais intervenções ainda enfrentavam as circunstâncias decorrentes da formação geológica de Olinda, a qual, segundo Gusmão Filho (2001, p. 59), dispunha do *Grupo Barreiras*, que era suscetível à movimentação de encostas:

a geologia de Olinda é representada por duas unidades estratigráficas: a *Formação Maria Farinha*, constituída por alternâncias de calcários argilosos e argilas calcíferas; e o *Grupo Barreiras*, constituído por areias e argilas com estratificação sub-horizontal, compacidade e consistência variáveis, repousando discordantemente sobre a Formação Maria Farinha.

Esses três conjuntos religiosos — carmelita, beneditino e franciscano — tiveram em comum tais interferências topográficas promovidas em seus montes, seja para viabilização de conexões viárias ou mesmo pelas grandes proporções dos seus edifícios e anexos, cujas áreas livres ainda acolhiam hortas envolvidas em cercas conventuais (Imagens 37 a 39). Possivelmente, ao se aproximarem da faixa litorânea e se situarem nas “franjas” do sítio histórico, tornava-se ainda mais suscetíveis a intervenções urbanísticas de porte.



Imagem 37 Vista do Convento do Carmo, desde o alto da Sé, no século XIX, cuja colina ainda não apresentava cortes.

Fonte: Acervo do dr. Silvio Paes Barreto, publicado em Menezes (1984)



Imagem 38 Vista da Igreja do Carmo, sem o convento, com a declividade suave da colina, para os lados norte e leste, apesar do aplainamento para a pavimentação da Av. Sigismundo Gonçalves (sem data).

Fonte: Menezes (1984).



Imagem 39 Vista da Igreja do Carmo, sem o convento, com corte na parte frontal da colina e ainda sem cortes em sua parte posterior, para abertura viária (sem data).
Fonte: Menezes (1984).

Há ainda que considerar o fenômeno da erosão sobre tais colinas, por estarem próximas ao mar, conforme apontado pelo especialista Milton Vargas, da Universidade de São Paulo (USP), em 1953, quando visitou Olinda em companhia do Diretor do IPHAN, Ayrton Carvalho:

(...) a erosão das praias de Olinda pelo mar, veio refletir-se sobre o fenômeno de escorregamento dos morros, acelerando-o, nos taludes voltados para o mar. É que essa erosão, formando um talude íngreme no mar junto à praia vem, como o que, descalçar o pé dos taludes dos morros, aumentando-lhes a altura e tornando maior a possibilidade do fluxo plástico.⁴²

A título de curiosidade, uma polêmica proposta de urbanização da localidade do Carmo, datada das primeiras décadas do século XX, previa o alargamento da avenida Sigismundo Gonçalves e a implantação de uma nova via de interligação até a Praça de São Pedro, a qual demandaria a demolição do templo carmelita e severas intervenções em sua colina, para aplainamento. Desapropriações e criação de vielas faziam parte da proposta, entre outras ações, que tinham por objetivo a promoção da circulação viária (Araújo, 2007, p. 284-286). Ainda que felizmente não executadas, tais propostas demonstraram modos de planejamento urbano dissociados do componente ambiental e geológico de Olinda, sobretudo de sensibilidade à preservação cultural, que em muito tende a comprometer a qualidade de ambiência urbana.

Ao observar os mapas da ocupação urbana de Olinda, em 1915 e 1940, percebe-se a permanência do traçado primitivo que interligava os altos das colinas, marcadas pela implantação dos edifícios religiosos e pelos arruamentos deles derivados, na adaptação do relevo acidentado (Imagens 40 e 41).

Por outro lado, também se verifica o adensamento construtivo na extensão da orla e a retificação viária da avenida Sigismundo Gonçalves (Imagens 42 e 43).

Ao longo do século XIX, anomalias nesses monumentos religiosos — Igreja do Carmo, Mosteiro de São Bento e Convento de São Francisco —, já haviam sido alertadas pelos seus mantenedores, muito embora apenas na década de 1950 é que a municipalidade, em parceria com o IPHAN, iniciou discussões a respeito, as quais eram extensivas a monumentos diversos, a exemplo da Igreja do Amparo. Cabe lembrar que, em 1938, tais monumentos haviam sido

42 Em carta endereçada a Ayrton Carvalho, Diretor do IPHAN, em 10/09/1953, constante no acervo de Jaime Gusmão Filho.



Imagem 40 Mapa de Olinda, em 1915.
 Fonte: Nascimento, 2008.



Imagem 41 Mapa de Olinda, em 1940.
 Fonte: Nascimento, 2008.



Imagem 42 Panorama da ocupação da orla de Olinda, na localidade do Carmo e Milagres, no ano de 1910.
Fonte: Nascimento (2008).



Imagem 43 Panorama da ocupação da orla de Olinda, na localidade do Carmo e Milagres, no ano de 1920.
Fonte: Nascimento (2008).

objeto de tombamento isolado pelo governo federal, na deflagração das ações preservacionistas, o que justifica o envolvimento do IPHAN. A gravidade das questões levou à sua publicização em jornais de circulação local⁴³ e à organização do I Seminário Internacional sobre Deslizamento de Morros, realizado em Olinda, em 1976. Promovido pela Secretaria de Planejamento do Governo Federal, com a colaboração da UNESCO, IPHAN e Fundarpe, além de técnicos especialistas do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, o seminário foi um marco no enfrentamento dessas questões. As recomendações preventivas e corretivas dele decorrentes tornaram-se objeto de convênio entre o Laboratório de Solos e Instrumentação, vinculado ao Departamento de Engenharia Civil da UFPE, a Secretaria da República e partes interessadas, tais como o IPHAN, a Fundarpe e a Prefeitura de Olinda, na década de 1980, por meio do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, para fins de pesquisas exploratórias⁴⁴. A equipe de especialistas foi liderada pelo Professor Jaime Gusmão Filho, engenheiro civil da UFPE, com a consultoria do arquiteto e historiador José Luiz da Mota Menezes, na compreensão da evolução urbanística e arquitetônica do sítio histórico e seus monumentos⁴⁵.

Com objetivos centrados na preservação cultural, os estudos focaram na caracterização física, geológica e ambiental dos monumentos e suas colinas, com o apoio de instrumentos, equipamentos tecnológicos, testes e ensaios laboratoriais, além de análises e de interpretações da cartografia e iconografia histórica. Teve como resultado a identificação e mapeamento das anomalias e a proposição de ações corretivas — algumas posteriormente executadas.

As etapas de análise dos monumentos históricos passaram pelo (i) levantamento do estado atual do sistema solo-fundação-estrutura dos monumentos; (ii) levantamento dos processos geológicos e biológicos do meio físico em que cada monumento se acha inserido; (iii) identificação dos problemas geotécnicos transmitidos ao sistema solo-fundação-estrutura, em decorrência das atividades

43 “Técnicos indicam solução para deslizamento de morros”, em Diário de Pernambuco, 16/05/1971, ed. 111; “Olinda pede socorro contra desmoronamentos”, em Diário de Pernambuco, em 09/10/1974, ed. 271; “Secretário de Planejamento de Olinda adverte sobre o deslizamento de morros”, em Diário de Pernambuco, 19/11/1975, ed. 312; “Vereador pede socorro para igrejas que ameaçam desabar”, em Diário de Pernambuco, 15/05/1976, ed. 129.

44 “UFPE firma convênio contra deslizamento de morros em Olinda”, em Diário de Pernambuco, 23/12/1978, ed. 350; “Gratidão de Olinda”, em Diário de Pernambuco, 31/10/1979, ed. 296.

45 Todo o material consultado referente a tais pesquisas, o qual constituiu as fontes primárias, refere-se ao acervo de Jaime Gusmão Filho, sob a tutela de seu filho, o engenheiro Alexandre Gusmão, cedido gentilmente para a presente pesquisa de tese.

humanas; e, por fim, o (iv) diagnóstico, pelo método indutivo causa e efeito, com a elaboração de inventário de danos dos monumentos e de feições diferenciadas no terreno (Gusmão Filho, 2001).

Dentre as inferências, as pesquisas exploratórias da década de 1980 apontaram as transformações ambientais passadas pelos monumentos, tanto ocasionadas pela natural dinâmica do ecossistema, como pelas sucessivas intervenções do homem. Estas, foram representadas pelos acréscimos e supressões de áreas, tanto no interior dos edifícios, como nas áreas livres, sobretudo a partir das intervenções urbanísticas já destacadas, além das medidas corretivas, eventualmente adotadas para fins de manutenção estrutural preventiva (Gusmão Filho, 2001). Para além dessas questões, foi de se notar que o caráter secular de suas estruturas também imprimia seus efeitos sobre a conservação. As causas dos danos nos monumentos decorreram, de modo relevante, dos vestígios de deslizamentos dos morros, os quais, tendo sofrido intervenções de cortes e aterros, tiveram sua estabilidade fragilizada, sobretudo quando da combinação entre a intensidade das chuvas e a atividade antrópica (Gusmão Filho, 2001).

Os registros cartográficos que remetem à década de 1970 permitem reconhecer a permanência do traçado urbano da antiga vila, mas com a consolidação das intervenções viárias do século XX: a abertura e retificação da Avenida Sigismundo Gonçalves, a inserção de equipamentos e imóveis tangentes às colinas carmelita, franciscana e beneditina, bem como a inserção de arruamentos formais, na orla, e de informais, nas colinas históricas (Imagem 44).

Além da pavimentação viária, da perda de cobertura vegetal e dos sucessivos cortes e aterros, as novas construções significavam sobrecargas na planície litorânea e na topografia acidentada do sítio histórico.

Registros aerofotogramétricos ainda permitem constar, com mais aproximação, a gradual perda de cobertura vegetal do sítio histórico, notadamente nos quintais, a qual tanto inspirou relatos históricos e pinturas artísticas. Ao lhe conferir predicativos singulares, a vegetação foi reconhecida como atributo e elemento de preservação cultural, desde 1968, por meio da instituição do tombamento do sítio histórico (Imagens 45 e 46).

Interrompidos os estudos acerca da mecânica dos solos de Olinda, por dissolução do convênio governamental, apenas foram retomados na década seguinte, entre 1993 e 1994, por firmação de um outro convênio, entre o mesmo laboratório de pesquisa da UFPE e a Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (FCPSHO), organismo do sistema de gestão municipal.



Imagem 44 Levantamento fotogramétrico de Olinda, em 1970.
Fonte: Acervo Condepe/Fidem.



Imagem 45 Ortofotocarta do sítio histórico de Olinda, em 1975.
Fonte: Acervo Condepe/Fidem.



Imagem 46 Ortofotocarta do sítio histórico de Olinda, em 1984.
Fonte: Acervo Condepe/Fidem.

Dada a reverberação dos riscos apontados nos templos religiosos a igualmente se manifestarem no casario do entorno imediato e mesmo em quadras mais distantes, tais novas pesquisas foram extensivas ao sítio histórico como um todo. Havia a conjectura de que as vulnerabilidades e os danos verificados nos monumentos se comportassem como uma síntese do estado de conservação do sítio histórico como um todo: “para fins de preservação do patrimônio natural e criado, foi avaliado o risco geológico à erosão, movimentação e deslizamento no Sítio Histórico de Olinda, onde há relatos de movimentos de encostas afetando os seus monumentos desde o século passado” (Gusmão Filho, 2001, p. 175).

Os estudos apontavam que as condições hidrológicas demonstram influência sobre os movimentos das colinas, a transferi-los para os monumentos e casario, por meio dos taludes, agravados durante chuvas fortes, tidas como potencial inimigo da estabilidade, cuja infiltração ainda se encontra com as águas existentes no subsolo (dada a presença das bicas no sítio histórico). O tipo de solo e a existência da vegetação também influenciam nessa estabilidade, como é possível observar nas aferições relacionadas aos fatores responsáveis pelo equilíbrio do relevo de Olinda: “os fatores passivos, como os geomorfológicos e geotécnicos; os fatores ativos naturais, como precipitação, erosão e alteração no solo; e os fatores ativos antrópicos, que ocorrem em razão da atividade humana nos sítios urbanos, tais como cortes e aterros” (Gusmão Filho, 1994, p. 96).

Desses fatores, as ações antrópicas parecem as mais graves, porém são as que reúnem condições mais viáveis de serem equacionadas, tanto pela possibilidade de conscientização da população às causas preservacionistas, como pela determinação de um controle e fiscalização mais efetivos por parte do poder público, no enfrentamento das questões.

As constantes mudanças físico-estruturais e topográficas nas colinas históricas ocasionadas pelo homem têm acarretado a sua vulnerabilidade a danos: a retirada de vegetação, o lançamento de esgoto no solo, a presença de fossa mal concebida ou mesmo clandestina, as eventuais obstruções da drenagem natural, o acúmulo de lixo, além dos agressivos cortes e aterros, para viabilização de ocupações nas encostas são algumas das ações mais comumente verificadas (Gusmão Filho, 1994). As áreas íngremes, os taludes e as encostas parecem, portanto, se comportarem como as mais vulneráveis, onde duas variáveis foram apontadas

como relevantes: (i) a técnica primitiva de construção e as elevadas sobrecargas nas encostas, que podem ocasionar a movimentação dos solos, para além dos monumentos, “os inclinômetros indicam fartamente que há movimentação das encostas”, cujos mecanismos predominantes são o recalque e a capacidade de carga (Gusmão Filho, 1994, p. 98-99); e (ii) a evolução do relevo urbano, cuja maioria dos taludes é classificada como de corte, sendo os mais íngremes causadores de movimentos significativos de alívio lateral de tensões pelas fundações dos monumentos (a intensa modificação do relevo gerou taludes mais acentuados do que os primitivos, o que tem causado instabilidade) (Gusmão Filho, 1994, p. 98-99). Em síntese:

A grande concentração de taludes de cortes e transição indica a intensa atividade do homem procedida nas encostas, em torno dos monumentos históricos. Isso resultou em taludes mais íngremes (cortes) ou em sobrecargas maiores (aterros), modificando o equilíbrio das tensões existentes, a cobertura vegetal, e deu origem a uma nova drenagem (Gusmão Filho, 2001, p. 177).

Como base de análise, as colinas históricas de Olinda foram inicialmente classificadas e delimitadas em quatro grupos distintos, a partir de características urbanísticas e ambientais comuns: (i) as encostas de ocupação por áreas verdes (E.V.), onde se dá a preservação com vegetação e drenagem naturais; (ii) as encostas de ocupação formal centenária (E.O.F.C.), onde se situam os monumentos, com urbanização mais homogênea; (iii) as encostas de ocupação formal recente, às quais não prevalecem as tipologias seculares (E.O.F.R.) e (iv) as encostas de ocupação informal (E.O.I.), sendo estas as que reúnem adensamento construtivo mais agressivo e com tendências de descaracterização (Gusmão Filho, 1994).

Já para fins metodológicos de aferição do potencial de deslizamento das encostas do sítio histórico de Olinda, foram elaboradas categorias de análise tidas como essenciais: três eram consideradas fundamentais, definidas pelos especialistas como fatores topográficos, geológicos e ambientais⁴⁶, enquanto as outras duas foram definidas como “autônomas”, a saber, o eventual tratamento geológico e o histórico de acidentes ocorridos (Gusmão Filho, 1994). Para cada categoria, ou fator de risco, como foram denominadas, foram definidas as variáveis de inferências,

46 Dentre os fatores topográficos, estão a altura, extensão, declividade, morfologia e perfil da encosta; dentre os geológicos, constam a litologia, estrutura, textura, evidências de riscos e grau de intemperismo; enquanto que dos fatores ambientais, foram elencados o percentual de cobertura vegetal, os cortes, a drenagem e a densidade populacional (Gusmão Filho, 1994).

situadas em uma escala de gradação, desde aquelas que representavam um risco muito baixo até as que indicavam um alto potencial de risco de deslizamento das encostas, conforme observado nos quadros (Imagens 47 a 49).

O procedimento de avaliação do potencial de risco de deslizamento das colinas demandou, previamente, a necessidade de regionalização de tais categorias, o que resultou em uma nova setorização do sítio histórico, então orientada pelas similitudes observadas entre elas. O resultado dessa regionalização evidenciou a delimitação de 20 sítios urbanos, os quais, curiosamente, se superpunham à setorização contida na legislação de proteção federal e municipal de Olinda, de 1985 e 1992, respectivamente. Isso significa afirmar a convergência entre os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos de uso e ocupação do solo do sítio histórico, que subsidiaram o olhar da preservação cultural, e suas condições ambientais.

Registrados na “Ficha de Avaliação de Potencial de Risco” (Imagem 50) de cada sítio urbano, os graus de risco para cada um dos fatores elencados foram estabelecidos a partir de um diagnóstico, o que também permitiu levar à aferição do grau de risco total de cada sítio urbano.

De modo espacializado, tais análises e aferições de campo culminaram na elaboração do Mapa de Riscos do sítio histórico de Olinda, objetivado para servir de instrumento ao planejamento urbano e à conservação, além de orientar ações de contenção e prevenção aos problemas ambientais, geológicos e topográficos, em ameaça à manutenção e integridade dos atributos do sítio histórico a ser protegido (Imagem 51).

O mapa de risco ao patrimônio natural e criado foi elaborado com base em fatores de risco com origem na geologia, topografia e condições ambientais, além do tratamento existente e antecedentes históricos de danos. Conclui-se que as causas do risco alto, encontrado nas encostas verdes e de ocupação formal centenária são de natureza geológica-geotécnica e ambiental. Nas encostas de ocupação informal e de invasões, o risco alto a muito alto é devido às condições de uso do solo (Gusmão Filho, 2001, p. 193).

A superposição entre a primeira setorização, definida pela classificação das colinas históricas de Olinda em quatro grupos distintos, e a que estabeleceu os sítios urbanos, e, por consequência, os graus de riscos de deslizamentos, permitiu inferências diversas.

Quadro 7 - Critérios Baseados nos Fatores Topográficos para o Grau de Risco.

| Fatores | Muito Baixo | Baixo | Mediano | Alto | Muito Alto |
|--------------|-------------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Topográficos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Altura | 0-5m | >5-10m | >10-15m | >15-20m | 20m acima |
| Extensão | 0-100m | >100-200m | >200-500m | >500-700m | 700m acima |
| Declividade | 0-5% | >5-15% | >15-30% | >30-50% | 50% acima |
| Perfil | | | | | *** |
| Morfologia | | | | | *** |

Quadro 8 - Critérios Baseados nos Fatores Geológicos para o Grau de Risco.

| Fatores | Muito Baixo | Baixo | Mediano | Alto | Muito Alto |
|-------------------------------|--|--------------------------------------|--|---|---------------------|
| Geológicos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Litologia | Aluvião, sedimentos recentes indiferenciados | Formação Maria Farinha | Grupo Barreiras | *** | *** |
| Textura | *** | Calcário creme, cinzento e argilitos | Areias argilosas com seixos de quartzos e fragmentos de calcário | Argilo-arenosa e areno-argilosa | *** |
| Estrutura | Oposta ao corte / Homogênea | Horizontal | No sentido do Corte | Vertical | *** |
| Evidências de risco geológico | Sem evidências | Ravinamento superficial | Ravinamento Profundo Cicatrizes na encosta | Surgência de nível d'água / Erosão no pé da encosta | Voçorocas / Fendas |
| Grau de Intemperismo | Inalterado | Pouco alterado | Parcialmente alterado | Bastante Alterado | Totalmente Alterado |

Quadro 9 - Critérios Baseados nos Fatores Ambientais para o Grau de Risco.

| Fatores | Muito Baixo | Baixo | Mediano | Alto | Muito Alto |
|----------------------------|---------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|--------------|
| Ambientais | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| % de cobertura vegetal | 100-70% | <70-55% | <55-45% | <45-30% | <30-0% |
| Drenagem | Adequada | Parcial | Insuficiente | Tópica | Inexistente |
| Cortes | Pequeno porte | Próximos a crista | Próximos ao pé da encosta | Patamares escalonados | Grande porte |
| Densidade Populacional (*) | Baixa (A) | Mediana / Alta (C) | Alta (B) | Mediana (D) | Alta (E) |

(*) Levantado pelo código do sítio urbano Quadro 1.

Imagens 47 a 49 Tabelas referenciais dos fatores de risco do sítio histórico de Olinda.
 Fonte: Gusmão Filho, 1994.

| | |
|--|---|
| Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda Universidade Federal de Pernambuco ESTUDO DAS ENCOSTAS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA | |
| FICHA DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE RISCO | |
| FICHA DO SÍTIO Nº 199 (A) | |
| LOCALIDADE: Amparo | |
| ENDEREÇO DO SÍTIO: Rua do Amparo / Rua 13 de maio até Rua da Boa Hora | |
| BAIRRO: Amparo | CLASSIFICAÇÃO DA ENCOSTA: B |
| SITUAÇÃO: Setor Residencial Rigoroso(SRR) / Setor Residencial/Ambiental(SRA) / Setor Residencial(SR) | |
| AVALIADOR: César e Angélica | UNIDADE HOMOGÊNEA: EDPC |
| FATORES TOPOGRÁFICOS | |
| ALTURA DA ENCOSTA (30 m) | EXTENSÃO DA ENCOSTA (550m) |
| DECLIV. DA ENCOSTA (23,72%) | PERFIL DA ENCOSTA : Côncavo-Convexo. |
| MORFOLOGIA DA ENCOSTA : Côncavo-Convexo. | |
| FATORES GEOLÓGICOS | |
| LITOLOGIA : Grupo Barroca. | ESTRUTURA : Homoclinal. |
| TEXTURA : Argilo-Arenosa | EVIDÊNCIAS DE RISCO GEOLÓGICO: Fendas, margens de nível d'água. |
| GRAU DE INTENSIFICAÇÃO : Totalmente Aliviado/(área urbanizada). | |
| FATORES AMBIENTAIS | |
| DRENAGEM : Adequada | % DE COBERTURA NATURAL : [50%] |
| ÁRVORES NOS PATAMARES [sim] | BANANEIRAS [não] |
| CORTES : Patamares escadariais, pequeno porte. | |

Imagem 50 Ficha de Avaliação de Potencial de Risco do sítio urbano “Amparo” (frente).
Fonte: Gusmão Filho, 1994.

| | |
|--|--|
| Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos do Ceará Universidade Federal de Pernambuco ESTUDO DAS ENCOBERTAS DO SÍTIO HISTÓRICO DE CLINTA | |
| FICHA DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE RISCO <p style="text-align: right;">FICHA DA ÁREA Nº189(II)</p> | |
| FATORES AMBIENTAIS (confirmação) MODIFICAÇÕES AMBIENTAIS : Área urbanizada, entulhos em alguns fundos de quintais. FOSSAS : Esgotamento condominial, fossas sépticas. FATORES HISTÓRICOS ACIDENTES OCORRIDOS : Com danos parciais nas casas, com avarias no Palanque Histórico. TRATAMENTO TRATAMENTO EXISTENTE (descrição) : Muros de arôco, escaninhos, cascalho, pavimentação. TRATAMENTO EXISTENTE (avaliação) : Insuficiente. AVALIAÇÃO : Está ocorrendo uma movimentação da encosta, risco alto. TRATAMENTO INDICADO : Fazer instrumentação e sondagem para identificar o perfil geotécnico e a causa da movimentação na Igreja. Inspeção de fundos de quintal para tratamento topico. IDENTIFICAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS : Localizada, Rua do Amparo descendo até a Rua Joaquim Cavalcante (incluindo no casario e nas igrejas do Amparo e da Boa Hora). Seguindo em frente na Rua Joaquim Cavalcante. Há um bloco não pavimentado, com águas servidas despejadas na rua e lixo entulhada, portanto não foi identificada nenhuma zona de risco neste bloco. AÇÃO EMERGENCIAL | |

Imagem 50 Ficha de Avaliação de Potencial de Risco do sítio urbano “Amparo” (verso).
 Fonte: Gusmão Filho, 1994.

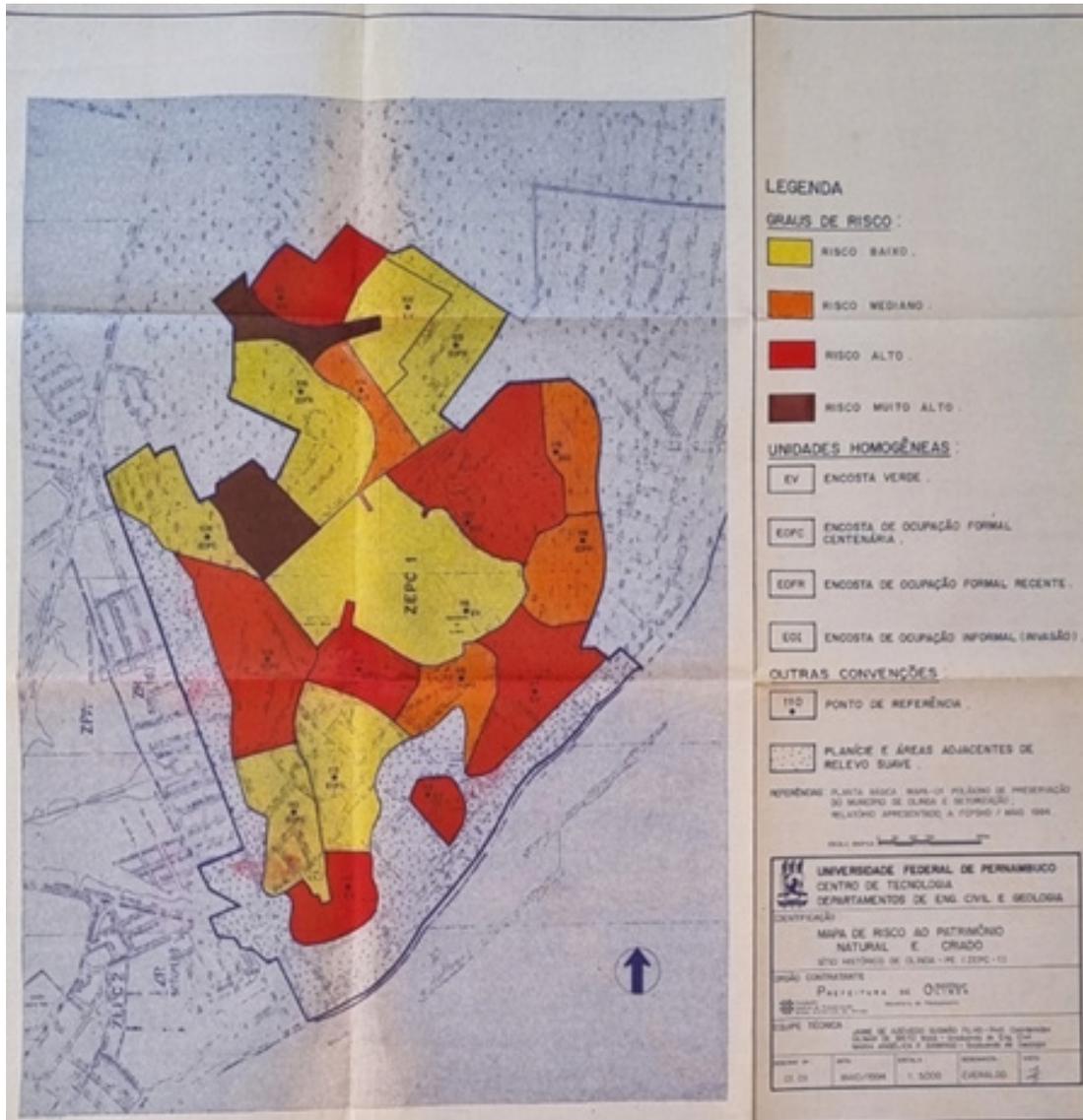


Imagem 51 Mapa de Riscos do Sítio Histórico de Olinda, em 1993/1994.
 Fonte: Acervo Jaime Gusmão Filho.

Pelo mapa, é possível verificar que os sítios urbanos avaliados com grau de risco muito alto foram o Largo do Rosário e o Monte, ambos caracterizados por constituírem Encostas de Ocupação Informal, ou seja, com rarefeita presença do casario secular. Dos setores avaliados com alto grau de risco e que configuram as Encostas de Ocupação Formal Centenária, o que significa a concentração de imóveis seculares, estão os sítios urbanos do Amparo e Misericórdia, em que este se caracteriza pela ocupação desordenada, cujos riscos são agravados pelos cortes irregulares, pela ausência de vegetação e pela obstrução da drenagem.

Apesar da presença vegetal, algumas áreas delimitadas como Encostas Verdes igualmente apresentaram alto potencial de risco, devido à movimentação de algumas delas, aliada à ausência de tratamento geológico, como é o caso dos sítios urbanos do Mosteiro de São Bento, Convento de São Francisco e Igreja do Carmo. Por outro lado, ao constituir a porção mais primitiva do sítio histórico, classificada pela Encosta de Ocupação Formal Centenária, o Alto da Sé foi avaliado com médio risco, pelo diferencial ocasionado com o tratamento geológico, marcado por melhorias no sistema de drenagem superficial das águas pluviais e cuidado com os entulhos (lixo) nos fundos dos quintais (Gusmão Filho, 1994). Dentre as recomendações gerais formuladas para tal classificação das Encostas (O.F.C.), estão:

(i) controle da evolução dos pontos de ocupação informal e dos cortes nas encostas que eventualmente ocorrem; (ii) melhoramento da drenagem superficial das águas pluviais; (iii) incremento da vegetação de contenção de encostas, ou implantação de estruturas de contenção, ou retaludamento; (iv) nos monumentos ameaçados, ex. Igreja do Amparo, soluções de engenharia a serem decididas por técnicos da área, após monitoramento do problema (Gusmão Filho, 1994, p. 19).

Embora se trate de uma pesquisa científica capaz de despertar uma abordagem integrada no âmbito da gestão da conservação do sítio histórico de Olinda — na associação entre o interesse à preservação cultural e a mensuração do risco de deslizamento das colinas históricas, parece ainda não ter havido uma ação mais profícua, que pudesse legitimá-la, de modo substancial.

Isso porque as intensas ações antrópicas no sítio histórico, conforme demonstradas nos estudos de Gusmão Filho (2001), seguem observadas em intervenções projetuais nas encostas, enquanto seus efeitos parecem pouco intimidados no que se refere à regularização do uso e da ocupação do solo. Tal argumento pode

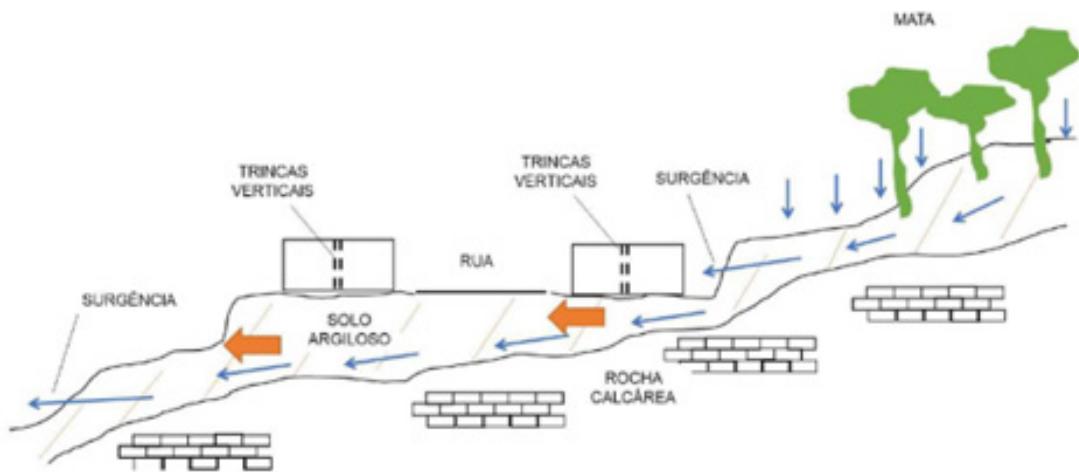
ser confirmado pela demanda de desenvolvimento de um projeto de recuperação das encostas do Amparo, pela municipalidade, em 2005 (PMO, 2007), dada a interdição de imóveis contíguos nessa via, diante do risco de desabamento — potencial de alto risco já identificado nas pesquisas de Gusmão Filho (2001), o que sinaliza uma certa postura de indiferença quanto a tal problemática.

A mesma pesquisa promovida pela municipalidade ainda aponta sérios danos a outros imóveis da Rua do Amparo e vias adjacentes, associados à existência de fissuras, umidade, ausência de fundações, além de sobrecargas estruturais, apoiados em ensaios laboratoriais (PMO, 2007). Mesmo assim, não se tem registros se tais problemas foram equacionados, o que coloca em alerta seu estado de conservação e de estabilidade — ademais, quando não devidamente tratado, o quadro de vulnerabilidades, que já era comprometido, tende a ser agravado.

Recentemente, no evento promovido pelo Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (CPSHO), em 2021, uma das exposições da programação teve como tema a “Estabilização das encostas do sítio histórico de Olinda”, cuja palestra foi proferida pelo professor Alexandre Gusmão, em continuidade aos estudos desenvolvidos pelo pai, o engenheiro Jaime Gusmão Filho. Entre outros assuntos, o efeito sistemático dos riscos no sítio histórico de Olinda foi demonstrado pelo professor, na síntese esquemática que abrange um trecho das quadras do Amparo e da Bica dos Quatro Cantos (Imagens 52 e 53).

Pelo material esquemático, é possível observar como o diagnóstico das vulnerabilidades ambientais do sítio histórico de Olinda assume um olhar ampliado, na medida em que regiões específicas podem afetar uma substancial extensão de sua circunvizinhança. Nesse contexto, o sistema de relações que se estabelece entre a topografia acidentada, os registros de cortes e/ou aterros e o comportamento estrutural das edificações, as condições hidrológicas, o tipo do solo e a presença, ou não, de vegetação pode influenciar decisivamente no surgimento e profusão de danos ao casario. Ainda que tais explicações tenham revelado uma sensibilização à causa dos riscos no sítio histórico de Olinda, ainda não parece claro o modo como vêm, ou não, sendo enfrentadas no âmbito da gestão da conservação de Olinda, o que desperta curiosidades.

Outros fatores de riscos que, embora não tenham sido objeto de estudo nas pesquisas geológicas de Gusmão Filho (2001), mas que carregam sua influência



Imagens 52 e 53 Esquema de mecanismos de instabilização, a partir da infiltração de água pluvial na mata e fluxo subterrâneo, a ocasionar movimentação lateral no terreno e trincas nos imóveis.
 Fonte: Gusmão (2021).

na sobrecarga do sítio histórico, são o intenso e indisciplinado tráfego de veículos nas colinas e os movimentos pendulares ocasionados pelo Carnaval. A partir da década de 1980, quando o sítio histórico foi considerado Patrimônio Mundial, tais fenômenos foram intensificados, a causarem trepidações que eram sentidas no casario e nos monumentos e, por consequência, provocavam fissuras e desagregação de materiais e de elementos compositivos, entre outros efeitos negativos à conservação do sítio histórico (Barreto, 2009). Em 1987, por exemplo, a municipalidade conseguiu um decreto de interdição do sítio histórico à circulação de veículos, definido em plebiscito entre os moradores, mas que foi posteriormente revogado (Barreto, 2009). Já os efeitos do Carnaval eram extensivos às intervenções de descaracterizações nas cobertas do casario, para a introdução de terraços superiores e desfrute do evento, e nas pinturas das fachadas, a serem revestidas com tecidos festivos ou elementos temáticos, assim como novas construções nos quintais, para fins de locação e superlotação do imóvel. Em uma ou outra situação, é de se notar sobrecargas estruturais no sítio histórico (Barreto, 2009).

Revelar tal universo traz à tona uma problemática, aparentemente silenciosa, mas que tem efeitos devastadores não apenas sobre os monumentos do sítio histórico, mas o casario, os elementos naturais e mesmo o homem — todos considerados atributos a serem preservados, tanto definidos nas leis de proteção, como os planos, a serem explorados na sequência. Parecem conflitos fundamentais de serem enfrentados, desde uma abordagem ampla do sítio histórico, até mesmo em casos isolados de intervenção projetual no casario, dados os efeitos sistemáticos que exercem no imóvel, no entorno e no meio ambiente como um todo.

Nessa circunstância, ao observar o comportamento de tal diagnóstico de riscos no sítio histórico de Olinda quando contextualizado de modo amplo no município, torna-se evidente que outras áreas, situadas mais a oeste do território, o subúrbio, parecem bem mais comprometidas, no que se refere aos deslizamentos de encostas. Alto da Bondade, Alto da Macaíba e Águas Compridas constituem localidades que têm em comum a alta recorrência de ocupação informal recente (meados do século XX), com modificações agressivas no relevo, cujos registros na “Carta de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundação de Olinda”, publicado em 2014, pela municipalidade, apontam um alto grau de periculosidade aos deslizamentos. Embora indique a necessidade de atenção

constante a tais áreas, não significa a desconsideração ao contexto já exposto do sítio histórico, no que se refere a um planejamento territorial.

Verificar o modo como tal problemática vem, ou não, sendo levada em consideração pelas autoridades, tanto na fiscalização do sítio histórico, como na atividade cotidiana de intervenções projetuais no casario, parece um desafio incontornável, quando se trata da preservação cultural desse conjunto. Questionamento diversos parecem fazer algum sentido, tais como: “em que medida se torna relevante a consideração da problemática dos riscos do sítio histórico de Olinda no âmbito da gestão da conservação urbana e territorial do acervo?”; “é possível descartar tal problemática quando se trata de projetos de restauro no casario do sítio olindense?”.

Nesses termos, os fatores que competem ao surgimento das vulnerabilidades no sítio histórico de Olinda, os quais podem ser evidenciados pelos condicionantes topográficos, geológicos e ambientais, podem ser retomados da modo a permitirem aferições relacionadas aos graus de riscos de deslizamentos das colinas históricas. As variáveis definidas para cada um deles podem auxiliar na indicação do grau de perigo e também na identificação de eventuais medidas de equacionamento dos problemas, sobretudo na possibilidade de serem contempladas em intervenções projetuais. A setorização do sítio histórico pela cronologia e/ou tipo de ocupação do solo, conforme definida na metodologia do Mapa de Riscos, pode contribuir nas aferições, inclusive na orientação das decisões do planejamento e da gestão da conservação, em uma visão ampliada da salvaguarda cultural.

1.3 A condição de Patrimônio Mundial, de 1982 a 2022

As primeiras décadas do século XX foram fundamentais na aclamação de Olinda em poemas, canções e na literatura. A publicação do “2º Guia Prático Histórico e Sentimental de Olinda”, de autoria do sociólogo Gilberto Freyre (1939), marca um olhar bucólico sobre o sítio histórico, em busca de despertar o interesse turístico sobre suas qualidades históricas, arquitetônicas, paisagísticas e culturais. Na década de 1940, o compositor Clídio Nigro ressaltou atributos de Olinda e suas manifestações culturais em canções, principalmente relacionadas ao Carnaval

que aflorava em suas ruas históricas, ainda tímido e popular⁴⁷. Nos anos de 1950, foi a vez dos poemas homônimos⁴⁸ de Carlos Pena Filho e de Joaquim Cardozo exaltarem a antiga *Marim dos Caetés*. Futuramente, esse ambiente singular tornar-se-ia propício ao acolhimento de artistas plásticos vindos de Recife, a deflagrarem o conhecido Movimento da Ribeira, em 1964, objetivado, entre outras questões, no registro dos elementos históricos e pitorescos da antiga vila, em telas, gravuras, esculturas, os quais viriam incentivar futuras investidas nas artes plásticas, em Olinda (Barreto, 2009). Aos poucos, tais indícios constituíam o amálgama necessário à sensibilização do sítio histórico como um lugar de rara beleza, a preparar as bases para a sua preservação cultural.

No lado institucional da salvaguarda cultural, as primeiras iniciativas de proteção do acervo olindense foram efetuadas com o tombamento dos monumentos religiosos⁴⁹, representativos da arte barroca, quando do início da atuação do antigo SPHAN⁵⁰, na década de 1930, em fortalecimento ao movimento liderado pelos modernistas, de construção de uma identidade nacional. Mesmo com as demolições das ruínas do antigo convento carmelita (1907), sobreviventes ao incêndio holandês, e da Igreja de São Pedro Mártir (1915), ainda boa parte dos monumentos olindenses puderam ser salvos de destruições.

O intervalo de pouco mais de 40 anos que separa as primeiras ações institucionais de proteção do patrimônio olindense e a titularidade de Patrimônio Mundial, conferida a Olinda pela UNESCO, em 1982, foi frutífero no que se refere ao amadurecimento de uma prática preservacionista: o objeto de proteção foi ampliado para o sítio histórico, leis e planos de proteção foram instituídos, sobretudo nas diversas competências de atuação, entre outros feitos. Pode-se afirmar que cada uma dessas conquistas em muito contou ao alcance do reconhecimento internacional, cujos critérios foram elencados na introdução, sobretudo ao ser conduzida por Aloísio Magalhães, o então presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, que resguardava particular apreço pela cultura

47 Autor do “Hino do Elefante de Olinda”.

48 Intitulados “Olinda”.

49 “Tombamento” é o nome que se dá ao instrumento normativo de proteção dos bens culturais; em Olinda, foram registrados os tombamentos das Igrejas da Misericórdia, Nossa Senhora do Monte, de Santa Teresa e do Carmo, do Mosteiro de São Bento, do Palácio Episcopal, do Seminário de Olinda e do Convento de São Francisco, além das casas com muxarabi, à rua do Amparo nº 28 e Praça João Alfredo nº 7, todos em 1938.

50 Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

pernambucana. Portanto, os fatores que contribuíram para o alcance de tal condição por Olinda seguem sucintamente narrados.

Inicialmente, foram reconhecidos em Olinda dois critérios que atendem à expressividade do Valor Universal Excepcional (VUE), o (ii) e o (iv), os quais evocam o reconhecimento do intercâmbio entre valores diversos do acervo, quer sejam humanos, paisagísticos, artístico-culturais, arquitetônicos, urbanísticos e tecnológicos. O dossiê da UNESCO atesta tal condição, cujos valores de longa duração são reforçados, com caráter de permanência, de acordo com o critério (ii):

O centro histórico de Olinda contém uma série de edificações que se destacam tanto do ponto de vista arquitetônico quanto decorativo, como a Catedral Alto da Sé, a Igreja de Nossa Senhora da Graça e exemplares da arquitetura civil que vão desde os séculos XVII a XIX. A luxuriante vegetação pública, jardins, sebes e recintos conventuais formam uma paisagem em que a característica mais saliente é a cidade envolvida em uma massa verde, banhada pela luz tropical, com a costa arenosa e o oceano ao horizonte (UNESCO, 1982).

O reconhecimento de atributos singulares harmonicamente reunidos em uma visão de conjunto já parecia consensual, desde os documentos históricos de fundação da vila. No contexto da salvaguarda cultural, funcionaram como subsídio à delimitação de um perímetro de proteção do sítio histórico de Olinda, que foi institucionalizado pelo IPHAN. Estudos técnicos e visitas de consultores da UNESCO, os quais também objetivavam estratégias de potencialização do turismo cultural para fins de preservação dos sítios históricos, as conhecidas “missões da UNESCO”, foram fundamentais na orientação do tombamento e na definição de diretrizes de proteção (Milet, 1995; Barreto, 2009; Bacelar, 2019). Enquanto no cenário brasileiro, a exploração pela modernização urbana, representada pela abertura de grandes avenidas e pela verticalização, exerceu forte influência sobre a ambiência dos centros históricos, evidentes nas reformas urbanas conduzidas no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Pelourinho, Pernambuco não ficou de fora. Os interesses imobiliários focados na cidade do Recife, a qual ainda resguardava relativo distanciamento físico de Olinda, foram tidos como ameaçadores à ambiência da antiga vila olindense. Em atitude preventiva, a abertura do processo de tombamento do sítio histórico de Olinda foi deflagrada pelo IPHAN, em 1962, em que se destaca o olhar de Michel Parent, consultor da UNESCO enviado ao Brasil, dentre os sensíveis à preservação:

Olinda é uma jóia do Brasil (...). Nela se reúnem admiravelmente a paisagem marinha e a cidade de arte, com uma riqueza de vinte igrejas barrocas e um grande número de casas antigas pintadas em vivas cores. (...) Em Olinda a arquitetura surge dentre os esplendores da natureza tropical. (...) Essa feição esparsa do tecido urbano deve ser absolutamente preservada. Olinda não é uma cidade: é um jardim entremeado de obras-primas de arte.

Enquanto continuidade à admiração das qualidades urbanísticas e paisagísticas do sítio histórico, desde os seus primórdios, as palavras do arquiteto Augusto de Silva Telles, então Diretor do IPHAN, corroboraram ao mesmo despertar, quando evocou o instrumento jurídico de proteção, em 1966: “o tombamento seria paisagístico e urbanístico, nêle incluíndo-se, principalmente, o traçado urbano existente e a vegetação, tanto pública, como particular”. Em atitude convergente, o arquiteto pernambucano José Luiz da Mota Menezes propôs a extensão da valoração ao caráter artístico, ao destacar as qualidades arquitetônicas do casario, especialmente os situados nas ruas 27 de Janeiro, Prudente de Moraes, Amparo, 13 de Maio e Bernardo Vieira de Melo. Em orientação ao parecer final de Silva Telles, foi conclusivo favoravelmente à inscrição artística, histórica e paisagística do sítio:

(...) a cidade aparece, ainda hoje, imersa e envolvida em densa arborização que a enfeita e lhe confere graça excepcional. (...) são poucas as construções irrecuperáveis para um plano geral de restauração. Existem algumas, mas essas se perdem entre as de boa origem, não chegando a comprometer o conjunto. Mesmo na área litorânea, a zona nova, os prédios possuem, no máximo 3 pavimentos. Cremos, por isto, que ainda é tempo de salvar-se Olinda, e urge que isto se faça rápido, antes que a febre imobiliária a descubra e a desfigure por completo.

A Notificação nº 1004/68 de 21/03/1968 legitimou o tombamento federal do sítio histórico de Olinda, em uma poligonal bastante rígida, nada adaptada à topografia, nem ao traçado urbano local, com 1,2 km² de área e algo em torno de 1.500 imóveis (Imagem 58). O registro como “acervo arquitetônico e urbanístico” ocorreu, simultaneamente, nos Livros do Tombo Histórico, do Tombo de Belas Artes e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com destaque para os conjuntos urbanísticos e arquitetônicos das Ruas 13 de Maio, Amparo e Bernardo Vieira de Melo (Imagens 54 a 57).

As diretrizes de proteção referiam-se à manutenção dos gabaritos, do caráter plástico do casario e à preservação da cobertura vegetal, com restrições às novas construções (Barreto, 2009; e Barreto e Lira, 2021). Desse modo, a delimitação



Imagem 54 Casario na rua 13 de Maio, década de 1950.
Fonte: Gusmão (2021).

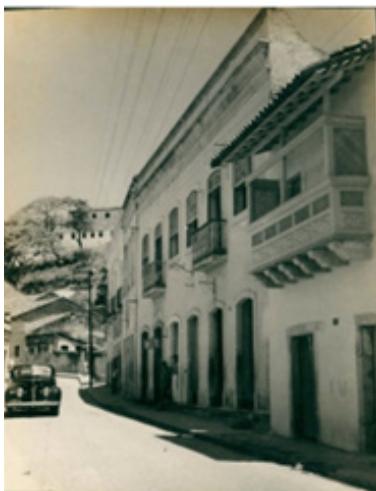


Imagem 55 Casario na do Amparo, década de 1950.
Fonte: IBGE.



Imagem 56 Casario na rua Bernardo Vieira de Melo, com vista para a ladeira da Misericórdia, 1950.
Fonte: IBGE.



Imagem 57 Panorama de Olinda, década de 1950.
Fonte: IBGE.

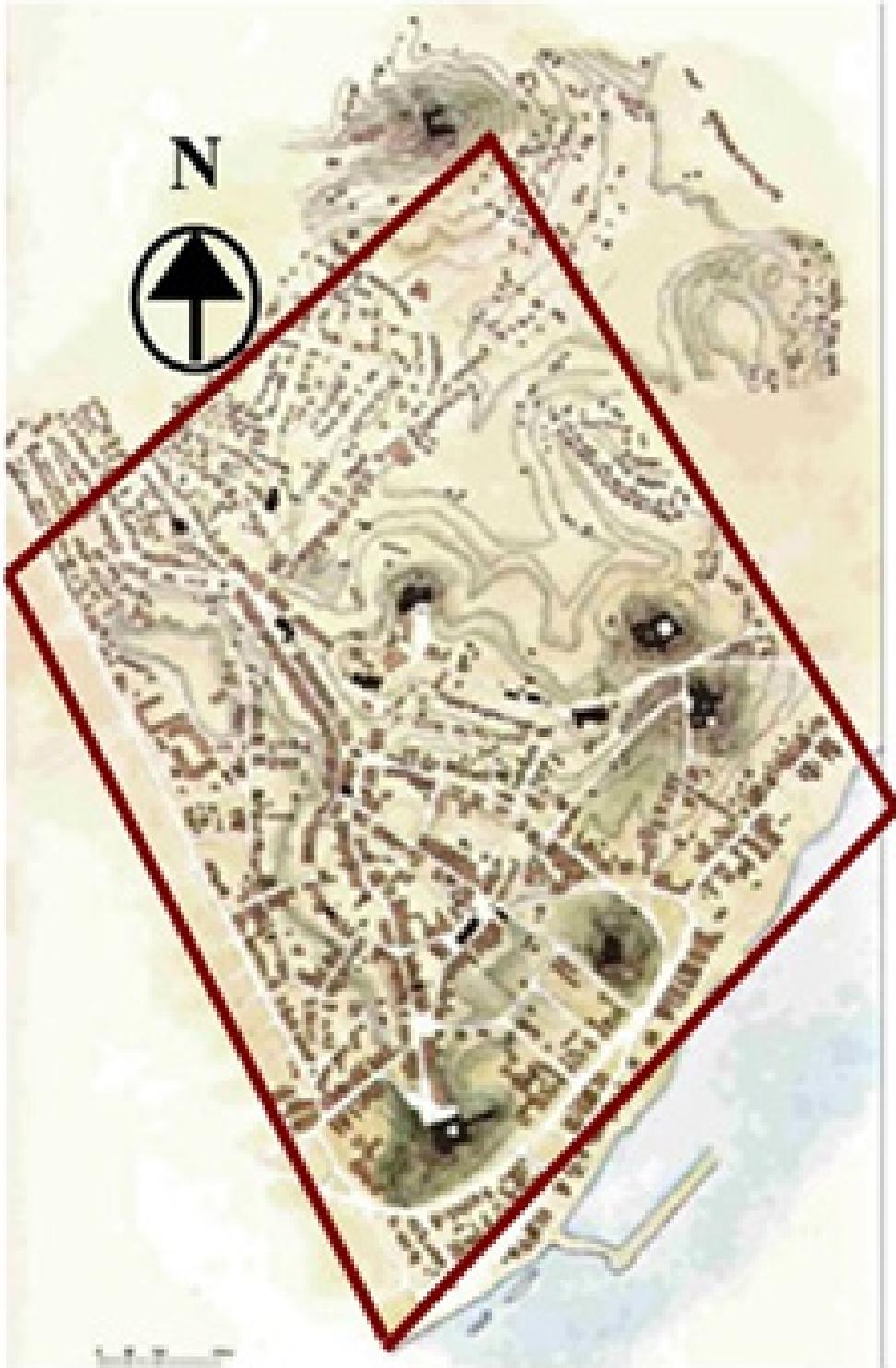


Imagem 58 Polígono de Tombamento do sítio histórico de Olinda, em 1968.
Fonte: Barreto e Lira (2021).

do polígono de proteção, associada a uma lei federal, foi de grande avanço para a manutenção da ambiência do lugar e o controle urbano das intervenções projetuais.

A partir de tal institucionalização, tratou a municipalidade de elaborar e homologar um plano diretor do sítio histórico de Olinda, o qual foi representado pelo Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), de 1972. Oriundo das diretrizes advindas dos Encontros de Governadores, ocorridos em Brasília (1970) e em Salvador (1971), o PDLI se antecipava aos princípios da conservação integrada, ao inserir a problemática da conservação urbana no âmbito do planejamento urbano e territorial de Olinda, ao mesmo tempo em que significou o marco da atuação municipal na gestão do sítio histórico. Pela expressividade com que os parâmetros de proteção foram desenvolvidos para o polígono de tombamento de Olinda, entendido como uma área distinta das demais, pela concentração de bens patrimoniais, o Livro III, do PDLI, logo foi transformado na legislação municipal urbanística de Olinda nº 3826/73. Isso significa afirmar o envolvimento da instância local no âmbito da conservação. Assim como mencionou Bacelar (2019, p. 150-151), tal instrumento normativo ainda foi relevante por ser extensivo à abordagem paisagística, na abrangência da proteção dos locais de visadas panorâmicas do sítio histórico, entendidos e definidos como “mirantes”⁵¹, com referência na base documental histórica.

Em pouco tempo, novas demandas de proteção cultural de Olinda resultaram na delimitação de uma área envolvente ao sítio histórico, a partir da necessidade de manutenção da ambiência e da visibilidade à distância (Imagem 59). Além da paisagem e dos marcos visuais já terem sido exaltados nos relatos dos outrora viajantes estrangeiros, entre outros documentos históricos, sinais de ameaças decorrentes do progresso pela urbanização, sobretudo vindos de Recife, pelo processo de conurbação, já constavam nos estudos anteriores de instrução do tombamento do sítio histórico. Nesses termos, a Notificação Federal nº 1155/1979, de iniciativa do IPHAN, instituiu o Polígono de Preservação de Olinda, a constituir 10,4 km² a área total de proteção, com a inscrição enquanto Acervo Urbanístico, Paisagístico e Arquitetônico da Cidade de Olinda, no Livro do Tombo Etnográfico, Histórico e Paisagístico.

51 De acordo com registro de Bacelar (2019, p. 150-151), Mirante da Misericórdia, Mirante da Sé, Mirante do Seminário, Mirante da Igreja de N. Sra. Do Monte, percurso da ladeira de Detrás da Sé e o Adro de Santa Tereza e o percurso da Avenida Olinda.

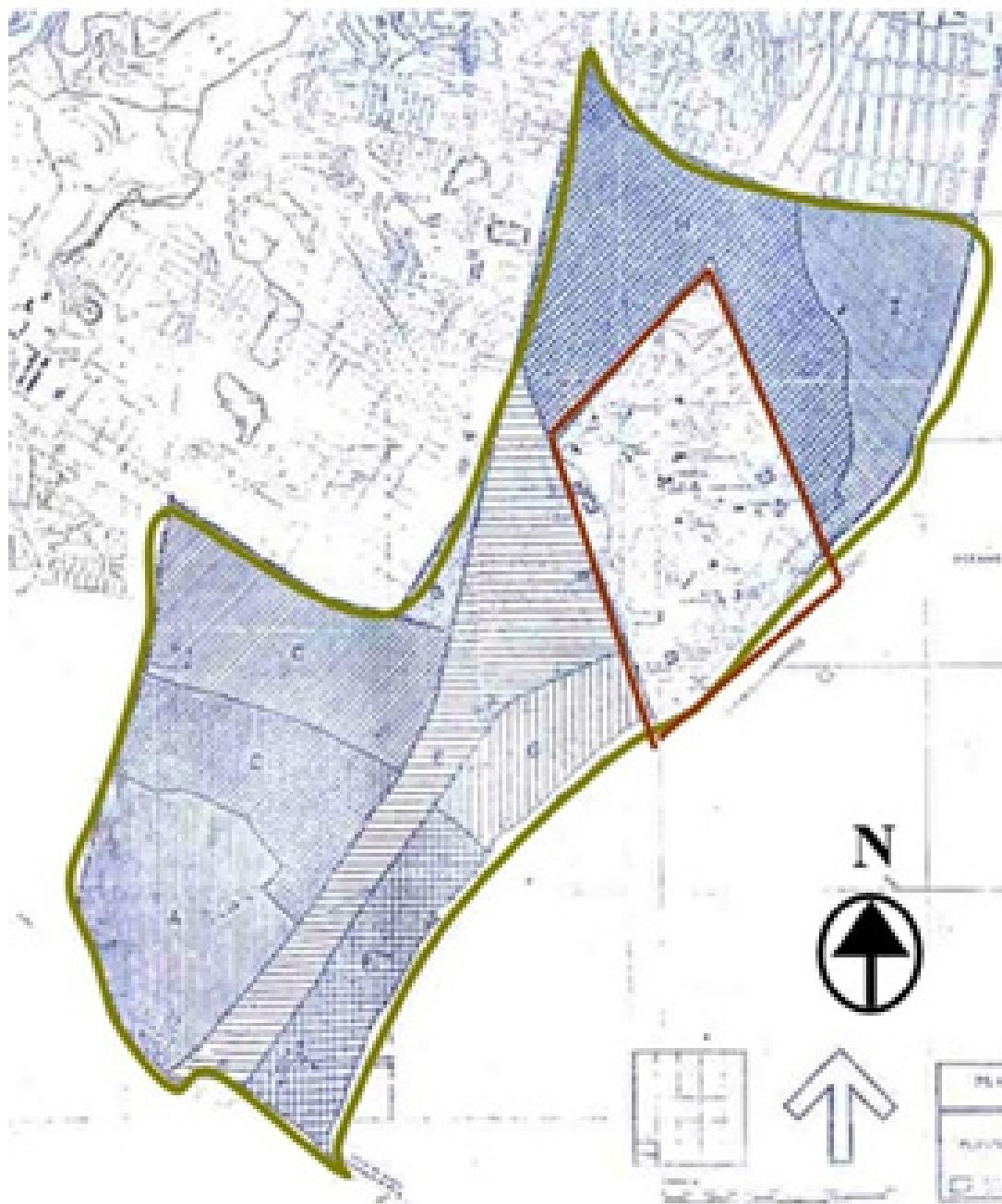


Imagem 59 Polígono de Preservação e de Tombamento do sítio histórico de Olinda, em 1979.
Fonte: Barreto e Lira (2021).

Embora tal demarcação, também entendida como área de entorno, fosse apresentada com as devidas setorizações, o polígono de tombamento, restrito ao sítio histórico, seguia no formato rigoroso, desde o registro da década de 1960. O parecer do arquiteto José Luiz da Mota Menezes retomava o caráter pitoresco do sítio histórico extraído das antigas gravuras e dos documentos históricos, ao descortinarem a paisagem pelo mar, e mesmo das colinas para o horizonte recifense:

a sua visão a distância, considerando conceitos de visibilidade de conjunto, numa visão da cidade emergente, na visão serial, e todos aqueles aspectos novos que Cullen analisa em seu tratado de estética urbana. Deste modo, se vislumbrou o conjunto histórico em uma perspectiva até então somente possível àqueles que de barco penetrassem os mangues ou se situassem em atitude subjetiva.

Ao mencionar a “silhueta de grande magnitude” de Olinda, como uma admiração do conjunto à distância, o arquiteto remete aos registros de fundação da cidade, ao mesmo tempo em que também demonstrou sensibilidade aos recursos naturais, ao recomendar a preservação da “(...) flora típica do mangue, que, sucessivamente, estava desaparecendo sob aterros constantes e desorganizados”. Portanto, foi desde tal período, que a institucionalização da área de entorno do sítio histórico assumiu a função da manutenção da visibilidade das colinas históricas, acompanhada de critérios de proteção a volumetrias e gabaritos, bem como de preservação do ecossistema natural (Imagens 60 e 61).

O substancial aumento da área de proteção de Olinda, em cinco vezes, aliado à experiência municipal deflagrada na gestão da conservação do sítio histórico e à necessidade de estar em sintonia com os discursos internacionais contidos nas cartas patrimoniais, forneceu as bases para a criação do Sistema Municipal de Preservação do Sítio Histórico de Olinda, em 1979, pioneiro no Brasil. A lei nº 4119/1979, instituiu tal Sistema composto pela Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (FCPSHO), enquanto instância executora das ações, pelo Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (CPSHO), enquanto instância consultiva, pelo Fundo de Preservação, que reunia os recursos a serem destinados à salvaguarda, e pelo instrumento do tombamento municipal, na complementação da normativa de proteção. A instância do CPSHO contava com a participação de sete membros, dentre eles, um representante da sociedade civil e dois do governo estadual: a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de

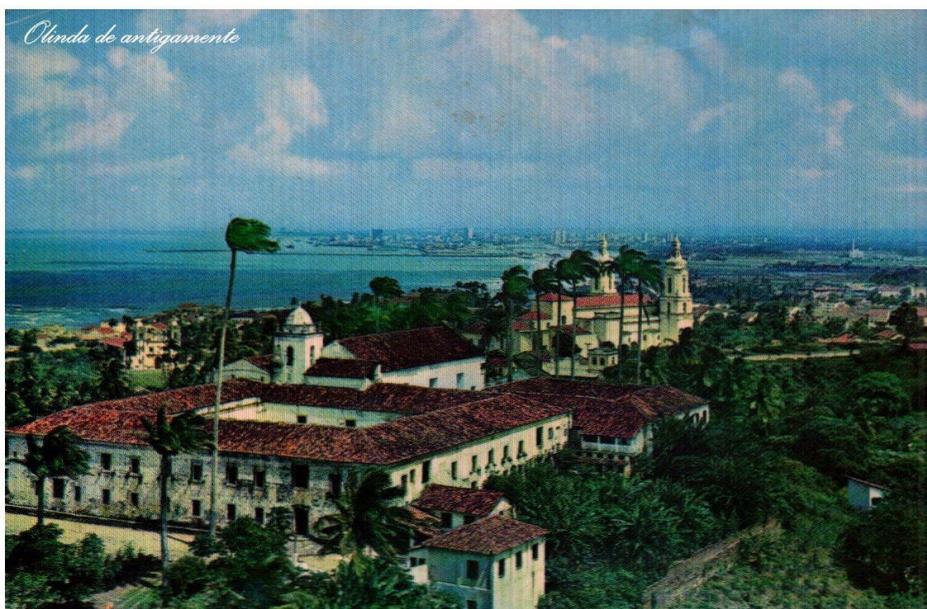


Imagem 60 Panorama de Olinda, nos anos de 1970.
Fonte: Acervo Olinda de Antigamente.



Imagem 61 Panorama de Olinda, nos anos de 1970.
Fonte: Acervo Olinda de Antigamente.

Pernambuco (Fundarpe) e a Agência de Planejamento e Pesquisas - Condepe/Fidem, enquanto marco da atuação estadual na preservação cultural do sítio histórico de Olinda. Inclusive essa última se destacou pelo desenvolvimento e instituição do Plano de Preservação de Sítios Históricos para o Recife e Região Metropolitana, quando Olinda foi contemplada — pioneirismo reconhecido nacionalmente. Na mesma lei, também foram criadas quatro câmaras temáticas, cujo destaque de atuação se deu na Câmara Técnica de Legislação e Tombamento, a qual ainda tem atuado na análise e orientação de projetos de intervenção no sítio histórico de Olinda.

Paralelamente e de modo espontâneo, foi instituída uma associação de moradores locais com atuação nas causas preservacionistas, a Associação de Moradores e Amigos de Olinda (AMOA), a qual teve participação relevante no I Encontro em Defesa do Patrimônio Cultural de Olinda, ainda em 1979, quando a premissa desvelava o morador como principal guardião do patrimônio (Barreto, 2009). Com pouco tempo, essa associação de moradores foi dissolvida e reorganizada na constituição da Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta (SODECA), criada em 1984 e atuante até o presente momento (Barreto, 2009). Nas circunstâncias em que Olinda acumula instrumentos de proteção em diversas esferas, sistema de gestão da conservação e a articulação institucional, os conflitos ainda eram fiscalizados e denunciados pelos moradores, reunidos em torno de uma associação. O dossiê organizado pelo governo federal para envio à UNESCO reconhecia tal atuação:

Profundamente arraigada, sua população tradicional conserva pela cidade, relação de amor e posse. E isto se torna compreensível, não somente pela atenção para a importância de seus bens patrimoniais, mas também pela manutenção das velhas tradições, tais como as procissões, o carnaval e o artesanato. Numa terra que se identifica pela grandeza da religiosidade, pela festa e pela arte, Olinda chega a se fazer identificar exatamente graças a estas manifestações (Fundação Nacional Pró-Memória, 1982).

De modo simultâneo às manifestações às causas preservacionistas motivadas pelos moradores, foi registrada a conquista do título honorífico pelo sítio histórico de Olinda: Monumento Nacional, em 1980, conferido pelo governo federal, por meio da Lei nº 6.863/1980, após uma longa trajetória liderada por historiadores e políticos locais (Coelho, 1982). Na tramitação do Projeto de Lei nº 1.440, o qual solicitava a concessão da titularidade nacional, encontra-se uma matéria do Jornal do Brasil, que noticiava a ampliação da área de preservação de Olinda, a instituída

em 1979, pelo IPHAN, e mencionava a problemática do deslizamento dos morros, pelo acidente de mesma natureza ocorrido em Ouro Preto (Coelho, 1982, p. 30).

Todos esses elementos, somados ao reconhecimento das condições de integridade e autenticidade do sítio histórico de Olinda, pela UNESCO, fortaleceram o argumento da conquista do título internacional. De acordo com o registro dessa entidade, sobre o reconhecimento da integridade, o sítio histórico "(...) tem uma dimensão suficiente para garantir a representação completa dos elementos e processos que traduzem o significado de seus atributos". Sobre a autenticidade, versou a UNESCO:

O Centro Histórico da Cidade de Olinda possui alto grau de autenticidade em termos de localização e ambiência, formas e desenhos, materiais e substâncias. Sua localização e traçado histórico, os materiais empregados em sua construção e a predominância de seu caráter residencial original são reafirmados no mais antigo documento sobrevivente de Olinda, a Carta Foral, que contém o primeiro "plano diretor" da cidade e na cartografia holandesa e gravuras de Frans Post (século XVII). Seus atributos definidores permanecem integralmente intactos, tendo sido preservados em sua essência e constituindo uma unidade inteligível, seja tomado em conjunto ou separadamente.

Tais circunstâncias também puderam ser reconhecidas pelo material iconográfico que seguiu em anexo ao dossiê brasileiro, o qual apresentava as onze litogravuras produzidas pelo próprio Aloísio Magalhães, que era artista plástico e designer (Imagens 62 a 65).

Ainda que uma certa atitude otimista tenha aparentado envolver a conquista da titularidade internacional por Olinda, o dossiê de instrução de tal pedido, elaborado por Aloísio Magalhães, então Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, em 1981, registrou os riscos demonstrados na presente pesquisa: "Outro problema constatado em Olinda há alguns anos é o de deslizamento do solo. No início do século esses deslizamentos atingiram o Convento do Carmo, hoje restaurado e, recentemente, em maior ou menor grau partes do Convento de São Bento e do Convento-Igreja de Nossa Senhora das Neves (franciscano)" (Magalhães, 1981, p. 10). Nessa época, ainda não haviam sido deflagradas as pesquisas exploratórias de Gusmão Filho (1984; 1994; 2001), no entanto, já existia a discussão do problema entre os especialistas, dada a ocorrência do seminário internacional, na década de 1970. Ainda no mesmo documento: "trabalhos de proteção contra o avanço do mar sobre Olinda já se encontram em fase adiantada de execução; compreendem



Imagem 62 Litogravura de Aloísio Magalhães, no dossiê de Olinda, para a UNESCO, em 1981.
Fonte: Disponível em: <ceci-br.org/conservar> acesso em 21/07/2021.



Imagem 63 Litogravura de Aloísio Magalhães, no dossiê de Olinda, para a UNESCO, em 1981.
Fonte: Disponível em: <ceci-br.org/conservar> acesso em 21/07/2021.



Imagem 64 Litogravura de Aloísio Magalhães, no dossiê de Olinda, para a UNESCO, em 1981.

Fonte: Disponível em: <ceci-br.org/conservar> acesso em 21/07/2021.



Imagem 65 Litogravura de Aloísio Magalhães, no dossiê de Olinda, para a UNESCO, em 1981.

Fonte: Disponível em: <ceci-br.org/conservar> acesso em 21/07/2021.

um conjunto de quebra-mar submerso ao longo do litoral da cidade, desde a praia dos Milagres até a embocadura do rio Doce (...)” (Magalhães, 1981, p. 10).

A relação entre a preservação cultural e os riscos no sítio histórico também foi registrada quando no conteúdo do dossiê da UNESCO, sobre as questões que envolvem a autenticidade:

A autenticidade de suas propriedades tem sido ameaçada por processos que têm desestabilizado as encostas das colinas, incluindo o lento movimento secular das encostas, o qual tem afetado as fundações e causado rachaduras em edifícios; e, nos últimos anos, o aumento do nível de água no solo associado a um deficiente ou inexistente sistema de drenagem de águas pluviais e esgotos, a supressão de vegetação e a criação de taludes instáveis e cortes para construção de moradias.

Todo esse contexto contribuiu à projeção de Olinda ao cenário internacional da salvaguarda cultural e desencadeou no deferimento de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Felizmente, as iniciativas institucionais na preservação do sítio histórico não pararam aí: os instrumentos normativos federal e municipal de proteção careciam de atualizações.

Na esfera nacional, a Rerratificação da Notificação Federal nº. 1.155/79, aprovada em 1985, registrou a adequação do Polígono de Tombamento à topografia do sítio histórico (Imagem 66) e propôs uma setorização, norteada pelo caráter tipológico e cronológico do casario, pela visibilidade dos monumentos e pela adaptação às demandas residenciais, com o viés da preservação do meio ambiente e da paisagem. Em certa convergência, a Lei municipal nº 4.849, de 1992, buscou refletir as recomendações da Carta de Veneza, em 1964, no que se refere à conservação e restauração dos bens culturais, sobretudo no controle do adensamento construtivo no sítio histórico, ao orientar os padrões de ocupação dos lotes. Tais instrumentos normativos federal e municipal constituem os atualmente em vigor.

Tal trajetória institucional de destaque no âmbito da salvaguarda cultural ora sintetizada tem sido objeto de investigação em vários trabalhos acadêmicos e institucionais e em artigos científicos. Segundo Zancheti e Milet (2006), após meados da década de 1990, quando o Fundo de Preservação e a Fundação Centro de Preservação haviam sido extintos, aportes financeiros de bancos interamericanos deflagraram o financiamento público-privado na recuperação física de monumentos religiosos, de espaços públicos e de imóveis, por meio dos

programas Monumenta e Prodetur e por meio da Lei Rouanet. Embora se tratasse de projetos necessários, a qualidade técnica era pouco expressiva e a gestão da conservação demonstrava sinais de enfraquecimento e falta de controle urbano.

Mais recentemente, a pauta das discussões encontra-se centrada na implantação do Plano de Gestão do Sítio Histórico de Olinda (PGSHO), concluído em 2016, mas ainda não homologado, ao significar uma revisão da legislação municipal, embora, aparentemente, tenha permanecido a mesma setorização de 1992. A discussão mais atual sobre tal instrumento de planejamento se deu aos 10/02/2022, com o Webinário de Preservação de Olinda, promovido pelo Conselho Estadual de Patrimônio Cultural, em que a presente pesquisadora proferiu uma exposição, com uma visão crítica sobre o conteúdo do documento. Como recomendações do evento, foram indicados compromissos a serem assumidos pelos gestores municipais, para a homologação do Plano, principalmente diante da titularidade internacional de Olinda, a qual demanda que sítios históricos de Patrimônio Mundial sejam contemplados com um Plano de Gestão. Até o presente momento, nenhum avanço foi registrado nesse sentido, embora haja uma referência propositiva a um programa voltado para as áreas de risco no sítio histórico.

Para além de tais contornos, a cidade dos monumentos religiosos e de belas paisagens é também aquela marcada pelos rituais tradicionais cristãos, quando as procissões tomam conta das ladeiras históricas, em datas comemorativas, a exemplo de *Corpus Christi* e da *Procissão dos Passos*, a também simbolizar a influência religiosa no cotidiano da cidade. Mas não apenas tais rituais têm sobrevivido na antiga vila de Olinda — os eventos profanos a utilizaram como palco natural de suas manifestações também têm seu lugar de pertencimento. Troças, agremiações e clubes carnavalescos surgiram da organização dos próprios moradores, os mesmos que atuavam nas procissões (Imagens 67 a 69). A dimensão era de evento popular, cuja decoração das ruas era organizada pelos moradores, quem conduzia o tradicional passo do frevo, o qual viria a se tornar referência cultural (Barreto, 2009). Associados ao carnaval, os bonecos gigantes de Olinda tornaram-se personagens imprescindíveis, protagonizados pelo Homem da Meia Noite, surgido na década de 1930, a simbolizar a abertura do evento — em 2006, foi considerado patrimônio imaterial de Pernambuco.



Imagem 67 Desfile da tradicional Troça da Pitombeira, no carnaval da década de 1960.
Fonte: Acervo Olinda de Antigamente.



Imagem 68 Desfile do tradicional Clube Elefantes de Olinda, no carnaval da década de 1970.
Fonte: Acervo Olinda de Antigamente.



Imagem 69 Procissão de São Salvador do Mundo, na década de 1970, com a presença de Dom Hélder Câmara.
Fonte: Acervo Olinda de Antigamente.

Essas e outras manifestações culturais, posteriormente introduzidas no cenário pitoresco de Olinda, constituem expressões que usufruem do sítio histórico como cenário de extensão da sua imaterialidade.

1.4 Síntese do capítulo

A ocupação primitiva da vila de Olinda teve a defesa do território, assegurada pela visão à distância e a altitude das colinas, associada ao desfrute paisagístico que o local proporcionava, com o mar no horizonte e a vegetação abundante, dentre algumas das razões de escolha do sítio para a fundação da sede do governo de Duarte Coelho, dada a experiência de conquista lusitana em áreas de morros.

Uma vez que os condicionantes geográficos e ambientais influenciaram na escolha do lugar e também no zoneamento urbano da ocupação territorial, explicado no considerado pioneiro plano diretor do Brasil, a Carta do Foral, a peculiaridade de implantação trazia suas repercussões à admiração da vila. Pelos registros iconográficos, foi possível observar a recorrência com que o antigo burgo duartino foi representado, tanto em sua perspectiva desde o mar, como pela permeabilidade visual que proporcionava para o Recife, desde as suas colinas. A composição entre o acidentado relevo, a vegetação, os monumentos religiosos e o casario, com os tipos arquitetônicos tradicionais, entre casas térreas e sobrados, serpenteados pelo arruamento primitivo, em situação litorânea, parecia o retrato mais fiel a ser reverenciado.

Somados a tanto, os depoimentos de memorialistas e viajantes estrangeiros, que imprimiam seu olhar acerca da constituição urbana, arquitetônica, paisagística e cultural da antiga vila, são igualmente relevantes à compreensão dos predicativos do sítio histórico, justamente os que contribuíram no seu reconhecimento como objeto de preservação. Revisitar e interpretar as fontes documentais primárias, com a eventual contextualização nas fontes secundárias, ajuda a revelar as bases por onde as normativas de proteção foram constituídas. Para além da identificação dos atributos materiais, os imateriais correspondentes às visadas, à abordagem paisagística e às manifestações artístico-culturais igualmente podem ser constatados. Estes, associados ao suporte físico do sítio histórico, tornaram-no palco de expressividade, a agregarem valores ao lugar.

Os estudos consistentes para fins de delimitação de uma poligonal a ser instituída como instrumento de proteção cultural no sítio histórico confirmavam os dados dos documentos históricos, a sinalizar os valores de longa duração que ainda permaneciam resguardados naquele ambiente bucólico, transmitidos pelas gerações. Certamente a sensibilização outrora despertada pela interpretação dos materiais iconográficos e textuais, confrontadas nas análises de campo realizadas em visitas pelos especialistas, foram substanciais na percepção da ambiência e no desenvolvimento das diretrizes de preservação, orientadas pela cronologia construtiva e pelos tipos edificados. Era, portanto, institucionalizada, em 1968, a proteção do sítio histórico de Olinda. Daí em diante, cada vez mais, os instrumentos normativos buscavam a manutenção do casario, do urbanismo primitivo, assim como do desfrute paisagístico e da permeabilidade visual, descortinada do, e para o, Recife.

Por outro lado, todo esse frescor pitoresco também imprimia repercussões à dinâmica da cidade, com um gradual e silencioso agravamento da situação de estabilidade estrutural dos monumentos religiosos, que ameaçava sua integridade física, tão importante à sua manutenção como objeto de proteção cultural. Embora tal quadro de risco começasse a despertar preocupações nos usuários e mantenedores dos monumentos religiosos, desde fins do século XIX, apenas em meados do século XX é que passou a ser fruto de discussões pelas instituições de proteção, dada a conferência do tombamento nesses bens, em 1938. É de se notar o compromisso do IPHAN e mesmo a antecipação do envolvimento de especialistas da UNESCO no problema em questão, sobretudo com investimentos em pesquisas técnicas e científicas exploratórias, no intuito de se compreender e caracterizar o quadro de ameaças. O resultado dos estudos apontou como grande causa o perigo de deslizamento nos morros, os quais podiam afetar o sistema ambiental do sítio histórico como um todo, desde a estabilidade dos monumentos e casario, até mesmo a qualidade de vida do homem, em uma visão ampla e orientada pelos condicionantes topográficos, geológicos e ambientais.

Algumas das razões ambientais poderiam dar conta desse fenômeno: tanto a influência marítima atingia as colinas mais próximas à orla, e, por consequência, seus monumentos religiosos, a ocasionarem erosão, como as chuvas intensas e os movimentos naturais de acomodação dos morros denunciavam movimentações de solos. De modo adicional, a ação antrópica também agregou interferências ao

estado de conservação do sítio histórico, constatada em duas situações específicas: enquanto as áreas de planícies eram alvo das intervenções urbanísticas de porte, quando do alargamento e abertura viária nas franjas do sítio histórico, tangenciais à orla, a ocupação desordenada das encostas tornava os taludes mais íngremes e desprotegidos. Ao se situar em solos pouco propícios à estabilidade, a ocupação urbana colocava em risco os monumentos e casario, agravado durante o período de chuvas intensas. Portanto, medidas de equacionamento a tal problemática precisam ser enfrentadas e implementadas.

De modo naturalmente convergente, a sensibilização a alguns dos condicionantes ambientais então identificados foi assumida pelos parâmetros normativos de proteção do sítio histórico — a superposição entre a setorização das leis de proteção e a resultante da avaliação dos riscos (definida pelas características topográficas, geológicas e ambientais) no sítio histórico parecia evidente. A proibição de cortes no relevo, de retirada de vegetação, seja ela pública ou particular, e de aumento de gabaritos, ao lado da manutenção da taxa de ocupação tradicional do casario consistiram em parâmetros assumidas pelas leis de proteção. Ao tempo em que buscavam a conservação daquela paisagem outrora registrada na iconografia histórica, contribuíam ao equacionamento dos riscos de deslizamentos. Nesses termos, parece possível afirmar que a preservação do sítio histórico de Olinda foi concebida como um sistema ambiental: enquanto amparava a manutenção da ambiência, não agravava as vulnerabilidades estruturais. Mesmo no contexto das titularidades honoríficas de Monumento Nacional e de Patrimônio Mundial, de modo mais objetivo, orbitavam tais preocupações, as quais seguiam associadas às demandas de monitoramento e estratégias de mitigação dos impactos sobre a transmissão do Valor Universal Excepcional (VUE).

Torna-se possível reconhecer uma sensibilização ao perigo dos deslizamentos dos morros em Olinda, dada uma certa recorrência com que apareciam nos documentos institucionais, e sua aproximação aos discursos da salvaguarda cultural do sítio histórico, principalmente ao afetarem a estabilidade e integridade dos monumentos religiosos e do casario. Sobrecargas promovidas pelo adensamento construtivo, perda de vegetação, ocupação dos quintais, problema de drenagem das águas pluviais e de esgotamento sanitário, assim como os sucessivos cortes e aterros foram das vulnerabilidades mais facilmente apontadas nas pesquisas geológicas e ambientais, de fins do século XX.

Ao considerar o foco da presente pesquisa, não parece claro se a aproximação entre esses conteúdos — a conservação e os riscos — vem sendo, ou não, contemplada na gestão da conservação do sítio histórico. Na probabilidade de alguma reverberação sobre a transmissão do VUE acumulado pelo sítio histórico de Olinda, entende-se como premente o devido enfrentamento desse problema, tanto na escala ambiental do conjunto, como no contexto do casario. As intervenções arquitetônicas projetuais em um imóvel, portanto, também parecem assumir um papel aglutinador, de modo que possam contribuir, simultaneamente, ao equacionamento do quadro de riscos de perdas ambientais e culturais do acervo. Sejam por meio do desenvolvimento de projetos de intervenção arquitetônica ou da análise e licenciamento desses projetos, tais questões parecem fundamentais à continuidade valorativa do sítio histórico e seguem exploradas nos capítulos subsequentes.

Ademais, não se pode deixar de considerar a relação em que tais situações projetuais se colocam diante das manifestações culturais em curso no sítio histórico, as quais remontam a tempos passados, cujas celebrações festivas, sagradas e profanas, em muito organizadas pelos próprios moradores, tinham no espaço público das ruas o palco para seu acontecimento. Desse modo, celebra-se como evidente a indissociabilidade entre as dimensões públicas e privadas, interiores e exteriores, como um amálgama a ser tratado em uma abordagem ampla.

**TEORIA-PRÁTICA NO RESTAURO
ARQUITETÔNICO E URBANO**

2 O RESTAURO NOS SÍTIOS HISTÓRICOS DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Os sítios históricos constituem o território de ocupação primitiva das cidades, acumuladores dos traços culturais que refletem testemunhos memoriais, artísticos e simbólicos das civilizações, enquanto inesgotáveis fontes documentais de investigação. A lógica de ocupação urbana e do território, o traçado viário, o casario, as edificações notáveis, os componentes vegetais, bem como as conexões entre os sistemas ambientais e construídos, aliados às dimensões intangíveis que deles fazem parte, têm despertado o interesse sob os mais diversos olhares, sobretudo o da preservação cultural. No Brasil, por exemplo, os centros históricos de Olinda, Ouro Preto e Salvador parecem reunir tais atributos, assim como, em Portugal, se observa os de Évora, Porto e Guimarães⁵², dentre outros. Na medida em que o reconhecimento da importância dos sítios históricos, pelos seus predicativos, fundamenta os objetivos da preservação, passa-se a compreender o sentido de sua permanência no tempo, para usufruto da sociedade do presente e do futuro.

Embora tais considerações possam parecer claras, a trajetória da salvaguarda cultural no Brasil e no panorama internacional tem sido marcada por visões

52 Todos têm em comum a condição de constituírem bens do Patrimônio Mundial, da UNESCO.

conflitantes, descontínuas e pouco consensuais, cujos entendimentos encontram-se em constante processo de reflexão. Ao tempo em que a identificação do que se constitui o acervo dos bens culturais alcançou distintas perspectivas conceituais, em sua extensão de monumentos e monumentos históricos, a exemplo de igrejas e fortificações, para os sítios históricos, sobretudo os das cidades coloniais, as práticas projetuais intervencionistas assumiam atualizações, na tentativa de alinhamentos teórico-metodológicos reflexivos do contexto referencial. Questionamentos comumente levantados por especialistas, apoiados em “o que preservar” e “como preservar” (Cagriota, 2011, p. 52-53), logo se tornaram extensivos ao papel do sujeito, sendo deslocado para o cerne das discussões, no início do século XX, a representar a questão-chave “para quem preservar” (Varagnoli, 2016; 2017; Vieira-de-Araújo, 2020b; 2022; Olímpio, 2020).

Esse capítulo tem, portanto, o intuito de discutir tais questões que envolvem o marco referencial teórico da salvaguarda cultural, especificamente no que diz respeito ao restauro e sua aplicabilidade na prática projetual em preexistências históricas. Garantir a boa convivência entre os testemunhos do passado e as demandas da sociedade do presente, em função de sua transmissão ao futuro, tornou-se um desafio, principalmente quando as dimensões imateriais, representadas nas manifestações culturais e aspectos simbólicos, trouxeram ingredientes complexos em associação ao suporte físico-material. Simultaneamente, expressões diversas serviram para definir e explicar as distintas soluções projetuais nas preexistências históricas, no que ficou conhecido pela noção de “relação antigo-novo” e das “correntes” intervencionistas. É nesse viés, em um olhar circunstanciado no passado, a fim de entender o presente e fornecer bases de reflexão para ações futuras, que se apoiam as discussões.

A revisão bibliográfica que constitui a base de argumentação foi apoiada na interpretação das fontes primárias, correspondentes aos textos de teóricos especialistas e às cartas patrimoniais, e, em maior medida, nas fontes secundárias, representadas pelos trabalhos acadêmicos e pela literatura especializada, para as devidas contextualizações e legitimação das inferências.

2.1 Das intervenções arquitetônicas projetuais em preexistências históricas: o restauro

As possibilidades projetuais para atuação em preexistências históricas, que correspondem ao campo das intervenções arquitetônicas, situam-se variadas em termos conceituais, por serem delimitadas em arcabouços teóricos específicos e resultarem em soluções diversas, ainda que atendam a passos metodológicos comuns. Restauro parece ser a acepção mais usual, ao lado de conceitos como Conservação, Reabilitação, Recuperação, Reconstrução, Requalificação⁵³, entre outros mais recentes, a exemplo do *Retrofit*⁵⁴. A despeito das distintas diretrizes técnico-operacionais que delimitam tais conceitos, os sentidos também variam no tempo e no contexto geográfico, político e sociocultural em que se inserem (Andrade Junior, 2006; Kuhl, 2008). Configuram discussões não limitadas a meras distinções linguísticas e refletem visões de mundo, conforme inferências das autoras Meurs e Glantz (2018: p. 18): “não se trata de simples diferenças terminológicas, mas de temas de grande relevância, que determinam a maneira de pensar, abstrair, dirigir e proporcionar intervenções cotidianamente”.

Na Itália, segundo Kuhl (2008, p. 73), há uma preferência pelo uso das noções de “conservazione” e “tutela” para designar o sentido do termo “preservação”, de tal modo como adotado no Brasil e na França: a assumir um amplo conjunto de ações de proteção institucional, desde inventários, normas e instrumentos, políticas públicas culturais e mesmo as ações de caráter projetual — restauro, conservação, reabilitação⁵⁵. Entre teóricos italianos, Paolo Torsello (2005) entende o sentido de “conservazione” associado à manutenção dos valores e significados transmitidos pela matéria, em função da interação com os sujeitos, com possibilidade de atualizações funcionais, a admitir algum nível de modificação nos bens⁵⁶. Enquanto o termo “restauro” segue associado às intervenções projetuais mais incisivas nas preexistências históricas, a operarem sobre supressões e adições de elementos, conduzidas pelo referencial teórico que fundamenta linhas diversas de atuação,

53 A Carta de Lisboa (1995) apresenta definições para tais conceitos, assim como alguns autores, a exemplo de Cabrita *et al* (1992) e Tiesdell *et al* (2016, p. 172).

54 Embora não tão exclusivas ao campo do patrimônio cultural, as ações de *Retrofit* associam-se a iniciativas de modernização tecnológica de edificações antigas, de modo a otimizarem o seu desempenho por meio de uma estética contemporânea.

55 Já a recente Carta de Cracóvia (2000) associa o termo “conservação” ao conjunto dos diferentes modos de intervenções arquitetônicas sobre os bens, a exemplo da reabilitação, restauro, renovação.

56 Em Calabresi (2018, p. 45) e Carbonara (2012a).

tidas como “escolas do restauro”, cuja trajetória tem contribuído por consolidá-lo como campo disciplinar.

Na Inglaterra, o termo “conservation” parece receptivo às ações projetuais nas preexistências históricas, enquanto menos invasivas e com ressonância romântica transmitida pelas marcas do tempo, em função do movimento anti-restauração propalado em meados do século XIX. Em conotação inversa, o termo “restoration” consta associado às ações intervencionistas, regidas por reconstituições em favor da unidade figurativa dos bens, a admitir recriações fantasiosas, por toda polêmica que a influência estilística francesa causou, no mesmo período.

Em Portugal, o uso do termo “reabilitação” foi adotado em intervenções projetuais nas preexistências históricas e segue voltado para ações de recuperação e beneficiamento do bem, com correção aos danos ambientais, construtivos e funcionais. Ao admitir melhorias infraestruturais, a partir de ações de modernização tecnológica, permite a inserção de novos usos e funções, mesmo que não constituam os originais⁵⁷. Segundo Aguiar *et al* (2020, p. 148), as adequações devem compatibilizar as demandas da contemporaneidade às características físicas das preexistências históricas, na manutenção dos valores patrimoniais. Embora a reabilitação possa se desdobrar em uma ação restaurativa⁵⁸, seus limites devem constar bem definidos, a fim de que sejam evitadas associações reducionistas ao conceito. Como exemplo, os apontamentos de Tiesdell *et al* (2016, p. 172) evocaram prejuízos quando as intervenções projetuais foram restritas às fachadas das edificações: “a reabilitação de superfície está principalmente preocupada com a fachada do edifício e sua contribuição para a paisagem urbana de uma área. Assim, a reabilitação da superfície é uma reabilitação de ‘paisagem urbana’ – onde apenas a casca externa do edifício é reformada”.

No contexto espanhol, a historiadora Martínez (2016, p. 31) tem percebido resistências ao uso do termo “restauración” na designação de ações projetuais nas preexistências históricas, dada a complexidade interpretativa que o acompanha e

57 Carta de Lisboa (1995) e Cabrita *et al* (1992). De acordo com Roth (2004) a reabilitação urbana consiste em um processo de regeneração e revitalização, que envolve as dimensões políticas e socioeconômicas do centro histórico, com a promoção da diversidade cultural.

58 O entendimento de reabilitação integrada vem a ser extensivo à escala urbana, a incorporar estratégias de regeneração e revitalização, e mesmo à escala do edificado, no que se entende por reabilitação arquitetônica, o equivalente a “recupero edilizio”, no contexto italiano, quando também associado a intervenções urbanas (Aguiar, 2023).

mesmo uma suposta, e controversa, tendência à limitação do uso da criatividade. De modo intencional, segue substituído em favor de termos outros, que inclusive carregam um viés de forte apelo monetário, baseado em uma visão do bem cultural como objeto de consumo: *transformación, reciclaje, requalificación*. Ao figurarem uma ideia de maior liberdade projetual, tais conceitos levantam conjecturas a respeito de uma mudança de atitude com relação ao tratamento conferido às preexistências. Já nos Estados Unidos, segundo a autora Kuhl (2008), o termo “conservation” segue adotado para ações projetuais relacionadas aos bens móveis, enquanto “preservation”, para os bens imóveis.

Essa breve acomodação aos universos referenciais das possibilidades projetuais em preexistências históricas não significa uma delimitação hermética ou o encastelamento dos temas em si, mas busca situar as circunstâncias que envolvem as ações de salvaguarda, em cada território. Ao tempo em que podem orientar uma adequada adoção dos termos e noções, em cada contexto, devem refletir as práticas projetuais aos mesmos associadas.

De modo geral, no Brasil, as ações de cunho projetual têm assumido a noção de “intervenção arquitetônica” em sentido aproximado ao conferido pelo espanhol Solà-Morales (2001, p. 47), para designar “qualquer tipo de atuação sobre um edifício ou uma arquitetura”. Na oportunidade do bem cultural acumular valores e significados culturais a preservar, convém a adoção de termos mais específicos, como restauro, conservação, reabilitação⁵⁹. Isso posto, significa afirmar que tais ações inserem-se, necessariamente, no campo das intervenções arquitetônicas, mas o inverso não se estabelece, dada a condição valorativa dos objetivos culturais, que os distingue de imóveis outros da cidade. Tais distinções projetuais regidas pelo juízo de valor, do qual se pressupõe o bem cultural, também foram discutidas por Dalla Negra (2016), que associou o “recupero do tipo conservativo” às ações de restauro, e o “recupero do tipo não conservativo”, correspondente a ações genéricas, de reestruturação ou de transformação, aplicáveis aos bens ausentes de valores.

59 A título de maiores elucidações, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil, adota o entendimento de intervenção arquitetônica como “toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade” (Portaria IPHAN nº 420/2010).

Desse modo, e conforme já exposto, o foco da ação projetual nas preexistências históricas, assumido pela pesquisa, insere-se no campo do restauro, assim como o sentido da Carta de Veneza, de 1964, na conservação e revelação de valores estéticos e históricos dos bens. Ao evocar os princípios conservativos a ele associados, que não significa uma suposta ideia de “não modificação”, o restauro se coloca passível a algum nível de alteração do bem, desde que resguardados seus devidos valores culturais. Quando associado ao restauro, o termo “arquitetônico” reforça o objeto alvo de atuação, as preexistências históricas, assim como reconhecido pelos especialistas italianos Carbonara (2017), que propalou que se “restaura arquitetura fazendo arquitetura”, e Vitale (2010), ao entender o restauro enquanto “fazer arquitetônico”. Nessas circunstâncias, a noção de “urbano” igualmente associado ao restauro evoca o instrumental propalado para a preservação de sítios e áreas de interesse histórico e ambiental, quando extensivos além dos monumentos isolados.

A natureza da ação enquanto cultural conduz ao entendimento de que o restauro não dispõe de regras fixas, a serem replicadas superficialmente em quaisquer circunstâncias, nem de procedimentos rígidos estabelecidos *a priori*. Ao se pautar em princípios e em métodos, conforme a orientação de Kuhl (2016), a ação de restauro busca o afastamento de arbitrariedades comuns às distorções teóricas e demanda reflexões mediadoras necessárias ao ato do projeto. Segundo Giovannoni (1931, publicado em Kuhl, 2013, p. 190), “qualquer restauração coloca, a todo instante, questões novas e imprevistas, que é necessário resolver se conformando mais ao espírito do que à letra da teoria e mantendo rigorosamente o método”, a evocar questões culturais, guiadas por procedimentos específicos.

Ainda que se trate de acepção aberta a interpretações diversas, a compreensão de restauro em muito absorve os entendimentos reunidos na expressão “Patrimônio e Restauração”, de Beatriz Kuhl, no “Dicionário Temático de Patrimônio”, os quais ainda reforçam a dimensão simbólica inerente ao campo do patrimônio cultural:

O restauro é entendido como ato de cultura, pautado no respeito pelos aspectos documentais da obra, por sua materialidade e conformação, como transformadas pelo tempo — também naquilo que se refere à consubstanciação de aspectos memoriais e simbólicos na obra —, o todo sendo mediado pelas contribuições de vários campos do saber. É construção socio-cultural constantemente sujeita a revisões críticas em função daquilo que é reconhecido como de interesse coletivo (*apud* Carvalho e Meneguello, 2020, p. 69).

Compreensão tangencial à do especialista italiano Carbonara (2012, p. 04):

(...) 'restauração' significa qualquer operação que vise preservar obras de interesse histórico, artístico e natural, ao mesmo tempo que as torna mais fáceis de entender, sem eliminar as marcas da passagem do tempo; baseia-se em respeitar a substância antiga e os documentos genuínos que tais obras incorporam, sendo ao mesmo tempo uma operação de interpretação crítica, não verbal, mas expressa pelo próprio trabalho (tradução da autora).

As estratigrafias históricas que acompanham a trajetória dos bens culturais podem ser capazes de agregar valores e significados, sobretudo enquanto marcas de interação com os sujeitos, que são quem os reconhecem e que lhe conferem simbolismos, as quais parecem passíveis de permanência:

a restauração deve servir para prolongar a vida da obra de arte em sua consistência física, com todos os meios tecnológicos à disposição do nosso alcance; a restauração deve garantir a permanência dos traços do tempo que caracterizam o monumento em sua configuração geral e em suas mínimas partes, independentemente de qualquer julgamento ou preferência de natureza estética ou histórico; Por fim, a restauração deve garantir a possibilidade de uso do monumento nos casos em que suas formas e funções podem ser logicamente assumidas (Torsello, 2005, p. 142) (tradução da autora).

Para além da compreensão do restauro, a relevância se dá no sentido de orientação teórica à prática projetual: entendimentos, princípios e pressupostos há muito estabelecidos parecem ainda atuais. A manutenção de usos e funções originais dos bens culturais, por exemplo, tende à aproximação da distribuição físico-espacial pré-definida e ao caráter único do lugar, enquanto meios de conservação das suas dimensões materiais e imateriais. Ao serem acolhidos pelas recomendações preconizadas na Carta de Veneza, de 1964, os usos e funções originais constituem contributos à integridade dos bens, ainda que mudanças funcionais não devam impactar em perdas culturais no imóvel, nem em sua vizinhança imediata.

Dificuldades associadas ao desenvolvimento da ação do restauro devem buscar respostas na orientação teórica e nas recomendações do campo, mas podem fazer uso das tecnologias para auxílio à ação: "o paradigma tecnológico não é mais autônomo, nem comanda a intervenção, mas, ao invés, deve ser sempre guiado por uma razão histórico-crítica. (...) as técnicas são e devem estar como instrumentos válidos a serviço do homem, a ser utilizada, de modo aberto e multidisciplinar" (Carbonara, 2017, p. 17). A aproximação da tecnologia ao conhecimento científico deve servir de base às decisões projetuais, orientada pelas teorias, enquanto

situação defendida pelo professor italiano Riccardo Dalla Negra (2020) e por Carbonara (2012a). Os procedimentos de identificação dos bens (levantamento físico e compreensão da evolução arquitetônica), o mapeamento de anomalias e a realização de ensaios laboratoriais, por exemplo, são algumas das inúmeras demandas fundamentais ao embasamento das decisões projetuais, cujo uso de tecnologias tem sido um diferencial⁶⁰.

Tais apontamentos são alguns dos diversos que importam para uma atividade reflexiva que o restauro em preexistências históricas requer — como não há um caminho único, pragmático, como uma receita a ser seguida, a base teórico-conceitual pode oferecer importantes insumos. Tanto as diversas noções demonstram a diversidade de entendimentos a serem materializados em intervenções arquitetônicas, como uma mesma ação projetual pode assumir caminhos bem distintos, com soluções projetuais diversas, conforme segue observado nos itens subsequentes. Por esse motivo, tornam-se necessárias as devidas contextualizações, a fim de que as soluções arquitetônicas emanadas da base teórica possam demonstrar coerência.

2.2 Teoria-prática nas escolas de restauro em preexistências históricas

As pioneiras manifestações em favor da salvaguarda cultural, deflagradas no século XVIII, foram concentradas na escolha de edificações notáveis, de cunho religioso ou militar, ou de vestígios da Antiguidade, enquanto bens isolados. Nesse período, o reconhecimento de cânones artísticos, pelas qualidades figurativas, em sua objetividade clássica, ditava tal escolha: era o valor artístico absoluto, em função da prevalência do belo, que ecoava sobre os aspectos outros, até mesmo documentais.

Algum tempo depois, diante dos eventuais vandalismos e das destruições intencionais provenientes dos efeitos da Revolução Francesa, aliados às demandas em curso pelos impactos da era industrial nas cidades, a sensibilidade por ações mais substanciais para com os monumentos tornou-se latente. O contexto

⁶⁰ O grupo de pesquisas ArchC 3D, vinculado ao Centro de Investigações em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), da Universidade de Lisboa, e liderado pelo Professor Doutor José Aguiar, tem acumulado vasta experiência com o uso de tecnologias avançadas em projetos arquitetônicos de restauro e em pesquisas acadêmicas.

européu foi palco para uma diversidade de posturas projetuais arquitetônicas nas preexistências históricas e encontrou, na escola do restauro estilístico, protagonizado pelo arquiteto francês Viollet-le-Duc, em meados do século XIX, um modo de atuação voltado às demandas de fruição estética dos bens (Kuhl, 2000). Ao assumir a prevalência das questões formais sobre os aspectos históricos, em função de uma uniformização estética, tal escola promoveu o viés da liberdade criativa indiscriminada, cujas soluções podiam resultar em hipóteses fantasiosas e recriações artísticas⁶¹. O estudo dos estilos arquitetônicos e das técnicas construtivas, aliado à atribuição de uma função aos monumentos, foram questões por ele perseguidas: “o restauro estilístico, enquanto solução de natureza filológica para os problemas de projecto, permitiu a Viollet-le-Duc resolver formalmente uma questão que sempre considerou primordial: a imprescindibilidade da reutilização funcional dos monumentos, atribuindo-lhes utilizações concretas enquanto arquitecturas” (Aguiar, 2002: p. 24). Variadas foram as publicações de Le Duc, bem como os projetos por ele conduzidos, ao lado da ampliada atuação no campo institucional da preservação.

Em posição contrária, pouco tempo depois, a conservação integral propalada por John Ruskin (2008)⁶², na Inglaterra, encontrava nos limites da manutenção dos bens a condição única de tratamento, ainda que em estado de ruínas, cuja consolidação do aspecto bruto traduzia o caráter pitoresco e romantizado a ser conservado. Era a afirmação dos monumentos em seu percurso na história, distante das demandas de ordem figurativa. Com o apoio intelectual do estudioso britânico William Morris, a defesa da vestutez foi algo por Ruskin perseguido: “para Ruskin e para Morris, querer restaurar um objecto ou um edifício é ferir a autenticidade que constitui o seu próprio sentido” (Choay, 1999, p. 131). O pioneirismo do olhar da preservação extensiva a exemplares arquitetônicos singelos, enquanto “conjuntos urbanos”, ao lado de monumentos (Choay, 1999, p. 122), foi atribuído a Ruskin, ao conferir as bases para contribuições vindouras, tanto do austríaco Alois Riegl, como do italiano Gustavo Giovannoni.

61 Ainda que seja recorrente a associação dessa postura a Viollet-le-Duc, mesmo em função da consistência de suas contribuições teóricas e da ampliada experiência projetual, a compreensão do restauro como “refazimento de todas as partes de um edifício degradado & deteriorado por defeitos de construção ou pela sucessão do tempo” remete-se a Augustin Charles d’Aviler, em fins do século XVII (Kuhl, 2006-7). Embora fosse uma postura igualmente reforçada, quase um século depois, por Quatremère de Quincy, registra-se sua mudança de reflexão quando foi favorável à defesa da pátina, no início do século XIX.

62 A publicação original de Ruskin datou de 1849, no idioma inglês.

Tais sínteses teóricas demonstram contornos polarizados, entre os modos de tratamento das instâncias histórica e artística dos bens culturais, que marcaram as primeiras escolas intervencionistas nas preexistências e que vão se refletir em soluções bem distintas⁶³. Não deixam de evidenciar as posições dicotômicas que as noções de “restauro” e “conservação” evocavam, tanto em termos teóricos, como na prática de projeto. Em postura preventiva, logo acolhida pelo italiano Camillo Boito, o historiador francês Adolphe Didron afirmou, nas primeiras décadas do século XIX, ser “melhor consolidar do que reparar, reparar do que restaurar, restaurar do que refazer, refazer do que embelezar; em nenhum caso se deve acrescentar e, sobretudo, nada suprimir” (*Apud* Kuhl, 2006-2007).

Com tais contornos, em fins do século XIX, Camillo Boito (2003)⁶⁴ protagonizou uma postura intervencionista que ficou conhecida por restauro filológico, cujas soluções arquitetônicas projetuais eram ancoradas em comprovações documentais, conduzidas por princípios por ele formulados. Os casos de reintegração arquitetônica, por exemplo, deveriam demonstrar o caráter contemporâneo da intervenção, seja pelo material construtivo ou pelo aspecto formal, figurativo, em atendimento à noção de distinguibilidade. A compatibilidade físico-química entre as técnicas construtivas da preexistência histórica e as adições também foi um princípio por ele buscado. As analogias estilísticas eram admitidas, quando amparadas em documentação histórica e iconográfica dos bens, o que não correspondia a estratégias de reconstituições apenas como meras cópias. As intervenções arquitetônicas deveriam se limitar ao mínimo necessário à continuidade valorativa dos bens, em caráter de consolidação e reversibilidade, na oportunidade de modificações futuras. Tais princípios norteadores foram por ele divulgados no IV Congresso de Arquitetos e Engenheiros Italianos, realizado em 1883, cujas reverberações os reconheciam como uma primeira “Carta do Restauro” italiana (Boito, 1893), a constituir insumos ao pensamento do italiano Giovannoni.

63 De acordo com Kuhl (2006-2007, p. 110), dentre as repercussões do século XIX, estão “a efetivação da restauração como campo disciplinar, a formulação de preceitos teóricos para guiar as intervenções, o estabelecimento e consolidação da práxis do restauro, a formação de corpos profissionais dedicados ao campo, a criação de leis para a tutela dos monumentos históricos e o estabelecimento de serviços públicos especificamente dedicados a esse fim”.

64 A publicação original de Boito datou de 1884, no idioma italiano.

Ainda que essas e outras contribuições registrassem avanços teóricos e empíricos no campo do restauro, voltadas para “o que” e “como” preservar, o tratamento conferido às preexistências históricas ainda considerava sua abordagem como relíquia, centrada em viés objetivo das dimensões histórica e artística.

Apenas no início do século XX, emergiu a noção de monumentos tidos como intencionados, quando concebidos a partir de um fato histórico a ser lembrado, podendo, ou não, estarem associados à linguagem erudita — foram definidos pelo austríaco Alois Riegl como “obra realizada pela mão humana e criada com o fim específico de manter as especificidades ou o caráter individual (ou um conjunto destes) sempre vivos e presentes na consciência das gerações vindouras” (1999, p. 23)⁶⁵. Tais representantes memoriais, os monumentos, também entendidos por Le Goff (1990) enquanto heranças do passado, ainda que pudessem constituir objetos artísticos, associados a um evento da história da arte, poderiam ou não serem reverenciados como tais. Segundo reflexões de Riegl (1999, p. 25): “todo monumento artístico, sem exceção, é ao mesmo tempo um monumento histórico, pois representa um determinado estado da evolução das artes plásticas para o qual, em sentido estrito, não se pode encontrar nenhuma substituição equivalente. E do contrário, todo monumento histórico é também um monumento artístico”. De um ou outro modo, as demandas pelos modos de tratamento do bem, em função da transmissão ao futuro, foram deflagradas por meio de projetos de consolidação estrutural, de acomodações funcionais e de continuidade da sua figuratividade, assim como posteriormente reconheceu o teórico Césari Brandi (2019)⁶⁶.

As contribuições de Riegl foram ainda extensivas ao reconhecimento de um sentido da artisticidade expresso na capacidade de a obra despertar os sentidos, pela fruição estética emanada dos sujeitos que com ela se relacionam. *Kunstwollen* era tal manifestação que consistia em uma vontade relativa da arte: “de acordo com os conceitos atuais, não há nenhum valor artístico absoluto, mas simplesmente um valor relativo, moderno” (Riegl, 1999, p. 27). Enquanto os objetos culturais assumiam significação, fruto da interação com os sujeitos, seu estado de valoração se tornava passível a variações, associadas ao contexto temporal e sociocultural em que se achavam. Pelo autor, o cerne da discussão preservacionista apoiava-se em dois pilares: no deslocamento do olhar sobre o

65 A publicação original de Alois Riegl datou de 1903, no idioma alemão.

66 A publicação original de Brandi datou de 1963, no idioma italiano.

objeto para o sujeito, em uma atitude desejanante e consciente, e, por consequência, na extensão do reconhecimento do bem para além dos limites das edificações notáveis, na capacidade de absorver exemplares da arquitetura civil e mesmo objetos do cotidiano, esculturas, pinturas. Tais circunstâncias levavam a que as intenções de preservação ultrapassassem o conjunto dos bens tidos como monumentais e isolados, de reconhecidos cânones artísticos, para abranger aqueles mais modestos, até mesmo os sítios históricos, desde que pudessem acumular referências culturais e significações para os sujeitos — o que iria sinalizar mudanças nas práticas da salvaguarda.

No cerne dessas questões, ao tempo em que o pressuposto da valoração garantia o predicativo de “monumento histórico” aos bens, também constituía o suporte para a deflagração das modalidades da conservação, segundo ainda inferências de Riegl (1999). Para o autor, ao categorizar as duas principais natureza de valores — os da memória e os de contemporaneidade⁶⁷, alertava para relações conflitantes, até mesmo antagônicas, cujas demandas de hierarquização entre si eram fundamentais na orientação da prática conservativa. O valor de antiguidade, por ele identificado como o mais relevante era transmitido pela “aparência não moderna” do bem, cujas intempéries imprimem a ação do tempo sobre as superfícies e tornam o valor facilmente perceptível na visão do senso comum, o que passa a refutar qualquer ação de conservação. Já o valor histórico tende a se associar a uma determinada etapa evolutiva da criatividade humana, cuja expressividade se dá no retardamento do processo natural de deterioração, a admitir a conservação de suas estruturas como meio de transmitir o valor. Os dilemas emanados da seleção e ordenação dos distintos valores que podiam ser acumulados pelos bens culturais revelam que o reconhecimento de um valor pode anular o outro, assim como se torna viável a sua coexistência.

Se por um lado, a proteção cultural centrada nos monumentos isolados passou a evidenciar limitações, seja por não assumir as significações conferidas pelos sujeitos ou mesmo por não dar conta da ambiência histórica, os conjuntos urbanos, enquanto áreas centrais das cidades, foram tidos como indivisíveis e necessários à preservação. Isso porque permaneciam em constante ameaça de perdas culturais,

67 Os valores de memória compreendem aos valores de antiguidade, histórico e intencionado, enquanto os valores de contemporaneidade podem se estabelecer como instrumental (valor de uso) e artístico (Riegl, 1999).

sobretudo de integridade, como consequência do impulso reformador ecoado do sentido de modernização das cidades, a demandar abertura, alargamento de vias e verticalização, em função da ampla circulação e do adensamento construtivo.

A abordagem “ambiental” promovida pelo italiano Gustavo Giovannoni, em muito influenciada pelos princípios artísticos nas cidades, já propalados pelo vienense Camillo Sitte (1992)⁶⁸, reconhecia uma “atmosfera artística”, demonstrada nas qualidades estéticas e nas proporções harmoniosas dos conjuntos ou sítios históricos (Giovannoni, 1913)⁶⁹. Apreciadas na escala do pedestre, do cidadão que passeia pela cidade e apreende seu sentido de lugar, tinham nos gabaritos, nos jardins, na relação entre cheios e vazios e nos materiais construtivos seus atributos valorativos, a serem preservadas em sua fisionomia e conjunto. Enquanto tal noção de “conjunto” abrangia elementos diversos, articulados, podendo, ou não, dispor de edificações notáveis, a noção de “ambiente”, segundo interpretação de Cabral (2013, p. 35) sobre os escritos de Giovannoni, consistiu em:

edifícios e os espaços abertos, assim como as ‘condições’ em que esses elementos, reunidos, encontram-se, como aquelas de iluminação e também de visadas. Nesse sentido, esse circundar, não pode ser medido enquanto metragem absoluta, pois depende das relações que potencialmente podem ser estabelecidas entre um observador e esse monumento.

Gustavo Giovannoni trouxe contributos relevantes na articulação da conservação enquanto estratégia do planejamento territorial das cidades, o que lhe posicionou como protagonista da abordagem de patrimônio urbano. No tratamento dos sítios históricos, convencionou a postura de “sistematização artística”, a admitir inserções, desde que assumissem uma linguagem compositiva respeitosa às preexistências históricas, mas características de seu tempo, e a propor o “desbastamento edilício”, nos casos de supressões “cirúrgicas” de elementos destoantes do contexto histórico — ambas posturas favoreciam a manutenção da linguagem antiga dominante (Giovannoni, 1913)⁷⁰, ao invés de aceitar servilmente as demolições consoantes com as aberturas de vias.

Essas foram as linhas gerais que subsidiaram os preceitos da Carta de Atenas, de 1931, os quais sinalizavam a preservação do “caráter e a fisionomia das cidades,

68 A primeira edição remete a 1909, no idioma austríaco.

69 Trabalho traduzido e publicado em Kuhl (2013), cujo título original era “Il ‘Diradamento’ Edilizio dei Vecchi Centri, Il Quatiere dela Rinascenza in Roma”.

70 Trabalho traduzido e publicado em Kuhl (2013), cujo título original era “Il ‘Diradamento’ Edilizio dei Vecchi Centri, Il Quatiere dela Rinascenza in Roma”.

sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais”, e estimularam práticas de harmonia contextual. Ao entender que “o objetivo principal da restauração é conservar os monumentos”, no artigo intitulado “A Restauração de Monumentos na Itália”, Giovannoni (1931)⁷¹ propôs cinco posturas projetuais de restauro para lidar com as preexistências, em que é possível reconhecer sensibilidade ao viés da contextualização nas formulações de composição arquitetônica, quais sejam: (i) restauração da consolidação, (ii) restauração da recomposição (anastilose), (iii) restauração da liberação, (iv) restauração do complemento e (v) restauração da inovação. Ao serem operacionalizadas por meio da adoção dos princípios já evocados por Camillo Boito, em fins do século XIX, tais como o respeito às estratigrafias históricas e artísticas, mínima intervenção, distinguibilidade, reversibilidade, continuidade formal e o registro dos trabalhos, demonstram alinhamentos teóricos que confirmam ressonâncias das ideias entre esses dois autores.

Mas, ainda que a trajetória de conformação do campo do restauro, nas primeiras décadas do século XX, pudesse sinalizar distintos olhares no tratamento conferido aos monumentos e sítios históricos, os desafios que orbitavam os casos das destruições, decorrentes dos conflitos armados da Segunda Guerra Mundial, pareciam incontornáveis.

As grandes proporções das perdas culturais, materiais e imateriais, levaram a que o restauro passasse por uma profunda reflexão, dada a complexidade da adoção de seus princípios sobre o suporte físico-material que se achava parcial ou completamente arruinado pelos conflitos armados. A efervescência das discussões deu margens à abordagem crítica do restauro, comum ao ambiente italiano, com o pressuposto da articulação entre as instâncias histórica e estética dos bens, cuja ação de reconhecimento permanecia no seu preâmbulo. No ato projetual, a solução arquitetônica deveria resultar em uma hipótese crítica⁷², ancorada no tempo presente, com o olhar sobre o passado, mas direcionada às gerações futuras. Entre os desafios recorrentes, estavam os modos de tratar os acréscimos, as supressões e as lacunas, em termos arquitetônicos ou estilísticos,

71 Publicado em Kuhl (2013).

72 De acordo com Andrea Pane (2017), a “hipótese crítica” no ato projetual consiste em uma situação aberta a proposições sempre modificáveis, respeitosa a valorizações futuras, que venham a ser distintas das materializadas no tempo presente do restauro, capazes de serem executadas sem perdas ou danos à substância antiga.

cuja publicação da *Teoria da Restauração*, em 1963, por Césari Brandi, primeiro diretor do Instituto Central do Restauro (ICR), reunia suas bases filosóficas⁷³. O restauro crítico, amparado em trabalhos de Renato Bonelli e Roberto Pane⁷⁴, também emprestou suas bases conceituais à Carta de Veneza, de 1964, bastante difundida e ainda atual.

Nos casos das completas destruições, sejam de monumentos isolados ou de quarteirões, foram usualmente adotadas soluções de reconstrução⁷⁵, formais e espaciais, a partir de técnicas diversas. Nos casos das cópias ao idêntico, em geral, em atendimento às demandas de ordem afetiva e memorial, como foi o caso da reconstrução de Varsóvia, a expressão “como era, onde era” configurava um afastamento do referencial teórico do restauro crítico, mas com justificativas específicas à aplicabilidade. Em contextos socioculturais outros, como é o caso do oriental, as reconstruções periódicas apoiam-se no tratamento diverso conferido à abordagem do tempo e da memória, cujo olhar se volta às práticas culturais e não à materialidade, como se exemplifica no caso do santuário xintoísta, como o Ise Shrine, reconstruído periodicamente. De acordo com Jokilehto (2009, p. 80), não se trata de uma restauração, mas da continuidade tradicional do rito religioso, de onde emana os sentimentos genuínos, cuja autenticidade não incide no suporte físico-material, mas nas práticas culturais. Trata-se de uma questão particular, não aproximada ao contexto teórico do mundo ocidental.

Tais exposições buscam reforçar a ideia de que os modos de intervenções arquitetônicas nas preexistências históricas podem assumir contornos diversos, sobretudo quando alinhados às escolas do restauro, as quais podem reunir princípios e métodos distintos, a depender de como os bens culturais são reconhecidos. Os princípios e pressupostos teóricos do campo do restauro colocam-se como fundamentais à compreensão e seus reflexos à prática projetual.

73 A criação do ICR, na década de 1940, e do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), na década de 1950, ambos em Roma, foram iniciativas determinantes de apoio à salvaguarda internacional, inclusive na instrumentalização a profissionais.

74 Segundo Andrea Pane (em Cabral e Andrade, 2012), o artigo intitulado “*Il restauro dei monumenti*”, de Roberto Pane, publicado em 1944, tem se firmado como um dos textos fundadores do “restauro crítico”, ao enfrentar o caso da igreja de Santa Clara, em Nápoles, incendiada após um bombardeio decorrente da Segunda Guerra Mundial.

75 As reconstruções consistem nas ações de refazimento de algo que foi perdido, demolido ou arruinado, o que não convém a adoção do termo “restauro”, conforme alertou o autor Dalla Negra (2017), que não se restaura o que não existe. No caso das reconstruções, existe o conflito de que as cópias não devem assumir o mesmo valor que teria se fosse o elemento original, assim como também alertou o teórico belga Paul Philippot (2015, p. 24), sobre a perda de autenticidade histórica.

2.3 A prática projetual do restauro em preexistências históricas: limites, confrontos e contradições

Para operar nas preexistências históricas, a mediação entre os pressupostos teóricos e a sua materialização em soluções arquitetônicas se dá no “projeto de restauro”, que é, por natureza, um projeto de arquitetura. De acordo com Dalla Negra (2016), “o projeto de restauração representa a ‘tradução’ operativa de princípios conservativos nos quais a cultura contemporânea se reconhece e que não pode estar sujeito a interpretação arbitrária”, o que pressupõe a adoção de método como guia à legitimação das soluções projetuais.

Na oportunidade de fecundar o debate a fim de desmistificar distorções teóricas⁷⁶, o mesmo autor Dalla Negra (2011) esclarece que o projeto de restauro “só pode se manifestar através do *ato criativo*, estando esse expresso com a simples manutenção da *matéria* no estado em que se é recebida ou através de uma consciência ajustada funcionalmente à preexistência”, desde que aliado ao rigor metodológico do campo, enquanto posicionamento confirmado por outros pesquisadores (Varagnoli, 2002, Vieira-de-Araujo, 2022). Para o italiano Carbonara (2012, p. 14), um projeto de restauro “exige um sério compromisso de estudo e análise, uma boa capacidade de controle e orientação em senso positivo e não destrutivo da própria capacidade criativa, exige sobretudo aplicação e amor pelo objeto de estudo”.

A adoção de recursos metodológicos associados ao estímulo da criatividade, tanto na etapa da concepção, como nas subseqüentes, constitui a ação projetual como “processual”: “a criatividade sempre esteve presente na prática do projeto não como conhecimento específico, um saber próprio, mas apenas como uma força oculta, identificável em sua existência, explicável em seus efeitos, mas nunca sistematizada como saber, como aprendizagem no projeto” (Fuão, 2008, p. 11). Não sem razão, as contribuições da ação criativa devem ser igualmente acolhidas no cerne das intervenções arquitetônicas em preexistências históricas, enquanto inerentes ao ato projetual, de modo a alargar o repertório das soluções arquitetônicas e se afastar de procedimentos de meras reproduções: “restauro como processo crítico e restauro como ato criativo são levados a uma relação

76 Autores como Tiesdell *et al* (2016, p. 198) alertaram para uma possível, e infundada, ameaça de limitação à criatividade dos arquitetos, quando a abordagem tipológica ganhou ênfase na condução da reabilitação de Bolonha, na década de 1970.

dialética, em que o primeiro define a condição em que o outro deve adotar como próprias relações intrínsecas, e onde a relação crítica realiza a compreensão da obra arquitetônica, em que a ação criativa é chamada a prosseguir e integrar” (Bonelli, 1963, p. 347). Portanto, associar a expressão “criativo” ao ato do “restauro”, como um predicativo, ao mesmo tempo em que parece conflitante, pode evidenciar pleonasmos.

A eventual decomposição que tem ocorrido entre entendimentos que envolvem uma ideia de “cultura do projeto”, por seu viés de aparente liberdade criativa e tecnológica, quando descolada da leitura da forma urbana e arquitetônica do entorno, e aqueles que envolvem uma “cultura do restauro”, atrelado a complexidades de natureza histórica e estética, calcadas no estudo das preexistências e de seu contexto, constitui uma argumentação ultrapassada. Ao reunir as duas faces da mesma moeda, o projeto e o restauro, as intervenções projetuais encontram seu eixo de atuação — circunstância defendida no trabalho já citado de Dalla Negra (2016) e em Vitale (2010, p. 1002), sobretudo no reconhecimento de um saudável intercâmbio: “a cultura da restauração redescobre e reafirma a dimensão criativa do projeto de intervenção, enquanto a cultura do projeto renova os termos do diálogo com a história e a tradição”, assim como corroborado por Carbonara (1997): “não se trata de projeto do novo, nem reprojetação do antigo, mas projeção para o antigo”, o que envolve procedimentos específicos. Outra questão também levantada pelo mesmo autor é a difícil separação do que se entende por “projeto de restauro” e “projeto de consolidação”, nos casos de necessária estabilidade estrutural de monumentos, cuja clivagem tem sido combatida como “artificial” e “difícil de sustentar” (Carbonara, 2017, p. 70).

Além do processo de “tradução operativa” entre as questões teórico-conceituais que envolvem o restauro e as soluções arquitetônicas nas preexistências históricas, o resultado deve corresponder ao arranjo arquitetônico entre as proposições e as substâncias antigas, o que tem correspondido à noção de “relação antigo-novo”. Ao se inserir no campo da Arquitetura e Urbanismo, a partir de questionamentos de ordem estético-formal, compositiva e funcional, entende-se que a sua exploração pode se dar pela abordagem da noção de composição arquitetônica.

Segundo Corona e Lemos (1972, p. 139), a composição arquitetônica “consiste na disposição das partes exigidas pelo conjunto de necessidades, de tal maneira que sirvam ao fim a que se destinam criando-se, também, espaços e formas belos, agradáveis e harmoniosos. É criar a obra arquitetônica sob dois aspectos fundamentais e simultâneos: o da função e o da beleza”. De acordo com Le Corbusier (2004, p. 136), “a composição arquitetônica é geométrica. É, antes de mais nada, um acontecimento de ordem visual; é um acontecimento que implica julgamentos de quantidades, relações, apreciação de proporções. Estas provocam sensações”. É na dimensão do projeto que se enfrenta estudos e análises de composição arquitetônica, o que, de modo recorrente, tem permitido superposições entre os termos “compor” e “projetar”.

Baseada nos princípios da tríade Albertiana para o projeto arquitetônico, associados à necessidade, comodidade e beleza⁷⁷, a composição arquitetônica se manifesta enquanto ordenação e disposição harmônica de partes e delas com o todo (Oliveira, 2002, p. 93). Nessa perspectiva, a noção de harmonia, alcançada pelo exercício da composição, situa-se em estreitamentos ao sentido do belo ou com ele se confunde e se completa. Segundo Alberti, a harmonia é “o fim principal que persegue a arte de edificar; [...] e ela constitui o prêmio” (*apud* Morgado, 2015, p. 36), dada a percepção do belo enquanto manifestação visível da harmonia.

Ao aproximar tais noções ao campo do projeto de restauro, à diversidade de respostas projetuais para problemas comuns, natural da Arquitetura, soma-se o referencial teórico, com princípios e métodos próprios. Para além dos questionamentos de ordem estético-formal, compositiva e funcional, a composição arquitetônica deve expressar o viés de filiação teórica assumida pelo autor do projeto e sua capacidade de responder às demandas da ação ou partido projetual na relação antigo-novo. O resultado desse processo deve ser capaz de endereçar o bem cultural às gerações futuras, sem perdas valorativas.

Ao reconhecer variadas soluções projetuais oriundas da relação antigo-novo, o especialista italiano De Angelis d’Ossat, em visão salientada por Dalla Negra (2017, p. 35), as sintetiza em dois grupos principais, “as preexistências arquitetônicas são sempre objetos de avaliação ‘contestativa’ ou ‘conciliativa’”, no intuito de

⁷⁷ Leon Battista Alberti foi um artista e teórico de arte italiano, autor do tratado *De Re aedificatoria Libri Decem*, publicado em Roma, em 1485, considerado pioneiro na sistematização teórica de uma nova experiência artística, a conter preceitos, prescrições e regras na arte do projeto arquitetônico.

demonstrar os resultados compositivos. Parece uma visão convergente à de Nery e Baeta (2022, p. 53): “se naquelas intervenções preservacionistas de caráter mais conservador as inserções da contemporaneidade são silenciosas e pouco perceptíveis, nas modernizadoras essas ações são mais potentes e transformam por completo a preexistência — redefinindo o caráter figurativo da obra (...)”.

Não se limitando a ambos grupos, os estudos promovidos pelo espanhol Francisco De Gracia (1996) revelaram a existência, mais fortemente, de três grupos estruturadores que correspondem à relação antigo-novo, os quais atendem às seguintes características: (i) enquanto as preexistências são mantidas conservadas, como um palimpsesto a acumular as marcas do tempo, as inserções propostas posicionam-se orgulhosas de sua condição atual, ausentes de relações formais-compositivas com a substância antiga, eventualmente demonstradas em atitudes hostis ao contexto; (ii) as soluções arquitetônicas proposta nas preexistências resguardam um certo apelo de historicidade, por meio de recursos copiosos e miméticos, enquanto viés nostálgico, mas ainda assim em referência contextual; e (iii) em situação intermediária entre esses dois polos, as soluções projetuais propostas buscam integração ao contexto, com estratégias de harmonia visual e compositiva, sem resultarem em meras cópias e nem renunciarem sua condição de contemporaneidade.

Na busca da qualidade dos sítios históricos enquanto lugar, Tiesdell *et al* (2016) reconhecem a importância da sua continuidade visual, quando alvo de intervenções arquitetônicas, a ser garantida por meio da condição de harmonia contextual, o que não significa homogeneidade projetual, mas o “visualmente integrado” (Tiesdell *et al*, 2016, p. 188). Em certa correspondência metodológica aos grupos estruturadores outrora sugeridos por De Gracia (1996) e baseados em teorias do arquiteto italiano Richard Rogers⁷⁸, os autores Tiesdell *et al* (2016) entendem que a harmonia contextual pode vir ser alcançada por meio de três estratégias distintas: a uniformidade contextual, a justaposição contextual e a continuidade contextual, cuja ênfase deva ser dada na capacidade conservativa dos bens.

78 Para Richard Rogers (1988, p. 874-5), a harmonia, que é a essência do belo, consiste na relação entre as partes de algo e o todo, embora não necessariamente se refira a relações de proporções matemáticas. Ele entende que, embora muito se associe a harmonia contextual à imitação dos estilos da vizinhança, ela pode vir a ser alcançada por dois meios contrastantes: o emprego de tipologias construtivas de uma época ou a justaposição de edificações de épocas distintas, cada uma com a expressão arquitetônica de seu tempo.

De modo sintético, salientam que a justaposição de edificações de épocas distintas, em bairros históricos, resguarda a prevalência na autenticidade histórica e material das soluções arquitetônicas. Ao refletirem as expressões artístico-culturais de seu tempo, apesar da condição hostil ou autorreferencial que assumem ao lado das preexistências históricas, tais obras ilustram o traço do profissional projetista. Por outro lado, entendem que “a uniformidade contextual consiste na cópia ou imitação dos estilos vizinhos”, mas explicam, baseados em Freeman (1976, p. 115, *apud* Tiesdell *et al*, 2016), que “optar por replicar o passado é uma decisão que elimina automaticamente a possibilidade de agregar valor a um projeto ou área”, sob risco de resultar em um pastiche⁷⁹. As críticas de Richard Rogers, destacadas pelos autores, parecem duras: “em todos os campos, não menos importante na arquitetura, é geralmente aceito que aprender com o passado é o caminho para o futuro e que a história é um gerador primordial. Mas imitar a forma histórica sem reconhecimento do conteúdo é degradar sua própria importância” (1988, *apud* Tiesdell *et al*, 2016, p. 194-195). Em uma referência ao contexto e à história, com o envolvimento da tradição arquitetônica, sem resultar em meras cópias ou ruídos aos bairros históricos, situa-se a postura da continuidade contextual, enquanto uma “abordagem que oferece um meio-termo entre os perigos de um excesso de justaposição que destrói a coerência arquitetônica do contexto e uma uniformidade servil que sepulta e congela o contexto em um determinado momento histórico” (Tiesdell *et al*, 2016, p. 195).

No panorama italiano, os especialistas Andrea Pane (2016) e Varagnoli (2017), apoiados nos estudos de Carbonara (1990), reconhecem que o debate teórico acerca do restauro em preexistências históricas, em fins do século XX, foi muito efervescente. Dentre as várias questões, trouxe como contributos a consolidação de três correntes intervencionistas nas preexistências históricas, que ficaram conhecidas por “conservação pura”, “repristinção” e “restauro crítico”, em afinidade às classificações definidas em De Gracia (1996) e corroboradas por Tiesdell *et al* (2016), supramencionadas.

A “conservação pura” esteve apoiada nos postulados de John Ruskin, que priorizaram ações de manutenção preventiva e de consolidação estrutural das edificações, enquanto bens intocáveis a qualquer ação restaurativa — muito em

⁷⁹ Pastiche refere-se à condição da intervenção arquitetônica em áreas históricas que resulta em cópias grosseiras de estilos passados, sendo rejeitado pela Carta de Lisboa, de 1995.

favor da abordagem “monumento-documento”. É comum a adoção de soluções arquitetônicas que evidenciam o contraste compositivo, manifestado pelas formas, volumetria e pelos materiais e técnicas construtivas. A conservação da substância antiga é levada a uma situação tão extrema, que permite seu deslocamento para um pano de fundo ao novo projeto, o que se contrapõe aos ensinamentos de Giovannoni, favoráveis à harmonia contextual. A tendência é a adoção de composições autorreferenciais e de linguagem formal adversa à preexistência.

O especialista italiano Marco Dezzi Bardeschi (2005) tem se firmado como dos protagonistas dessa corrente, ao defender o máximo respeito por todas as contribuições históricas acumuladas na edificação, enquanto estratificações sobreviventes no tempo do presente histórico, desde que aliadas à inovação, representada pela autonomia do novo projeto. Ao se firmarem ausentes de relação com a substância antiga, as proposições alcançam o ponto de equilíbrio na dicotomia conservação-inovação, conforme mesmo autor:

Estou convencido de que uma correta intervenção no edificado deve proceder segundo um duplo registo: o da conservação (sem privilégios, nem seleções de partes) do que já existe e constitui o resultado da acumulação material que a história nos lega; e o da inovação, ou seja, do novo contributo autónomo que, por sua vez, deixamos impresso no tecido como prova do nosso uso, da nossa passagem (Bardeschi, 1991) (tradução da autora).

Ao tempo em que mantém preservadas as marcas do tempo da edificação, em uma postura de extrema conservação, tal corrente intervencionista aceita soluções arquitetônicas de rarefeita conexão formal ou visual com a preexistência, distantes do significado de composição arquitetônica, no sentido da resolução harmônica. O projeto da nova escada de segurança (externa) em relação à preexistência do Palazzo della Ragione, em Milão, e da reconstituição do Tempio-Duomo, em Pozzuoli⁸⁰, ambos na Itália, tiveram autoria de Bardeschi e parecem ilustrar os princípios dessa corrente.

Outro grupo que concentra soluções projetuais de composição arquitetônica na relação antigo-novo é a “represtinação”, a qual tem se associado aos casos de refazimento e reconstrução de partes degradadas ou de edificações inteiras, ao

80 Tal projeto foi um dos vencedores do Prêmio italiano Domus, sob a denominação “Elogio ao Palimpsesto”, a demonstrar o respeito às diversas fases históricas do monumento.

idêntico⁸¹, sem maiores compromissos com os requisitos de autenticidade material ou histórica. Embora mais difundida nas experiências ocorridas no âmbito do pós-guerra, cujos argumentos eram pautados por questões de ordem afetiva, memorial e social, circunstanciadas no drama da destruição, a repriminção tem assumido larga adoção na atualidade, sobretudo no panorama brasileiro, a refletir a inferência “como era e onde era”, já circunstanciada.

Arquitetos que atuam em favor de reconstruções ou refazimentos, geralmente, manifestam resistências às limitações impostas pela postura de extrema conservação, a exemplo do italiano Paolo Marconi (1997, p. 10), que tem se posicionado avesso à alcunha de “falso histórico”⁸², por entender que a matéria, ainda que imitada, é transformada e resulta em outro bem, com seus predicativos:

Também para este tipo de criação é necessária uma alta qualidade projetual e empresarial, assim como executiva, atenta à linguagem da arquitetura antiga e à sua interpretação em uma situação que é comparável à inegável e necessária criatividade do filólogo, que se viu obrigado a “adivinhar” as palavras perdidas, os fragmentos ausentes do texto que está estudando (Marconi, 1997, p. 15) (tradução da autora).

Ao evidenciar o papel do restaurador no canteiro de obras, a partir dos estudos de resgate e refazimento de materiais e técnicas construtivas tradicionais, a fim de “repriminar” as áreas degradadas, Paolo Marconi defendeu que “o operador deve garantir que o objeto de seu trabalho seja transmitido nas melhores condições, também com o objetivo de transmitir os sentidos que o mesmo possui” (Marconi, 2007 citado em Pane, 2017, p. 122-123). Nesses termos, é possível perceber uma atitude de defesa por uma certa dose de inautenticidade, como benéfica ao bem, dada a sua percepção do restauro: “intervir sim, mas de modo a não dar na vista, quase como o restauro não ter sido feito” (Marconi, 1988, p. 09).

Embora casos emblemáticos de repriminção tenham assumido um reconhecimento qualitativo, no que concerne aos resultados compositivos, como a reconstrução da igreja de Frauenkirche, em Dresden, na Alemanha, e do campanário de São Marcos, em Veneza, na Itália, destruídos por motivações diversas, eles também têm sido alvo de severas críticas. Enquanto Dalla Negra (2017, p. 35) entende o

81 Ao associar as ações de restauro às medidas de *resolução do texto*, Dalla Negra (2017, p. 37) informa que as reconstruções podem ser entendidas pela expressão “*reedição* do texto perdido”.

82 Falso histórico consiste em uma estratégia de intervenção arquitetônica em áreas históricas que busca a fiel imitação de um estilo do passado, na tentativa de se passar por uma obra histórica, ausente de distinguibilidade.

represtino como a “modificação fraudulenta do texto arquitetônico”, nos casos de arbitrárias complementações ao idêntico, alheias à distinguibilidade na relação antigo-novo, Philippot alerta para eventuais perdas de autenticidade material e histórica, bem como do valor cultural próprio das preexistências:

as reconstituições ao idêntico, remetendo a um suposto estado original ou anterior, eliminam o intervalo entre a criação da obra e o presente. Ou seja, eliminam o tempo e as incidências do tempo sobre a materialidade da obra. Outro problema associado às reconstruções, cópias, ou novas construções a partir de projetos executivos querendo passar-se pela obra original, é reduzir a arquitetura a uma experiência sensorial quase unicamente visual” (Philippot, 2015, p. 61)⁸³ (tradução da autora).

Philippot (2015, p. 20) busca embasar seus argumentos na demonstração da existência de dois modos de relação com a dimensão temporal dos bens. O primeiro consiste na conservação das marcas do tempo, cuja pátina é também seu testemunho, como requisito para a manutenção da autenticidade e de combate à irreversibilidade do tempo, que contesta o falso histórico. Por outro lado, a abolição das marcas do tempo, em função da unidade figurativa da obra primitiva, tende a objetivar a satisfação prevalentemente estética. Ao entender que o intervalo de tempo transcorrido tem manifestação sobre esses dois caminhos, o autor defende a conciliação entre as instâncias histórica e estética dos bens, o que descortina a vertente crítica do restauro.

Por sua vez, o “restauro crítico”, amadurecido na corrente do “restauro crítico-conservativo e criativo”⁸⁴, tem demonstrado razões inspiradas no respeito aos testemunhos do passado, cujo protagonismo do bem cultural tende a ser mantido, diante do repertório projetual do novo, ao se afastar de soluções suficientemente autônomas ou que confirmam as preexistências amesquinhas, conforme reconheceu o especialista Claudio Varagnoli: “a arquitetura contemporânea muitas vezes atinge a capacidade de se encaixar em um contexto histórico sem aguçar as dissonâncias linguísticas, ao contrário do que aconteceu nas últimas décadas, quando um certo grau de contestação do passado foi uma atestação necessária de modernidade” (2016, p. 113) — o que, entre outras questões, remete a um problema de ordem compositiva. De acordo com o arquiteto especialista italiano

83 Texto originalmente publicado em 1995.

84 Dalla Negra (2017, p. 35) alerta o pleonasma da expressão “restauro conservativo”, “pela simples razão de que o *restauro não é tal se não for conservativo*”; pleonasma igualmente identificado na expressão “criativo”, quando associado ao restauro, pelas circunstâncias já demonstradas, cuja criatividade é inerente ao ato projetual.

Paolo Torsello (2005, p. 25), a corrente intervencionista do restauro crítico nas preexistências históricas “baseia-se no respeito pela substância e documentação antigas autênticas constituído por tais obras, propondo-se também como ato de interpretação não verbal crítica, mas expresso em operação concreta. Mais precisamente, como hipótese crítica e proposição sempre modificável, sem que o original seja irreversivelmente alterado” — o que estabelece uma constante tensão à relação antigo-novo. As intervenções arquitetônicas promovidas no castelo de Koldinghus, na Dinamarca, e no Oratorio San Filippo Neri, em Bolonha, ilustram tais interpretações.

Ainda que as três correntes ora discriminadas, conservação pura, repristinação e restauro crítico, tenham sido mais consolidadas em pesquisas acadêmicas e em discussões especializadas, tanto Varagnoli (2002), quanto Carbonara (2011) e Dalla Negra (2020) forneceram elucubrações para uma maior versatilidade de leitura aos resultados compositivos na relação antigo-novo⁸⁵. Pesquisas brasileiras tiraram partido de tais correntes, para reflexões voltadas a categorizações diversas na relação antigo-novo do restauro, a exemplo de Andrade Junior (2006), Carsalade (2014), Nahas (2015), Nery e Baeta (2022)⁸⁶. Também as pesquisadoras brasileiras Vetrone (2018) e Vieira-de-Araújo (2020b) buscaram uma via de reflexão e operacionalização, de modo a reafirmarem os agrupamentos teóricos, em suas similitudes. Na compreensão de Vetrone (2018), foi problematizada uma “esquematização experimental” entre as distintas posturas dos autores estudados, cujos tipos de composição arquitetônica tidos como “equilíbrio e diálogo” e

85 Das modalidades de comportamento projetual em preexistências históricas, Varagnoli (2002) identificou seis agrupamentos: “Guscio/Contentitore” (Casca/Contentor), “Differenziazione di Linguagio” (Diferenciação de Linguagem), “Decodificazione” (Descodificação), “Ricostruzione” (Reconstrução), “Restituzione” (Restituição) e “Dislocazione” (Deslocação/ Descontextualização). Já Carbonara (2011) propôs pares conceituais dentro do mesmo tema, a saber: (i) autonomia/ dissonância, que agrupa o contraste/ oposição, o destaque/indiferença e a distinção/ não concordância; (ii) assimilação/ consonância, inclui a mimese/ ripristino, a analogia/ tradição e a restituição tipológica; e, por fim, (iii) a relação dialética/ reintegração da imagem, que incluiu as posturas dialética crítico-criativa/ reinterpretção, a filologia projetual/ co-extensão e reintegração da imagem/acompanhamento conservativo. Enquanto Dalla Negra (2020) propôs o restauro pós-crítico, o analógico-textual e o de manutenção.

86 O professor Andrade Junior (2006) estabeleceu tipos de intervenção que podem se manifestar por meio de sete “abordagens de intervenção”, a variarem desde composições de contraste até o falso histórico. Já o professor Carsalade (2014) identificou dezenove posturas projetuais na relação antigo-novo, a reunirem uma diversidade de situações compositivas e funcionais. A professora Nahas (2015) estudou o contexto dos projetos acolhidos pelo Programa Monumento, conduzidos pelo IPHAN, as últimas décadas, e reconheceu a manifestação de oito comportamentos projetuais na relação antigo-novo com as preexistências históricas. Por outro lado, o trabalho de Nery e Baeta (2022) também tem reunido densas e aprofundadas reflexões acerca dos comportamentos projetuais de intervenções arquitetônicas em preexistências, a partir de demandas variadas.

“interação antigo-novo” consistiam em soluções qualificadoras das preexistências, em que o “grau de diálogo com a matéria antiga”, segundo a mesma autora, se estabelece na postura de “relação dialética” e na de “assimilação”, associadas a posturas contextuais, com adoção de linguagem arquitetônica contemporânea. Os estudos de Vieira-de-Araújo (2020b) promoveram uma abordagem em noção de “escala”, a qual desvela um olhar articulado entre as posturas intervencionistas, no sentido de indicar permanências.

Alheio às consolidadas correntes intervencionistas, o arquiteto e professor norte-americano Steven Semes (2012) defendeu a relação antigo-novo como uma “estratégia adaptativa”, associada à “preservação do caráter em transformação”, cujas bases resguardam similaridades às da conservação integrada, definidas nos anos de 1970, mas com alguma flexibilidade: “a ideia de adaptação oferece uma alternativa que redefine as práticas de conservação urbana, no interesse de sustentar o caráter histórico a longo prazo, permitindo o crescimento e a mudança necessários” (Semes, 2012, p. 89). De acordo com o autor, consiste na identificação e conservação de elementos de longa duração, em atitude de continuidade sobre a mudança nos centros históricos, com respeito aos processos e produtos das culturas da edificação histórica e compromisso transmissivo ao futuro.

Se por um lado, as discussões associadas à composição arquitetônica das soluções projetuais na relação antigo-novo são celebradas, por outro, não se pressupõe o rigor pela escolha hermética de uma ou outra corrente intervencionista. Isso porque a natureza cultural do restauro não demanda a adoção de regras fixas *a priori*, como já demonstrado, ademais de tais correntes terem se comportado menos definidoras e mais intercambiáveis, com mútuas contaminações. O papel que o projeto exerce nas preexistências históricas, a partir da oportunidade de reposicioná-las, de modo coerente, no contexto dinâmico da cidade, situa sua compreensão como uma “reescrita criativa”:

A centralidade não é, portanto, a preexistência, mas torna-se a nova arquitetura que se sobrepõe ou se afilia; tudo se dobra a ela em nome de uma “reescrita criativa” que assume a função de reintroduzi-la no ciclo de vida da cidade. Daí a pergunta: pode ser a nova poética a realizar essas condições, ou tudo isso é alcançado através da recuperação consciente da preexistência por meio da destinação de uso e uma requalificação de atuação compatível? Isso desloca a atenção para a preexistência e torna extremamente central o âmbito disciplinar do restauro que, para além destas temáticas, procura dar respostas, pelo exercício da crítica, às questões que sempre existiram e que resumem por inteiro a operação: o tempo adiciona

ou subtrai valor à antiguidade? É permitido remover adições? É correto preencher as lacunas? (Dalla Negra, 2017, p. 57) (tradução da autora)..

Ao tempo em que a centralidade do debate se volte para a “nova arquitetura”, o caminho pelo qual isso se torna viável é o do restauro, o que traz à tona o papel da preexistência, cuja reflexão pode fornecer os insumos teóricos para respostas no campo do projeto arquitetônico — portanto a constante tensão “antigo-novo”. A imersão na dimensão do tempo e sua influência nas preexistências, tanto o tempo natural e cronológico, quanto o que registra as estratigrafias históricas, deve ser amparada nas referências culturais em que a preexistência se acha inserida.

Embora parte da literatura especializada demonstre uma inclinação à filiações teóricas na vertente crítica do restauro, tida ainda como “certamente a mais árdua e desafiante (...)”, é uma porta estreita, muito mais que fácil”, na síntese revelada por Carbonara (2012b), importa não assumir uma atitude reducionista, mas refletir sobre os limites da intervenção arquitetônica na conservação da preexistência histórica e a medida em que os princípios de restauro podem ser contemplados na solução projetual.

Por fim, não se deve deixar de ressaltar a condição de transmissão dos bens às gerações futuras, a qual demanda validação da composição arquitetônica assumida pelo projeto. Nesses termos, orienta Piñon (2006, p. 156), em certa convergência aos postulados de Philippot, já ressaltados:

para que uma arquitetura adquira vigência ao longo do tempo, terá que assumir a sua própria historicidade — a que a vincula a um momento histórico determinado —, pois só assim alcançará a qualidade que caracteriza as obras de arte. Dita vigência, portanto, não diminui de modo algum a relação com os valores de seu tempo, pelo contrário, tem a ver com a capacidade de incorporá-los em uma forma sintética e consistente, de modo que a estrutura formal seja capaz de ecoar na abóbada do tempo histórico.

O autor reforça que o compromisso com o momento histórico da produção arquitetônica não limita a sua vigência, mas ao invés, a aceitação da historicidade deve andar de mãos dadas com a autenticidade, cuja noção de qualidade projetual resguarda aproximada relação com a vigência. Nesses termos, acredita-se que tais reflexões, quando emanadas do entendimento da composição arquitetônica que satisfaz à relação antigo-novo, podem oferecer subsídios ao projeto de restauro e satisfazerem à aproximação às teorias e recomendações específicas do campo.

Tornam-se, portanto, evidentes os limites difusos com os quais a compreensão do restauro se firma, ao não possuir um caminho único a ser seguido. Embora não pareça

definidora a escolha hermética por uma ou outra “corrente intervencionista”, na relação antigo-novo, cabe refletir sobre a capacidade conservativa do bem, diante do projeto de restauro, e mesmo a linguagem arquitetônica a ser adotada.

2.4 Uma questão de método

Em busca de se afastar de condutas pragmáticas ou regras fixas — o que não implica em ausência de teoria, o restauro apoia-se em base teórico-conceitual, a qual abre possibilidades para a adoção de princípios e de procedimentos metodológicos para a aplicabilidade nas soluções projetuais. Mas, tornar esse esforço factível à definição de um método de projeto tem sido um difícil avanço no campo da pesquisa, ainda que autores diversos tenham se dedicado ao tema.

Um método, definido como “um procedimento de investigação organizado, repetível e autocorrigível, que garanta a obtenção de resultados válidos” (Abbagnano, 2007, p. 668), busca reunir condutas ordenadas em busca de objetivos pré-estabelecidos. De acordo com Oliveira (2002, p. 05), “todo método se apoia em princípios teóricos, estrutura-se no concurso de determinadas ideias, de tal maneira que ele não é só um meio para chegar ao conhecimento mas confunde-se com a própria maneira de conhecer o mundo”.

Embora os especialistas italianos Brandi (2004) e Philippot (2015) e, mais recentemente, Vitale (2010) e Dalla Negra (2016) tenham defendido o curso da operatividade projetual pela compreensão do bem e pelo reconhecimento de seus atributos e valores, enquanto procedimentos metodológicos, ele parece não ter sido suficientemente seguido — por isso a insistência. Vieira-de-Araújo (2020, p. 16) reforça que a prática projetual “na preexistência de reconhecido valor patrimonial significa estabelecer o fio condutor para o projeto sobre o bem/sítio exatamente a partir dos valores neste identificados, tanto do ponto de vista tangível quanto intangível”. O reconhecimento dos bens culturais apoia a valoração e pressupõe uma dupla missão: “tanto na precisão da compreensão do bem para a deflagração das ações de restauro, como na fundamentação das posturas arquitetônicas do tratamento com a preexistência” (Barreto, Pontual e Aguiar, 2020a).

Na presente pesquisa, os sítios históricos, que consistem nos bens alvos das ações do restauro, abrangem “as paisagens natural e construída, assim como a

vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos num passado e no presente, em processo dinâmico de transformação” (Carta de Petrópolis, 1987). A relação entre a materialidade das preexistências históricas e a atribuição de valores, em contínua interatividade, tem evocado a condição de monumento vivo e inserido na dinâmica da cidade. Os atributos dos sítios históricos, definidos pelas qualificações materiais e imateriais que conformam seu caráter e contribuem por justificar a sua preservação, aparecem evidenciados nos Princípios de La Valleta (2011)⁸⁷, enquanto convergentes aos entendimentos propalados por Giovannoni, como:

a. padrões urbanos definidos pelo traçado dos arruamentos, os lotes de terreno, os espaços verdes e as relações entre edifícios e espaços verdes e abertos; b. A forma e aparência, interior e exterior, dos edifícios, tal como definido pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; c. A relação entre a cidade ou área urbana e a sua envolvente, (...); d. As várias funções que a cidade ou área urbana adquiriu ao longo do tempo; e. As tradições culturais, as técnicas tradicionais, o espírito do lugar e tudo o que possa contribuir para a identidade de um lugar.

Para Tiesdell *et al* (2016, p. 166-167), a manutenção das especificidades locais e da identidade visual é condição fundamental aos sítios históricos, cujo espírito do lugar tem se constituído como de seus predicativos a serem garantidos: “é a relativa permanência de um espaço urbano que ajuda a estabelecer suas qualidades como lugar” (Tiesdell *et al*, 2016, p. 170). Os autores ainda destacam o papel desempenhado pelas fachadas das edificações históricas para a qualidade do espaço urbano tradicional: “uma vez que a retenção da fachada pressupõe a retenção do padrão de ruas e praças, da unidade cadastral e do loteamento histórico, ela se torna, sem dúvida, a mais importante camada de permanência” (Tiesdell *et al*, 2016, p. 170). Em coexistência às dimensões materiais que qualificam os sítios históricos reside o atributo funcional, o qual favorece a permanência das características morfotipológica dos imóveis, quando mantida sua natureza originária⁸⁸. Constituem as dimensões históricas e estéticas que

87 Olímpio (2020) e Feilden e Jokilehto (1995) também identificam tais atributos de sítios históricos.

88 Isso não significa afirmar que o uso pelo qual determinado bem cultural foi edificado não possa vir a ser alterado, mas que as novas proposições não demandem alterações profundas, capazes de afetar sua singularidade e, por consequência, a ambiência na qual se reconhece o espírito do lugar.

compõem os bens culturais⁸⁹, eventualmente merecedoras de preservação e que satisfazem o reconhecimento do bem.

Com a ideia da identificação dos atributos dos sítios históricos, os apontamentos de Olímpio (2020, p. 218) sugerem ações importantes para apoiar o seu reconhecimento, as quais parecem convergentes às metodologias propostas por Barreto e Milet (2010) e Carbonara (2012b):

1. Reconhecimento dos valores patrimoniais do edifício e/ou área de intervenção, por meio de pesquisa histórica, fotográfica, levantamento e representação pormenorizada dos elementos construtivos;
2. Diagnóstico e análise de possíveis causas de degrado/fissuras/desmoronamento e dos elementos que são passíveis ou não de conservação/restauração.
3. Análise do caráter e fisionomia do preexistente de valor patrimonial (relação de volumes, tipos edifícios, escala, padrão de ocupação, gabaritos, cores, formas, materiais), ou seja, a vocação do edifício e/ou da área de intervenção.
4. Análise de dados socioeconômicos, práticas tradicionais, tipos de uso, perfil de residentes e utilizadores locais (Olímpio, 2020, p. 218).

Os guias publicados pelo ICOMOS (2020) e por Aguiar *et al* (2020) também resguardam convergência a tais recomendações, sendo extensivos ao desenvolvimento de atividades complementares, voltadas para os estudos de viabilidade econômica, para a avaliação de riscos e para o monitoramento. De modo aprofundado, os pesquisadores Nery e Baeta (2022, p. 53) indicaram passos metodológicos para as intervenções projetuais, a partir da necessidade de “um denso conhecimento do objeto, da sua historicidade e de seu contexto, seguido de uma generosa sensibilidade crítica e grande erudição; e, por fim, o domínio profundo do significado da opção feita e seus impactos sobre a preexistência”.

89 A instância histórica das preexistências é tida por Brandi (2004) como pertencente a um tempo e um lugar, cuja dimensão do tempo, representada não no aspecto formal, mas no fenomenológico, é reconhecível em três momentos distintos, (i) no ato de concepção da obra, quando o artista se encontra em elaboração criativa; (ii) entre o fim do processo criativo e aquele em que a obra se estabelece em nossa consciência, e, por fim, (iii) no momento que se dá como átimo na consciência, enquanto presente histórico e único legítimo ao restauro. Do ponto de vista estético, as preexistências históricas são igualmente entendidas como irreprodutíveis, enquanto feitos da mente criativa do artista, capazes de “fornecer uma experiência estética para todos que a sentem (vê, sente, toca, cheira ou ouve)” (Caple, 2000, p. 29). Segundo o mesmo autor, “a entidade estética é aquele aspecto do objeto deliberadamente criado pelo artista ou fabricante para se comunicar com o usuário ou visualizador e, como tal, pode ser considerada a manifestação física da ‘intenção do artista’”(Caple, 2000, p. 29). A interface com a história da arte oferece a possibilidade de enquadramento dos fenômenos artísticos no contexto da civilização, entendendo que o único modo de objetivá-los e explicá-los é “historicizando-os” (Argan, 1998).

No cerne dessas discussões, o papel das pesquisas arqueológicas tem se evidenciado como estratégia de compreensão do bem cultural, em contributo à exploração documental (iconográfica, cartográfica e textual). O processo construtivo do edifício, suas fases e cronologia construtivas, as estratigrafias e os efeitos da degradação dos materiais, entre outros, consistem em dados relevantes de serem extraídas a partir da investigação arqueológica, a conduzirem as decisões:

a aplicação do método de leitura estratigráfica dos edifícios históricos poderá converter-se num instrumento fundamental tanto para os arquitectos que optem por uma posição mais conservadorista, pois permite a identificação das fases construtivas do edifício, como para aqueles que preferiram adoptar uma atitude mais intervencionista permitindo-lhes optar, com segurança, por aquilo que consideram mais relevante. Em qualquer das opções, a grande vantagem de todo este processo é a garantia de que se procede sempre ao registo prévio, ao mesmo tempo que se fornece a possibilidade de serem estabelecidos critérios de intervenção consistentes (Ramalho, 2002, p. 27).

No campo da valoração, ao retomar os princípios evocados por Riegl (1999), o especialista Muñoz Viñas (2003) centraliza o elemento da restauração no sujeito, ao invés do bem cultural, dada sua capacidade de valorar — condição denominada pelo autor como “revolução copernicana”. Embora a restauração seja objetivada no suporte material dos bens, ela não se define em função de elementos externos aos sujeitos: “o que caracteriza esses objetos são traços subjetivos, estabelecidos pelas pessoas, e não inerentes aos próprios objetos” (Muñoz Viñas, 2003, p. 40). Na medida em que vivenciam o cotidiano cultural, os sujeitos passam a atuar como detentores da memória coletiva, das tradições, dos gostos e costumes característicos do lugar. Nesse sentido, ao evocar a intersubjetividade, irrevogável ao campo da preservação, pela identificação dos vários sujeitos que com os sítios históricos se relacionam, a exemplo dos moradores, usuários, turistas, grupos de manifestações culturais, entre outros, o mesmo autor demonstra a necessidade de estabelecimento de consensos, por meio de um processo de negociação. Enquanto o restauro deve se voltar aos sujeitos “para quem” os bens culturais são importantes, coloca-se como uma “atividade que se baseia em decisões sociais, não individuais: se baseia em acordos entre os sujeitos” (Muñoz Viñas, 2003, p. 148).

Tal postura também se fundamenta na resistência a uma “excessiva especialização, uma fragmentação do conhecimento, que leve a se tomar decisões puramente

tecnicistas, desconsiderando as razões pelas quais se preserva” (Silva, 2012, p. 198). Embora Lira (2020) reconheça a expertise dos especialistas para a condução de temas específicos, a exemplo das avaliações das condições de integridade e autenticidade dos bens culturais, a autora entende a relevância do envolvimento dos diversos atores sociais na conferência da significância, enquanto convergente às reflexões de Vieira-de-Araújo (2020a): “o debate recente no campo da preservação do patrimônio cultural aponta para a centralidade das discussões acerca dos temas da significância e do papel dos sujeitos para a atribuição de valores e reconhecimento do que deve ser objeto de salvaguarda”.

A ideia de “significar” está associada a conferir valor ou significado a algo, por alguém, “o valorar pertence à essência do homem”, enquanto afirmação de Hessen (1980, p. 40), que conclui: “no conceito de valor está incluído a sua referência a um sujeito. Valor é sempre valor para alguém. Valor — pode-se dizer — é a qualidade de uma coisa, que só pode pertencer-lhe em função de um sujeito dotado de uma certa consciência capaz de a registrar. O valor não pode assim ser desligado dessa relação” (Hessen, 1980, p. 47).

Em sintonia a tais contornos, a Convenção de Faro (2005) revela a importância da relação entre os valores patrimoniais e a comunidade, ao adotar a centralidade da preservação no cidadão e seu envolvimento. Os Princípios de La Valetta (2011) reforçam que “a preservação das cidades históricas exige esforços para manter as práticas tradicionais e para proteger os residentes e utilizadores tradicionais”, enquanto recomendações já anunciadas na Carta de Washington (1987) e em estudos de especialistas, como Carbonara (2017) e Barreto (2009).

Avanços teóricos e operacionais puderam ser registrados pelo CECI e seus pesquisadores membros, ao situarem o documento conhecido por Declaração de Significância como fundamental aos processos de conservação (Zancheti *et al*, 2009)⁹⁰. A partir de 2007, no âmbito da UNESCO, tal documento passou a figurar como Declaração do Valor Universal Excepcional (VUE)⁹¹, a constituir um dos requisitos para a inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial, e se firmar

90 Baseada em uma construção social, sob a condução de especialistas, a Declaração de Significância dispõe de procedimentos metodológicos específicos, tendo como resultado a identificação dos valores, como uma síntese da interpretação dos significados e valores, construídos intersubjetivamente (Azevedo, 2013; Valentim, 2018)

91 Cujo conteúdo deve envolver as justificativas de atendimento aos critérios relevantes do bem, suas condições de autenticidade e integridade, bem como a estrutura de gestão da conservação, leis e planos de preservação.

como principal instrumento para a gestão da conservação desses bens (Centro do Patrimônio Mundial, 2019, p. 47 e 48).

No caso específico de Olinda, a dissertação de Pedrosa (2011) definiu critérios⁹² para avaliação de intervenção projetual no sítio histórico, a partir da elaboração de uma Declaração de Significância, baseada na identificação do sítio histórico, seus atributos e transformações no tempo, além dos valores nele identificados. Convergente a tal metodologia, constam as pesquisas de Piccolo e Pontual (2012) e Sá Carneiro e Silva (2012), as quais se fundamentam na identificação dos bens culturais e seus atributos para subsídio à atribuição de valores e significados. Já os procedimentos metodológicos de avaliação da importância de objetos patrimoniais sistematizados por Zancheti (2016), adotaram a identificação do significado cultural, seguido da identificação dos atributos, do nível de integridade, de autenticidade, para subsídio à definição dos valores e a sua hierarquia.

As recentes contribuições de Lira (2020) apresentam o papel protagonista da significância cultural dos bens culturais para deflagração da ação de restauro e a evoca como indissociável às noções de autenticidade e integridade — embora sejam conceitos capazes de serem entendidos e definidos isoladamente, na ação projetual, a autora entende que a delimitação hermética é de difícil aplicação. Em proposição, Lira (2020) sinalizou procedimentos metodológicos para a construção de uma Declaração de Significância, Integridade e Autenticidade (DSIA) dos bens culturais, com diretrizes para as ações de projeto e de gestão⁹³. Operacionalidade também defendida na tese de Hidaka (2011), quando propôs a construção de um indicador do estado de conservação do sítio histórico de Olinda, baseada na articulação de três indicadores de desempenho, os quais correspondiam às aferições de integridade, autenticidade e significância cultural do acervo.

Eventuais imbricações conceituais haviam sido reveladas nos estudos do

92 Entre os quais, a representatividade arquitetônica, a conservação da morfologia urbana, a categorização das intervenções promovidas nos quintais, a capacidade de carga dos imóveis civis patrimoniais, a capacidade de carga na escala da quadra e/ou rua, a conservação integrada, a habitabilidade e o conforto ambiental, a água-furtada no pano frontal da coberta, a conservação dos atributos essenciais dos imóveis, a conservação da diversidade estilística, a mínima intervenção e a abordagem da conservação preventiva (Pedrosa, 2011).

93 A DSIA proposta pela autora situa-se como uma reflexão a partir das demandas da UNESCO, para a confecção de uma Declaração de Integridade e de outra de Autenticidade, como instrumentalização ao processo de inscrição de um bem cultural na Lista do Patrimônio Mundial.

especialista Herb Stovel (2007), que propôs uma avaliação da integridade de cidades históricas relacionada com a autenticidade, por ele denominada “autenticidade/integridade”, com considerações aos aspectos de inteireza, intactilidade, genuinidade material, organização do espaço e forma, continuidade da função e continuidade do assentamento. Ao relacionar a significância do bem com a capacidade de transmitir autenticidade/integridade, o autor prioriza a ênfase na expressividade, a qual se manifesta por meio do suporte material. De um ou de outro modo, para fins de operacionalização de tais dimensões, integridade e autenticidade, na prática projetual, conclui Lira (2018):

se visará sempre reestabelecer algum nível de integridade ao bem, o que pode afetar em diferentes medidas sua autenticidade. Portanto, o modo como se buscará restituir a integridade numa ação projetual terá impacto direto na autenticidade. Esses princípios são, portanto, balizadores fundamentais sobre o como se deve proceder para minimizar as perdas de matéria autêntica.

Tais entendimentos vêm à tona no contexto das ações de preservação internacional promovidas pela UNESCO, cujas dimensões de integridade e autenticidade assumem seu lugar de importância, por moderarem a condição de manutenção do Valor Universal Excepcional (VUE) dos bens considerados Patrimônio Mundial. De modo sintético, Silva (2012) reconhece a dimensão da integridade nos bens culturais relacionada à completude, ao caráter intacto e à continuidade do contexto, não estacionada no momento da concepção, mas na consideração da trajetória histórica do bem. Também reconhece que a autenticidade tem versado sobre os aspectos de genuinidade, seja do material, da organização do espaço ou da função⁹⁴.

Eventualmente associadas ao estado de conservação dos bens, tais noções demandam interface com a identificação de danos sobre eles incidentes, na medida em estes que podem interferir em sua expressividade. Parece relevante que tal análise siga extensiva a um diagnóstico das condições de vulnerabilidades dos bens, cujas manifestações tendem a se materializar nas anomalias⁹⁵.

94 Enquanto Lira (2017) compreendeu a autenticidade dos bens culturais fundamentada nas dimensões construtiva, objetiva e expressiva, de modo interdependente, Jokilehto (2006) a apoiou em três pilares fundamentais: no processo criativo, nas evidências documentais e no contexto social.

95 A metodologia conhecida por “Mapa de Danos” tem sido incentivada como profícua ao diagnóstico do estado de conservação dos bens culturais, a partir da identificação das anomalias, dos materiais sobre os quais se manifestam e modos de tratamento, recupero ou restauro (Tinoco, 2009), a se realizar durante as pesquisas de reconhecimento do bem.

Já a etapa de formulação e definição das soluções projetuais, com a possibilidade de revelação da composição arquitetônica estabelecida na relação antigo-novo, deve ser capaz de absorver e refletir a análise do reconhecimento e a valoração do bem cultural no projeto. As metodologias de intervenção projetual no casario do sítio histórico de Olinda, propostas por Barreto e Milet (2010), e em Lisboa, por Aguiar *et al* (2020), demonstram aproximações às orientações do professor espanhol Francisco De Gracia (1996), quando ambos sugeriram instrumentos projetuais apoiados em recursos formais, compositivos e tipológicos. Tais decisões tiveram como base os critérios adotados na elaboração da legislação de proteção do acervo, os quais evidenciaram a manutenção das tipologias arquitetônicas e urbanísticas e dos valores patrimoniais. Os instrumentos projetuais do autor De Gracia (1996) indicam a busca da continuidade da imagem, não restrita ao cenário urbano e nem conivente às transformações internas, mas no sentido do prolongamento da identidade cultural, pela importância que esta assume no tempo de longa duração⁹⁶, o que não significa ausência de criatividade.

Para as soluções arquitetônicas projetuais, as cartas de Veneza (1964) e do Restauro (1972), ambas italianas, sugerem indicativos para tratamento da integridade histórica e estética em atuação no projeto de arquitetura. O especialista Dalla Negra (2017), apoiado nas discussões que envolvem a autenticidade histórica e material nas intervenções arquitetônicas projetuais, é enfático ao recomendar caminhos de natureza arquitetônica: nos casos de reintegração entre partes ou de preenchimento de lacunas, o uso da linguagem contemporânea da arquitetura e de composição arquitetônica consoante à preexistência histórica e seu contexto, o que significa se afastar de composições alusivas a tempos históricos pretéritos ou autorreferenciais.

A últimas décadas têm sido cruciais no reconhecimento institucional da dimensão imaterial do patrimônio, revelada pelas manifestações culturais, celebrações, saberes e fazeres, entre outras expressões, que demonstram a representatividade

96 Dentre os instrumentos projetuais sugeridos por De Gracia (1996), menciona-se a “busca de correspondências métricas, geométricas e de proporção”, “reiteração de recursos figurativos ou estilísticos para favorecer a continuidade da imagem” e, por fim, “homologação das eleições formais mediante o recurso do parentesco tipológico”.

de grupos sociais diversos, unidos por aspectos identitários e simbólicos⁹⁷. Ao mesmo tempo em que a imaterialidade necessita dos sujeitos para que as manifestações ocorram, também demanda um suporte material como via de transmissão dos valores. De modo simbiótico, materialidade e imaterialidade evocam ações de conservação (Vieira-de-Araújo, 2020), em esclarecimentos aos questionamentos sobre o que preservar e como preservar, cuja abordagem da consideração do sujeito para quem os bens são significativos insere desafios pertinentes ao tema, cujas interfaces são de difícil dissolução, ou seja, uma dimensão interfere diretamente na outra e vice-versa.

Independente da corrente intervencionista que o projeto se afilie, a capacidade conservativa do bem é tida como uma forte diretriz de qualificação projetual nas preexistências, conforme salientou a pesquisadora Maria Rosaria Vitale:

A tentativa de analisar as modalidades de intervenção sobre o edificado, questionando a qualidade do projeto, não responde, portanto, a uma necessidade de discussão sobre a poética ou sobre o destino atual da arquitetura, mas na atuação instrumental como meio de verificação do impacto que a opção conservadora pode ou, melhor ainda, deve ter sobre escolhas de intervenção (Vitale, 2010, p. 998-1002) (tradução da autora).

De acordo com a mesma autora, o cerne da discussão vai evocar “medida e consciência”: “a congruência com estes propósitos não é esgotável apenas em termos quantitativos de maximização da permanência nem alcançável apenas em termos de consonância com o antigo; deve ser buscado conscientemente respeitando todas as qualidades da obra, sua riqueza de articulações e suas relações com o contexto” (Vitale, 2010, p. 1005).

Ademais da capacidade conservativa das preexistências históricas, o reconhecimento de princípios do restauro nas soluções projetuais pode se manifestar entre as distintas correntes intervencionistas, conforme observou o especialista Andrea Pane (2016; 2017). Daqueles definidos por Camillo Boito, em fins do século XIX, mencionam-se: intervenção mínima, distinguibilidade, compatibilidade, reversibilidade, respeito pela autenticidade — esta última não completamente contemplada em relação à repriminção. A distinguibilidade, por exemplo, a ser assumida pela postura da conservação pura é passível de

97 O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, homologado no ano 2000, pelo IPHAN, deflagra a sensibilização e atuação institucional no processo de salvaguarda do patrimônio imaterial. Mais recentemente, a Declaração de Lugares de Memória, instrumento de proteção igualmente homologado pelo IPHAN, tem dado continuidade a essa complexa e necessária interface.

adoção pelo restauro crítico, mas pouco buscada no viés do ripristino, enquanto a reversibilidade e a compatibilidade físico-química são convenientes a todas as situações, sobretudo no viés crítico do restauro, pelo fato da solução arquitetônica se estabelecer em caráter de “hipótese crítica”. Enquanto a mínima intervenção corresponde às limitações do ato projetual ao necessário, com menor interferência possível nas preexistências históricas, ela parece restrita ao restauro crítico. As recentes contribuições de Olímpio (2020, p. 269 a 272), baseadas em Carbonara (2012b) reforçam tais princípios de Boito (1893) e evocam outros também alinhados às necessidades conservativas, tais como o respeito a todas as fases de construção de um monumento e pelo seu caráter, fisionomia e usos tradicionais.

Diante do exposto, acredita-se ter evidenciado dimensões importantes relacionadas aos procedimentos operacionais que buscam articular entendimentos teóricos com a prática projetual do restauro, o que pode oferecer as bases na construção de um método de projetos de restauro em preexistências históricas no nordeste brasileiro.

O conhecimento teórico-metodológico aprofundado e a atividade de reflexão, inerentes à ação projetual nas preexistências históricas, portanto, não constituem tarefas simples. Entender o papel do profissional que está à frente desse processo, o qual deve reunir algum domínio do campo do restauro, de modo a assumir posturas teóricas, críticas e técnicas consistentes, para equacionar os conflitos oriundos das demandas da atualidade (Farah, 2013; Olímpio, 2020), pode contribuir a uma postura mais exitosa, eventualmente associada à condição de deixar o edifício “falar por si só” (Solà-Morales, 2001; Carbonara, 2017).

2.5 Síntese do capítulo

O conhecimento acerca das intervenções arquitetônicas projetuais em preexistências históricas torna-se importante no sentido de desvelar suas acepções no tempo e nos contextos socioculturais e geográficos, bem como no amparo do referencial teórico e sua aplicabilidade, a partir das variadas possibilidades de resolução a problemas comuns.

A delimitação conceitual aproxima a especificidade do restauro ao foco da presente pesquisa, a qual se volta para as reflexões sobre as intervenções arquitetônicas

projetuais em um sítio histórico reconhecido como Patrimônio Mundial, pela UNESCO, cuja manutenção do Valor Universal Excepcional (VUE) seja seu objetivo. Por se situar no âmbito da Arquitetura, as ações restaurativas seguem, com mais ênfase, orientações quanto às supressões e adições, seja em demolições de elementos julgados sem méritos valorativos, seja no modo de preenchimento de lacunas ou em reintegrações, ao lado da acomodação funcional, cuja filiação teórica pode dar a tônica das decisões. O modo de relação entre as instâncias estética e histórica dos bens culturais deve refletir o referencial teórico seguido, cujo desafio reside na sua manifestação nas soluções arquitetônicas projetuais.

Ainda no âmbito da Arquitetura e Urbanismo, não se pode deixar de mencionar a atenção ao contexto, no entendimento de que a preexistência histórica é componente indissociável do ambiente em que se encontra, sobretudo por compor a relação “antigo-novo” do projeto. A composição arquitetônica resultante desse processo, aliada às demais questões já expostas e no que se constitui a busca pela harmonia projetual, orientada pelo diálogo com o entorno preexistente, pode contribuir ao alcance capacidade conservativa, ao agregar valor ao bem.

Na compreensão do marco referencial teórico, foi possível vislumbrar o que se entende por “projeto de restauro”, ao aproximar as dimensões da Arquitetura e Urbanismo às do Restauro. Ao consistir na tentativa de superação à distorcida dicotomia existente entre os entendimentos que envolvem a “cultura de projeto” e a “cultura de restauro”, busca a permanência da criatividade no ato projetual, ademais dos referenciais compositivos do restauro, nos quais deve se apoiar.

Nesse percurso, foi possível definir categorias de análises tidas como imprescindíveis quando do enfrentamento de um projeto de restauro em preexistências históricas. Ao tempo em que representam um exercício de reflexão aprofundada diante da densidade de conteúdos, também sinalizam um exercício mental de síntese, no sentido de agrupamentos de temas afins, tidos como representativos de um universo referencial — o restauro arquitetônico e urbano.

Atributos, reconhecimento/ valoração, relação antigo-novo e princípios do restauro foram eleitas como categorias operativas do projeto de restauro em preexistências históricas. Enquanto os atributos consistem nos predicativos, materiais e imateriais, identificados nos bens culturais como relevantes à transmissão dos valores e significados, o reconhecimento e a valoração atuam no

sentido da atribuição de valores e significados aos mesmos atributos dos bens, inclusive na consideração de sua trajetória histórica e material, no tempo, com o envolvimento dos atores sociais que com eles interagem. Já a relação antigo-novo, associada à composição arquitetônica entre as proposições projetuais e a preexistência, ao lado dos princípios do restauro, enquanto modos de operar as soluções arquitetônicas, conduzidas pela orientação teórica, em seu devido contexto referencial, satisfazem ao empirismo projetual, para atendimento às demandas da intervenção. Tal processo, ao longo de seus desdobramentos, deve demonstrar a relação teórico-prática e estético-compositiva adotada, na satisfação dos objetivos conservativos do projeto, o qual passa a se distinguir das intervenções arquitetônicas em contextos ausentes de interesse histórico-cultural.

Para além da definição das categorias, a interpretação do referencial teórico da pesquisa também permitiu reconhecer seu agrupamento em dois momentos metodológicos da prática projetual, os quais definem (i) o conhecimento do bem cultural e (ii) o desenvolvimento do projeto, em intercâmbio ante à solução resultante. Para o conhecimento do bem, importa identificar os atributos materiais e imateriais que se constituem como elementos relevantes à conservação, e de longa duração, assim como identificar os valores e significados ao mesmo atribuídos, tanto na institucionalização da salvaguarda, enquanto marco temporal, como em sua trajetória histórica até o presente. Já o desenvolvimento do projeto consiste nos estudos de composição arquitetônica para fins de definição da relação antigo-novo que se pretende adotar, bem como dos princípios do restauro constantes no projeto, a fim de demonstrar as pontes teóricas junto às soluções projetuais.

Cada um desses eixos/ áreas de concentração vai demandar atividades específicas, sobretudo relacionadas a critérios tidos como orientadores da prática projetual, os quais puderam ser revelados como as noções de significância, autenticidade e integridade, bem como das tipologias arquitetônicas e suas técnicas construtivas.

De modo gráfico e esquemático, tais reflexões seguem demonstradas⁹⁸, enquanto um exercício de reflexão, orientado pelas categorias operativas do que pode vir a conformar um método de Projeto de Restauro em preexistências históricas, constituído de elementos basilares razoáveis à manutenção de valores e significados culturais (Imagem 70).

98 Inclusive chegaram a ser discutidas no 10º Projotar Lisboa (2021), cujo artigo foi publicado nos anais do evento.

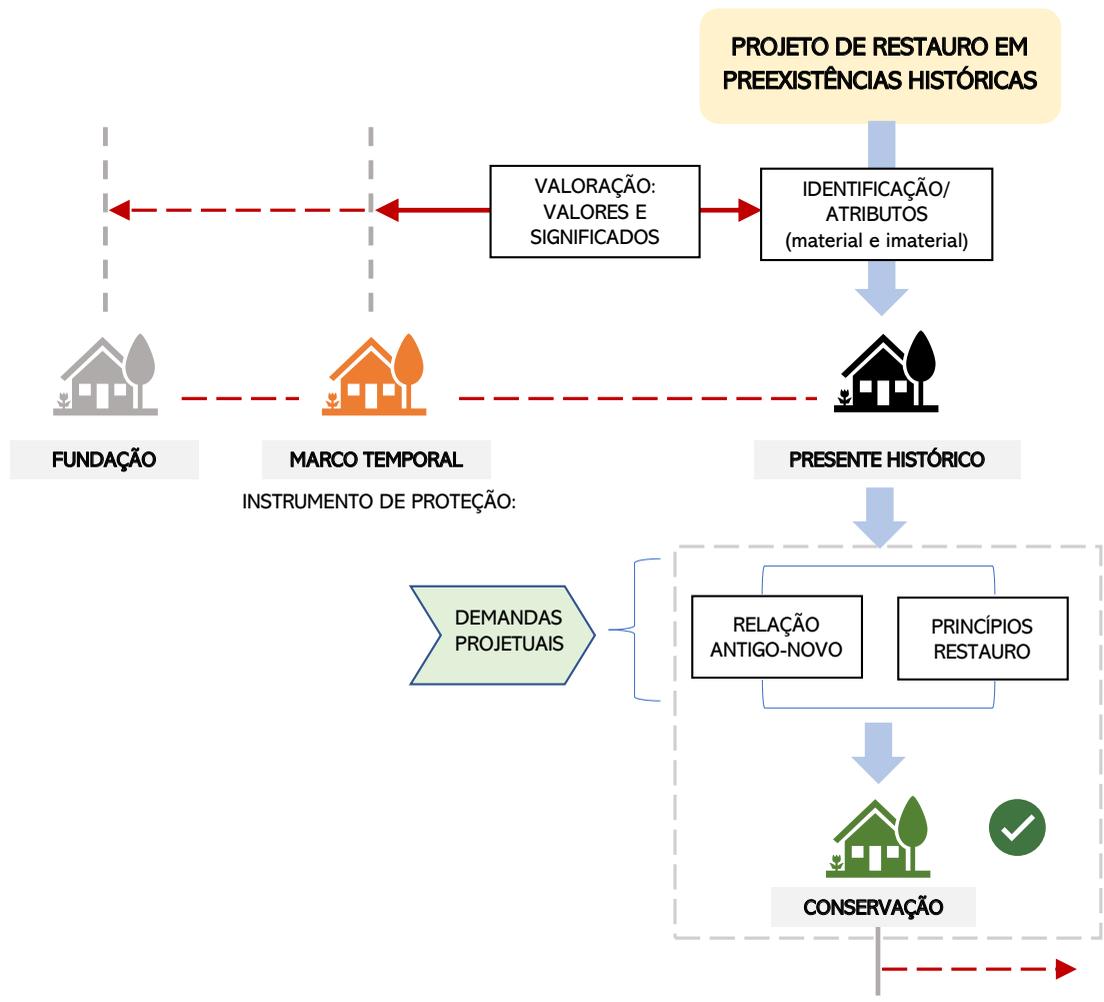


Imagem 70 Esboço esquemático do projeto de restauro em preexistências históricas.
 Fonte: Autora.

Entende-se que tal procedimento deva ser confrontado com o objeto empírico da pesquisa, o qual trata das intervenções arquitetônicas projetuais no casario do sítio histórico de Olinda, na tentativa de identificar conflitos e aferir sua vigência no campo teórico-prático do restauro, com as devidas acomodações ao contexto histórico-cultural, o que segue enfrentado no capítulo subsequente.

Por fim, cabe destacar a aparente lacuna teórica relacionada ao tema dos riscos e vulnerabilidades, quando se trata de projetos de restauro em preexistências históricas, dada a posição secundária com que foram deixados no conteúdo das fontes consultadas. Embora as preocupações voltadas para a estabilidade estrutural de monumentos históricos tenham sua ressonância, inclusive reveladas nas demandas dos primórdios das ações de salvaguarda cultural, elas não assumem protagonismo no âmbito teórico do restauro. Possivelmente, a eventual dissociação que tem se estabelecido entre o “projeto de restauro” e o “projeto de consolidação”, na prática projetual — algo não incentivado no âmbito teórico, seja reflexo de tal lacuna, a ser mais bem explorada nos capítulos subsequentes, dadas as evidências das fontes documentais consultadas.

3 AS INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS PROJETUAIS NO CASARIO DE OLINDA, NO SÉCULO XXI

Conforme demonstrado, o sítio histórico de Olinda encontra-se submetido à preservação cultural pelas três esferas de atuação — federal, estadual e municipal, além da UNESCO, na oportunidade da titularidade internacional, e mesmo pelos moradores, organizados em sua associação representativa, a Sociedade Olindense em Defesa da Cidade Alta (SODECA). Se por um lado, tal condição pode indicar um respaldo quanto à gestão da conservação, por outro, o estado de conservação desse acervo se acha em risco de perdas severas. Um dos veículos para o equacionamento desse quadro de risco constitui as cotidianas atividades de análise das intervenções arquitetônicas projetuais no casario do sítio histórico de Olinda, para fins de aprovação e licenciamento, pelas instituições de preservação. No entanto, tais atividades não constam amparadas em um trâmite institucional claro, de modo que os processos possam ser objetivamente conduzidos ao deferimento, com respaldo técnico e conceitual, para fins de conservação. Contornos tais, que seguem analisados, para inferências acerca dos conflitos.

No âmbito da municipalidade, até meados dos anos de 1990, as atividades de análise e aprovação de projetos no sítio histórico de Olinda eram gerenciadas pela

Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (FCPSHO), oriunda do Sistema Municipal de Preservação, criado em 1979. Com a sua extinção, elas migraram, fragmentariamente, para secretarias auxiliares: enquanto as atividades de análise de projetos foram assumidas pela “secretaria de patrimônio”, as de fiscalização foram transferidas para a “secretaria de planejamento e controle urbano”⁹⁹, em certa dificuldade de integração entre si, enquanto situação que ainda persiste na atualidade. Na esfera federal, o Escritório Técnico de Olinda (ETO/IPHAN) tem assumido as competências de tais atividades, desde a sua fundação, na década de 1980. Embora em atuações coincidentes, a ausência de disciplinamento quanto aos trâmites institucionais dessas duas esferas tem permitido a deflagração simultânea dos processos, a acentuar ruídos de competências. De um ou outro modo, consistem em instituições protagonistas na tarefa da preservação cultural do sítio histórico, a reunirem consolidadas experiências no campo de atuação.

Com tais questões introdutórias, seguem descritos os procedimentos metodológicos de coleta e análise documental adotados para as fontes primárias que constituem parte do denso *corpus documental* da pesquisa, caracterizadas pelos processos de intervenções arquitetônicas no casario (plantas, fotografias, memoriais descritivos, pareceres técnicos institucionais, legislação de proteção). Desde então, foram organizadas e sistematizadas, para as análises, em que foi possível identificar as tendências projetuais e seus possíveis efeitos sobre os atributos materiais e imateriais que caracterizam o casario, assim como realizar inferências sobre as categorias operativas extraídas do objeto teórico, em busca de proporcionar uma reflexão acerca das possíveis pontes teóricas junto às soluções projetuais, enquanto parte dos objetivos da presente pesquisa.

3.1 Procedimentos metodológicos de coleta e análise documental

A ação de coleta documental das fontes primárias foi direcionada aos processos de intervenções arquitetônicas projetuais no casario do sítio histórico de Olinda, cujo acervo institucional consultado foi o do Escritório Técnico de Olinda/IPHAN (ETO/ IPHAN). Fatores como a facilidade de comunicação, a organização na

⁹⁹ Na atual gestão, foram denominadas de Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo (SEPACTUR) e de Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (SEMAPU), respectivamente.

disposição de acesso, tanto físico, quanto digital, e a completude dos processos consultados foram decisivos para tal escolha. Embora houvesse tentativas de consulta ao acervo da municipalidade, este se encontrou com temporária interdição, inclusive sem a disponibilidade de um técnico que pudesse dar o suporte à pesquisa arquivística¹⁰⁰.

O recorte temporal estabelecido para a coleta dos processos foi compreendido entre 2001 e 2021, no intuito de analisar o funcionamento da gestão da conservação, quando relacionada à atividade específica de análise e aprovação de projetos, e as soluções arquitetônicas projetuais adotadas no casario, após os comprometimentos sofridos pelo Sistema Municipal de Preservação, desde a década de 1990.

O recorte espacial compreendeu o casario contido no polígono do Conjunto Monumental de Olinda, definido na Zona Especial de Preservação Cultural 1 (ZEPC1), da Lei Municipal de Olinda nº 4849/1992, que é correspondente ao Polígono de Tombamento contido na Rerratificação da Notificação Federal nº 1155/1985, do IPHAN, a concentrar a arquitetura civil secular¹⁰¹.

Dentre os critérios e procedimentos de coleta junto ao acervo documental do ETO/IPHAN, foram estabelecidos os seguintes:

- Foi priorizada a coleta dos projetos submetidos à análise pela Câmara de Legislação e Tombamento (CLT) e pelo Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (CPSHO), cujos registros constavam nas atas dessas reuniões, disponibilizadas para consulta presencial na Prefeitura de Olinda;
- Com os endereços dos imóveis alvo de projetos de intervenção, consultados nas atas supramencionadas, foi realizada uma busca digital no sistema

100 Tais limitações foram justificadas pelas condições sanitárias em curso, durante os anos de 2020 e 2021, que demandavam o confinamento social, por ocasião da pandemia do coronavírus.

101 A área do recorte espacial constitui o sítio reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial, que concentra algo em torno de 1.500 imóveis, em 1,2km² de área. Na Rerratificação da Notificação Federal nº 1155/1985, o Polígono de Tombamento de Olinda abrange quatro setores de proteção (A, B, C e D), cujo Setor A consiste naquele de maior densidade monumental do casario secular. Na Lei urbanística municipal nº 4849/92, o Conjunto Monumental de Olinda constitui o núcleo de ocupação primitiva, correspondente aos registros da cartografia do século XVI, setorizado em oito polígonos distintos de proteção, a concentrar parâmetros específicos de intervenção, relacionados às tipologias arquitetônicas e aos valores urbanísticos e paisagísticos. Ambos polígonos englobam os bairros do Amparo, Bonsucesso, Carmo, Monte, Varadouro e São Bento.

“Sei!”, disponível na *webpage* do IPHAN, para a localização dos processos;

- Nos casos de os processos se acharem arquivados digitalmente no sistema digital “Sei!”, eram realizados os *downloads* dos materiais e arquivados em pasta individualizada no computador da pesquisadora, para posterior análise. Embora fosse uma alternativa otimizada de consulta documental e coleta, boa parte desses processos digitalizados não apresentava as plantas projetuais, devido à dificuldade de escaneamento do material (grandes dimensões). Nesses casos, foram agendadas visitas presenciais ao ETO/IPHAN para consulta e coleta complementar (realizadas em 11/02/2021; 25/02/2021; 07/04/2021 e 26/05/2021). Eventualmente, foram realizados contatos com os arquitetos autores dos projetos, de modo que pudessem disponibilizar espontaneamente o material, mas existiram casos em que os projetos não foram acessados, a caracterizarem situações frustrantes para uma completa análise;
- Uma alternativa de consulta documental também se caracterizou pela busca casual de endereços, no sistema “Sei!”, desde que situados nos logradouros mais antigos do Conjunto Monumental de Olinda, de modo a ampliar as estimativas documentais, o que também atingiu um certo êxito;
- A incorporação da pesquisadora como membro do CPSHO e CLT, enquanto representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE), em 2021, também se tornou uma via de coleta e aproximação aos trâmites institucionais, por meio da participação nas reuniões, que ocorreram em modalidade remota¹⁰².

Para além de tais critérios, foi ainda necessário o estabelecimento de procedimentos de coleta documental que pudessem orientar a seleção dos casos projetuais. Também pertencente ao banco de dados do *corpus documental*, os casos selecionados deveriam atender à representatividade do universo da pesquisa, ou seja, do casario do sítio histórico de Olinda, à espécie de uma “amostra”, ou seja, de uma parcela do contexto referencial definido para estudo — um subconjunto. Para tanto, a “amostragem”, entendida como o processo de seleção de uma amostra,

102 A participação da pesquisadora como membro do CPSHO, entre 2017 e 2018, na representação da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas – CONDEPE/FIDEM, também favoreceu a familiaridade com as questões.

baseada em procedimentos científicos, deve ser tida como válida e legítima, a ser usada para as inferências da pesquisa (Marconi e Lakatos, 2003, p. 163; Bardin, 1995, p. 97). Quando uma amostra se estabelece suficientemente representativa do universo inicial, significa afirmar que ela reúne todos os traços característicos do objeto numa proporção relativa ao total do universo, ou seja, quanto mais heterogêneo for o universo, maior será a amostra (Marconi e Lakatos, 2003, p. 163; Bardin, 1995, p. 97).

Embora possa haver parâmetros específicos, e estatísticos, para a definição e validação de um conjunto de amostra, as condições sanitárias em curso, desde 2020, em função da pandemia do coronavírus, dificultaram uma aplicabilidade mais ampliada, orientada quantitativamente. Por outro lado, a natureza dos casos selecionados, os processos de intervenções arquitetônicas projetuais no casario de Olinda, demandou a que os procedimentos metodológicos passassem por uma escolha intencional, ao invés de uma aleatoriedade na coleta, a partir das características do objeto definidas como relevantes. Tais circunstâncias levaram à adoção de critério técnico-científico baseado na abordagem tipológica do casario.

Ao tomar como referência a classificação tipológica realizada na pesquisa *Conservar: Olinda Boas Práticas no Casario* (Barreto e Milet, 2010)¹⁰³ e com respaldo nos documentos históricos da evolução urbana de Olinda e em teorias da salvaguarda cultural, as quais reconhecem o tipo arquitetônico como atributo de sítios históricos e como elemento de diretriz projetual, entende-se que a diversidade de tipos arquitetônicos do casario, em sua recorrência, pode ser um indicador substancial para a amostragem. A coleta documental passou, então, a ser orientada a partir do entendimento de que a diversidade de projetos encontrados deveria contemplar a diversidade de tipos arquitetônicos do casario, denominado Tipo-Base, em sua recorrência no sítio histórico de Olinda — meia-morada, morada inteira, porão alto, meio sobrado e sobrado inteiro, estereótipo e imóvel de destaque (Apêndice A). De modo complementar, a identificação dos endereços dos processos coletados, em suas relações topográficas e de vizinhanças, também

103 A análise tipológica decorrente da pesquisa do manual *Conservar* (Barreto e Milet, 2010) abrangeu 163 imóveis, distribuídos nos seguintes logradouros do sítio histórico de Olinda: Rua Bernardo Vieira de Melo, Rua Sete de Setembro, Ladeira da Misericórdia, Rua 13 de Maio, Rua 15 de Novembro, Rua Prudente de Moraes e Rua do Amparo, cujos tipos arquitetônicos relativos ao casario foram classificados em meia morada (46%), morada inteira (15,3%), porão alto (1,3%), meio sobrado e sobrado inteiro (9%), estereótipo (26,4%) e imóvel de destaque (2%), além de serem referenciados em pesquisas acadêmicas subsequentes (Pedrosa, 2011; Barreto e Milet, 2021).

importou na seleção dos imóveis, sobretudo na abrangência aos distintos setores das leis municipal e federal de proteção. Isso porque os critérios e parâmetros de intervenção constantes na legislação podem ser variados para um mesmo tipo arquitetônico, a depender da sua localização e da setorização.

Nessas circunstâncias, a coleta preliminar reuniu 29 processos de intervenções arquitetônicas no casario do sítio histórico de Olinda, correspondentes ao recorte temporal e espacial da pesquisa, distribuídos entre distintos setores da legislação e logradouros, conforme se observa na Tabela 1.

| LOGRADOUROS | SETORIZAÇÃO | |
|--|-----------------------------------|--|
| | LEI MUNICIPAL | LEI FEDERAL ¹⁰⁴ |
| Rua do Bonfim, Rua Prudente de Moraes, Rua do Amparo, Rua Bernardo Vieira de Melo, Rua de São Bento, Rua 27 de Janeiro | Setor Residencial Rigoroso (SRR) | Setor A – Área Urbana de Preservação Rigorosa |
| Av. Liberdade, Rua da Boa Hora, Rua 15 de Novembro | | Setor B – Área Urbana de Preservação Ambiental |
| Rua Manuel Borba, Rua São Francisco | Setor Residencial Ambiental (SRA) | |
| Praça João Pessoa | Setor Verde (SV) | |
| Rua Coronel Joaquim Cavalcanti | Setor Residencial (SR) | Setor D – Proteção e Ambiência do Conjunto |

Tabela 1 Logradouros que constavam os projetos coletados.
Fonte: autora.

Das recorrências tipológicas identificadas nos 29 processos coletados, observou-se certa equivalência aos dados obtidos no manual *Conservar*: meia morada (24%), morada inteira (7%), sobrado (14%), estereótipo (17,2%) e imóvel de destaque (20,7%). Classificações diversas, tais como construção recente, ruína e não identificado (17,1%), também foram coletadas — embora não correspondessem diretamente ao foco da pesquisa, mas foram estudadas de modo complementar,

104 A ausência de processos em imóveis situados no Setor C, da normativa federal, se dá pela sua inexistência, dada tal setorização corresponder a uma ampla densidade de elementos vegetais.

para fins de reflexões contributivas. Diante das circunstâncias expostas, infere-se que o critério estabelecido para a escolha intencional do material institucional coletado, baseado na abordagem tipológica, atende à validação científica, com representatividade do objeto foco da pesquisa, que é o casario do sítio histórico de Olinda. Desde então, foram adotados os seguintes passos metodológicos na exploração das fontes:

(i) leitura e análise dos processos, na ordem cronológica dos trâmites documentais, para entendimentos;

Consistiu em um contato inicial com os documentos, para uma visão geral da tramitação, a fim de compreender o percurso da análise projetual e a completude de conteúdos de cada processo.

(ii) adoção, ajuste e preenchimento das Fichas de Análise dos Projetos (Apêndice B);

A Ficha de Análise dos Projetos consiste em um documento sistematizado para preenchimento das informações mais relevantes extraídas dos processos — descrições dos dados do projeto, dos pareceres técnicos institucionais e do registro gráfico da solução projetual adotada (plantas, cortes e fachadas), inspirada no modelo constante no manual *Conservar*. Para atendimento ao foco da pesquisa, a Ficha de Análise dos Projetos sofreu complementações, com a adoção das categorias extraídas do objeto teórico, na tentativa de fornecer uma análise objetivada e orientada pelos grupos de elementos relevantes. Distribuídas em (i) Atributos; (ii) Reconhecimento/ Valoração; (iii) Relação antigo-novo e (iv) Princípios do Restauro, sem ordenação, cada Categoria foi preenchida com transcrições e interpretações dos registros de cada processo, classificada por cada ator social — IPHAN, municipalidade, CPSHO/CLT e autor do projeto. O preenchimento completo da Ficha de Análise de cada processo permite sua afirmação como a principal fonte de exploração e de revisitação documental.

(iii) verificação de lacunas documentais, com possibilidade de revisitação ao acervo, para coleta de documentos complementares, quando mencionados nos processos;

A conferência às Fichas de Análise de cada projeto levou ao descarte de alguns processos anteriormente levantados, devido à incompletude do material coletado

ou ao distanciamento do foco da pesquisa. Da sistematização do material, foram consideradas 18 Fichas de Análise, que correspondem a 18 processos de intervenções arquitetônicas projetuais no casario do sítio histórico de Olinda, cujos tipos arquitetônicos mantêm a equivalência da representatividade definida na amostra documental (Ver Tabela 1). As eventuais referências a documentos auxiliares e à legislação de proteção, constantes nesses processos, conduziram a coletas complementares, para fins de cruzamento de dados e de consolidação da análise documental.

(iv) identificação e caracterização dos processos, dos trâmites institucionais e dos atores envolvidos;

Os pareceres técnicos foram analisados a partir das posturas de cada ator sobre o projeto (técnicos do ETO/IPHAN, da municipalidade e da CLT/CPSHO), com o intuito de compreender o domínio do tema e a gestão da conservação nos processos projetuais, na possibilidade de verificar padrões de tramitação ou de rupturas e caracterizar as eventuais articulações. De modo geral, a organização das Fichas de Análise dos Projetos permitiu inferências entre todos os processos, tanto no sentido da abordagem de cada ator, em cada Categoria, ao mesmo tempo que permitiu a compreensão de cada Categoria, em todos os processos.

(v) análise e interpretação das soluções projetuais de restauro nos imóveis;

O acervo gráfico dos processos foi explorado para fins de compreensão do modo como as soluções arquitetônicas foram resolvidas em cada tipo arquitetônico, no atendimento à legislação de proteção, às teorias e recomendações do restauro e na completude do material apresentado. As categorias extraídas do objeto teórico foram igualmente analisadas nos projetos, assim como os discursos registrados nos pareceres técnicos institucionais e nos memoriais descritivos dos projetistas, para verificações acerca de seus possíveis reflexos. Tais circunstâncias permitiram a identificação das condições de deferimento, bem como das tendências projetuais, a partir das demandas dos proprietários e usuários dos imóveis.

(vi) compreensão geral dos processos, para inferências.

As inferências gerais extraídas dos processos sinalizaram tendências projetuais, que foram confrontadas aos pressupostos teóricos do restauro e ao arcabouço normativo de proteção, a fim de identificar elementos balizadores das

intervenções arquitetônicas e seus reflexos na conservação. Dentre eles, ainda foi possível confirmar a necessidade de um diagnóstico das vulnerabilidades do bem, associado ao perigo de deslizamento das colinas históricas, que pode afetar sua estabilidade estrutural. Tais descobertas da pesquisa significavam reconhecer as vulnerabilidades como categoria operativa do método de projeto, passando a ser inserida na Ficha de Análise dos Projetos, com demandas de revisitação documental aos processos, para sua caracterização. Ainda que esse tema contivesse eventualmente contemplado no objeto empírico da pesquisa (nos pareceres técnicos, nos memoriais descritivos dos profissionais projetistas ou mesmo raramente contempladas em soluções projetuais estruturais), mas a existência dos estudos especializados já explorado nas pesquisas de Gusmão Filho (1994; 2001) contribuía por situá-la em uma posição de atenção nas inferências.

Com a definição desses passos de exploração documental, segue descrita a organização da interpretação do *corpus documental*, relacionado aos 18 processos de intervenções arquitetônicas projetuais no casario do sítio histórico de Olinda. Ao reunir documentações diversas, cuja predominância eram os pareceres técnicos institucionais, os documentos auxiliares, os memoriais descritivos, as pesquisas complementares e os projetos de restauro, a análise documental seguiu subdividida entre a classificação e caracterização dos processos e a classificação e caracterização dos projetos.

3.2 Classificação e Caracterização dos Processos

Dos dezoito processos catalogados, foram identificadas as seguintes classificações de requerimentos: 08 solicitações de intervenções físicas projetuais espontâneas e 10 notificações de regularizações compulsória de imóveis, cujos trâmites se configuram distintos até a aprovação, assim como as tendências das soluções arquitetônicas projetuais.

Os processos de intervenções arquitetônicas projetuais espontâneas consistem nos casos de predisposição voluntária do proprietário ou usuário em intervir fisicamente no imóvel, a partir de demandas de ordem ambiental, programática, funcional e tecnológica, sobretudo quando os imóveis se acham obsoletos ou abandonados. Por se tratar de processos originados a partir de um projeto, conduzido por um responsável técnico, o qual deve reunir predicativos

especializados do campo da preservação cultural e, geralmente, posicionado disposto ao diálogo junto aos atores institucionais, as soluções resultantes, no mais das vezes, tendem à conservação do imóvel.

Já os processos de regularizações compulsórias constituem os casos originados por denúncias de moradores ou por fiscalizações institucionais de rotina, que descobrem obras irregulares, conduzidas à revelia, pelo proprietário ou usuário do imóvel, eventualmente ausentes de base projetual e de deferimento institucional. Quando deflagrados, o proprietário recebe uma notificação¹⁰⁵ e deve demandar a contratação de um profissional, para o desenvolvimento do projeto, que tende a assumir um caráter mais corretivo, do que exatamente qualificador do imóvel. Por motivos diversos, uma ou outra solução arquitetônica danosa tende a permanecer, o que predispõe ao consentimento para um certo grau de descaracterização no casario, onde os processos de regularização apenas finalizam quando da execução das obras corretivas, em convergência ao deferimento institucional do projeto.

Em isoladas situações de comprovação da carência de recursos por parte do proprietário para a realização das obras de regularização, os projetos arquitetônicos já puderam ser desenvolvidos pelo IPHAN ou pela municipalidade, quando da existência do “Birô de Serviços”¹⁰⁶. Ainda que essas situações denotem uma suposta garantia à conservação, as soluções arquitetônicas delas resultantes precisavam estar adequadas à capacidade financeira de execução pelo proprietário ou usuário do imóvel, de modo que os projetos não eram concluídos como ideais, mas como “viáveis”. Na atualidade, inexistente a disponibilidade de um setor institucional destinado a tal colaboração, o que concentra a atribuição como exclusiva do responsável técnico projetista. Apenas com a validação institucional e a emissão de licenciamentos, é que os projetos podem ser executados.

Nos eventuais casos de contemplação de recursos, por meio de programas institucionais promovidos pela Caixa Econômica Federal (CEF) e/ou pelo Banco do Nordeste, o acompanhamento técnico se deu com o registro de um relatório e de um boletim de medição. Apesar desses cuidados, pouca garantia era observada

105 Quando os processos são deflagrados por meio de Notificação Extrajudicial, o conteúdo documental é mais extenso, de instrução burocrática e com alguma análise técnica, cujo prolongamento no tempo pode acentuar os danos nos imóveis.

106 Apenas em um caso foi possível observar o desenvolvimento de uma proposta de intervenção arquitetônica pelo IPHAN, sem êxito, dada a ausência de registro de responsabilidade técnica.

em favor da conservação, dada a evidência de lacunas documentais e operativas: projetos arquitetônicos pouco detalhados, na capacidade de serem executados, ausência de mão-de-obra especializada na execução dos serviços e de registros cotidianos (aos moldes de um diário de obras).

A tramitação institucional dos requerimentos pode ocorrer de duas maneiras: os processos simples e os casos especiais. Os processos simples consistem naqueles em que as leis de proteção existentes dão conta de orientarem objetivamente a análise projetual, pelas distintas esferas de atuação. Já os casos especiais correspondem aos processos cujos parâmetros normativos de proteção são omissos na capacidade de orientarem as soluções de projetos ou que estas sejam consideradas de impacto no sítio histórico. Nessas circunstâncias, os processos devem ser submetidos às pautas da CLT, para análise técnica e normativa, com deliberação pelo CPSHO.

3.2.1 Os pareceres técnicos, os documentos auxiliares e as leis de proteção

Seja espontânea ou compulsória, a abertura do processo vai demandar a análise técnica institucional, condizente com os parâmetros normativos de proteção de cada órgão. Enquanto o IPHAN materializa a análise no documento intitulado “Parecer Técnico”, o qual consta de um formato pré-definido¹⁰⁷, a municipalidade se comunica por meio de despachos, a CLT, por meio de um “Parecer”, e o CPSHO, por meio de documento intitulado de “Resolução”. Embora relevantes e respeitados no processo, tais documentos seguem discutidos em sua estrutura, por carregarem deficiências conceituais e operativas, que podem vir a influenciar os objetivos da conservação dos imóveis.

No formato pré-definido do “Parecer Técnico”, do IPHAN, o item “Motivo da Solicitação” apresenta alternativas controversas na capacidade de dar conta da complexidade dos casos requeridos: as intervenções arquitetônicas projetuais podem ser assinaladas como “Reformas ou construções novas” ou “Obras de Restauração” — nenhuma das alternativas, consta o vocábulo “Projeto”, o que soa estranho, dado o requerimento ser deflagrado por peças gráficas projetuais¹⁰⁸. As questões conceituais que envolvem tais alternativas parecem carregar uma

107 Cujo modelo se encontra no Anexo 02, da Portaria nº 420/2010, do IPHAN.

108 Tais classificações projetuais constam descritas no Art. 3º da Portaria nº 420/2010, do IPHAN.

abordagem reducionista e conflitante, na medida em que o conceito de “reforma”, teoricamente, não se aplica a preexistências históricas e cujos instrumentais projetuais são bem distintos dos casos de “nova construção”. Limitações conceituais foram igualmente observadas na classificação das obras de “restauro”, às quais se restringem aos bens tombados isoladamente, não contemplando o casario, que é tido como atributo do sítio histórico, tanto quanto os monumentos religiosos.

No mesmo “Parecer Técnico”, os itens “Estado de preservação” e “Estado de conservação” do imóvel apresentam alternativas em escala de gradação, porém suas respostas não seguem articuladas às orientações contidas na análise projetual. O item “Fundamento Legal” apresenta a referência ao Decreto-lei nº 25/1937, especificamente na citação dos artigos 17º e 18º, enquanto orientadores da análise projetual, a qual segue contida nos itens “Descrição sumária da intervenção” e “Considerações”. A falta de clareza quanto às alternativas dispostas no item “Conclusão”, distribuídas entre proposta de intervenção, anteprojeto e projeto executivo, contribui por sugerir incipiência na conclusão do processo, pela escassa relação entre suas definições e o material que é entregue pelo projetista. Por fim, a relação entre os itens de “Conclusão” e “Aprovação” do projeto foi verificada como conflitante, dada a possibilidade de sinalização de deferimento simultaneamente à autorização para a execução de obras, o que se verificou em alguns casos, quando se torna necessária a prévia interface com a esfera municipal.

Da parte da municipalidade, tem sido comum a descrição e caracterização do imóvel, a tomar como base as plantas do inventário (o qual não contempla todos os imóveis do sítio histórico), o levantamento arquitetônico ou os registros de escritura do imóvel — na ausência desses, o próprio projeto tem servido de referência. Registrada em um despacho, sem formato pré-definido, tal descrição eventualmente se confunde com a análise do projeto, em sua articulação com a lei municipal. Já o “Parecer” emitido pela CLT e a “Resolução” proveniente do CPSHO, embora geralmente claros, limitam-se a uma descrição individualizada dos serviços possíveis de serem executados no imóvel, sem uma visão ampla da intervenção projetual em um sítio histórico protegido, com todas as relações dessa interface.

Na oportunidade em que os pareceres e documentos institucionais referenciam outros documentos, estes foram consultados, para uma melhor compreensão dos argumentos e justificativas apontadas pelos técnicos — o “Roteiro de Apresentação de Projetos” e a “Portaria nº 420/2010”, ambos do IPHAN, bem como os instrumentos normativos das distintas esferas: o Decreto-lei nº 25/1937 e a Rerratificação da Notificação Federal nº 1155, de 1985, ambos federais, e a lei municipal nº 4849/1992¹⁰⁹.

Quanto ao Roteiro de Apresentação de Projetos, foram verificados dois modelos disponibilizados pelo IPHAN, ambos constituídos por um *checklist* a ser atendido: um relacionado a “Projetos de Intervenção para imóveis situados no Sítio Histórico de Olinda” dividido em duas etapas (coleta de dados e o projeto), mais aproximado às demandas do restauro¹¹⁰, e outro voltado para “Reforma ou construção nova”, que apesar de endereçado aos imóveis do sítio histórico de Olinda, abrange demandas completamente alheias às especificidades do restauro, ou seja, poderia ser adotado para qualquer área da cidade. Tais constatações indicam que os procedimentos de análise projetual podem seguir de modos bem distintos, a depender do referencial adotado pelo técnico analista. Assim como o Roteiro para Apresentação de Projetos, a “Portaria nº 420/2010” é mencionada nos Pareceres do IPHAN quando se reivindica a apresentação de materiais complementares à análise, a exemplo de pesquisas e levantamentos documentais e iconográficos.

As leis federal e municipal são adotadas na orientação das análises projetuais, aos moldes de uma “cartilha” — ao mesmo tempo em que se situam como complementares quanto ao entendimento acerca do restauro arquitetônico¹¹¹, posicionam-se eventualmente conflitantes, pelas distintas esferas em que atuam.

109 Cabe ressaltar dois aspectos importantes: (i) os parâmetros normativos de proteção do Decreto-lei nº 25/1937 encontram-absorvidos pelas legislações de proteção específicas de Olinda, o que demonstra seu atendimento; (ii) embora o Plano Diretor de 2004 seja um instrumento normativo com parâmetros para tratamento do sítio histórico, em vigor, ele não é efetivamente adotado.

110 O Artigo 6º da Portaria nº 420/2010, do IPHAN, menciona os documentos para aprovação.

111 No Art. 43, § 2º da lei municipal de proteção, o restauro é entendido como “[...] intervenção de natureza corretiva, que consiste na reconstituição da edificação, recuperando as estruturas afetadas e os elementos destruídos ou danificados, procurando, entretanto preservar os elementos de maior relevância, que foram acrescidos ao longo do tempo, resguardando a história da edificação”, enquanto na lei federal de proteção, “as restaurações arquitetônicas dos imóveis nesta área [Setor A] deverão atender à consolidação e restauração da estrutura original, eliminações dos anexos sem mérito arquitetônico, e realização das adaptações necessárias a uma melhor utilização social sem destruição da ordenação dos espaços e integridade da estrutura. Quando não existir no interior do edifício elementos ou disposições que importem preservar, serão permitidas as modificações que não se reflitam no exterior”. De modo complementar, a Portaria nº 420/2010, do IPHAN, dispõe, no Art. 3º, item VII, que o restauro corresponde a “serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções”.

Enquanto a lei federal menciona as intervenções arquitetônicas enquanto “projetos” e adota o termo “restauração arquitetônica”, a lei municipal as refere como “obras”, com distintos modos de atuação: enquanto a “obra” de conservação indica uma “natureza preventiva”, a de restauração pressupõe “natureza corretiva” (Art. 43), cujas diferenças discorrem em torno de procedimentos operacionais na orientação das soluções arquitetônicas, embora o restauro também assuma uma natureza conservativa, conforme discutido no referencial teórico. Conflitos foram ainda observados na extensão do mesmo Artigo, quando do agrupamento das “obras de reforma ou nova edificação”, cujos parâmetros de “respeitar as características da vizinhança, nos aspectos de volumetria, implantação, forma e densidade de ocupação do terreno, tipo e inclinação da cobertura, materiais de revestimento externo e esquadrias” parecem suficientes. Acontece que a noção conceitual de uma “reforma” é completamente distinta de uma “nova construção”: enquanto uma reforma se destina a alterações físicas em imóveis distantes da valoração cultural, uma nova construção predispõe a adoção de quaisquer relações físico-espaciais, sem preocupações com preexistências¹¹². Ao mencionar as “demolições”, o mesmo artigo restringe “especificamente à eliminação de acréscimos desvinculados do contexto arquitetônico ambiental, ou à necessidade de substituir elementos que serão reconstruídos”. Se por um lado, a eliminação de elementos espúrios possa encontrar guarida em correntes intervencionistas que privilegiam o caráter artístico, a demolição com vistas à “reconstrução” pode se associar àquelas alheias à instância histórica dos bens.

No âmbito do restauro, os Artigos 44 e 45 da lei municipal orientam sobre os acréscimos de áreas e de elementos (e nesse grupo se incluem os anexos), e sobre a manutenção das fachadas e dos telhados, cujas recomendações têm reforçado o cuidado com as relações de vizinhança e a integração com o conjunto no qual se acha inserido. O Art. 25 é claro na proibição do aumento da taxa de ocupação dos imóveis, exceto para adequações sanitárias do Setor Residencial Rigoroso. A preservação do partido de planta se acha explicitamente defendida, em alguns setores, nos casos em que os imóveis o apresentem em condições de integridade arquitetônica, cujos usos permitidos devem se adequar às edificações, e não o contrário. Por outro lado, ainda que conflitante, o Art. 45 abre possibilidades de

112 Conflitos ainda se revelam quando o Art. 52 proíbe novas construções no Setor Residencial Rigoroso (SRR) e no Setor Cultural do Alto da Sé (SCA).

modificações internas nos imóveis, desde que não se reflitam no exterior, o que evoca uma postura prevalente à harmonia da paisagem. Na lei federal, orientações similares foram válidas para os imóveis pertencentes ao Setor A.

Apesar de o Setor B, na lei federal, reunir a menor densidade monumental, ainda é possível observar a recorrência do casario secular, o que igualmente demanda ações cuidadosas, embora mais permissivas: “para as construções existentes, deve-se proceder à restauração arquitetônica ambiental que consiste na manutenção ou restauração da volumetria e das fachadas originais”, em clara prevalência aos aspectos externos, sobre os internos, inclusive para os casos de “novas construções”. Tais orientações não significam um livre arbítrio às transformações ou alterações bruscas de usos e de partidos de plantas, ao invés disso, o item V, que apresenta diretrizes comuns aos Setores A e B, corrobora a sensibilidade quanto à manutenção do partido de planta e do tipo arquitetônico primitivo. Nos casos de novas construções, no Setor B, elas “deverão se pautar pela média existente na tipologia da vizinhança próxima”, o que torna a ação projetual passível a interpretações diversas, dada a possibilidade de condição irregular na vizinhança imediata. Nesses casos, torna-se imprescindível uma demonstração do comportamento físico-espacial do imóvel na vizinhança, por meio de representações gráficas (levantamentos, fotografias, projetos, maquetes digitais), para fins de aferições mais acuradas, na visão de conjunto. Porém, tais procedimentos analíticos raramente ocorrem, dada a limitação do material disponibilizado, que foca unicamente na representação do imóvel em processo de intervenção arquitetônica.

No que se refere aos procedimentos metodológicos do projeto arquitetônico de restauro, o parágrafo único do Art. 44, da lei municipal, reforça a necessidade de busca aos materiais auxiliares, demonstrados pelas pesquisas documentais, para fundamentação das soluções projetuais, o que as aproxima de uma abordagem filológica do restauro, a se afastar de fundamentos fantasiosos: “a restauração das edificações deverá ficar condicionada à existência de documentação ou indícios no local, devendo o projeto ser precedido por pesquisa histórica e arqueológica”.

Embora tais instrumentos normativos de proteção sejam considerados relevantes e capazes de orientar o desenvolvimento de projetos arquitetônicos de restauro no casario do sítio histórico de Olinda, as inferências ora levantadas

demonstram incipiência na abordagem conceitual, que pode se desdobrar em ações arbitrárias sobre os bens culturais. Principalmente quando tais conflitos conceituais permanecem nos pareceres técnicos, os quais podem fragilizar a condução da intervenção projetual, a exemplo de soluções arquitetônicas, quando analisadas pela relação antigo-novo. Ao constar afiliado a uma ou outra corrente intervencionista, o projeto de restauro deve adotar as noções adequadas, sob pena de evocar interpretações divergentes e distorcidas, cujos comprometimentos na concepção e na análise projetual podem soar estranhos. Nesses termos, é possível reconhecer a relevância que assume o conhecimento aprofundado nas teorias e recomendações do restauro e nos tipos arquitetônicos de sítios históricos, de modo que possam apoiar efetivamente a atividade projetual, ao lado das leis de proteção.

3.3 Classificação e Caracterização dos Projetos

A pesquisa documental sobre as intervenções arquitetônicas projetuais no casario do sítio histórico de Olinda buscou compreender e caracterizar as alternativas projetuais, no sentido de verificar possíveis reflexos das filiações teóricas, assim como recorrências ou rupturas, quando do atendimento às demandas ambientais, programáticas, funcionais e tecnológicas dos proprietários e usuários dos imóveis. Não ocorreram ausentes de tensões, sejam com os atributos físicos e imateriais que qualificam o tipo arquitetônico do casario olindense, com os parâmetros normativos de proteção ou mesmo com os passos metodológicos do restauro.

As recorrências das soluções projetuais foram concentradas na exploração da capacidade construtiva do imóvel, revelada nas seguintes situações: (i) internamente, por meio da introdução de mezanino ou de pavimento superior no corpo primitivo do imóvel, geralmente acompanhada de rearrumações dos cômodos, introdução de instalações sanitárias de banheiros e de eventual abertura de água-furtada na cobertura e/ou (ii) externamente, pela construção de anexos nos fundos dos lotes, tradicionalmente possíveis para as instalações sanitárias, mas ampliados para ambientes diversos, tais como salas, quartos, ateliês, oficinas, entre outros, a tirarem partido do relevo. Ainda que demonstrem alternativas projetuais diversas, não há uma predisposição a uma situação constar mais bem resolvida do que outra. As contribuições à conservação vão depender

do modo como as soluções arquitetônicas e estruturais são resolvidas no projeto de restauro, em seus parâmetros compositivos e materiais, técnico-conceituais e normativos.

Em uma tentativa de ilustrar tais inferências — sem reduzir a complexidade da atividade projetual, seguem apresentados desenhos esquemáticos de soluções projetuais observadas no casario de Olinda, restritos a simulações volumétricas/espaciais, como interpretações dos projetos consultados. Para demonstração, foi escolhido o tipo arquitetônico meia-morada (Imagens 71 e 72)¹¹³.

Nos esquemas gráficos, é possível observar a introdução de anexos construtivos (em azul), ora ocupando a testada da fachada posterior, com possibilidade de permanecerem térreos ou criarem porões (em laranja), com o aproveitamento do desnível do relevo, e prolongamentos construtivos (em rosa), além de eventuais aterros (em preto). Também seguem demonstradas soluções de mezanino (em amarelo), com eventuais prolongamentos na parte principal e/ou posterior do imóvel, os quais podem caracterizar um pavimento superior e ainda demandar intervenções na cobertura, a exemplo de águas-furtadas (em amarelo). Soluções de adensamento construtivo com a introdução de novas construções, descoladas do casario, bem como a introdução de caixas d'água aparentes nas cobertas consistem em casos igualmente verificados.

Para além da identificação das pressões pelo adensamento construtivo representado em tais alternativas projetuais, que afetam em transformações tipológicas, a constatação do aumento da capacidade de carga no imóvel torna-se um conflito tão comprometedor à conservação, quanto o descaso ou a má compreensão das teorias do restauro e dos parâmetros normativos de proteção. Por outro lado, ainda é possível observar que os elementos físico-espaciais contidos entre a fachada principal e a linha de cumeeira da cobertura, o que corresponde a 1/3 ou 1/2 do corpo primitivo do imóvel, constituídos pela fachada principal, sala principal e cobertura frontal, foram aqueles que asseguraram um maior grau de integridade, pela ausência de intervenções arquitetônicas sobre os mesmos. Muito provavelmente, a relação mais direta que resguardam com o espaço público

113 De modo geral, configura-se pela implantação que ocupa os limites laterais e frontal do lote, com salas principal e posterior e alcovas na sua porção central, com corredor lateral, em que o sistema construtivo da cobertura é caracterizado por duas águas e cumeeira paralela à rua, com estrutura de madeiramento e telha canal, em cerâmica, em inclinação em torno de 40 a 45%. Existe ainda a possibilidade de dispor de anexos, no fundo do lote, com quintais e vegetação.

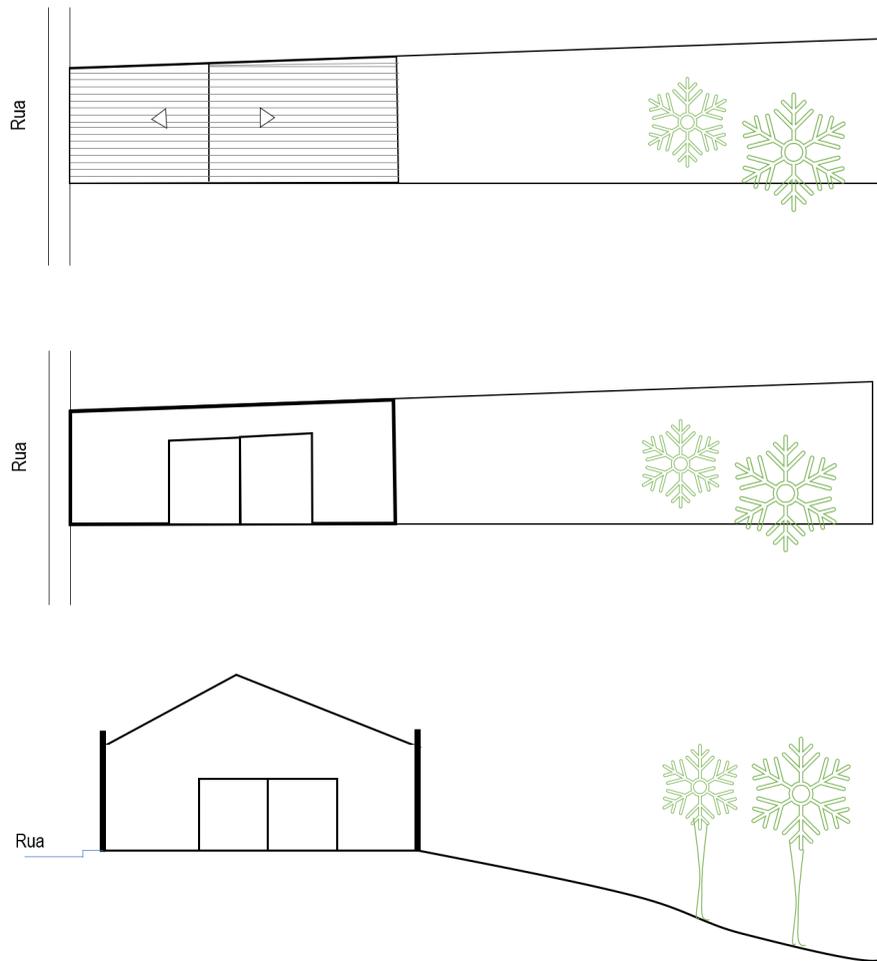


Imagem 71 Desenho esquemático do tipo meia-morada.
Fonte: Autora.



Imagem 72 Esquemas gráficos de alternativas projetuais de adensamento construtivo, observadas na documentação processual do tipo meia-morada.
 Fonte: Autora.

da rua tenha motivado o distorcido entendimento de que sua manutenção, representada pela indiferença projetual, seria suficiente à conservação do casario como um todo, o que abria possibilidades de transformações diversas na sua parte posterior.

Para a compreensão dos projetos, tanto em caráter geral, como mais aprofundado, seguem explicitados os modos de ocorrência de sua análise pelos atores institucionais (representante do IPHAN, da municipalidade e do Conselho de Preservação), na consideração dos aspectos tidos por eles como relevantes. Também foram realizadas inferências acerca do domínio do tema pelo profissional projetista, bem como a eventual convergência das categorias operativas no âmbito dos pareceres institucionais, dos memoriais descritivos dos projetos, bem como das peças gráficas relativas às soluções projetuais nos imóveis. Tal esforço objetivou a consolidação das categorias, a fim de mais bem fundamentar a subsequente proposição de avaliação de projetos de restauro. Por fim, são exploradas três intervenções arquitetônicas projetuais, em seus aspectos gerais e nos detalhes, de modo a discorrer inferências sobre esse rico material.

3.3.1 Tratativas institucionais na análise dos projetos

Com o entendimento de que a análise técnica institucional dos projetos era iniciada com a entrada do material em uma das esferas de atuação, o IPHAN ou a municipalidade, o qual deveria conter os documentos gráficos e textuais necessários à fundamentação da proposta, a conferência quanto ao atendimento aos procedimentos metodológicos que dizem respeito às etapas pré-projetuais situava-se na deflagração da ação. A identificação do programa de necessidades, o atendimento à legislação de proteção, a conferência às pesquisas complementares, inclusive teóricas, o levantamento físico da edificação, seu estado de conservação, entre outros aportes tornam-se relevantes para a constituição da base de conhecimento do bem, para as demandas projetuais (Barreto e Milet, 2010).

Nos processos pesquisados, foi possível verificar uma quase ausência dos materiais auxiliares, que deveriam ser reunidos pelo responsável técnico projetista: a documentação era limitada ao projeto e raramente constavam as pesquisas complementares (arqueológica, histórica, iconográfica), nem o

memorial descritivo ou o levantamento arquitetônico do imóvel¹¹⁴. Também foram observadas lacunas quanto à identificação tipológica, ao diagnóstico do estado de conservação do bem e à confecção de mapas de danos. Quando da existência de memorial descritivo do projeto, não foram encontradas referências à literatura especializada do restauro, a exemplo das Cartas Patrimoniais e dos teóricos, que pudessem contribuir na explicação e justificativas das soluções arquitetônicas adotadas — lacuna comum aos atores institucionais, quando da fundamentação de seus pareceres.

Por vezes, registros avulsos desses materiais, sem constarem problematizados em uma pesquisa ou relatório pelo autor do projeto, eram encontrados nos processos e explorados, pelos técnicos, na fundamentação das análises, o que ainda pareceu contributivo aos imóveis. Os relatórios fotográficos resultantes de visitas técnicas e/ou de fiscalizações, por vezes, realizadas conjuntamente entre as instituições, é que foram potenciais documentos para melhor conhecimento do bem, diante da eventual ausência de fidelidade na representação gráfica dos projetos — problema consensualmente apontado pelas instituições de proteção. No mais das vezes, o que se constatou foi uma descrição limitada aos parâmetros normativos de proteção, local e federal, do sítio histórico de Olinda, como norteadores.

Por parte do IPHAN, em alguns casos, foi verificada a solicitação de apresentação do projeto de restauro da fachada principal dos imóveis, assim como o CPSHO orientou a consulta ao “Laboratório de Restauro” da municipalidade, para diretrizes acerca do tratamento nas fachadas históricas, o que parece não ter acontecido, dada a ausência de registro dessa entidade, nem mesmo do referido projeto de restauro¹¹⁵. Possivelmente, o descaso com a manutenção da fachada principal e a eventual adoção de materiais de revestimentos e cores alheios ao caráter histórico e artístico do conjunto arquitetônico olindense tenham emanado inquietações dos atores institucionais, mas que se constituíram fragmentadas.

114 Documentos solicitados na Portaria nº 420/2010 do IPHAN.

115 É de se notar que uma das preocupações com a manutenção da fachada principal dos imóveis pesa sobre as interferências provocadas pela CELPE para a introdução dos medidores de energia. Por volta de 2015, em uma reunião entre o IPHAN e a CELPE, foi apresentada uma experiência de leitura de medidores de consumo à distância, em substituição às interferências físicas nas fachadas principais do casario, enquanto projeto piloto denominado de Boas Práticas, muito embora não se tenha conhecimento sobre seus desdobramentos.

Nos casos em que os projetos apresentaram soluções pouco comuns ao sítio histórico de Olinda, a exemplo da instalação de piscinas e de placas solares fotovoltaicas¹¹⁶, o IPHAN orientou pela realização de estudos complementares aprofundados, para fins de embasamento da proposta e de minimização de possíveis impactos no contexto da preservação. Embora não pareça relevante, mas tais demandas têm sido eventualmente solicitadas ao licenciamento, cujo procedimento adotado para a análise do projeto foi a consulta a “casos semelhantes” ou a experiências precedentes, sobretudo em outros sítios históricos brasileiros, na identificação de posturas já enfrentadas, quando o parâmetro normativo era omissivo.

Nas situações em que eram alertados problemas de ordem estrutural ou de comprometimento da estabilidade do imóvel ou do solo, coube à municipalidade a emissão prévia de licenças para a execução dos serviços de estabilização, os quais, por vezes, foram embasados por descrições em laudos técnicos estruturais, ao invés de serem resolvidos em projetos. Tampouco as soluções emergenciais quando adotadas pareceram em sintonia com a condição singular das preexistências históricas, em conservação de seus atributos espaciais e compositivos.

Apesar de os documentos auxiliares à fundamentação e análise do projeto serem solicitados pelos atores institucionais, as lacunas permaneciam e não eram capazes de intimidar o deferimento do projeto, o qual geralmente ocorria, mesmo sem o embasamento consistente, enquanto constatações que contribuem por configurar um quadro de fragilidades diante da permanência valorativa dos bens. A constatação de uma relação de cumplicidade e de aliança institucional no posicionamento técnico parecia ainda fortalecida quando os pareceres técnicos do IPHAN tenderam a seguir a resolução do CPSHO ou orientam seu acompanhamento, extensivo ao olhar da municipalidade. Da parte do CPSHO, é de se notar a corroboração aos documentos técnicos advindos da SEPAC e do IPHAN, para fundamentação das deliberações, de modo a minimizar conflitos. Mesmo nos casos de divergências dos parâmetros normativos, nas distintas esferas, parece ter havido uma gentileza ou reconhecimento de uma ou outra instância, em uma relação de compartilhamento de responsabilidades. Também foi notada a prevalência do carimbo de aprovação do CPSHO, para depois haver o do IPHAN,

116 Sobre as placas fotovoltaicas no sítio histórico de Olinda, consultar Barreto e Milet (2021).

em um possível movimento de legitimação final pela esfera federal, que é a de maior competência.

Para aprofundamentos acerca das intervenções arquitetônicas projetuais no casario de Olinda, foi realizada a análise e interpretação de cada categoria operativa da pesquisa, entre os processos catalogados, a partir da análise dos pareceres técnicos e das documentações anexadas, em articulação ao material gráfico dos projetos. Cabe destacar a inserção das vulnerabilidades como categoria igualmente considerada, também explorada.

As inferências foram extensivas às recorrências do papel desempenhado pelos atores sociais, cujas interpretações acerca da análise dos projetos foram eventualmente destacadas.

(i) Categoria de análise: Atributos

Os atributos dizem respeito aos predicativos específicos do bem, materiais ou imateriais, relevantes na sua condição de preservação cultural, dado os aspectos simbólicos e identitários. Consistem nas qualidades identificadas no imóvel e no sítio histórico, cujo projeto arquitetônico de restauro e pareceres técnicos institucionais devem ser capazes de reivindicarem sua preservação.

Da parte do responsável técnico do projeto, os atributos do sítio histórico de Olinda e do casario foram eventualmente ressaltados no memorial descritivo do projeto e nas pesquisas complementares — ainda que tenha sido notada a escassa existência desses materiais, o que torna discutível o domínio da temática pelo profissional.

Dentre os atributos materiais mais comumente identificados pelos atores institucionais, pôde-se observar a referência à tipologia, em sua configuração primitiva, com descrições acerca da disposição dos cômodos, em seu partido de planta, volumetria, inclinação da coberta, materiais e sistema construtivo, além da fachada principal, na manutenção de suas feições. A paisagem histórica, os quintais e as árvores assumiram registros isolados, principalmente quando os pareceres institucionais rejeitavam o adensamento construtivo pelo aumento da taxa de ocupação nos lotes. Em alguns casos foi mencionada a qualidade da ambiência histórica, pelos técnicos institucionais: quando da proximidade a

equipamentos de destaque¹¹⁷ ou tombados isoladamente e quando da proposta de introdução de placas solares fotovoltaicas na cobertura de um imóvel¹¹⁸. Nesse caso específico, a análise técnica do IPHAN demandou estudos para a verificação de possíveis impactos na percepção do sítio histórico.

Um dos processos trouxe registro acerca das dimensões imateriais do imóvel, representadas nas atividades de natureza artística-cultural (ateliê) nele desenvolvidas, em sua relação no sítio histórico de Olinda: ao mesmo tempo em que promoveu seus atributos valorativos, o autor do projeto buscou a corroboração do deferimento para soluções arquitetônicas especiais:

Considerando que o proprietário e morador desenvolve no local (no imóvel), há mais de trinta anos, suas atividades artísticas na criação, confecção e exposição dos famosos ‘Bonecos de Olinda’, sendo reconhecido nacional e internacionalmente, que contribui efetivamente para o desenvolvimento artístico e cultural da cidade, com um considerável acervo de realizações, encontra-se também na proposta os locais de trabalho adequados ao exercício de suas atividades como sejam escritório, estar, salão de exposição e principalmente oficina, onde se materializa o fruto da criação e do talento artístico (Memorial descritivo do responsável técnico, relativo ao imóvel da Rua do Amparo, nº 45, em Olinda).

Embora seja louvável a oportunidade de o imóvel agregar significações culturais, elas não devem ser usadas como justificativas na condução de intervenções arquitetônicas à revelia, oriundas de processos irregulares, a materializar descaracterizações do partido de planta e da cobertura, cortes no terreno, ocupação de quintais e introdução de novos volumes impuros, como foi o caso em questão.

Raramente, a condição de moradia era registrada como atributo, sendo mais facilmente defendida quando o compartilhamento com os usos de hospedagem, pousada, atelier significava uma alternativa de viabilização econômica. Apenas uma das análises técnicas salientou a condição da “casa como patrimônio arquitetônico”¹¹⁹, no sentido da preservação material, o imóvel, e imaterial, o uso. Por outro lado, uma das análises da municipalidade reconheceu um protagonismo do corpo primitivo do imóvel em relação aos anexos: “o imóvel apresenta partido de planta preservado, bem como a relação hierárquica corpo principal/ anexo lateral”¹²⁰, o que é importante de ser considerado, quando analisadas as fases construtivas do bem, mas tem passado despercebido nos pareceres técnicos.

117 Processos dos imóveis situados na Rua Bernardo Vieira de Melo, nº 03, próximo à Capela de São Pedro Advincula, e nº 34, vizinho ao Mercado da Ribeira.

118 Processo do imóvel situado na Rua Prudente de Morais, nº 386.

119 Processo do imóvel situado na Rua do Amparo, nº 45.

120 Processo do imóvel situado na Rua do Bonfim, nº 351, em Parecer datado de setembro/2017.

Ainda que fosse registrada a preocupação com a identificação e conservação dos atributos valorativos dos bens, por vezes, as conclusões dos pareceres técnicos não retomavam essa circunstância; e, quando retomavam, ocorriam de modo fragmentado, analisadas em sua individualidade e pouco referenciados enquanto um todo tipológico. O fato de a municipalidade se restringir, no mais das vezes, a descrições dos programas de necessidades, ainda que fossem minuciosas, configuravam-se reducionistas diante dos atributos do bem, enquanto postura similarmente assumida pelas análises técnicas da CLT e do CPSHO. Portanto, infere-se que as incipientes demonstrações de domínio sobre a identificação dos atributos do sítio histórico de Olinda, constantes nos pareceres técnicos, tornam as posturas institucionais aquém da necessidade de intimidação das perdas valorativas.

Em interpretação à base projetual, é possível perceber uma maior probabilidade de permanência (integridade) da fachada principal do que qualquer outro elemento (atributo) arquitetônico/ ambiental no casario de Olinda — mais por não constarem referências projetuais às mesmas. Tais indícios podem indicar uma relevância das fachadas principais em detrimento aos demais elementos, mas também o seu descaso no enfrentamento do restauro¹²¹. Por outro lado, os atributos mais vulneráveis à descaracterização são a fachada posterior, a taxa de ocupação, a topografia e os componentes vegetais, dada a recorrência indiscriminada dos acréscimos de área construída na parte posterior do imóvel.

(ii) Categoria de análise: Reconhecimento / Valoração

O reconhecimento e valoração dizem respeito à condição de preservação institucional do bem, com a identificação de seus devidos valores patrimoniais, de modo que seja possível perceber em que medida foram ou não considerados pelo responsável técnico projetista e pelas instituições de proteção — situa-se em posição de deflagração da ação do restauro.

Da parte do responsável técnico projetista, quando da existência do memorial descritivo do projeto, raramente são identificados os valores patrimoniais do

121 Tais inferências podem parecer contraditórias, quando se observa a recorrência das pinturas artísticas em algumas fachadas do casario do sítio histórico de Olinda ou mesmo o uso de cores vibrantes, o que significa afirmar que tais intervenções físicas não seguiam formalizadas nos projetos, para análise e aprovação institucional.

sítio histórico ou registrada a setorização de proteção do imóvel, em relação às legislações, enquanto condições formais de reconhecimento à preservação cultural. Portanto, tal categoria de análise tem permanecido alheia aos registros projetuais.

No âmbito institucional, técnicos do IPHAN têm registrado o reconhecimento do bem e sua valoração por meio da referência à Rerratificação da Notificação Federal nº 1155/1985, nas informações técnicas, com destaque para o setor ao qual o imóvel pertence e transcritos seus parâmetros normativos, enquanto atitude comum à municipalidade, embora sua referência seja em relação à legislação local de proteção. O reconhecimento municipal, quando ocorre, segue extensivo à descrição do imóvel, em seu programa de necessidades, com a referência ao inventário, ao levantamento arquitetônico e à certidão/escritura do imóvel. Eventualmente, podem ser observados registros de “acervo arquitetônico e urbanístico da cidade de Olinda”, enquanto modo de reconhecimento institucional do bem. Pelo fato de os pareceres da CLT e das resoluções do CPSHO serem mais caracterizados pelos registros dos serviços que podem constar no projeto de restauro, em nenhum dos casos explorados se observou menções ao reconhecimento ou valoração do bem, por parte dessas instâncias.

A escassez de registros relacionados ao reconhecimento e valoração dos bens culturais de Olinda, tanto da parte do profissional projetista, quanto dos atores institucionais, pode sugerir uma legitimação da condição institucional de proteção que o sítio histórico já acumula, enquanto situação “congelada” no tempo. Não foram identificadas contestações do atual quadro da salvaguarda cultural, seja na reivindicação de novos valores e significados ou mesmo de perdas valorativas. Portanto, infere-se que a aparente indiferença quanto ao caráter dinâmico da valoração e significação dos bens culturais de Olinda pode oferecer limitações ou prejuízos à conservação.

(iii) Categoria de análise: Relação antigo-novo

A relação antigo-novo se caracteriza pelo modo de composição que se estabelece entre as soluções arquitetônicas propostas e as estruturas preexistentes, na oportunidade de acomodação das demandas dos proprietários e usuários dos

imóveis, com o menor impacto possível sobre os atributos e valores patrimoniais dos bens culturais, que se pretende preservar. Deve estar fundamentada na corrente teórica adotada para o restauro e fazer uso da linguagem projetual que dela deriva.

Da parte do responsável técnico do projeto, um caso que referenciou objetivos de equacionamento de perdas de integridade e autenticidade do imóvel e sua relação com o contexto, apesar de configurar um plágio ao texto normativo municipal, justificou: “respeitando as características da vizinhança nos aspectos de volumetria, implantação, inclinação da coberta, materiais de revestimento e esquadrias”¹²². Tais argumentos subsidiaram as soluções arquitetônicas de aberturas de vãos na empena lateral do imóvel, que se situa em esquina, para fins de melhoria ambiental em compartimentos internos. Embora essa não tenha sido uma solução primitiva do imóvel, cuja razoável inclinação da coberta permite tal exploração, ela foi conduzida em caráter de diálogo formal e compositivo com os imóveis do entorno, sobretudo com a Igreja do Bonfim, situada na vizinhança imediata do imóvel. Postura mais inclinada à valorização dos aspectos estéticos, em detrimento dos históricos, também foi demonstrada no mesmo projeto, por meio da “eliminação de acréscimos desvinculados do contexto arquitetônico e na modificação das fachadas para restabelecimento de elementos compositivos que foram retirados e/ou transformados ao longo do tempo”¹²³, justificada pelo autor do projeto. Embora tais afirmações não definam objetivamente a filiação teórica com a qual o profissional buscou dialogar na composição arquitetônica, nem indiquem antecipadamente se tratar de uma solução qualitativa ou não, estende-se que a análise deve constar articulada com a solução projetual adotada e sua relação com a preexistência.

Em outro processo, um despacho da municipalidade registrou críticas quanto à ausência da proposta de “retorno da coberta do corpo principal à volumetria do inventário da década de 1980”¹²⁴. Se por um lado, demonstra um incentivo institucional à composição arquitetônica favorável ao diálogo contextual, embora sem indicações operativas do projeto, por outro, pode sugerir filiações teóricas à corrente estética ou crítica do restauro, a depender do modo como ela vai ser

122 Processo de imóvel situado na Rua do Bonfim, nº 351.

123 Processo de imóvel situado na Rua do Bonfim, nº 351.

124 Processo de imóvel situado na Rua do Amparo, nº 45.

resolvida arquitetonicamente. No memorial descritivo, o responsável técnico aderiu ao pleito institucional, por meio do “retorno à forma original, obedecida a volumetria”¹²⁵, cujos estudos passaram por diversas alternativas, com formas, inclinações e extensões distintas na cobertura, mas com o uso da estrutura de madeira e telha cerâmica. O resultado, no entanto, foi escolhido em função da capacidade financeira que o proprietário do imóvel poderia executar, o que levanta questionamentos acerca do viés da conservação que é possível.

Com soluções projetuais conservativas, argumentações consistentes do responsável técnico pareceram razoáveis para o sobrado-inteiro nº 78 na Rua de São Bento, que consistiu em um restauro, para manutenção do uso residencial unifamiliar, dada a sua condição de abandono:

Por fim, acreditamos que este projeto de intervenção resguarda a história da edificação, respeitando as suas características tipológicas e mantendo os valores arquitetônicos tradicionais e contemporâneos dialogando entre si em harmonia, contribuindo para valorização e o prolongamento da identidade lugar agregando valor ao sítio histórico.¹²⁶

Embora sem muita clareza textual acerca das soluções arquitetônicas adotadas no imóvel, a análise da relação antigo-novo revela-se com tendências conservativas e de diálogo com a preexistência, em que essa permaneceu em condição de protagonismo, cuja permanência da primitiva função do imóvel contribuiu para as condições de integridade.

Um caso que registrou distorções teóricas na solução arquitetônica adotada, resolvida em negociações entre o autor do projeto e o IPHAN, foi a intervenção física no prédio dos Correios, imóvel de destaque, solto no lote, situado na Praça João Pessoa. Com objetivos de proteção ao vandalismo nas fachadas, a solução arquitetônica propunha a instalação de gradil de ferro no perímetro de toda a edificação, afastado em torno de 1,00 metro, avaliada pelo IPHAN como hostil ao contexto do sítio histórico: “a intervenção provocaria interferência negativa na paisagem através da inserção de elemento contemporâneo (gradil em aço) em torno de todo o perímetro da edificação, prejudicando a tradicional integração da arquitetura com a praça, a orla e as vias e calçadas”¹²⁷. Uma alternativa aventada

125 Processo de imóvel situado na Rua do Amparo, nº 45.

126 Processo de imóvel situado na Rua de São Bento, nº 78, constante no memorial descritivo do responsável técnico do projeto.

127 Processo de imóvel situado na Rua de São Bento, nº 78, constante no Parecer nº 05/2021, datado de 25/02/2021, do IPHAN.

pelo requerente foi a execução de pintura artística nas fachadas, como meio de intimidação ou de disfarce às pichações. No entanto, o deferimento do IPHAN legitimou a permanência da solução do gradil no perímetro do imóvel, exceto na extensão da fachada principal, como se essa interrupção fosse suficiente à garantia das relações compositivas, espaciais e de harmonia do projeto com o bem e também com o sítio histórico. Trata-se de uma solução reducionista, ao privilegiar a fachada principal como protagonista, tornando-se pouco empática à extensão da convivência social no sítio histórico.

Na abrangência dos processos de intervenções arquitetônicas projetuais estudados, foi verificada uma escassa referência aos preceitos das cartas patrimoniais, aos estudos de especialistas e aos princípios do restauro. Não se sabe se são discutidos verbalmente quando das reuniões técnicas e não se materializam nos registros textuais, nem nos projetos, ou se realmente constam marginalizadas das atividades de concepção e de análise dos projetos. O fato é que tais lacunas parecem favorecer descaracterizações ou dissonâncias compositivas. Portanto, é possível afirmar que a inconsistência do domínio teórico, pelos projetistas e atores institucionais, acerca da postura projetual a ser conferida na relação antigo-novo do sítio histórico de Olinda, seja entre o projeto e o imóvel e dele para com o sítio histórico, somada à quase ausência dos princípios do restauro, pode comprometer a sua conservação. A falta de representação gráfica e analítica acerca dessas relações levou ainda à constatação da necessidade de fortalecimento da visão de conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, quando da atividade projetual, sejam na ação de concepção, por parte do projetista, seja na atividade de análise dos projetos, por parte das instituições.

(iv) Categoria de análise: Princípios do Restauro

Os princípios do restauro dizem respeito às diretrizes teóricas e operativas que podem subsidiar os projetos, nas soluções arquitetônicas, as quais podem sinalizar as preocupações com a mínima intervenção, a reversibilidade, distinguibilidade, compatibilidade físico-química.

Ao mesmo tempo em que a análise dos documentos buscou a referência textual aos princípios do restauro, foi extensiva à identificação da sua aplicabilidade nas soluções arquitetônicas projetuais, dado que apenas os discursos não são capazes

de garantirem a efetiva conservação dos bens. Como resultado, foi constatada a ausência, quase unânime, dos princípios do restauro no conteúdo dos projetos e dos documentos técnicos, sejam as peças gráficas, o memorial descritivo do projeto ou os pareceres técnicos.

Da parte do arquiteto projetista, na existência do memorial descritivo, foi possível observar referências superficiais relacionadas à busca pela integridade das estruturas antigas e por alternativas de manutenção da sustentabilidade do imóvel, esta como justificativa para o compartilhamento do uso de hospedagem junto ao uso habitacional, no viés do incremento do turismo¹²⁸.

Da parte do IPHAN, pareceu mais comum a orientação quanto à conciliação físico-espacial entre as novas demandas projetuais de programas de necessidades e as estruturas preexistentes. Em apenas um caso foi registrada a intenção de reversibilidade de soluções arquitetônicas¹²⁹, mas sem a exata adoção deste termo, assim como em apenas um caso foi mencionada a predisposição à integridade física e arquitetônica do bem, com o reconhecimento da permanência do uso habitacional e do modo de vida tradicional¹³⁰ — ambas situações promovidas pelo responsável técnico e com certa convergência entre os discursos e a aplicabilidade nas soluções projetuais. Também em apenas um caso, o parecer do CPSHO registrou a preocupação com a distinguibilidade e autenticidade material¹³¹, enquanto não foram registradas referências aos princípios do restauro, pela municipalidade.

Tais constatações revelam um certo distanciamento do referencial teórico dos princípios do restauro no âmbito da concepção e análise dos projetos de restauro no casario do sítio histórico de Olinda, cujos reflexos na conservação podem ser comprometidos.

(v) Categoria de análise: Vulnerabilidades

Com base nas pesquisas exploratórias acerca do perigo de deslizamentos das colinas históricas de Olinda e diante da recorrência das soluções projetuais no casario associadas ao aumento de área construída, no mais das vezes, sem quaisquer previsão de projetos estruturais ou mesmo da preocupação acerca

128 Processo de imóvel situado na Rua do Bonfim, nº 351.

129 Processo de imóvel situado na Rua do Bonfim, nº 351.

130 Processo de imóvel situado na Rua de São Bento, nº 78.

131 Processo de imóvel situado na Rua de São Bento, nº 78.

da compatibilização físico-química entre a preexistência e as novas propostas, entende-se que tal panorama se configura como um problema a ser enfrentado no âmbito do projeto de restauro.

Sob a justificativa de aproveitamento do elevado pé-direito e de preservação da taxa de ocupação do imóvel, o adensamento construtivo pela introdução do mezanino abriu possibilidades às demandas programáticas e funcionais, desde que atendessem aos limites das antigas alcovas, sob pena de comprometer atributos relevantes do tipo arquitetônico, como a espacialidade, a ambiência interna e a percepção da telha vã¹³². Certas soluções de mezanino, pela extensão assumida sobre a sala (principal ou posterior), ainda resultavam em alterações da inclinação da cobertura, para garantir altura de pé-direito útil, o que impactava na manutenção da declividade tradicional do telhado e na visão harmônica do imóvel no conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico do sítio histórico de Olinda. Os casos que configuravam a extensão de um pavimento superior, ao invés de mezanino, ocasionaram, eventualmente, a criação de terraço descoberto, com desconfiguração do telhado¹³³. Para além das interferências na ambiência interna do bem, materializadas nas transformações da especialidade, bem como na ausência de compatibilização material e compositiva entre o projeto estrutural (quando existe) e a condição de preexistência histórica, menciona-se a influência das sobrecargas então introduzidas, o que afeta a estabilidade estrutural e potencializa anomalias.

De modo simultâneo, ou não, o adensamento construtivo extensivo aos quintais, por vezes, tem desconsiderado as fachadas posteriores e as transformado em meras paredes internas do imóvel, sem referência projetual, em subestimação à sua função primitiva no imóvel — o que tende a impactar na forma e inclinação da cobertura posterior. A topografia acidentada do relevo tem permitido o aproveitamento dos declives para a introdução de pavimento inferior, que pode ocupar toda a largura do lote, aos moldes de um porão. Além de tais soluções interferirem na disponibilidade do solo permeável e da cobertura vegetal, bem como ameaçarem

132 Embora a legislação municipal de proteção estabeleça os limites das antigas alcovas como a extensão máxima dos mezaninos, por vezes, eles não eram respeitados.

133 De acordo com depoimento de uma técnica municipal, constante na pesquisa do manual *Conservar* (2010), “muitas descaracterizações das cobertas acontecem por causa do carnaval, porque as pessoas querem ter um mirante para observar a festa, então muitas cobertas foram abertas e modificadas suas inclinações para a criação de terraços”, o que demonstra a relação intrínseca entre os bens materiais e imateriais do sítio histórico.

a estabilidade do imóvel e de seu relevo, quando não compactados, os extensivos anexos igualmente interferiam na qualidade ambiental do corpo primitivo do imóvel, o que tem levado a soluções arquitetônicas de abertura de água-furtada na cobertura posterior, para fins de areação e iluminação natural dos compartimentos internos. Muito provavelmente, por não participarem diretamente da visibilidade descortinada do logradouro principal do imóvel, tais tipos de intervenções exploratórias, aliadas à introdução de caixas d'água superiores e de antenas parabólicas, ambas expostas na cobertura posterior, ganharam força nos fundos dos lotes, a acelerarem o grau de descaracterização de elementos igualmente relevantes no tipo arquitetônico e na sua relação com a paisagem cultural.

Acontece que o caráter acidentado do relevo do sítio histórico de Olinda favorece a permeabilidade visual descortinada dos mirantes naturais, os quais também constituem atributos de preservação e tornam visível a percepção das várias descaracterizações, mesmo que restritas à volumetria e aos fundos dos lotes. Ademais, quando se analisa a composição arquitetônica entre o corpo primitivo do imóvel e os subsequentes adensamentos construtivos dos quintais, percebe-se uma postura desonesta, e mesmo desrespeitosa, diante das preexistências históricas, as quais deveriam protagonizar o desfrute cultural e paisagístico, mas terminam por assumirem um papel amesquinhado diante da área ampliada, conforme pode ser sintetizado no desenho esquemático abaixo (Imagem 73). Para além dos riscos de descaracterizações, tais circunstâncias acentuam os riscos do deslizamento de encostas, já identificados em pesquisas exploratórias, com sérias repercussões no entorno. Nos casos dos imóveis cujo relevo encontra-se em aclave, o adensamento construtivo se concentra em seu interior, com pouca exploração dos quintais.

Os riscos estruturais, aparentemente silenciosos no enfrentamento dos processos de intervenções projetuais no casario de Olinda, constituem um viés fundamental de ser acolhido no âmbito do projeto de restauro, cujas tensões nas preexistências históricas são a mais diversas e com sérias consequências. A comum condição de ociosidade, ou mesmo de abandono, de alguns dos imóveis do sítio histórico de Olinda tem demandado notificações ao proprietário, pelo poder público, de modo a providenciarem soluções de estabilidade estrutural, pelo risco de desabamento que ocasionam no imóvel e no entorno imediato. No entanto, as respostas têm se resumido à emissão de laudos técnicos ou, quando muito, à projetos estruturais de engenharia, cujo perfil do responsável técnico não satisfaz ao domínio do campo do restauro. Se por um lado, podem vir a equacionar os problemas de falta

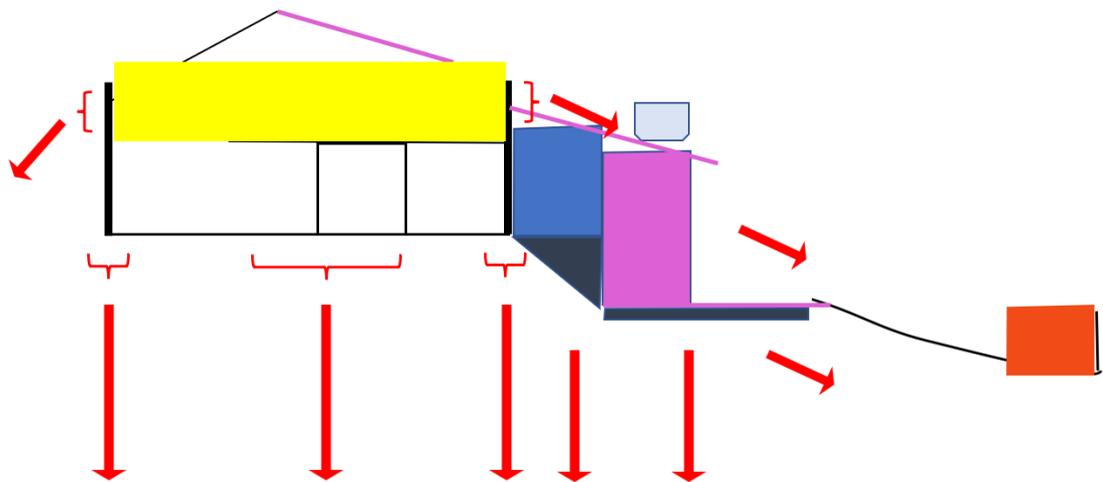


Imagem 73 Desenho esquemático de intervenções projetuais que podem acarretar danos e anomalias no casario.
Fonte: Autora.

de estabilidade do imóvel, por outro, deixam a desejar no que se refere ao viés da composição arquitetônica e do atendimento aos princípios do restauro.

De modo mais específico, a exploração documental que relaciona as soluções arquitetônicas de intervenção projetual propostas no casario do sítio histórico de Olinda e a atividade de análise desses projetos pelas instituições de proteção, como um viés da gestão da conservação, segue desdobrada a partir da análise individualizada de três processos de intervenção projetual. Ao constituírem uma representação do critério de amostragem definido na pesquisa, baseado na abordagem tipológica, tem-se a exploração dos tipos meia-morada, sobrado-inteiro e estereótipo, cujas categorias seguem exploradas, a partir do papel desempenhado pelos atores.

3.3.2 Três casos de intervenções arquitetônicas projetuais

De modo específico, seguem analisados três casos de intervenções arquitetônicas projetuais aprovados no casario do sítio histórico de Olinda, os quais foram escolhidos não em função de constituírem soluções exemplares no campo do restauro e da conservação, mas por ilustrarem situações comuns de serem discutidas e estimularem reflexões. Constituem representantes dos tipos arquitetônicos recorrentes em Olinda, a saber, o meia-morada, o sobrado inteiro e o estereótipo, situados em distintos setores normativos de proteção, cujas possibilidades de soluções arquitetônicas podem atender ao requerimento do tipo espontâneo ou compulsório. Em comum, possuem o fato de se enquadrarem na tramitação de casos especiais, pela efetiva participação da CLT e do CPSHO. A análise que segue é orientada pela exploração das categorias e pelo papel desempenhado pelos atores.

(i) Rua Manoel Borba, 440

Tipo Meia-Morada

Zoneamento federal: Setor B – Preservação Ambiental – B1

Zoneamento municipal: Setor residencial Ambiental da ZEPC1.

Trata-se de uma intervenção arquitetônica projetual, com aumento de área construída, representada na introdução de mezanino no corpo primitivo do

imóvel e de ampliação do anexo, com mudança de uso para misto, onde a moradia cede espaço ao funcionamento de escritório. O requerimento foi espontâneo.

Enquanto etapas dos procedimentos metodológicos, as plantas do levantamento arquitetônico da edificação não foram apresentadas, nem mapa de danos ou diagnóstico do estado de conservação. O responsável técnico do projeto mencionou ter havido prospecção arqueológica para identificação da inclinação primitiva da coberta, mas não constam resultados dessa pesquisa, nem mesmo as pesquisas histórica e iconográfica. Também não constam registros acerca do reconhecimento ou valoração do imóvel pelo autor do projeto, nem mesmo pelos atores institucionais. Como já exposto, tais lacunas colocam em xeque a razoável compreensão do bem, sobretudo em sua evolução cronológica e na condição valorativa.

Os atributos do imóvel foram registrados pelo autor do projeto como a manutenção da “disposição dos ambientes internos existentes, respeitando a tipologia, o traçado original e, sobretudo, os valores patrimoniais do corpo principal do imóvel”, além das referências como “casa centenária” e “tipologia do corpo principal”. Ainda que esparsas, constituem alguma sensibilidade à identificação de elementos qualificadores do tipo arquitetônico meia-morada.

Mais aproximado aos pressupostos teóricos do campo do restauro e com certa ênfase ao comportamento projetual, o autor do projeto menciona a “eliminação de acréscimos desvinculados do contexto arquitetônico e na modificação da fachada posterior do corpo principal para restabelecimento de elementos compositivos que foram retirados e/ou transformados ao longo do tempo”, como justificativa para a demolição do anexo existente, o que também não deixa de evidenciar a identificação de atributos, como a fachada posterior e seus elementos compositivos. Não se reporta à “restauração” da fachada posterior, mas à sua “valorização”, possível pela demolição do anexo existente, que se achava a ela colado, e com recuo ao anexo projetado, onde foi possível introduzir uma área livre de jardim. De modo conflitante, o anexo ocupou a largura do lote e dispôs de pavimento superior, o que resultou em gabarito maior do que o do imóvel preexistente, a abrigar o uso habitacional. O uso de escritório foi situado no mezanino do corpo primitivo do imóvel, projetado com extensão sobre a sala posterior do térreo, até encostar na fachada posterior, o que demandou a recomposição volumétrica da

coberta e abertura de água-furtada, para salubridade do ambiente (Imagens 74 e 75). Muito provavelmente, a pouca extensão longitudinal do corpo primitivo do imóvel tenha levado a uma maior exploração do adensamento construtivo do mezanino e também do quintal.

Ao observar a planta-baixa e o corte longitudinal do imóvel, é possível perceber um certo descompasso hierárquico nas relações arquitetônicas entre si, o que reflete o pouco protagonismo do corpo primitivo, em função do adensamento sobre a taxa de ocupação do imóvel, previsto pelo anexo. Este ainda parece obstruir a percepção do imóvel primitivo, desde a faixa litorânea, a qual se situa na delimitação com o muro posterior. Embora tal colocação não tenha sido despertada na análise técnica, trata-se de uma dimensão a ser mais bem discutida e demonstrada, dada as relações de visibilidade e vizinhança serem objetos de preservação, inclusive enquanto atributos históricos, principalmente pelos parâmetros de proteção federal e municipal, aplicáveis ao caso em questão.

Além do visível aumento de área construída no bem, seja no corpo primitivo, por meio da introdução do mezanino, ou do anexo, na área livre do quintal, é de se notar a ausência de referências quanto a um diagnóstico de vulnerabilidades do bem ou a apresentação de um Mapa de Danos. As soluções arquitetônicas não foram acompanhadas de alternativas para a estabilidade estrutural, nem mesmo dos materiais construtivos a serem adotados, o que torna pouco compreensivo a completude do projeto.

No memorial descritivo, o responsável técnico menciona a conservação e restauração do bem, no intuito de “garantir a integridade e a preservação da memória da residência, procurando valorizar o corpo principal do imóvel através da eliminação da volumetria impura existente”. A proposta de “recomposição da coberta e volumetria originais” se efetiva com a substituição da telha de fibrocimento pela cerâmica, do tipo colonial, e com o resgate da inclinação tradicional, além da manutenção da disposição interna dos ambientes, o que se reporta ao atributo do partido de planta meia-morada. Acontece que a ausência de registro do imóvel na situação anterior ao projeto (a exemplo de um levantamento cadastral, de base de inventário ou de certidão narrativa) impede maiores inferências acerca dos parâmetros adotados no possível resgate da integridade almejada pelo projetista.

Embora apresente soluções arquitetônicas que contribuem à conservação do

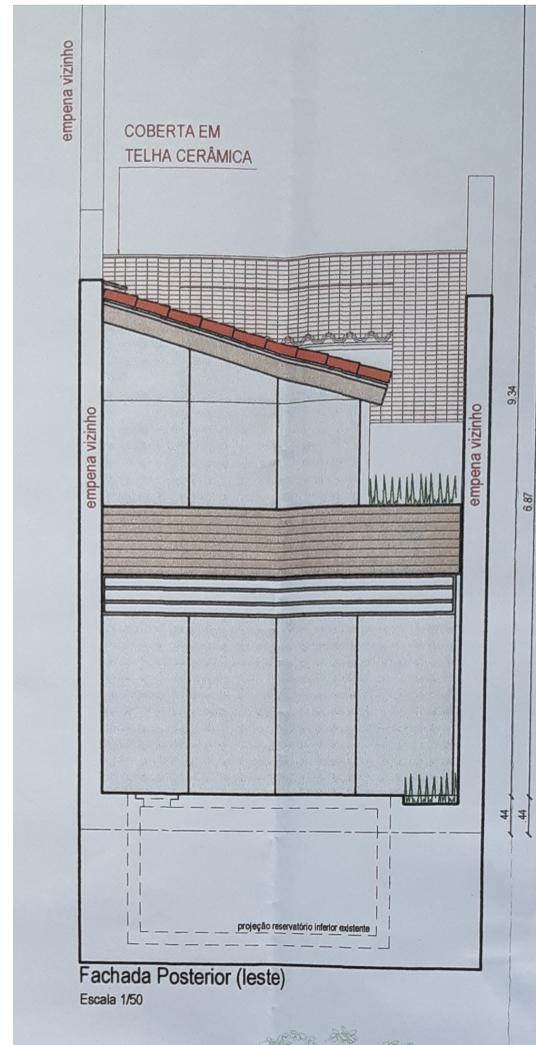
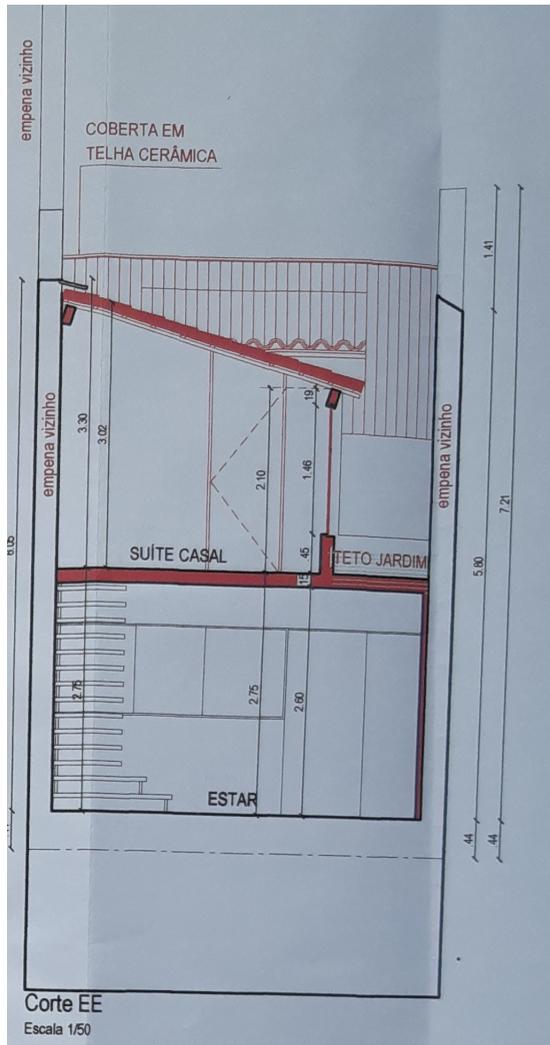
imóvel, não foram observadas referências a documentos teóricos e nem aos princípios do restauro, que pudesse melhor subsidiar o projeto. Ainda assim, em uma possível referência à “relação antigo-novo”, o Parecer técnico 40/2020, do IPHAN, legitima a proposta e a reconhece como viável à conservação:

a proposta de intervenção não compromete a visibilidade originária dos monumentos ou conjunto urbano, mantendo as relações de volume e alinhamento das fachadas das edificações vizinhas. A taxa de ocupação e gabarito estão adequados à média existente na tipologia da vizinhança e não há descaracterização da topografia e do verde existentes. Constata-se ainda, claramente, uma proposta de restauração da volumetria, inclusive com resgate do uso de telhas do tipo canal, e manutenção da fachada principal.

Tais colocações evidenciam as relações de vizinhança, ao analisar o edifício/projeto no contexto preexistente, em suas dimensões de alinhamentos, implantação, visadas, enquanto situações possivelmente verificadas em visita técnica, mas não ilustradas no projeto e nem mencionadas no memorial do arquiteto. Isso significa afirmar a imprescindibilidade dessas relações contextuais a constarem demonstradas nos documentos projetuais, sob os diversos pontos de visadas — lacuna não suficiente à intimidação do deferimento institucional. Embora a intervenção arquitetônica se efetive em um imóvel, a sua relação com o entorno deve ser objeto fundamental de representação gráfica e de análise técnica, para a consolidação do comportamento projetual e do deferimento institucional.

Além do parecer do IPHAN, o projeto também passou pela análise da CLT, cujo Parecer 22/2019, datado de 12/09/2019, mencionou a ação de “reconstrução” da “coberta original” e informou “a incorporação de água furtada voltada para o interior do lote”, enquanto posicionamentos legitimados no âmbito do CPSHO. Novamente, é de se alarmar o cuidado a ser tomado com o uso das terminologias e o referencial teórico que carregam, dado o peso que o termo “reconstrução” apresenta, enquanto provável incompatibilidade com o que realmente se pretendia. Em quase um ano de tramitação do processo, não houve registro de parecer da municipalidade.

A fachada posterior do anexo também apresenta solução discutível, dada a composição arquitetônica resultante não resguardar diálogo formal, material ou compositiva com a preexistência histórica ou o contexto, o que parece conflitante, sobretudo pela condição de implantação com plena apreciação pela faixa litorânea (Imagens 76 e 77). Nesse contexto, ressalta-se que o projeto de intervenção arquitetônica não apresentou o desenho da fachada principal e nem da posterior do corpo primitivo, tampouco apresentou proposta de restauro na fachada principal e nem planta de coberta.



Imagens 76 e 77 Corte transversal e fachada posterior:
Fonte: Acervo ETO/IPHAN

Acredita-se que a pouca identificação do tipo arquitetônico primitivo do imóvel, aliada à não compreensão plena de seus atributos físicos e imateriais, tais como a espacialidade proporcionada pelo desfrute da telha vã e o uso habitacional no corpo primitivo, bem como uma relevante omissão de parâmetros nas leis de proteção relativas a tal setor, sejam deficiências determinantes das perdas culturais no imóvel. A ausência de respaldo teórico-metodológico nos registros textuais e na representação gráfica do projeto demonstra que as soluções adotadas, embora bem resolvidas arquitetonicamente, deixam lacunas pouco enfrentadas à luz do restauro. Nesse sentido, retoma-se o referencial teórico quando sugere o diálogo entre o viés da Arquitetura e o da Conservação, em um projeto arquitetônico de restauro. Ademais, é ainda de se notar que a ausência de especificações dos materiais construtivos e de acabamentos propostos, dos detalhes construtivos e das soluções estruturais pensadas para a composição arquitetônica entre as proposições projetuais e a preexistências histórica pode comprometer a qualidade da execução dos serviços, o que fragiliza o projeto aprovado.

(ii) Rua Bernardo Vieira de Melo, 34

Tipo Sobrado-inteiro

Zoneamento federal: Setor A – Sub-Setor A1

Zoneamento municipal: Setor residencial rigoroso - ZEPC1

Trata-se de um projeto arquitetônico de restauro sem acréscimo de área e com a permanência do uso residencial unifamiliar. A situação do imóvel era de abandono, inclusive com a cobertura em vulnerabilidade estrutural, devido a um incêndio pelo qual passou e que demandou sua interdição preventiva, em 2015, logo sanada por intervenções emergenciais de estabilidade. O imóvel foi alvo de necessidade de regularização, mas sem sucesso, portanto o projeto em vigor foi reiniciado algum tempo depois, como demanda espontânea do proprietário.

O autor do projeto não apresentou as pesquisas complementares (histórica, arqueológica, iconográfica), nem memorial descritivo, diagnóstico do estado de conservação, tampouco o mapa de danos.

No que se refere ao reconhecimento/valoração, apenas o IPHAN descreveu o imóvel

“com características de arquitetura tradicional do Sítio Histórico de Olinda”¹³⁴ e identificou a setorização na qual o bem estava inserido. Os atributos não foram diretamente mencionados, mas o posicionamento técnico do IPHAN demonstrou sensibilidade à manutenção de certos elementos: “recuperação da volumetria dos telhados do imóvel”; “não há ampliação ou aumento da taxa de ocupação do lote”; “as intervenções internas são de melhor qualificação da circulação, dos espaços e de eliminação dos fatores de risco estrutural (...)”¹³⁵ (Imagens 78 a 80).

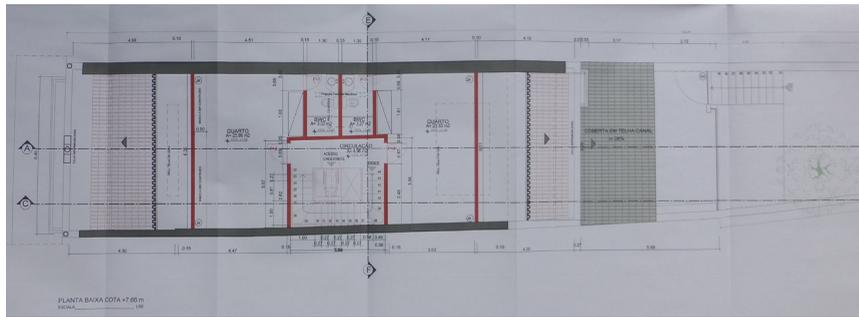
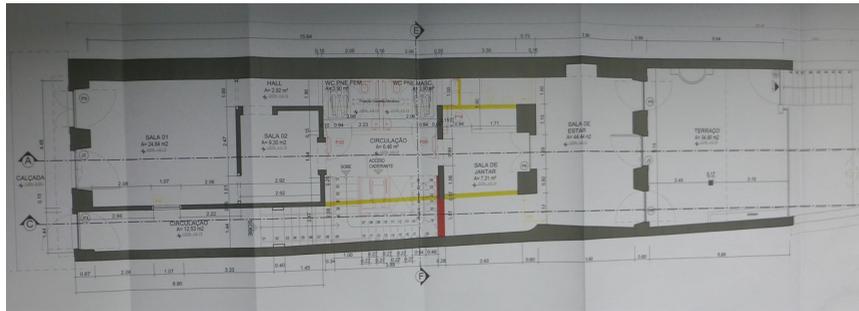
A intervenção projetual sugere a recomposição volumétrica do imóvel, dada a existência de terraços descobertos irregulares, voltados para as duas fachadas do imóvel: a principal e a posterior, a se apoiar nas paredes portantes e nas platibandas do imóvel (alertado pelo IPHAN como alívio estrutural). A demolição das lajes que conformavam o terraço descoberto permitiu a complementação da cobertura principal e posterior e o mezanino recebeu nova configuração, com uma breve extensão sobre as paredes das alcovas do pavimento superior (o que não é permitido na legislação municipal). A linha de cumeeira permaneceu e a empena favoreceu o embutimento da caixa d’água superior. Pela quase inexistência de adensamento construtivo no fundo dos lotes, foi possível manter a taxa de ocupação do imóvel, inclusive com o protagonismo do sobrado na paisagem cultural.

A planta-baixa dos pavimentos sofreu algumas alterações físicas: introdução de banheiros, elevador sem se refletir na cobertura, compartimentação e supressão de vãos, mas sem descaracterizações da disposição tradicional. Entre os novos materiais inseridos, além do elevador, constam a telha de vidro (em alguns trechos da cobertura, mas apenas na posição de calha) e a escada metálica. A introdução de forro no pavimento superior comprometeu a outrora espacialidade interna e a inserção da escada bloqueou a circulação característica da lógica tradicional do tipo sobrado-inteiro, apenas no pavimento térreo (Imagem 81).

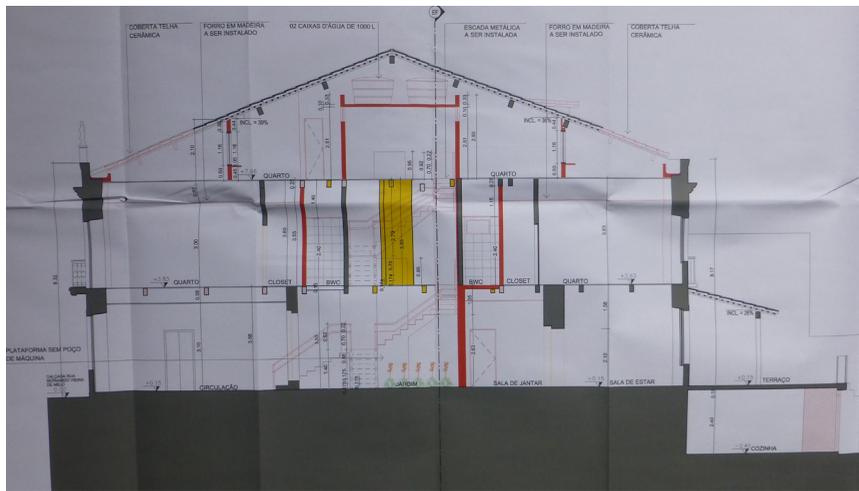
Nos documentos resultantes das reuniões da CLT e do CPSHO, foi possível perceber as análises técnicas sensíveis à relação com o entorno, sobretudo diante da proximidade do imóvel com o Mercado da Ribeira, ao solicitarem o fechamento de uma seteira na empena lateral do imóvel, justamente a que participa da ambiência desse equipamento cultural, “reconstituindo a parede cega

134 Processo do referido imóvel, em que consta o Parecer 017/2017, datado de 18/10/2017.

135 Processo do referido imóvel, em que consta o Parecer 017/2017, datado de 18/10/2017.



Imagens 78 a 80 Plantas-baixa do projeto.
 Fonte: Acervo ETO/IPHAN



Imagens 81 Corte longitudinal.
 Fonte: Acervo ETO/IPHAN

original”¹³⁶. Mesmo com tal notável vizinhança, o projeto não apresentou peças gráficas que demonstrassem as relações de visibilidade do imóvel no contexto do sítio histórico, nem mesmo o projeto arquitetônico de restauro para as fachadas principal e posterior. A caracterização da situação do imóvel no entorno foi apenas demonstrada em registros fotográficos contidos no parecer técnico do IPHAN.

Do ponto de vista dos princípios teóricos do restauro, sua ausência foi uma constante ao longo do processo de aprovação, sejam nos documentos gráficos ou textuais, da parte do responsável técnico ou dos atores institucionais. Ainda que a intervenção arquitetônica possa se configurar enquanto contida no corpo primitivo do imóvel, sem aparente sobrecarga estrutural, a ausência de referência aos materiais e técnicas construtivas adotadas, bem como aos detalhes construtivos das soluções arquitetônicas dificulta uma avaliação mais acurada sobre a relação que pode estabelecer com o campo do restauro.

(iii) Rua Bernardo Vieira de Melo, 03

Estereótipo

Zoneamento federal: Setor A – Sub-Setor A1

Zoneamento municipal: Setor Residencial Rigoroso - ZEPC1

Trata-se de um caso de regularização de imóvel com adequações ao uso misto, residência e café, tramitado entre 2010 e 2011, e com posteriores alterações do processo em curso, efetuadas em 2014 — cuja deflagração se deu por notificação extrajudicial, emitida pelo ETO/IPHAN, em 2009.

A grande dificuldade de compreensão do projeto se refere à ausência de informações relacionadas à evolução construtiva do imóvel (documentadas em levantamento arquitetônico e inventário) e à representação gráfica do que se limitou o projeto de regularização (entre os elementos existentes formalmente e as reformas/novas inserções), dado que algumas alterações já haviam sido executadas no imóvel, mas ainda não deferidas institucionalmente¹³⁷.

136 Processo do referido imóvel, em que consta o Parecer CLT 06/2017, datado de 29/04/2017, corroborado na Resolução 05/2017 CPSHO, datada de 01/06/2017. Embora não justificado, possivelmente a proibição de abertura na empena se deu por se tratar de uma parede portante limítrofe a um outro imóvel, o que não é permitido na legislação de proteção.

137 Como exemplo, um parecer da municipalidade identificou acréscimos de área construída no imóvel (mezanino, cozinha, porão), alguns desde a década de 1970, porém sem registros gráficos.

Para adequações ao uso misto proposto pelo responsável técnico autor do projeto, o zoneamento destinou o pavimento térreo ao uso de café, ao tirar partido das salas principal e posterior para permanência do público, com extensão à área externa do imóvel, cujo acesso pode se dar pela rua principal, a Bernardo Vieira de Melo, ou pela lateral, por meio de portão voltado para a escadaria pública. O mezanino introduzido no corpo primitivo do imóvel foi destinado à área privativa, com uso de moradia, onde foram dispostos um quarto, um banheiro, um closet e uma sala de estudo — sua extensão, para além dos limites das antigas alcovas do térreo, causa estranhamento, por conflitar com a legislação e não respeitar a espacialidade primitiva do casario, ofertada pela telha vã. Além disso, o uso residencial restrito ao mezanino parece desprestigiado, em função da área nobre do imóvel ser destinada ao comércio/serviço. Para minimizar conflitos de fluxos, a sala principal passou a funcionar como uma recepção/ espera do café, simultaneamente a um vestíbulo de acesso ao mezanino residencial.

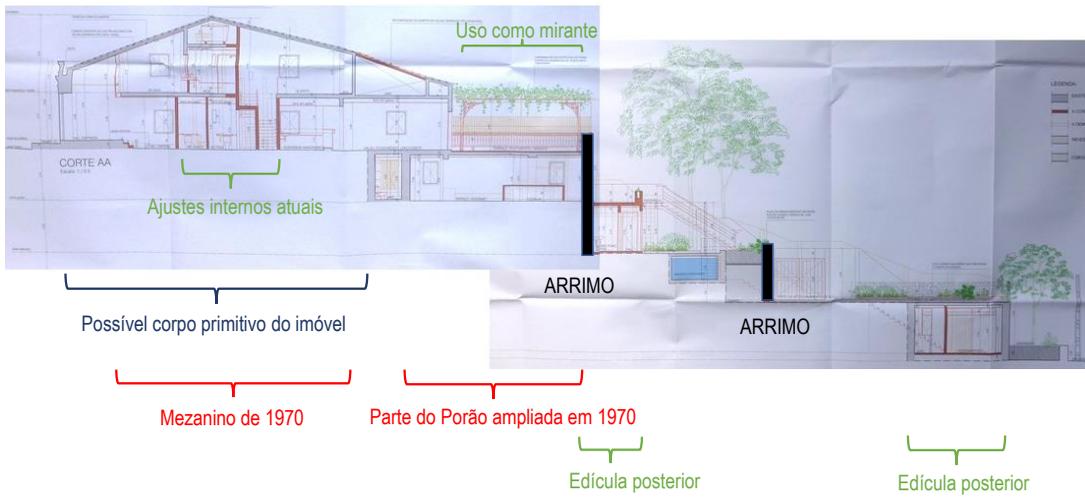
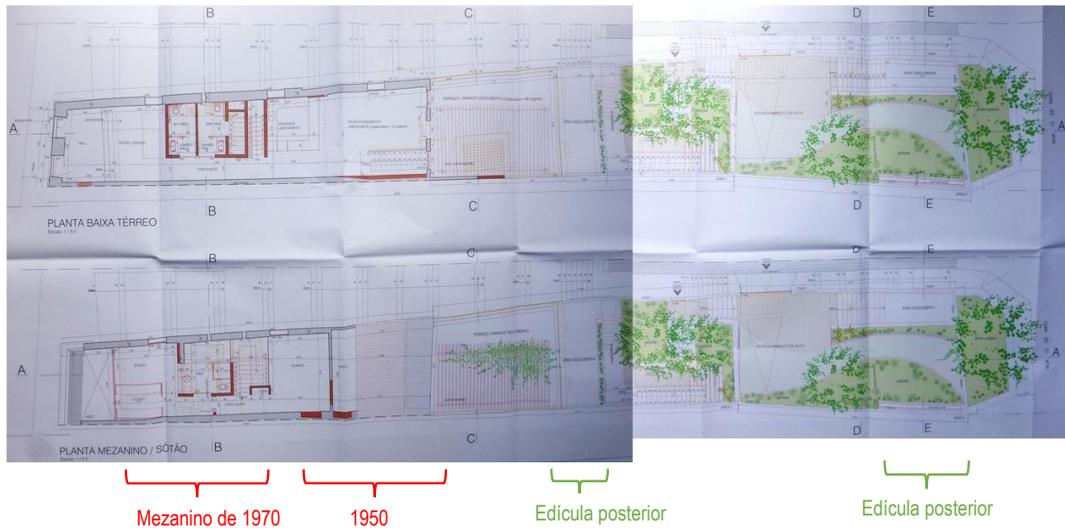
A falta de precisão quanto às propostas de construção/demolição dos elementos do imóvel gera dúvidas quanto ao tratamento conferido aos atributos valorativos do bem, a exemplo da delimitação dos compartimentos que conformavam seu anterior partido de planta, sobretudo pelo imóvel representar um estereótipo. As adequações projetuais demandaram construção de novas paredes, para inserção de banheiros para uso público, de escada de acesso ao mezanino e de balcão de atendimento da lanchonete, no corpo primitivo do imóvel (Imagem 82). Embora possa até ilustrar uma tentativa de resgate do partido de planta meia-morada, não há correspondência entre os cômodos representados no projeto e os descritos na escritura. Há registros ainda de que tenha havido um parecer arqueológico indicador de alterações no corpo principal do imóvel, mas não consta no processo, nem mesmo memorial justificativo do projetista, que porventura pudesse esclarecer as dúvidas. Tais lacunas documentais parecem ter dificultado análises mais substanciais, sobretudo quando relacionadas às condições de integridade e autenticidade do bem.

A volumetria do imóvel também não passou despercebida: o projeto arquitetônico de restauro manteve a coberta, que foi construída irregularmente em laje, com 30% de inclinação, o que significa uma postura de indiferença quanto à descaracterização dos elementos tradicionais típicos do casario (40-45%) e de sua forma (Imagem 83). Se por um lado, o Parecer CLT nº 006/2011,

datado de 22/03/2011, recomendou a manutenção da cobertura do corpo primitivo em estrutura de madeira, ao adotar como justificativas a indevida sobrecarga do concreto nas estruturas preexistentes, o que é um fato, por outro seguiu indiferente às questões teórico-conceituais do campo do restauro, as quais demandariam alguma referência projetual à manutenção dos atributos das estruturas preexistentes. Tal impasse foi consolidado pelo posicionamento técnico de permissibilidade à aprovação da permanência da laje em concreto, condicionado à apresentação dos detalhes técnicos para análise — o que não aconteceu, mas o projeto seguiu em deferimento.

Na área externa do imóvel, no mesmo nível do piso térreo, o caramanchão proposto para uso de convivência e contemplação, em substituição ao antigo toldo, foi disposto quase colado na fachada posterior, que não é a primitiva, mas a resultante de uma ampliação de área construída, inclusive sobre um porão também ampliado no subsolo. Embora se reconheça a condição privilegiada desse imóvel no sítio histórico, implantado com descortínio da paisagem até o horizonte da cidade do Recife, entende-se que a inserção de um elemento estranho ao sítio histórico de Olinda e muito aproximado à fachada posterior do imóvel, que é o caramanchão, não passa despercebido no conjunto e termina por causar impactos visuais na ambiência histórica. Embora seja de característica fluída e vazada, trata-se de uma solução arquitetônica não amparada na legislação de proteção, o que demandaria maiores especulações.

O que pode ainda parecer mais sério é a leviana incorporação de área construída ao imóvel, na sua parte posterior, a ocupar toda a largura do lote, sem qualquer referência à fachada posterior, em sua função primitiva — o natural prolongamento da cobertura posterior parece legitimar silenciosamente a intervenção. Ainda que tal acréscimo tenha sido aceito institucionalmente (embora não acobertado pelos instrumentos normativos municipal e federal de proteção), por questões éticas e de relação projetual ante à preexistência histórica, alguma referência à parede da fachada posterior poderia ter sido feita. No entanto, a sequência de intervenções ora relatadas parece se constituir em transformações do caráter primitivo do bem cultural, que já constitui um estereótipo, com sérios impactos na ambiência do casario e do sítio histórico. Desse modo, infere-se que, muito provavelmente, um meio para alcance da legitimação de situações irregulares no casario tenha sido a construção ostensiva, à revelia do poder público. Existe a probabilidade de



Imagens 82 e 83 Plantas-baixas e corte longitudinal.
 Fonte: Acervo ETO/IPHAN

que as demolições demandadas no processo de regularização do imóvel passem a se tornar objetos de negociação entre o proprietário e as instituições de proteção, para alcance de alguma “benesse” ao programa de necessidades almejado, mas predatória à conservação do acervo cultural olindense.

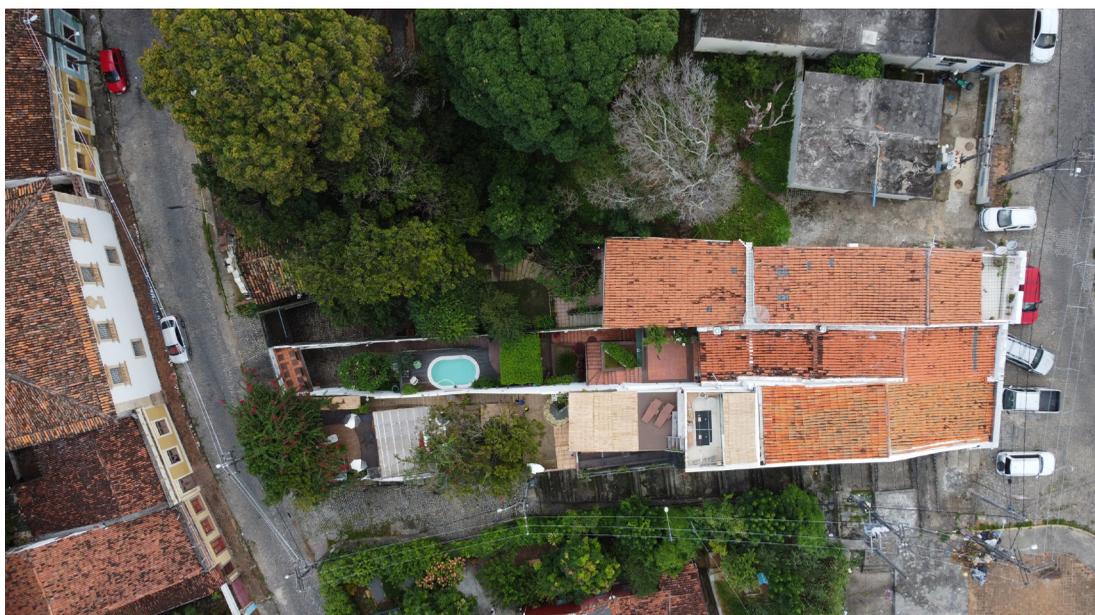
A taxa de ocupação também não parece razoável e foi alvo de contestações pelo IPHAN quanto à permanência de edículas, na parte posterior do imóvel, voltada para a Rua 13 de Maio, as quais podem impactar na vizinhança imediata do imóvel, constituída pela Capela de São Pedro Advincula, monumento tombado isoladamente pelo IPHAN e pelo governo estadual¹³⁸ (Imagens 84 a 87).

A contestação acerca de prejuízos de visibilidade do bem religioso foi extensiva aos outros dois imóveis a ele vizinhos, cuja possibilidade de demolição dos anexos foi levantada pelo IPHAN, com base na manutenção da ambiência histórica da Capela. Embora tais observações tenham sido levantadas pelos técnicos institucionais, elas não haviam sido demonstradas graficamente pelo projetista, o que dificulta inferências mais consistentes, a demandarem o levantamento documental no local.

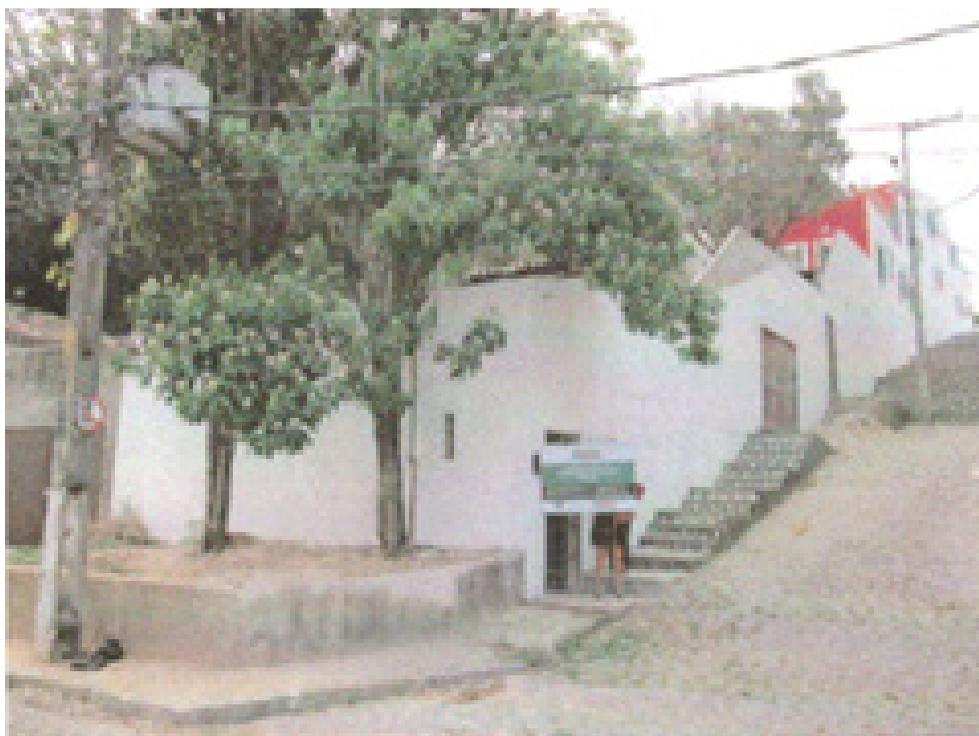
Esse caso também foi emblemático por conter soluções arquitetônicas omissas na lei, bem como elementos considerados de impacto, a exemplo do aumento de área construída, que implica em pressões sobre a taxa de ocupação, da introdução de água-furtada na cobertura posterior, dada a possível proibição normativa no setor em que o imóvel se encontra, e o caramanchão. O projeto ainda propôs abertura no muro lateral, tanto para acesso de veículos como para de pedestres, inclusive com ajustes no traçado urbano tradicional, para viabilização das manobras dos automóveis, o demandou alterações no urbanismo.

O único elemento que parece ter permanecido em condição de integridade foi a fachada principal, mas apenas pela ausência de tratamento conservativo, nem de revestimentos e nem cromático. No parecer técnico do IPHAN nº 10/2014, datado de 24/04/2014, mesmo com o deferimento geral da intervenção arquitetônica, foi solicitada a apresentação do projeto de restauro da fachada, para liberação das obras, o que não aconteceu. O desequilíbrio de composição arquitetônica entre a fachada principal e a parte posterior do imóvel é visível (Imagens 88 e 89).O

138 Processo do referido imóvel, na Informação técnica nº 131/VAA/2009, de 20/11/2009.



Imagens 84 e 85 Fotografias do imóvel, em janeiro/2022.
Fonte: Autora.



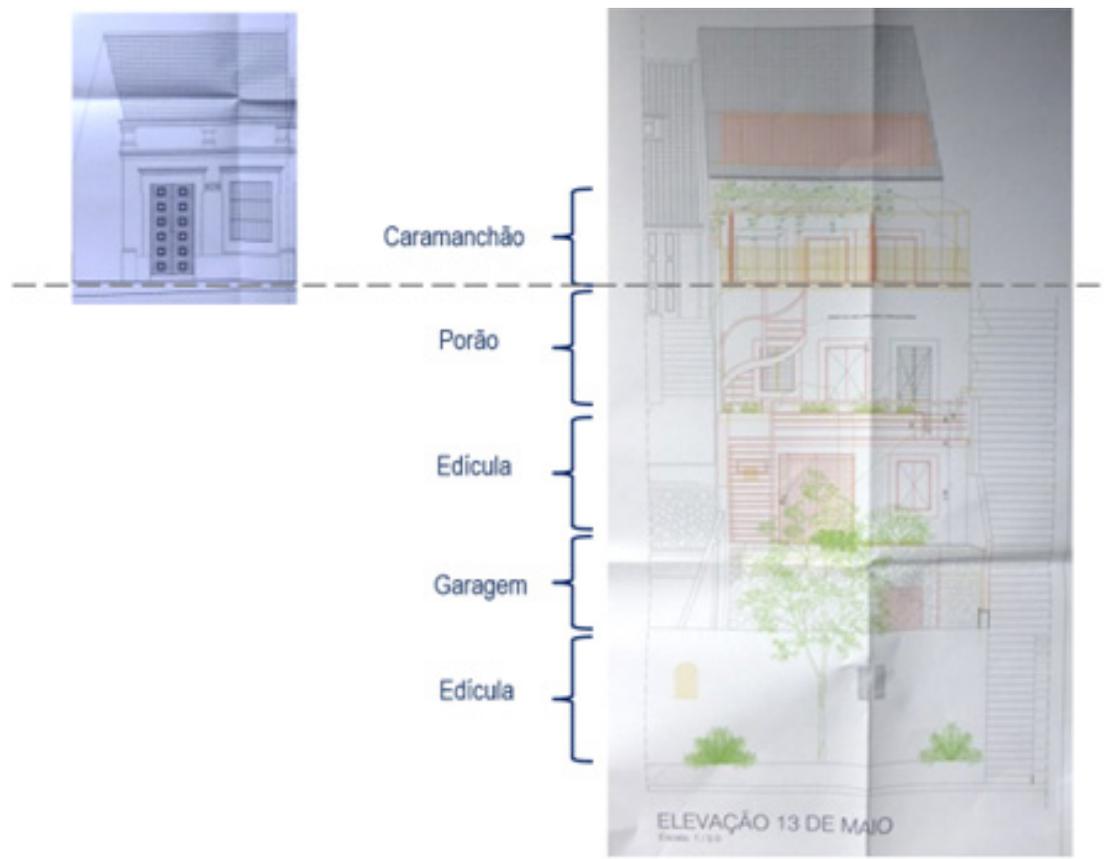
Imagens 86 e 87 Fotografias do imóvel, em janeiro/2022.
Fonte: Autora.

parecer do IPHAN, datado de 15/04/2010, alerta para os riscos na estabilidade estrutural do imóvel: “lembramos da necessidade de análise do terreno, pois a edificação apresenta fissuras que podem comprometer toda a estrutura do imóvel, bem como de imóveis vizinhos”. Sem qualquer referência a projeto estrutural ou sua possível compatibilização ao referencial teórico do restauro, a proposta de intervenção seguiu aprovada pelas instituições, em que a única referência associada aos danos é a indicação de construção de um muro de arrimo, em um dos níveis do terreno. Diante das características topográficas do relevo e do gradual adensamento construtivo, infere-se que tal problemática segue ignorada pelos profissionais e não devidamente cobrada pelas instituições.

A ausência de um Mapa de Danos ou de um diagnóstico das vulnerabilidades do bem reforça o descaso. A dispersão dos princípios do restauro também evidencia a casualidade de seu (não) enfrentamento, cuja origem informal da execução das obras possa ter sido um dos agravantes do descaso diante das teorias e recomendações específicas do saber e mesmo da abordagem ambiental. Ademais, a condição rigorosa de tal setor de preservação, nas leis, ao lado da prestigiosa vizinhança — Mercado da Ribeira, ruínas da Igreja de São Pedro Martir e do Senado, bem como a Capela de S. Advíncola —, não pareceu suficiente ao enfrentamento do viés contextual requerido nas propostas projetuais.

Por fim, é de se notar que a ausência de memorial descritivo e das pesquisas complementares, por parte do responsável técnico autor do projeto, demonstra uma frágil articulação entre a prática do projeto arquitetônico de restauro e o referencial teórico-metodológico do campo. Os materiais textuais produzidos pelas instituições de proteção também se configuram alheios ao reconhecimento de atributos valorativos do bem, valores patrimoniais, princípios do restauro ou relação antigo-novo, o que reforça a suspeita de prevalência à resolução de problemas de arquitetura, ao invés de enfrentamento dos problemas de restauro.

Ademais, a condição de estereótipo poderia demandar uma atenção especial à relação antigo-novo diante de atributos eventualmente perdidos, no entanto, a possível ausência da classificação tipológica, como conhecimento do bem e ponto de partida do projeto, pode ter comprometido o domínio das qualidades. Acredita-se que a vulnerável condição de estereótipo tenha contribuído em permissibilidades, a consolidar o risco de transformação já em curso, ao invés de interrompê-lo.



Imagens 88 e 89 Fachada principal e fachada posterior
Fonte: Acervo ETO/IPHAN.

Diante do exposto, tentou-se demonstrar como as intervenções arquitetônicas projetuais levadas a efeito no casario de Olinda têm se caracterizado, as tendências projetuais, sobretudo os conflitos das novas demandas funcionais, ambientais, programáticas e tecnológicas, com a necessidade de manutenção dos atributos e das tipologias. A interpretação do material gráfico dos projetos permitiu revelar, ou mesmo comprovar, o certo distanciamento que se teve diante das teorias e recomendações do restauro, ainda que, de modo eventual, as categorias operativas do método pudessem ser fragmentariamente reconhecidas.

As intervenções arquitetônicas projetuais escolhidas para discussão mais detalhada ainda tiveram como intuito demonstrar como imóveis de tipologias distintas, sobrado e estereótipo, mas situados no mesmo logradouro, a Rua Bernardo Vieira de Melo, e com mesmo setor de preservação, o rigoroso, adotaram proposições bastante distintas e com repercussões diversas no contexto do sítio histórico. Enquanto o sobrado pareceu mais sensível à tendência conservativa, o estereótipo demonstrou um substancial adensamento construtivo, com ocupação parcial dos quintais e alterações no relevo. Portanto, as reflexões seguem no sentido de verificar possíveis contributos à proposição da avaliação dos projetos de restauro.

3.4 Síntese do capítulo

Relatados os critérios e procedimentos de coleta, sistematização e análise documental acerca dos processos de intervenções arquitetônicas projetuais no casario do sítio histórico de Olinda, acredita-se na aproximação do caráter de cientificidade buscado para a consistência da exploração do objeto empírico. A amostra dos projetos coletados é tida como representativa da diversidade de tipos arquitetônicos e suas recorrências no casario do sítio histórico de Olinda, enquanto subconjunto do universo referencial, que é o próprio sítio histórico. A abordagem tipológica, adotada como procedimento de seleção e análise documental, se configura como um recurso norteador à compreensão do bem, à identificação de seus atributos e mesmo como balizador da prática projetual, além de ter sido base de análise para o desenvolvimento de leis e de planos de preservação. A seleção documental que compôs a amostra manteve, ainda, expressividade junto aos setores normativos do Conjunto Monumental de Olinda, ao reunir maior

recorrência do casario secular, nas leis de proteção, a permitir inferências acerca dos distintos parâmetros para um mesmo tipo arquitetônico.

Pelos modos de requerimento dos processos de intervenção arquitetônica, se espontâneo ou compulsório, é possível observar condutas projetuais e de gestão institucional distintas, com resultados diversos, mais ou menos conservadores nos imóveis. Enquanto os processos gerados espontaneamente pelo proprietário parecem favoráveis a atitudes conservativas, os casos de requerimento compulsório, decorrentes de denúncias ou de fiscalizações de rotina, configuram uma maior conivência às descaracterizações, sobretudo quando a condição financeira do proprietário, no mais das vezes, de baixo poder aquisitivo, limita as necessidades corretivas.

Entre os casos que tramitam de modo simples ou especial, infere-se que a circulação dos processos pelas instâncias da CLT e do CPSHO, o que caracteriza o modo especial, tende a fortalecer as decisões, ainda que as raras divergências de posturas técnicas e de interpretação das leis possam ser reconhecidas.

Das lacunas observadas, chama a atenção as referentes à base projetual, cuja ausência de filiação teórica da proposta projetual não contribui de modo objetivo à qualificações na composição arquitetônica do projeto nas preexistências históricas. Tal indefinição segue extensiva aos detalhes construtivos, à especificação dos materiais e aos documentos auxiliares à compreensão do bem, tais como as pesquisas complementares e diagnósticos de estado de conservação.

A ausência de enfrentamentos quanto à relação entre a proposta projetual e o contexto no qual o objeto se acha inserido é notável, a exemplo das intervenções arquitetônicas nas cobertas, seja de forma, desenho, inclinação ou linhas de cumeeira, e mesmo quando da alteração na taxa de ocupação. Tais situações não costumam seguir representadas e nem analisadas na visão de conjunto arquitetônico e urbanístico do logradouro (mesmo na situação antes e após o projeto) ou do sítio. Ou seja, ainda que as intervenções arquitetônicas projetuais estejam focadas em imóveis isolados, os princípios teóricos da restauração e mesmo a condição de tombamento enquanto sítio histórico demandam proposições e análises voltadas para o conjunto, em uma abordagem relacional, mas isso não acontece. Tais questões colocam em xeque a condição de vizinhança do imóvel, a qual deveria ser um elemento de análise e de representação gráfica

obrigatória, sobretudo no que se refere às visadas e perspectivas, a serem consideradas na concepção do projeto e nos *checklists* institucionais. A relação antigo-novo no casario de Olinda parece, portanto, se restringir, de modo isolado mas ainda otimista, ao controle da adequação dos ambientes, dos materiais e dos equipamentos tecnológicos do imóvel em si.

Ao tempo em que seja lamentável o reconhecimento de tais lacunas, e mesmo de intervenções arquitetônicas pouco conservativas, as eventuais falhas ou divergências teóricas verificadas nas análises técnicas institucionais, no âmbito da gestão da conservação, resultam em situações de certo potencial de perdas culturais e ambientais nos imóveis. Mesmo diante desses conflitos, pouco alertados pelos atores institucionais, eles não foram suficientes a restrições ao deferimento dos projetos, o que acabava por acontecer, sobretudo quando legitimados pelas instâncias coletivas da CLT e CPSHO. Nesses termos, é possível afirmar que boa parte das soluções projetuais analisadas podem ser endereçadas às áreas suburbanas das cidades, ao invés das que resguardam valor histórico-cultural, como é o caso do sítio histórico de Olinda, devido ao distanciamento que resguarda das teorias e recomendações do restauro.

Ainda assim, não se pode deixar de reconhecer o empenho dos técnicos analistas na atividade de análise dos projetos, principalmente diante da extensão da área protegida institucionalmente. Com cerca de 1,4km² de área, o Conjunto Monumental de Olinda situa-se como um desafio ao controle e fiscalização pelas instituições, dado o reduzido corpo técnico disponível, e mesmo diante da extensão do Polígono de Entorno, o qual igualmente requer controle. A participação dos técnicos na composição do Conselho de Preservação (CPSHO) e da Câmara Técnica (CLT), enquanto estrutura tida como um marco institucional na gestão de sítios históricos brasileiros, também se configura valiosa, independente dos conflitos mencionados.

Das recorrências projetuais, foi verificada uma exploração do casario para aumento de área construída: seja pela introdução de mezaninos no corpo primitivo dos imóveis ou por acréscimos posteriores a configurarem anexos — ambas situações geram aumento da capacidade de carga. Acontece que a condição de topografia acidentada, aliada ao tipo de solo e às soluções projetuais pouco preventivas à estabilidade estrutural, leva ao agravamento do estado de conservação dos imóveis, o que os tornam vulneráveis aos riscos de deslizamentos, de fissuras, de rachaduras, dentre outros problemas da construção civil. Ainda que esses eventos

venham a ser mencionados nos processos, eles deveriam constar devidamente diagnosticados e equacionados nas intervenções arquitetônicas projetuais, dada a reverberação negativa que afeta o bem e o entorno imediato. No entanto, o que se verificou foram soluções estruturais (quando existiram, pois houve casos limitados a laudos estruturais) desconectadas da condição de vulnerabilidade do bem e de seu caráter histórico-cultural, ausentes de detalhes construtivos e de especificação de materiais adequados à situação. Demonstram indiferenças na relação antigo-novo e no atendimento aos princípios do restauro, capazes de resultar em perdas culturais e ambientais. Com tais circunstâncias, conclui-se não ser possível discutir projetos arquitetônicos de restauro no casario do sítio histórico de Olinda, ausente de um diagnóstico estrutural que dê conta da estabilidade do imóvel ante as proposições, mesmo porque eles podem até agravar as anomalias existentes.

Nesses termos, as vulnerabilidades parecem se firmar como uma categoria operativa a ser considerada no âmbito do projeto de restauro, tanto apoiada nos estudos técnicos e científicos demonstrados no Capítulo 01, como desvelada na interpretação dos processos projetuais coletados nas instituições de proteção local.

As aparentes limitações físicas do casario de Olinda, aliadas à condição da preservação cultural enquanto conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico, que naturalmente emana restrições no âmbito das proposições projetuais, favorecem a identificação de tendências projetuais, para dar conta do atendimento às demandas dos moradores e usuários dos imóveis. Em apoio ao referencial teórico do restauro, é possível que a abordagem tipológica contribua na orientação de tais tendências projetuais no casario de Olinda, de modo a desvelar parâmetros arquitetônicos norteadores das intervenções, para demandas ambientais, programáticas, funcionais e tecnológicas comuns. O cuidado é que a eventual identificação dessas tendências não se torne um recurso limitador da criatividade no ato de projeto, dada a complexidade com que o mesmo se desenvolve, não orientado por regras fixas, o que viria a se conflitar com as teorias específicas do campo do restauro.

Nos casos dos imóveis térreos ou dos sobrados, seja de tipologias meia-morada ou morada inteira, as soluções projetuais buscaram adaptações ao partido de

planta existente, embora com alguma mudança de ordenação da espacialidade interna. Já nos casos dos estereótipos, os quais perderam referências qualitativas espaciais, estéticas e funcionais relevantes, parece que as intervenções projetuais privilegiaram os aspectos externos sobre os internos dos imóveis. Tais situações propiciaram uma eventual perda do caráter arquitetônico do imóvel, em função de um cenário urbano ou paisagístico, a salientar uma dicotomia que não deveria existir entre exterior e interior dos imóveis. Mesmo que tal problemática tenha sido mais comumente observada nos estereótipos, ela foi extensiva às demais tipologias, cuja incipiente compreensão dos atributos valorativos do tipo parece ter sido um ponto nevrálgico e tornado vulnerável a sua conservação.

Diante do exposto, infere-se que a ausência de referencial teórico consistente no apoio aos processos de intervenção arquitetônica no casario do sítio histórico de Olinda, bem como a sua aplicabilidade operacional nas soluções arquitetônicas, fragiliza as proposições e limita as discussões para uma problemática do campo da Arquitetura, ao invés de circunstanciadas no âmbito do Restauro Arquitetônico.

A análise das categorias extraídas do objeto teórico e transferidas para a experiência de Olinda, ao tempo em que permite estabelecer pontes teóricas junto às soluções projetuais, revela que tal relação carece de ser mais substancial, para aproximação teórico-conceitual e, por consequência, para fins conservativos nos imóveis. Nesses termos, a elaboração do esquema gráfico de intervenções arquitetônicas projetuais trazida para a experiência observada no casario de Olinda segue representado (Imagem 90).

As lacunas observadas no contexto das intervenções arquitetônicas no casario do sítio histórico de Olinda demonstram incipiências no percurso projetual, representadas na cor amarela. A ausência de conhecimento aprofundado do bem, representada na cor vermelha, ao lado da indiferença acerca da eventual significação cultural por ele assumida, ao longo do tempo, abriu margens às vulnerabilidades quando do desenvolvimento dos projetos, o que resultou em soluções pouco conservativas. Ao se afastarem do repertório teórico do restauro, culminam no endereçamento do bem cultural para um passado remoto, ao invés de sua transmissão às futuras gerações.

Diante do exposto, e das reflexões oriundas da interpretação documental, entende-se ser possível contributos propositivos no caso do sítio histórico de

Olinda, no sentido de operacionalizar um sistema de avaliação da qualidade de projetos arquitetônicos de restauro no casario, que busque equacionar as lacunas identificadas na experiência e estabelecer pontes teóricas junto às soluções projetuais, para fins de preservação cultural.

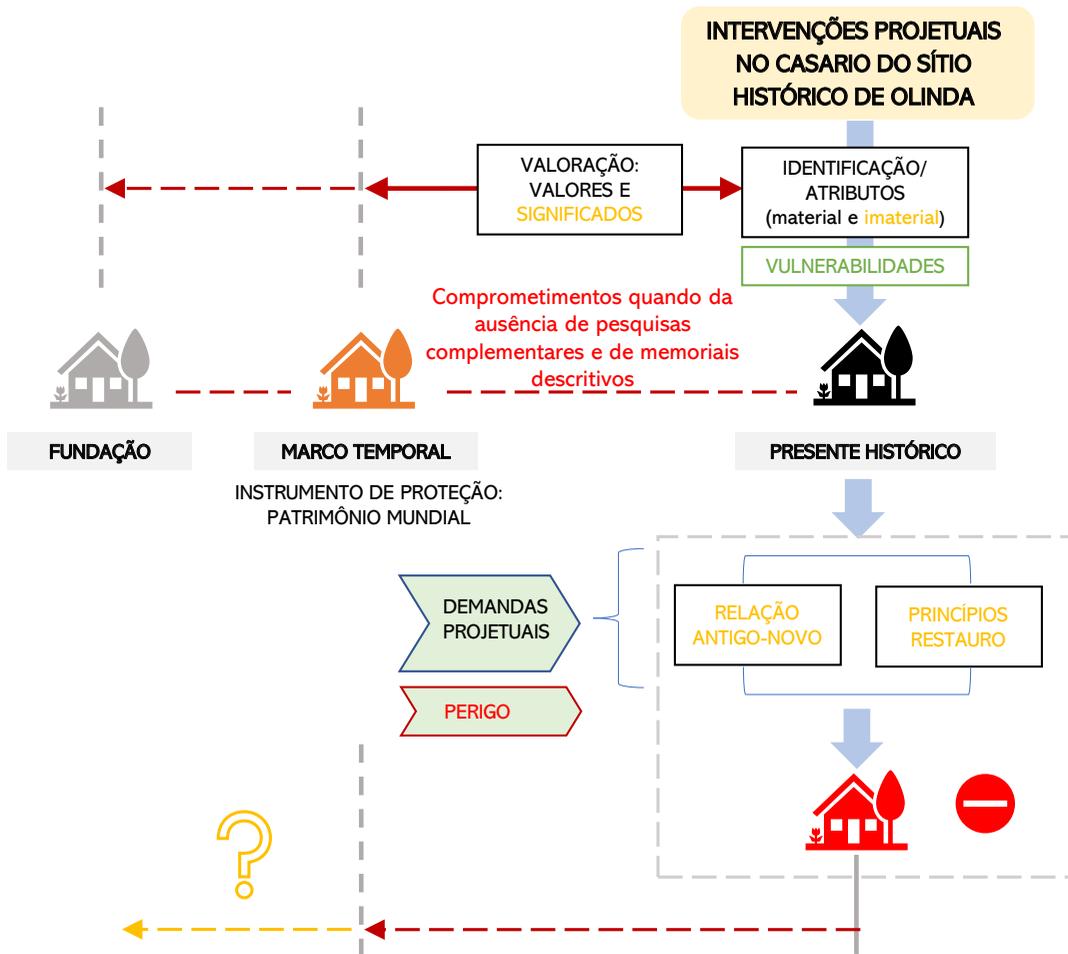


Imagem 90 Percurso esquemático das intervenções arquitetônicas projetuais no casario de Olinda.
 Fonte: Autora.

AVALIAÇÃO NO RESTAURO ARQUITETÔNICO

4 A AVALIAÇÃO DE PROJETOS: entendimentos e proposição

Um dos caminhos que se descortina para a manutenção do Valor Universal Excepcional (VUE) nos sítios históricos considerados Patrimônio Mundial pode ser a avaliação da qualidade de projetos de restauro. Embora as intervenções projetuais dessa natureza devam conduzir à garantia da conservação dos bens culturais, por vezes, elas têm se constituído como o principal veículo para as descaracterizações físicas e imateriais de seus atributos, sobretudo quando se configuram distantes do referencial teórico do campo do restauro ou quando o refletem de modo distorcido. Conforme já mencionado na Introdução, ainda que o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, 2020) tenha versado acerca dos princípios da qualidade das intervenções projetuais, com potencial impacto nos bens culturais do Patrimônio Mundial, eles não foram claramente delimitados, de modo a consistirem em um apoio mais substancial. Essas e outras lacunas situam a avaliação de projetos de restauro de sítios históricos como um relevante contributo à conservação.

Desse modo, o presente capítulo versa sobre os entendimentos que envolvem as noções de qualidade e de avaliação, sobretudo na junção dos termos — avaliação da qualidade, em sua estruturação por indicadores, variáveis, critérios, ponderações e atores sociais, assim como o modo de aplicabilidade da avaliação

propriamente dita. É extensivo ao relato de experiências de avaliação de projetos, no que concerne sua aproximação ao saber da salvaguarda cultural de sítios históricos, em seus limites e potencialidades, sobretudo quando se trata da avaliação de riscos, dado a problemática da pesquisa demandar o envolvimento de algumas de suas noções. Tal conteúdo tem o intuito articular as questões teórico-metodológicas do restauro e a experiência de pesquisas e de projetos em Olinda, para subsidiar as reflexões na condução da etapa propositiva da tese, também constante desse capítulo.

A proposição da avaliação se deu baseada na compreensão do “Projeto de Restauro no casario do sítio histórico de Olinda”, definido pelo seu Método, de onde foi possível a acomodação das categorias de análise da pesquisa, enquanto parâmetros a nortearem a mensuração. O agrupamento das mesmas categorias ofereceu as bases para a criação de indicadores de medição, objetivados enquanto dimensões incontornáveis da avaliação e apoiados na definição das variáveis de inferências, da escala de mensuração e dos atores sociais. Um caminho de operacionalização da Avaliação foi sugerido, a partir da abordagem do tipo arquitetônico do casario, relacionado a cada indicador, aos moldes da estruturação prevista no método de avaliação multicritério conhecido por “árvore de pontos de vista”, pela aproximação que resguarda ao campo da conservação. Tal caminho operacional não seguiu apoiado em uma matriz matemática ou modelo estatístico, que desse conta da base de cálculo necessária aos efetivos resultados da mensuração — ao demandarem um domínio específico e distanciado do campo da Arquitetura, não foram definidos como objetivos da pesquisa.

Ao tempo em que a avaliação dos projetos de restauro, situada no momento posterior à concepção projetual e anterior à execução das obras, atua no reconhecimento das ameaças que podem levar a perdas ou danos ao bem cultural, tem condições de oferecer reflexões contributivas, em um viés valorativo e no intuito de potencializar a vida útil do bem.

Para a definição dos entendimentos gerais que envolvem a avaliação e experiências afins, foram utilizadas basicamente fontes secundárias, representadas pelas pesquisas acadêmicas e por trabalhos especializados, de autoria de pesquisadores especialistas e de entidades internacionalmente reconhecidas no campo da salvaguarda cultural, tais como a Organização das Nações Unidas para

a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH), o Instituto Central do Restauro (ICR), entre outras, de modo a constituir uma base de reflexão. Para a proposição, os conteúdos até então discutidos serviram de inspiração para os contributos.

4.1 Entendimentos: noções e experiências

De acordo com Costa (1995, p. 02), ao referenciar o British Standard BS4778, a qualidade consiste no “conjunto de propriedades e características de um produto ou serviço relacionadas com a sua capacidade de satisfazer exigências expressas ou implícitas”. Enquanto as propriedades podem ser entendidas como os atributos que qualificam um objeto, as exigências podem constituir as principais demandas associadas a uma base referencial, selecionadas como relevantes e representativas do desempenho do mesmo objeto. Embora não seja possível um consenso entre autores, acerca do conceito de qualidade, ele envolve basicamente questões de conformidade de um objeto a determinados padrões, seu uso adequado e a possível satisfação de seus usuários.

Essa e outras compreensões relacionadas ao entendimento da qualidade vão de encontro à associação estabelecida por Furtado (2002, p. 164) às ações de avaliação: “avaliar significa observar com que nível de sucesso a ação ou projeto está se desenvolvendo. Portanto, está relacionada com qualidade”. Segundo Hidaka (2011), a avaliação consiste em uma ação que envolve variáveis acerca de um problema, a serem analisadas enquanto alternativas possíveis, a fim de serem julgadas, cujo resultado seja capaz de ilustrar o grau de atendimento de determinada ação ou projeto a padrões pré-definidos. Segundo Furtado (2002) e Aguiar (2019), a avaliação pode acontecer em três momentos distintos: no antes, no durante e no após a implementação da ação.

Com base na condição de monitoramento do estado de conservação de sítios históricos do Patrimônio Mundial, incentivado pela UNESCO enquanto parâmetro para a permanência desses bens na Lista do Patrimônio Mundial, os estudos de Herb Stovel (2002, p. 175) o associam à estruturação de um processo de avaliação de bens culturais, definido com uma periodicidade e um acompanhamento contínuo.

No monitoramento, um dos instrumentos recomendados para a operacionalização das avaliações tem sido o uso dos indicadores, enquanto “necessários para que se possa medir o sucesso ou o fracasso das ações desenvolvidas” (Furtado, 2002, p. 163). Os indicadores “são relações matemáticas que podem descrever um determinado aspecto da realidade. São, portanto, representações numéricas de características, aspectos ou atributos da realidade previamente definidos como importantes” (Furtado, 2012, p. 173), cuja finalidade consiste em “indicar” o estado de uma ação ou projeto, voltada para a avaliação de tendências ou prevenção de problemas, entre outras funções. Ainda segundo Furtado (2012, p. 176), “eles dão significado prático, empírico, a conceitos abstratos, isto é, traduzem conceitos não mensuráveis em termos operacionais, mensuráveis, claros, objetivos”.

A medição, ou mensuração, que fundamenta esse processo pode ser entendida como a capacidade de representação das propriedades de uma ação ou projeto, ou de seus atributos, por meio de símbolos, especialmente quando numéricos, dedicados à quantificações (Finkelstein, 2009). Ao fornecer uma descrição objetiva da essência dessa ação ou projeto, ou de seus atributos, com a ajuda de uma escala, a qual pode ser entendida como “o conjunto de valores ou conteúdos de uma variável arranjados de acordo com algum critério de importância (matemático ou subjetivo) para fins de mensuração, podendo esses valores serem métricos ou não” (Bermudes *et al*, 2016), a avaliação torna-se alcançada.

A construção dos indicadores para subsidiar uma ação de avaliação não é uma atividade simples, mas deve refletir os conceitos e características do que se deseja avaliar, sejam processos ou atributos, que vão demandar procedimentos específicos, sobretudo na consideração dos contextos socioculturais em que se acham inseridos (Stovel, 2002). Das características relevantes de serem assumidas pelos indicadores, os autores Furtado (2002) e Jannuzzi (2006) recomendam o grau de confiabilidade em relação ao que se pretende medir, a seletividade ou importância em relação ao tema, a representatividade dentro do conjunto, o baixo custo de obtenção, a clareza e a facilidade de comunicação. Os mesmos autores ainda esclarecem que os indicadores podem ser de natureza quantitativa, quando objetivos e com fins de comparações entre ações ou projetos, ou qualitativa, ao se relacionarem a abordagens subjetivas e não quantificáveis. De modo operacional, Stovel (2002, p. 181) reconhece os indicadores enquanto descritivos (diretos, quando associados diretamente a um fenômeno), substitutos (indiretos, quando

relativos a algum evento causado por determinado fenômeno) ou comparativos (quando se pretende confrontar elementos em circunstâncias controladas). O mesmo autor também identificou que os indicadores podem se diversificar entre os de força motora (quando relacionados às atividades humanas ou processos que causam pressão nas estruturas materiais ou imateriais dos bens culturais), de estado (que dizem respeito à natureza da situação) ou de resposta (quando associados a possíveis resultados de ações ou estratégias definidas)¹³⁹.

Em termos metodológicos, Stovel (2002, p. 180) recomenda que os indicadores não sejam construídos de maneira isolada, mas associados a outros indicadores igualmente relacionados ao problema, de modo que fortaleçam ou melhor representem a ação ou projeto que se deseja mensurar. Foi nessa perspectiva que o autor Jannuzzi (2006) identificou a possibilidade de os indicadores se diversificarem entre os “simples, a partir de uma estatística definida, ou compostos, formados através de um método de aglutinação entre dois ou mais indicadores simples e podem compor um índice”. De modo composto, os indicadores podem resultar na montagem de um sistema, “construído segundo uma lógica específica de estruturação, na qual devem ser refletidas as múltiplas dimensões que caracterizam o aspecto ou o fenômeno da realidade a ser observado” (Lira, 2009, p. 55).

Para a montagem de um sistema de avaliação por indicadores compostos, autores diversos parecem demonstrar consensos em torno da sua estruturação, quando definidas quatro etapas principais: enquanto Jannuzzi (2006) reconheceu como relevante a caracterização da temática ou do conceito abstrato, a identificação das dimensões e variáveis, a obtenção das estatísticas associadas ao tema e a

139 No campo das ciências sociais, os indicadores vêm sendo adotados como um instrumento através do qual são representadas grandezas acerca de temas específicos, a servirem como base aos processos de tomadas de decisão. De acordo com Jannuzzi (2006, p. 15): “um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, é constituído pela combinação de indicadores como a taxa de natalidade, a taxa de alfabetização e o produto interno bruto (PIB) *per capita*, de cada região. Mais comumente difundido a partir da década de 1990, o IDH tem auxiliado as políticas públicas e a tomada de decisão acerca da alocação de recursos e investimentos, para o alcance de metas pré-determinadas.

composição dos indicadores, por meio da combinação das estatísticas, Mikesell (1986, p. 64) definiu “identificar variáveis apropriadas, identificar valores apropriados para cada variável, atribuir pesos para esses valores e determinar um limite de significância”. O entendimento de Stovel (2002, p. 176) também converge a tais etapas, ao mencionar a importância da escolha do objeto foco da avaliação, dos parâmetros a serem mensurados em relação ao objeto, a definição do caminho para onde os parâmetros devem ser orientados, e, por fim, a seleção dos indicadores associados aos parâmetros escolhidos.

Uma estratégia para o arranjo dos indicadores em seu conjunto referencial tem sido o estabelecimento de ponderações em suas variáveis de inferências, enquanto valorações numéricas diversas que, em certa medida, oferecem hierarquizações associadas à base conceitual do que se pretende mensurar:

Atribuir pontuações numéricas ou ponderar os valores exige que se julgue a importância relativa das variáveis. (...) Por uma questão prática, é necessário preocupar-se principalmente em classificar as variáveis. Quando as variáveis são classificadas, os valores podem ser ponderados proporcionalmente. Finalmente, deve-se selecionar um corte numérico ou limite de significância. O limite será afetado pela natureza do sistema de avaliação (Mikesell, 1986).

O resultado de uma avaliação deve representar um julgamento, entendido, operacionalmente, como uma “decisão ou conclusão feita com base em indicadores e probabilidades quando os fatos não estão totalmente claros e apurados” (Abercromby, 1960, *apud* Caple, 2000, p. 7) ou mesmo como “ponderação do conhecimento que leva à decisão” (Caple, 2000), apoiada nas variáveis criadas sobre a ação ou projeto que se deseja avaliar¹⁴⁰. No campo da conservação, o autor Muñoz Viñas (2003, p. 178) confere ênfase à intersubjetividade, enquanto meio para o alcance de acordos entre os sujeitos, o que configura o estabelecimento de consensos, enquanto benéficos à consolidação das decisões decorrentes do julgamento. Trata-se de um olhar ampliado, centrado nas relações entre os sujeitos e destes com o bem cultural, e afastado da outrora abordagem objetivada no bem: “o critério de decisão na conservação não é nem o significado nem a função, mas o conjunto de valores que diferentes pessoas atribuem a um determinado objeto de modo a se alcançar um equilíbrio”.

140 Pelas diversas visões que envolvem um mesmo problema, o julgamento se constitui como uma atividade balanceada, passível de desvios, cuja condição não se coloca como irrefutável.

Nos termos em que a avaliação consiste em uma ação que leva a uma decisão, o especialista Bana e Costa (1993a) reconhece duas etapas metodológicas relevantes: (i) a fase de estruturação, relacionada à modelagem de uma estrutura de decisão, e (ii) a fase de avaliação, que consiste na definição de métodos e técnicas para aplicação dessa estrutura de decisão, com a aplicabilidade.

De modo sintético, o autor entende a fase de estruturação como responsável pelo delineamento da ação ou projeto que se pretende avaliar, na definição das “diversas propriedades, predicados, atributos, qualidades e respectivos indicadores, inerentes, atribuídos ou desejados para as ações potenciais” (Bana e Costa, 1993a, p. 20), de modo a ser operacionalizada. Também essa fase deve abranger a definição dos atores a serem envolvidos na avaliação, selecionados em grupos de indivíduos com características comuns, cujas redes de relações são estabelecidas entre eles e deles para com os objetos a serem avaliados: “as *redes de relações dos actores têm um carácter dinâmico e instável: elas formam-se e modificam-se ao longo do desenrolar do processo de decisão*” (Bana e Costa, 1993a, p. 11). Definidos a partir de uma ideia de *eixo funcional*, ao invés de uma convencional hierarquização, desaconselhada em virtude da insubordinação dos sujeitos entre si, os grupos de sujeitos podem se configurarem aproximados ou afastados dos fenômenos a serem mensurados, a refletirem as ponderações atribuídas: “a forma como os actores influenciam a tomada de decisões é ditada pelos *sistemas de valores* que representam e defendem e pelas relações que entre eles se estabelecem. De tal modo que *os valores* de um actor condicionam a formação dos seus objectivos, interesses e aspirações” (Bana e Costa, 1993a, p. 10).

Já sobre a fase de avaliação, o mesmo autor explica se tratar do modo de julgamento das alternativas que representam a diversidade de configurações da ação ou projeto, apoiado na definição da estruturação, ou seja, da composição dos indicadores, variáveis, critérios, ponderações e atores sociais. Nessa fase, devem ser consideradas três ações sistemáticas: (i) a validação dos atores e das ações escolhidas, (ii) a validação da construção do método de avaliação e, por fim, (iii) a validação desse método com a aplicação de um caso específico.

Acredita-se que a articulação entre as duas etapas do que se entende por uma ação de avaliação pode configurar um método de avaliação da qualidade de projetos, cujo entendimento do autor Costa (1995, p. 04) esclarece que:

Um MÉTODO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE PROJECTOS será, assim, um conjunto de procedimentos, definidos a partir do desenvolvimento de uma hierarquia lógica de objectivos a cumprir, que permitirá estabelecer uma distinção de nível qualitativo entre diversas soluções projectadas com base na verificação concreta de determinadas circunstâncias.

Métodos de avaliação considerados multicritérios, ou seja, que dispõem de alternativas diversas, devidamente estruturadas, para fins de julgamento e decisão, têm sido difundidos quando os objetivos de pesquisas acadêmicas assumem o intuito de aferições quantitativas. Enquanto Pedro (2000) investigou alguns dos métodos multicritérios para fins de avaliação da qualidade de projetos de habitação¹⁴¹, Redondo (2017) inferiu outras metodologias voltadas para a avaliação da reabilitação da Fábrica de papel de Valmaior, distrito de Aveiro, em Portugal¹⁴². Ambos tiveram em comum, embora Pedro (2000) com maior ênfase e detalhamento, a escolha pela metodologia da “árvore de pontos de vista” ou “árvore de decisões”, para as aferições, entendida como uma estrutura organizada pela disponibilização das características das soluções consideradas relevantes na avaliação¹⁴³. Desdobrado em cinco níveis (os físicos, os grupos de qualidades, as qualidades, os indicadores de qualidade e os elementos de avaliação), o modo de operacionalidade de tal avaliação se assemelha a uma estrutura arbórea, a partir de um tronco ou haste, de onde partem ramificações, a disporem de um modelo matemático ou estatístico para a mensuração dos resultados. A árvore de pontos de vista proposta por Pedro (2000) permitiu a definição de alternativas de avaliações globais ou individualizadas, a partir dos objetivos traçados, cujo sistema de apoio à decisão remete aos entendimentos de Bana e Costa (1993a), já mencionados.

Pela relativa aderência ao campo da conservação, o autor Caple (2000, p. 170) posiciona-se favorável ao método de avaliação estruturado enquanto árvore de pontos de vista, cuja confiabilidade “depende da precisão dos números de probabilidade atribuídos a qualquer resultado dado de uma ação”. Experiências de avaliação de projetos foram consultadas, para fins de maiores investigações sobre o tema, e seguem mencionadas, dada a aproximação temática com os objetivos da tese e a relevância que assumiram em suas áreas de concentração.

141 Dentre os quais, o método Klein, N. Portas e A. Costa, Qualitel, SEL, árvore de pontos de vista.

142 Dentre os quais, o MAVT (Multiattribute Value Theory), o ANP (Analytic Network Process), o AHP (Processo de hierarquia analítica), o Delphi e o MAUT (Multi-Attribute utility theory),

143 Segundo observações de Bana e Costa (1993a), um “ponto de vista”, constituinte da estruturação de tal metodologia avaliativa, consiste em um aspecto da decisão tido como importante no modelo de avaliação e representativo de um sistema de valor de um grupo de atores.

4.1.1 Experiências de avaliação na conservação e nos riscos

No campo da salvaguarda cultural, a avaliação de projetos parece ainda de rarefeita exploração, com contornos pouco claros, tampouco objetivos, cujas experiências são esparsas e pouco extensivas à operacionalidade. A partir do último quartel do século XX, quando os princípios da conservação integrada, constantes na Declaração de Amsterdã (1975), absorveram a abordagem ambiental é que foram deflagradas iniciativas de avaliação do Patrimônio Mundial, associadas às demandas de monitoramento.

A Conferência da Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), ocorrida no Rio de Janeiro e promovida pelo Comitê do Patrimônio Mundial¹⁴⁴, da UNESCO, teve como um dos resultados a elaboração do documento que ficou conhecido por “Agenda 21”, amparado na sensibilização ambiental e no fortalecimento da noção do desenvolvimento sustentável para as políticas públicas. Em 1996, tal documento serviu de base de discussão para a formulação de indicadores de desempenho ambiental¹⁴⁵, os quais logo inspirariam a criação de outros, mas voltados para a estruturação do monitoramento do estado de conservação do Patrimônio Mundial, que se achava de tímido desdobramento.

Liderada pelo Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH), instituição de proteção cultural do governo espanhol, em parceria com especialistas membros do ICOMOS e do WHC, em 1999, a experiência tornou-se um marco nesse tema¹⁴⁶, ao deflagrar a elaboração de 54 indicadores da conservação. Baseados na identificação dos valores patrimoniais mais recorrentemente atribuídos aos bens, a variarem entre os Valores Urbanos (14 indicadores); Valores territoriais (13 indicadores); Valores Arquitetônicos (07 indicadores); Valores Ambientais

144 O Comitê do Patrimônio Mundial foi criado em 1972, quando a UNESCO estreava a atuação na identificação e preservação dos bens patrimoniais, ao instituir a Lista do Patrimônio Mundial. Passados vinte anos, foi criado o Centro do Patrimônio Mundial, o *World Heritage Centre* (WHC), com o propósito de cuidar da operacionalização da Convenção do Patrimônio Mundial.

145 Divididos em indicadores de estado, de força motora e de resposta, os Indicadores ambientais foram mencionados em Stovel (2002, p. 184-185) e podem ser encontrados em: <https://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/indisd/english/worklist.htm>

146 Cabe salientar o pioneirismo dos estudos estadunidenses do *College Hill*, no desenvolvimento de um sistema de análise e avaliação de arquitetura histórica, mas para fins de seleção à preservação, baseado em sete critérios e suas ponderações, estabelecidos pelo *National Trust* — significância histórica (30); significância arquitetônica (25); importância no contexto (15); manifesto de um design original (8); e estruturas físicas (10), piso (4) e vizinhança (8) (Kalman, 1976; Mikesell, 1986).

e Paisagísticos (06 indicadores); Valores Culturais (06 indicadores); Valores Sociais (04 indicadores) e Valores Históricos (04 indicadores), os indicadores significavam uma pioneira aproximação ao referencial teórico da salvaguarda cultural.

Enquanto produto do monitoramento, as entidades governamentais instituíram a elaboração de relatórios periódicos, a cada decênio, a serem assumidos pelas instituições gestoras, os quais deveriam contemplar: a definição de arranjos administrativos para o monitoramento, o estabelecimento de indicadores para avaliação do estado de conservação dos bens culturais e a apresentação dos resultados. Embora tenha acumulado aparente rigor técnico e demandado procedimentos a serem cumpridos pelos gestores institucionais, o estudo não foi sequenciado na operacionalização desses indicadores, de modo que não foram encontradas experiências na avaliação do estado de conservação dos bens culturais, até o presente momento, para fins de legitimação — o que configura lacunas na salvaguarda do Patrimônio Mundial.

Por outro lado, foi possível registrar a iniciativa de instrumentalização de profissionais para atuação na gestão do Patrimônio Mundial, representada no curso de especialização promovido pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), em parceria com a Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE)¹⁴⁷, a partir do século XXI. A abordagem teórico-metodológica da gestão da conservação foi enfrentada no conteúdo das aulas pelo encadeamento das etapas de análise, proposição, monitoramento e negociação, onde a avaliação e o uso de indicadores eram considerados como estratégias para acompanhamento da manutenção do VUE.

As investigações de Herb Stovel (2002), discutidas no âmbito do referido curso, voltadas para a avaliação do estado de conservação de bens culturais do Patrimônio Mundial, sugeriam a articulação teórica entre as dimensões do significado/valores culturais, com o grau de autenticidade e integridade em relação a tais significados/valores e com o estado de conservação dos atributos. No caso dos sítios históricos, o autor destacou a consideração à “qualidade de vida” dos cidadãos que habitam e usufruem das preexistências e lhe conferem significados, enquanto associação

147 Em 2002, o curso de Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano da América Latina (ITUC/AL) foi transformado em uma Cátedra UNESCO, *latu sensu*, responsável pela formação de mais de 150 especialistas, mas, desde 2015, encontra-se em suspensão.

entre as dimensões materiais e imateriais, como componentes indispensáveis “para entender como mudanças físicas diminuiriam ou melhorariam os valores patrimoniais específicos pelos quais o sítio é reconhecido” (Stovel, 2002, p. 177). Para o autor, “os *indicadores de significado* precisarão refletir tanto o impacto do tempo e da ação sobre os valores reconhecidos de um bem, quanto os atributos claramente identificados que apoiam e carregam os valores importantes identificados” (Stovel, 2002, p. 178).

As reflexões ainda evocaram as preocupações oriundas das pressões externas sobre os sítios históricos (demográficas, econômicas, ambientais e tecnológicas), que ameaçam as condições de autenticidade, integridade e significância dos bens, associadas a uma tentativa de operacionalização da avaliação do estado de conservação. Para além de inspirar pesquisas afins (Lira, 2009; Hidaka, 2011), tais inferências embasaram e introduziram, no Brasil, o viés da avaliação dos riscos decorrentes das pressões, cuja equação propositiva a definia como o produto do perigo (associado à probabilidade de perda ou dano do bem) pela vulnerabilidade (tida como a suscetibilidade de um bem à degradação). Embora o estudo tenha significado um avanço teórico-metodológico no campo da avaliação da conservação, ele não foi extensivo a demonstrações da aplicabilidade prática.

No cerne dessas discussões e com a emergência da sensibilização da preservação dos ecossistemas, nas últimas décadas, as preocupações relacionadas aos impactos ambientais¹⁴⁸ têm assumido um lugar de destaque quando o assunto é o estado de conservação dos sítios históricos do Patrimônio Mundial e a transmissão do Valor Universal Excepcional (VUE). Embora aparentemente constituir campos de saberes desconexos, na medida em que os impactos ambientais ameaçam a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida nele existente, terminam por afetar a conservação das estruturas edificadas dos sítios históricos e da paisagem, enquanto alguns dos elementos pelos quais os mesmos são reconhecidos e valorados.

Apesar de os danos que afetam o patrimônio cultural, decorrentes de eventos ambientais, não serem restritos à atualidade, vale destacar as recentes situações

148 No âmbito da presente pesquisa, o impacto ambiental consiste em uma consequência negativa decorrente de desastres ambientais, entendidos como o resultado da combinação entre a exposição de um bem a uma ameaça, sua condição de vulnerabilidade e sua insuficiente capacidade de enfrentamento dos efeitos negativos (UNISDR, 2009, p. 14). Dentre os desastres ambientais mais comuns, estão o desmatamento, as mudanças climáticas, os deslizamentos de morros, entre outros.

ocorridas no Brasil e que resultaram em sérias consequências ao estado de conservação: enquanto um sobrado antigo situado no sítio histórico de Ouro Preto, em Minas Gerais, foi completamente destruído por deslizamento de terras, agravado pela topografia acidentada e pelas chuvas intensas, a cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, foi atingida por um temporal, seguido de inundações, que gerou significativos impactos sobre monumentos históricos, como o Palácio Rio Negro e a Casa da Princesa Isabel. Em contexto internacional, casos como o terremoto que atingiu a cidade asiática do Nepal e danificou gravemente seus bens culturais do Patrimônio Mundial, situados no vale de Katmandu, e os conflitos armados, que, apesar da natureza antrópica, comprometeram o patrimônio histórico de cidades sírias e iraquianas, resultaram em severas perdas. Trata-se de situações cuja estratégia de avaliação dos riscos, sejam ambientais e/ou antrópicos, sobre os bens culturais poderia ter mitigados os eventuais danos, o que torna expressivo sua compreensão:

metodologia para determinar a natureza e grau de risco por meio de análise de possíveis ameaças e avaliação das condições existentes de vulnerabilidade que juntos poderiam potencialmente prejudicar a população, propriedade, serviços e meios de modo de vida exposto, assim como o meio ambiente do qual eles dependem (UNISDR, 2009, p. 13-14).

Em sua natureza, o risco pode ser identificado como direto, a exemplo de manifestações de fissuras ou rachaduras a afetarem objetivamente a estrutura das preexistências, ou indireto, cujas perdas vão depender de eventos externos, a exemplo de um terremoto capaz de causar um arruinamento estrutural de uma igreja histórica. A depender de como o perigo se configure e do grau de vulnerabilidade que o bem cultural se encontre, é possível definir sua capacidade de enfrentamento, entendida como “a habilidade da população, organizações e sistemas, usando de recursos e habilidades disponíveis, de enfrentar e gerenciar condições adversas, situações de emergência ou desastre” (UNISDR, 2009, p. 10). Ao consistir em um estado de sobrevivência, a capacidade de enfrentamento pode ser aferida em três situações: (i) na possibilidade de ações preventivas ante o risco, com planejamento e avaliação, (ii) durante a ocorrência dos eventos, com procedimentos de caráter emergencial, e (iii) na mitigação dos seus efeitos negativos, cuja análise dos danos demandará medidas conservativas.

Tais noções não devem ser confundidas com a condição de resiliência dos bens culturais, então entendida como “a capacidade de um sistema, comunidade ou

sociedade exposta a uma ameaça a resistir, absorver, adaptar e recuperar de seus efeitos de maneira oportuna e eficaz, incluindo preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas” (UNISDR, 2009, p. 28). Oriunda do campo da ecologia, a resiliência tem ganhado evidência na oportunidade de avaliação de riscos de desastres em preexistências, sejam elas ambientais ou históricas, cujo fortalecimento tem sido defendido pelas autoras Furtado e Bonazza (2015, p. 141). Não sem razão, tentativas de equacionamento dos efeitos negativos decorrentes dos impactos em sítios históricos do Patrimônio Mundial têm sido registradas com foco na abordagem dos riscos deles emanados.

Uma delas foi desenvolvida pelo Instituto Central do Restauro, na Itália, ainda na década de 1990, conhecida por “Carta de Risco”, a qual constitui uma metodologia de trabalho que reúne uma base de dados cartográficos, associada à identificação de potenciais fatores de risco que afetam o patrimônio cultural e arqueológico, a partir das tipologias dos bens e seu estado de conservação¹⁴⁹. Isso porque a Itália, ao concentrar uma grande quantidade de bens culturais do Patrimônio Mundial, consiste em um território muito exposto a erosão, terremoto, vulcanismo, inundação, enquanto eventos naturais que ameaçam a estabilidade e integridade desse acervo. A superposição entre os dados cadastrais, arquitetônicos e normativos dos bens culturais, veiculada às vulnerabilidades e fatores de perigo que sobre os mesmos incidem, permitiu o desenvolvimento de fichas sistemáticas, articuladas a um Sistema de Informações Geográficas (SIG), para fins de territorialização, prevenção de danos e orientação das práticas de preservação¹⁵⁰. De acordo com Accardo *et al* (2003, p. 44), “o objetivo final do projeto é determinar a extensão e a distribuição espaço-temporal da perda/risco de propriedade cultural através da definição de dois parâmetros fundamentais – perigo territorial e vulnerabilidade”.

A Carta de Risco italiana propunha uma equação, cuja intensidade do risco se dá pelo produto entre a periculosidade (com base nos impactos estrutural, humano e ambiental), os elementos (ou atributos expostos) e a vulnerabilidade (associada ao estado de conservação do bem). Com tais dimensões, a metodologia

149 Baseada em estudos de Giovanni Urbani, que foi um dos diretores do ICR, entre as década de 1970 e 1980, tal metodologia foi inspirada no conceito de restauração preventiva, de Césari Brandi, e objetivava um planejamento da conservação de monumentos.

150 <http://www.cartadelrischio.beniculturali.it/>

consegue cruzar as informações e oferecer dados para as medidas conservativas e preventivas dos bens, inclusive em uma abordagem estatística, a partir de dados alfanuméricos.

Por meio da formalização de um memorando entre o Instituto Central do Restauro e o Instituto Superior de Pesquisa Ambiental da Itália, a metodologia da Carta de Risco foi ampliada e se tornou fortalecida no desenvolvimento de protocolos de avaliação e quantificação de danos decorrentes de ameaças ambientais aos bens culturais, em uma abordagem de “sistema”. Um dos aspectos inovadores consistiu em analisar os bens em sua contexto territorial específico e na dinâmica atual dos processos de degradação, enquanto diretriz para as medidas preventivas aos bens.

Posteriormente, tal parceria passou a contar com os dados sistematizados do Inventário dos Fenômenos de Deslizamento, da Itália, o que ampliou as alternativas de mensuração dos danos, a partir do perigo específico de deslizamentos. A aplicação da Carta de Risco no Vale dos Templos, na Sicília, por exemplo, permitiu constatar que tal fenômeno podia afetar diretamente alguns bens, o que demandou técnicas de monitoramento remoto, voltadas para a observação dos eventos e análise das condições de vulnerabilidade do bem (Spizzichino *et al*, 2013, p. 29). Para tanto, foi instituída uma ficha de vulnerabilidade do bem de modo a relacionar o grau de perda esperado e o dano específico para diferentes tipos de deslizamento de terra. De acordo com Spizzichino *et al* (2013, p. 24):

Ao assumir o risco de perda do patrimônio cultural como critério para a identificação de prioridades operacionais, o conhecimento da sua distribuição no território é útil e necessário para o desenvolvimento de políticas setoriais, em particular, para a prevenção e planejamento de intervenções de proteção, de conservação e uso da terra.

Em constante aperfeiçoamento e com a parceria de instituições afins, a Carta de Risco italiana tornou-se um robusto instrumento de planejamento e tem inspirado outras ações de mesma natureza, a exemplo da Carta de Risco do patrimônio arqueológico dos Açores.

Por outro lado, um pioneiro estudo foi publicado pelo especialista Herb Stovel (1998), na experiência institucional patrocinada pela parceria firmada entre a UNESCO, ICCROM, ICOMOS e WHC, para instrumentalização dos gestores públicos com a causa dos impactos ambientais em sítios históricos do Patrimônio Mundial.

A partir da integração entre medidas técnicas, administrativas e operacionais, teve objetivos voltados a uma atitude preventiva, ao invés da convencional postura corretiva. Os princípios sistematizados pelo autor, baseados nas recomendações da Carta de Veneza (1964), foram voltados para uma abordagem integrada entre edifícios, estruturas e paisagens, para a diminuição dos impactos sobre os valores patrimoniais, para a manutenção das propriedades patrimoniais e dos atributos significantes, para o envolvimento dos moradores e comunidades locais nas ações e para um amplo trabalho de documentação (do bem e dos riscos) e de planejamento (Stovel, 1998, p. 19-21). Ainda que o documento reúna importantes diretrizes na prevenção dos riscos, nas distintas situações de perigo (incêndio, terremoto, inundação, conflitos armados), o material não é extensivo às medidas de operacionalidade avaliativa.

Do ponto de vista institucional, manuais de orientação ao enfrentamento dos riscos de desastres no Patrimônio Mundial foram publicados pela UNESCO, ICCROM, ICOMOS (2010), pela UNISDR (2015) e pelo ICCROM e *Canadian Conservation Institute* (2016), na tentativa de discutir os problemas e de exercitar proposições de operacionalização e com a exposição de casos demonstrativos.

Especificamente no contexto da avaliação dos riscos, entidades como o ICCROM e o *Canadian Conservation Institute* (2016) lançaram a associação da metodologia conhecida por “Escala ABC” para o campo do patrimônio cultural¹⁵¹, a partir da articulação entre a probabilidade de ocorrência de um desastre, suas consequências e as perdas de valores, cujos resultados eram associados em escala de gradação simples — alta, média, baixa e sem consequências (ICCROM e CCI, 2016, p. 36-37). O produto dessa avaliação é tido como a Magnitude do Risco, que pode ser mensurada em riscos individuais ou em atributos, separadamente ou articulados, assim como podem ser definidos cenários, entre o mais provável, o pior e o melhor cenário, com os devidos graus de incerteza. A relação estabelecida entre as dimensões é diretamente proporcional, ou seja, quanto maior a probabilidade de ocorrência de determinado desastre e o nível de consequência sobre o bem cultural ou atributos, maior a possibilidade de perda dos valores culturais. Trabalhos acadêmicos têm envidado esforços em aplicar a Escala ABC, sobretudo na avaliação da conservação de acervos museológicos, a fim de definir atitudes

151 Embora o documento do ICCROM não seja claro, a metodologia da Escala ABC parece ter sido originalmente publicada por Rob Waller e Stefan Michalsky, em 2006.

preventivas em função da manutenção dos atributos (Barboza *et al*, 2009; Coelho *et al*, 2020).

Uma experiência que se aproxima dessa avaliação foi promovida pela UNISDR (2015), a partir da relação entre os níveis de vulnerabilidade dos bens culturais com os de perda e o grau de ameaça, por meio da identificação das características físicas, do estado de conservação e dos danos prováveis aos mesmos bens — relações conhecidas por “funções de vulnerabilidade” ou “funções de dano”. A vulnerabilidade era passível de mensuração para cada tipo arquitetônico e para cada ameaça, a resultar no cálculo da distribuição de probabilidade das perdas.

Já a pesquisa que subsidiou o Plano de Gestão de Riscos de desastres no Centro histórico de Quito¹⁵², desenvolvida por Zancheti (2017), partiu da metodologia de avaliação de objetos patrimoniais (Zancheti, 2016), a qual se estrutura nos seguintes passos ordenados: (i) elaboração de uma narrativa valorativa do objeto (aos moldes de uma significância cultural); (ii) identificação dos atributos do bem; (iii) avaliação da integridade; (iv) avaliação da autenticidade; (v) atribuição de valores patrimoniais e, por fim, (vi) a organização da escala de importância dos elementos valorativos. Com a hierarquização dos bens culturais ou de seus elementos, foi possível aplicar a metodologia de avaliação do risco de desastre, cuja equação consiste no produto obtido entre o grau de perigo (relacionado com a probabilidade de ocorrência do risco), a vulnerabilidade do objeto (seja de cada elemento, componente ou mesmo do objeto como um todo) e a importância (valor) do bem (Zancheti, 2017, p. 17).

A mesma metodologia criada para a avaliação de objetos patrimoniais (Zancheti, 2016) serviu de base para a pesquisa da avaliação do estado de conservação do Conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte (MG), no Brasil, desenvolvido por Zancheti e Carsalade (2019), durante o Simpósio do ICOMOS (2019). Objetivada na criação de indicadores de desempenho (de estado e de processos), extraídos da declaração de significância do bem cultural, com a distribuição dos pesos relativos, de modo a situar a importância dos elementos no conjunto, a pesquisa buscava conferir bases para a ação de monitoramento do estado de conservação do bem, que também consta na Lista do Patrimônio Mundial, da UNESCO.

152 Publicado com apoio da UNESCO, por meio do WHC e do ICOMOS (2018).

Também os pesquisadores espanhóis ORTIZ e ORTIZ (2016) propuseram um método de avaliação da vulnerabilidade dos bens culturais a partir da definição de uma matriz de vulnerabilidade, a qual articula fatores estáticos e estruturais dos bens culturais, com a sensibilização ambiental, cujo resultado, aferido em uma escala simples de medição (alto, moderado, baixo e sem danos), constitui o Índice de Vulnerabilidade. No intuito de prevenção aos riscos de degradação das preexistências, entendidos como decorrentes da combinação entre a qualidade dos materiais, das estruturas, das condições ambientais e dos fatores antrópicos, os autores adotam uma abordagem combinada entre as dimensões urbanísticas, arquitetônicas, culturais, socioeconômicas e dos valores patrimoniais, partindo do conhecimento dos monumentos e de seus condicionantes ambientais. A metodologia buscou estabelecer a periodicidade de monitoramento, as prioridades das intervenções arquitetônicas em monumentos e estratégias de redução dos custos das ações de restauro e conservação.

No viés da articulação entre os riscos e os planos de eficiência energética, a pesquisa desenvolvida pelos especialistas Rockman *et al* (2016, p. 09), membros do *National Park Service*, entidade gestora da salvaguarda cultural nos Estados Unidos, defende a integração de edificações históricas às estratégias sustentáveis, por meio do uso de energia renovável e redução do gás carbônico na gestão dos recursos culturais. Os passos metodológicos propostos para lidar com a previsão dos riscos não diferem das pesquisas já referenciadas: identificação dos impactos e ameaças nos sítios históricos, avaliação da vulnerabilidade articulada à significância¹⁵³, monitoramento das mudanças e técnicas de preservação e documentação. Operacionalmente, a avaliação da vulnerabilidade dos bens culturais foi sugerida por meio da articulação entre a exposição aos riscos, a sensibilidade dos bens e sua capacidade de adaptação ao perigo (Rockman *et al*, 2016, p. 32).

Tal experiência se insere no curso das discussões internacionais voltado para o estímulo de estratégias de eficiência energética, como medidas mitigadoras de impactos ambientais, a exemplo do relatório do panorama europeu de 2015: “o património cultural é parte da solução para os desafios europeus das alterações climáticas, por exemplo, através da proteção e revitalização da energia

153 Os autores entendem que o Registro Nacional de Lugares Históricos oferece uma base para avaliação da significância dos elementos a serem inventariados.

presente no parque edificado urbano existente” (CHCFE Consortium, 2015, p. 28). Também o documento intitulado “Património Cultural Europeu: Estratégia para o século XXI” registrou recomendações de similar natureza: “desenvolver atividades experimentais dedicadas ao desempenho energético em edifícios antigos” (CE/CM, 2017, p. 20), enquanto articulação das políticas de património às ambientais. Dentre as recomendações associadas ao desenvolvimento de projetos de intervenção arquitetônica em bens culturais, tal documento reforça a necessidade de promoção de estudos de impactos em ampla escala e a adoção das recomendações constantes no Guia Operacional do Patrimônio Mundial, da UNESCO, o que converge às recomendações do ICOMOS, outrora destacadas.

Ao aliar o campo da salvaguarda cultural às estratégias de mensuração de projetos de restauro, cuja metodologia já se volta ao estímulo de iniciativas de eficiência energética, a recente experiência promovida pelo *GBC - Historic Building - Itália*, enquanto prática de certificação da qualidade do restauro, tem se destacado¹⁵⁴. Para a operacionalização da avaliação dos projetos, dada a metodologia também ter condições de ser aplicada no âmbito da execução das obras, é disponibilizado um roteiro a ser checado, cujos itens são agrupados por temas, com as ponderações relativas, a serem avaliados a partir da documentação entregue: (i) o diagnóstico do bem cultural, registrado na chamada “Carta de Identidade do Edifício Histórico”, e (ii) os projetos. A escala de medição se deu por pontuações, associadas à existência ou não dos itens no projeto, à espécie de um *checklist*, em que o resultado final situa o projeto em um dos níveis estabelecidos — bronze, prata, ouro e platino.

Dentre as potencialidades da metodologia, verificou-se a inclinação teórica ao campo do restauro, de vertente crítica-conservativa, cuja menção aos seus princípios demonstra a orientação perseguida:

Para maior sustentabilidade e evitar comprometimentos à autenticidade da textura (em termos materiais e estruturais figurativos), a intervenção deve funcionar com a adoção das medidas mínimas úteis para a salvaguarda da matéria, na reintegração da imagem (onde é rastreável) e atualização funcional do bem, com o objetivo de intervenção mínima. Adições ou melhorias estruturais também terão que ser projetadas sob essa luz (*Green Building Council*, 2017: XXIII) (traduções do autor).

154 Até então, o GBC Historic Building certificou, ou creditou (esse termo também pode ser usado), duas edificações: os antigos estábulos do Mosteiro Beneditino da Rocca di Sant'Apollinare, próximo a Perugia, e Museu Nacional do Judaísmo Italiano e o Holocausto, em Ferrara, ambos na Itália.

Das limitações observadas, algumas pareceram mais evidentes, dada a condição de preservação cultural constar como dos principais objetivos da avaliação: (i) parece não considerar a relação do projeto com o contexto preexistente nem com a paisagem; (ii) parece não considerar os significados ou a significância cultural, nem o tecido social, enquanto dimensões intangíveis, que são inerentes ao patrimônio cultural; (iii) parece não considerar a identificação dos atributos; (iv) distribuição aleatória de variáveis relacionadas com o restauro, entre as categorias de análise, a dificultar uma mensuração específica para o patrimônio cultural; (v) a ausência de análise voltada para a composição arquitetônica do projeto de restauro resultante da relação antigo-novo e, por fim, (vi) a ponderação entre as categorias de análise não prioriza o viés da preservação histórica e cultural da edificação, o que pode significar a extensão da aplicabilidade em qualquer edificação da cidade.

Tais lacunas contribuem por demonstrar uma certa prevalência conferida à abordagem da sustentabilidade, no roteiro definido para a avaliação dos projetos, cujas questões associadas à gestão da água, da energia e da atmosfera reúnem cerca de 33% dos pesos do conjunto, em detrimento aos aspectos históricos e valorativos do bem, os quais somam 18% dos pesos do conjunto. Isso significa afirmar que, embora seja evidente a sintonia que tal experiência resguarda junto ao discurso internacional de sustentabilidade ambiental, bem como aos princípios do restauro, ainda que dispersos nos discursos e em categorias de análise, a ponderação final da avaliação não privilegia a abordagem patrimonial. Nesses termos, entende-se que a experiência do *GBC - Historic Building - Itália*, ainda que configure um relevante avanço em favor da avaliação de projetos de restauro, pode se firmar distanciada dos pressupostos específicos, que orientam a continuidade valorativa dos bens.

Por outro lado, no contexto lusitano, a experiência de avaliação da qualidade de projetos, em condução pela entidade gestora Fundiestamo, amparada pelos investimentos do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), apesar da boa intenção na condução das ações, encontra-se sem maiores avanços. Ao adotar o conceito de Reabilitação do edificado, por meio da promoção e resgate da habitação em áreas históricas, voltada para estudantes, foram publicadas diretrizes projetuais no Manual FNRE, uma espécie de *GuideBook*, de autoria de

especialistas diversos¹⁵⁵. A ampla abordagem metodológica do material, inclusive no enfrentamento dos riscos, ambientais e antrópicos, envolve a conservação dos bens, extensiva ao viés do conforto ambiental, da sustentabilidade e da eficiência energética.

Outra experiência relativamente recente diz respeito ao desenvolvimento do sistema de certificação conhecido por LiderA, conduzido por pesquisadores associados ao Instituto Superior de Tecnologia, de Lisboa, capaz de ser aplicado em projetos de reabilitação ou em edifícios reabilitados, com ênfase nas questões ambientais e sustentáveis¹⁵⁶. O sistema busca avaliar padrões da construção civil a partir de critérios que a relacionam com os ecossistemas naturais, com a paisagem, com o desempenho energético, hídrico, de materiais, com a análise das cargas ambientais, no que se refere aos resíduos, ruídos, efeitos térmicos, entre outras questões de durabilidade da construção e da sua gestão, capazes de mensurar medidas de desempenho sustentável eventualmente adotadas no processo de planejamento (Pinheiro, 2006, p. 197).

Apoiada nessa metodologia, a pesquisa acadêmica de Cabral (2009) buscou desenvolver uma Certificação Ambiental para a arquitetura vernácula em processos de reabilitação. Ao adotar como vertentes, em sua proposição, a vulnerabilidade ambiental, o caráter patrimonial do bem, a capacidade de carga turística, a auto suficiência e a educação ambiental, a autora buscou atender aos critérios e princípios do sistema LiderA, mas adaptado às especificidades do seu objeto de estudo, com demonstração.

As experiências então expostas têm cumprido um relevante papel no processo de reflexão acerca do viés ambiental e sua direta associação com a mensuração da conservação e dos riscos de sítios históricos do Patrimônio Mundial, da

155 Em Portugal, os imóveis que se tornam patrimônio arquitetônico podem ser classificados como monumento (que constituem os imóveis individuais), conjuntos, sítios ou constituírem uma zona de proteção. Com tal registro, a salvaguarda passa à competência do Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico (IGESPAR), que deve definir ainda a instância de proteção: interesse nacional, interesse público ou de interesse municipal. Para os processos de intervenção física nestes bens, o Decreto-lei nº 309/2009, do Ministério da Cultura, exige a produção dos chamados “Relatórios Prévios”, que constituem documentos de extrema importância - a base para a aprovação de projetos de conservação e restauro sobre tais imóveis. É onde devem constar as características específicas, arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas dos imóveis, bem como a identificação dos atributos e valores patrimoniais. Também devem ser entregues os “Relatórios intercalares”, que registram o acompanhamento das obras, e os “Relatórios finais”, com a conclusão dos serviços.

156 Desenvolvido em 2007, o sistema LiderA encontra-se esclarecido em www.lidera.info

UNESCO. Em extensão, têm oferecido procedimentos teórico-metodológicos, mesmo operacionais, relevantes no enfrentamento das ações de avaliação, com as demonstrações em casos empíricos. Foram estudadas no intuito de conformarem uma consolidada base de investigação para subsídio à proposição da avaliação de projetos de restauro no casario do sítio histórico de Olinda, que se pretende na presente pesquisa.

4.2 Proposição: estruturação da Avaliação Patrimonial-Ambiental de Projetos de Restauro

A avaliação de projetos de restauro no casario do sítio histórico de Olinda tem por objetivo mensurar o grau de manutenção dos valores e significados do bem cultural, enquanto atributo do sítio histórico, os quais contribuem à transmissão do Valor Universal Excepcional (VUE), por ele acumulado, na condição de Patrimônio Mundial, quando alvo dos referidos projetos.

Acontece que o entendimento do que envolve uma possível mensuração da manutenção do VUE de sítios históricos do Patrimônio Mundial, sobretudo quando alvo de projetos de restauro, não é algo de fácil operacionalidade, nem de comum enfrentamento em trabalhos acadêmicos, nem em documentos institucionais. Uma vez que a problemática que ameaça tal notável condição de Olinda passa, de modo relevante, pela recorrência de intervenções projetuais malsucedidas no casario, as quais têm veiculado descaracterizações, físicas e imateriais, e desconsiderado o perigo de deslizamento das colinas históricas, a proposição da avaliação de projetos deve estimar tal cenário, de modo a evitar a sua gradual consolidação. Portanto, a estruturação da referida avaliação pressupõe a aproximação das teorias e recomendações do restauro e da abordagem ambiental à prática projetual, enquanto probabilidade para um caminho profícuo à conservação desse acervo cultural.

Tais condicionantes significam que um projeto de restauro pensado para o casario do sítio histórico de Olinda deve ser orientado pelo fortalecimento da capacidade conservativa dos elementos de longa duração, materiais e imateriais, associados aos valores e significados culturais aos mesmos atribuídos. A composição arquitetônica estabelecida entre as soluções projetuais e o bem cultural deve buscar a convivência harmoniosa das relações arquitetônicas, urbanísticas e

paisagísticas entre si, com o bem cultural e com o sítio em que se acha inserido. O atendimento às demandas ambientais, programáticas, funcionais e tecnológicas deve garantir a plena legibilidade e desfrute estético do bem, com a reversão das vulnerabilidades que sobre ele incidam, tendo em vista o enfrentamento do perigo de deslizamento das colinas históricas.

A condição do VUE do bem cultural estar relacionada à preservação dos atributos, valores patrimoniais e significados culturais, enquanto dimensões contempladas na legislação de proteção de Olinda (leis, tombamento, planos), leva ao entendimento que o alcance de eventuais resultados exitosos decorrentes da avaliação do projeto, conseqüentemente, situa-o atendente aos parâmetros normativos contidos nessas mesmas leis. Isso porque além da proposição de avaliação estar fundamentada com rigor teórico-metodológico, os instrumentos normativos de salvaguarda do sítio histórico, embora criteriosos e fundamentais à tanto, apresentam, pelo menos, 30 anos de obsolência, o que pode demonstrar uma certa incapacidade de, isoladamente, darem conta de desafios da atualidade. Ainda assim, os eventuais resultados exitosos não isentam o projeto de restauro de conferência à legislação de proteção durante a sua concepção, nem mesmo substitui a necessária atividade de licenciamento pelas instituições de proteção.

No sentido inverso, o atendimento do projeto de restauro à completude dos critérios previstos na avaliação também não significa, automaticamente, o alcance de resultados exitosos, dado a dependência do modo como as soluções projetuais, como um todo, são materializadas e mensuradas. Portanto, ainda que as tentativas de objetivações que porventura possam constar na Avaliação do Projeto sejam representadas por indicadores de medição, não há como desprezar um certo grau de subjetividade que envolve as ações.

Com o exposto, seguem os entendimentos desenvolvidos acerca do Projeto de Restauro no casario do sítio histórico de Olinda, enquanto objeto alvo da ação de avaliação, a partir do delineamento do seu Método. Ao se concretizar na sinalização de procedimentos operacionais, que refletem encadeamentos entre ações distintas, em caráter processual, os parâmetros relevantes do Método de Projeto de Restauro, assim denominado, fornecem subsídios à estruturação da avaliação, conforme segue demonstrado.

4.2.1 O Método de Projeto de Restauro

A condição específica de bem cultural constar como portador de Valor Universal Excepcional (VUE), conferido pela UNESCO, constitui um predicativo que, por si só, requisita um rigor teórico-metodológico específico no âmbito das intervenções arquitetônicas. Tal complexidade, dentre as várias questões que envolvem a compreensão do restauro, é ancorada na ausência de regras fixas ou de conceitos pré-definidos, que possam, objetivamente, dar conta das etapas projetuais, dado os limites serem muito difusos — mas que não significa a ausência de método.

Nesses termos, o Projeto de Restauro segue explicitado a partir do delineamento do seu Método, orientado pelo equacionamento dos conflitos veiculados na combinação entre as inferências extraídas do referencial teórico do restauro em preexistências históricas (Capítulo 2) e as lacunas, incipiências e potencialidades verificadas no contexto da experiência olindense (Capítulos 1 e 3). A conjuminância entre tais universos busca um olhar consubstanciado na problemática em curso, capaz de atender às demandas presentes e futuras, em uma abordagem ampla e integrada, para apoiar a prática projetual. Isso não significa afirmar que o Método de Projeto de Restauro tenha o intuito de definir quais soluções projetuais são possíveis de serem adotadas para cada demanda ou para cada tipo arquitetônico do casario, em específico, mas indicar um caminho do modo como tais soluções podem vir a ser concebidas. O domínio de tal conteúdo, aliado à criatividade, propicia ao profissional projetista a identificação das condições conservativas com que o bem cultural consegue manter os atributos, valores e significados, no presente e para as gerações futuras, e enfrentar eventuais perigos ambientais que sobre ele incidam.

O ponto de partida das ações deve considerar a ideia central que tem orientado a pesquisa, a qual se apoia em pressões que, de modo relevante, exercem influência nas soluções projetuais do bem cultural: as demandas dos proprietários ou usuários dos imóveis, de natureza ambiental, funcional, programática e/ou tecnológica e o perigo de deslizamentos das colinas históricas. Enquanto as demandas podem vir a ser acomodadas no suporte físico-material e imaterial do bem, orientadas pelo menor impacto transformativo possível, a envolverem uma *vertente patrimonial*, o perigo de deslizamento requer um olhar ampliado e ancorado no viés da mecânica dos solos, a igualmente demandarem acomodações, embora de ordem estrutural, a envolverem uma *vertente ambiental*.

Ainda que tais pressões possam ser expressas a partir de vertentes aparentemente distintas no enfrentamento da manutenção do VUE do sítio histórico de Olinda — a patrimonial e a ambiental, a abordagem do ato projetual deve seguir de modo integrado e recíproco, com mútuas influências e contaminações.

Com tais entendimentos, o Método de Projeto de Restauro buscou refletir fundamentos propalados por especialistas, a exemplo de Brandi (2004) e, mais recentemente, de Dalla Negra (2016), Phlippot (2015) e Sòla-Morales (2001), os quais defendem a deflagração das ações do restauro a partir do reconhecimento do bem, e não, o contrário, na perspectiva de deixar o edifício falar por si. Nesses termos, a delimitação de cada vertente — a patrimonial e a ambiental, no que se considerou “os estudos sobre o bem cultural”, teve o intuito de extrair o conhecimento específico necessário ao apoio das decisões projetuais. Na sequência, as “simulações projetuais: vertente patrimonial-ambiental” corresponderam às possibilidades de soluções arquitetônicas pensadas para o bem, em uma perspectiva integrada. A eventual sinalização das categorias operativas e das variáveis de inferências já evidenciadas e consolidadas nos capítulos anteriores também buscou demonstrar as pontes teóricas firmadas na elaboração do Método.

Diante do exposto, seguem as etapas/ áreas de concentração definidas no Método de Projeto de Restauro, com as devidas explicações de seu conteúdo exploratório.

Estudos sobre o bem cultural: vertente patrimonial

Enquanto a identificação dos atributos (materiais e imateriais) do bem cultural vai refletir seus predicativos, o reconhecimento / valoração deve dar conta da delimitação dos valores patrimoniais e dos significados culturais aos bens associados. A aproximação entre os atributos e a valoração se dá na perspectiva da orientação aos recorrentes questionamentos relacionados a “o que” preservar, “como” preservar e “para quem” os elementos devem ser preservados. Desse modo, o sítio histórico de Olinda, na relevância cultural como conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, e o casario, enquanto unidade desse rico universo e alvo do projeto de restauro, devem ser explorados em plena sintonia e intercâmbio.

Os estudos e pesquisas necessárias à compreensão do bem cultural, a saber, a

arquitetônica (morfológicas, tipologias, relações arquitetônicas entre o partido de planta primitivo e os anexos), histórica (história da arquitetura, do urbanismo, das técnicas construtivas), arqueológica (fases construtivas, técnicas, cronologias), entre outras, contribuem à revelação do seu percurso na história e oferecem bases para reflexões de sua permanência no tempo.

Investigações relacionadas à classificação tipológica do bem assumem relevância, ao permitirem revelar a composição primitiva, seus arranjos programáticos e atributos artísticos, bem como as eventuais transformações por eles assumidas, a fim de que as estratigrafias históricas sejam identificadas e aferidas, em função das decisões projetuais. O reconhecimento do tipo arquitetônico requer a identificação dos elementos estruturadores e de suas relações, a exemplo do Tipo-Base de Olinda — implantação/planta-baixa, volumetria, fachadas, com as técnicas construtivas específicas, além dos usos e funções e dos aspectos simbólicos a ele associados (Apêndice A), assim como a espacialidade interna resultante da relação entre os elementos. Os registros dos inventários realizados no casario do sítio histórico de Olinda, nas décadas de 1980 e 2000, que catalogaram o levantamento cadastral dos imóveis (com plantas e fotografias), constituem relevantes fontes de consulta, ao lado dos trabalhos acadêmicos, das pesquisas e dos documentos institucionais associados ao tema. Também os registros de propriedade, a exemplo de certidões narrativas do imóvel, a apresentarem as descrições do programa de necessidades, assim como suas respectivas áreas de construção, podem orientar a compreensão. Tais fontes documentais também contribuem à inferências que envolvem a análise das noções de integridade e autenticidade do bem, quando se observa a trajetória do bem, em confronto com a sua situação atual e as investigações arqueológicas, que porventura se tornem necessárias.

A etapa de levantamento cadastral do bem, ainda que pareça simples, merece destaque, por se tratar de um registro geométrico e dimensional das suas condições físicas, interiores e exteriores, inclusive de suas estruturas, em planimetria e altimetria. Constitui uma importante base documental, que deve ser extensiva à catalogação dos materiais e técnicas construtivas existentes e servir de referência ao conhecimento bem e às ações presentes e futuras.

Em termos urbanísticos, importa compreender a relação que se estabelece entre o bem e o lote, o parcelamento da quadra, a rua, a relação com o pedestre

e com a paisagem em que ele se insere. Os estudos relacionados às dimensões urbanísticas e paisagísticas devem ser extensivos aos atributos da visibilidade e do desfrute da paisagem, tão evocados nas fontes históricas e, em certa medida, nos instrumentos de proteção, principalmente quando o relevo acidentado proporciona visuais pitorescos. Nesse sentido, a percepção do imóvel no sítio histórico deve ser registrada e estudada, a partir de diferentes visadas, bem como dos mirantes, capazes de ativarem conexões arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas, simbólicas e socioculturais relevantes à sua afirmação no contexto e constituir uma estratégia de diretriz projetual.

A consulta aos instrumentos normativos de proteção, em vigor, nas distintas esferas, permite a compreensão do bem cultural e dos seus atributos relevantes à preservação, bem como oferece subsídios à fundamentação para as decisões projetuais, em atendimento às demandas, dada a necessária acomodação à legibilidade física, estética e espacial das tipologias. Importa destacar a compreensão dos gabaritos, da taxa de ocupação, dos meios de adensamento construtivo disponibilizados nos parâmetros normativos, sobretudo quando setorizados em diferentes áreas de conservação. Não menos importante, o cotejo às teorias e recomendações do restauro permanece como prerrogativa, no sentido de amparar as lacunas da legislação, como mais bem orientar a ação projetual.

O caráter dinâmico da valoração, enquanto fruto da constante interação com os sujeitos, e destes para com o bem cultural, demanda a que significações culturais possam vir a ser reconhecidas no presente histórico do bem. Portanto, convém que tais aferições sejam efetuadas, inclusive com a consideração ao universo múltiplo do bem cultural, o qual pode demandar o envolvimento de sujeitos e grupos sociais que com o bem se relacionem, enquanto portadores de significações culturais, a exemplo de moradores, turistas, associações de manifestações culturais, gestores públicos. Metodologias específicas podem vir a ser adotadas, desde que se baseiem na intersubjetividade de julgamentos, para fins de identificação de atributos, valores e significados, bem como de possíveis hierarquizações entre si. A coleta de relatos de moradores e/ou usuários da vizinhança do bem, sobretudo os mais antigos, também pode oferecer importantes contributos, dada a compreensão da memória urbana e afetiva que os envolvem situar-se enquanto fonte documental complementar e relevante ao conhecimento do bem.

Um marco temporal viável para o balizamento da compreensão do bem é definido pela conquista do título de Patrimônio Mundial, conferido pela UNESCO, em 1982, ao sítio histórico de Olinda. Ao mesmo tempo em que tal homologação reúne as principais qualificações por ele assumidas ao longo do tempo, não deixa de revisitar a trajetória de fundação da antiga vila, no século XVI, e evocar seus predicativos áureos. Também não desconsidera os anteriores instrumentos de proteção institucional por ele acumulados, o que leva a crer que tal recorte é satisfatório à compreensão, associado à sua condição no tempo presente.

O produto dessa etapa/ área de concentração deve consistir em uma espécie de narrativa exploratória, consolidada com recursos textuais e gráficos (plantas, mapas, fotografias antigas e atuais, maquetes digitais, etc), capazes de orientarem a prática projetual — pode ser denominada de “Dossiê Patrimonial do Bem”.

Estudos sobre o bem cultural: vertente ambiental

Ainda no preâmbulo dos estudos e pesquisas que envolvem o conhecimento do bem, a identificação das vulnerabilidades pode conferir bases de análise para enfrentamentos diversos, principalmente quando relacionados ao perigo de deslizamento das colinas históricas. Entendidas como as circunstâncias de um bem capazes de torná-lo suscetível a determinada ameaça, as vulnerabilidades favorecem o surgimento de danos ou anomalias que fragilizam a estabilidade estrutural do imóvel, a exemplo de fissuras, rachaduras, umidade, corrosão, sobrecargas de adensamento construtivo, entre outras, que podem colocar em risco a manutenção do Valor Universal Excepcional (VUE) do sítio olindense.

Nessas circunstâncias, duas escalas de vulnerabilidades se complementam para o conhecimento do bem: (i) as que se manifestam no imóvel edificado e (ii) as correspondentes às dimensões topográficas, geológicas e ambientais em que o imóvel se acha implantado.

No caso das vulnerabilidades que se manifestam no imóvel edificado, estudos de identificação dos danos e anomalias devem ser desenvolvidos, com mapeamento de sua localização, extensão, natureza (se estrutural ou não) e identificação das possíveis causas, com vistas a um diagnóstico. A caracterização das propriedades mecânicas do sistema solo-fundação-estrutura do bem, inclusive com ensaios

laboratoriais e sondagens, podem fornecer bases para inferências. Tais investigações podem compor a elaboração de um Mapa de Danos, a ser adotado como recurso de compreensão das vulnerabilidades, em relação de causa e efeito, e de orientação aos tratamentos.

Quanto à segunda escala de vulnerabilidades, correspondente às dimensões topográficas, geológicas e ambientais em que o imóvel se acha implantado, são considerados os estudos exploratórios relacionados à mecânica dos solos e as experiências de avaliação de riscos. Como recursos norteadores à análise, a revisitação ao “Mapa de Riscos do Sítio Histórico de Olinda”, produzido na década de 1990, ao lado das “Fichas de Avaliação de Potencial de Risco”, constitui-se como fundamental, dada a legitimidade técnica e científica do material e sua articulação a estudos outros, de comum problematização no contexto de sítios históricos.

Dois conteúdos fornecidos por tais documentos são tidos como principais de serem considerados no método projetual, então definidos por setor urbano, de acordo com a metodologia de Gusmão Filho (1994): enquanto o Mapa de Risco fornece o grau de risco de deslizamento das colinas históricas (se muito alto, alto, médio ou baixo), as Fichas fornecem o estado de vulnerabilidade, avaliado pelas dimensões topográficas, geológicas e ambientais (em similar escala de mensuração)¹⁵⁷. Ao tempo em que se situam como contributos ao diagnóstico das vulnerabilidades do bem, atuam como subsídio às diretrizes projetuais.

Uma importante ressalva sobre tal conteúdo é a sua regionalização, dada a setorização estar condicionada à delimitação de uma área ou polígono, de variadas dimensões (uma média de sete a oito quadras do sítio histórico). Isso porque a escala dos estudos do bem cultural limita-se a um imóvel inserido em um lote — potencialmente menor que um setor urbano. Trata-se de uma circunstância que demanda as devidas proporcionalidades a serem efetuadas para a escala da análise do bem cultural, o que pode requerer alguma revisão em critérios avaliativos adotados na metodologia de análise.

A ideia é que o imóvel alvo do projeto seja localizado e identificado pelo setor urbano em que se acha inserido, no Mapa de Risco e nas Fichas de Análise, para que as análises das vulnerabilidades sejam efetuadas, de modo conferido, atualizado

¹⁵⁷ A pouca expressividade dos fatores de tratamento geológico e de histórico de acidentes, na metodologia de Gusmão Filho (1994), igualmente se manteve na proposição da tese.

e contextualizado. De ordem topográfica, a declividade do terreno segue como variável de inferência elencada; de natureza geológica, constam o tipo de solo, a textura e a verificação de riscos na formação geológica da colina; e, por fim, em relação à natureza ambiental das vulnerabilidades, é de se conferir a existência de cobertura vegetal, a situação da drenagem e saneamento, a existência de cortes no terreno e a eventual sobrecarga construtiva ou adensamento populacional, que porventura o imóvel apresente¹⁵⁸.

O produto dessa etapa se caracteriza por um diagnóstico das vulnerabilidades do bem cultural, tanto manifestado na escala do imóvel edificado, como nas dimensões topográficas, geológicas e ambientais em que se acha implantado, sistematizado em uma espécie de Diagnóstico Estrutural e de Anomalias. Deve reunir o conteúdo supramencionado, consolidado com recursos textuais e gráficos (plantas, mapas, fotografias, maquetes digitais, etc), capazes de orientarem a prática projetual — pode ser denominado de “Dossiê Ambiental do Bem”.

A identificação e análises de tais vulnerabilidades podem ainda vir a ser espacializadas em um mapa do sítio histórico, que contenha a planta-baixa do terreno e alguns cortes longitudinais e transversais, que ilustrem os perfis do solo e eventuais danos. Configura-se uma demanda pertinente graças à reverberação do diagnóstico ambiental no entorno imediato do bem, o qual pode promover uma relação de causa e efeito de amplitude, a depender do grau de vulnerabilidade e das anomalias encontradas. Entende-se se tratar de uma situação que requer um monitoramento constante, o qual, inclusive, pode suceder em tempo real, enquanto um alerta, sobretudo nos períodos de chuvas intensas. A especificidade de tais estudos parece demandar o envolvimento de profissionais de campos diversos do saber, a exemplo dos engenheiros, geólogos, químicos, geógrafos, botânicos, entre outros, que contribuem a uma abordagem integrada.

De posse das informações necessárias ao conhecimento do bem, tanto da vertente patrimonial como ambiental — “Dossiê Patrimonial do Bem” e “Dossiê Ambiental do Bem”, passa-se à etapa/área de concentração subsequente, que trata das simulações projetuais, que vão subsidiar as soluções do Projeto de Restauro pensadas para o bem cultural.

158 Tais variáveis de inferência sintetizam a interpretação dos estudos exploratórios acerca dos fatores potencializadores do perigo de deslizamento de morros, cuja desconsideração a algumas variáveis, em relação aos estudos de Gusmão Filho (1994), se justifica pela escala do lote, o que não significa ausência de sua influência, mas a transferência a uma posição de importância secundária.

Simulações projetuais: vertente patrimonial-ambiental

As simulações projetuais devem ser esboçadas a partir da compreensão de todo o instrumental levantado nas etapas anteriores — estudos sobre o bem cultural: vertente patrimonial e vertente ambiental, de modo que o profissional projetista adquira o domínio suficiente para a condução das soluções projetuais.

As decisões relacionadas ao que preservar, o que pode ser passível de remoção, como as introduções projetuais podem ser conduzidas e para quem elas são importantes devem constar orientadas pelos estudos do bem cultural, pelas teorias e recomendações do restauro e pela consulta à legislação de proteção, dado não haver uma regra geral universalmente válida. É nesse momento que os princípios e pressupostos teóricos e operativos do restauro vão consolidar as pontes junto às soluções projetuais, de modo que as noções a serem adotadas devam constar precisamente delimitadas, a evitar distorções conceituais.

A adoção da linguagem arquitetônica a ser assumida na relação antigo-novo deve ser orientada pelas prescrições do restauro, cuja convergência à orientação normativa posiciona-se sensível, em grande medida, ao viés da contextualização. No possível, a eventual adoção dos princípios de mínima intervenção, reversibilidade, distinguibilidade, compatibilidade físico-química, entre outros, pode fortalecer as soluções projetuais e corroborar com as desejadas pontes teóricas.

As simulações projetuais que devem atender aos estudos sobre o bem cultural, na vertente patrimonial e na vertente ambiental, não podem seguir dissociadas, mas devem caminhar de mãos dadas, a conjuntamente assumirem os princípios do campo e refletirem as necessidades de uma intervenção projetual adequada a um sítio histórico do Patrimônio Mundial. Com a definição da solução que melhor articule os problemas identificados, às demandas projetuais e à fundamentação teórica e empírica de Olinda, deve ser desenvolvido o Projeto de Restauro.

Para a sua apresentação, importa não apenas as convenções gráficas relacionadas aos elementos a serem retirados/demolidos ou a serem introduzidos, mas as especificações dos materiais construtivos, de revestimentos e de acabamentos, bem como os detalhes arquitetônicos e construtivos, tanto relacionados às compatibilizações, como os que introduzem novos elementos, arquitetônicos ou estruturais, no imóvel. Considera-se pertinente a representação de perspectivas

gráficas para ilustrar as soluções estabelecidas, a fim de verificar a composição arquitetônica assumida na relação antigo-novo, de modo a evitar ruídos nocivos à compreensão do bem cultural e sua relação no sítio histórico. Ao tempo em que tais conteúdos consistem em instrumentos de simulações de soluções, são de fundamental importância no contexto da prática projetual do restauro, por igualmente expressarem o referencial teórico e as recomendações específicas, portanto, devem compor a solução projetual em caráter amplo.

Com base nas pesquisas associadas às questões de visibilidade e desfrute paisagístico desenvolvidas na etapa anterior, relacionadas aos estudos do bem cultural, entende-se pela apresentação dos projetos não apenas com a delimitação do lote em que o imóvel se acha implantado, mas necessariamente com o seu entorno imediato (sua posição no lote, na quadra, na rua e com relação aos imóveis confrontantes), o que significa sua dimensão urbanística. Tais circunstâncias funcionam como elementos balizadores das decisões acerca de quais soluções mais bem se adequam ao contexto do sítio histórico, a partir do viés compositivo adotado pelo profissional de projeto. A representação gráfica por meio de fotografias de visadas e de perspectivas visuais, esboçada com as simulações das soluções projetuais, constitui uma ferramenta indispensável, ao lado das maquetes digitais, de modo que o relevo, a cobertura vegetal, a visada das igrejas, a composição da volumetria dos telhados e o horizonte possam ser considerados no partido projetual, orientado a evitar interferências negativas na paisagem e no urbanismo.

Importa destacar que, ainda que as soluções projetuais estejam devidamente representadas, detalhadas e especificadas, é igualmente fundamental a apresentação do memorial descritivo do projeto, cujo partido projetual esteja conceituado e delimitado, com as fundamentações e justificativas das decisões assumidas na solução. Tal documento deve constar relacionado às teorias do restauro e à abordagem ambiental, de modo a constituir parte do projeto e não um documento anexo — registros gráficos e textuais consistem inseparáveis.

Por outro lado, de posse do diagnóstico de vulnerabilidades do bem, é possível planejar as soluções projetuais eventualmente necessárias à garantia da estabilidade estrutural do bem, entre outros tratamentos concorrentes à minimização dos danos, de onde as pressões exercem influência. A identificação

do grau de risco do setor urbano em que o imóvel se acha implantado, a partir da consulta ao Mapa de Riscos de Olinda, também é um elemento balizador do eventual nível de comprometimento do bem. A especificidade da questão conduz a um enfrentamento de viés multidisciplinar, sobretudo em aproximação ao campo da engenharia e do meio ambiente, para que as aferições das vulnerabilidades estejam devidamente delimitadas e contempladas nas soluções projetuais, as quais podem convocar desde um tratamento preventivo, até um reforço estrutural.

Ainda que tenha sido exposta a preocupação de desenvolvimento integrado entre as soluções de consolidação estrutural ao contexto do restauro, reforça-se suas mútuas contaminações, visto que uma resolução isolada de qualquer uma dessas vertentes pode afetar negativamente a outra e igualmente comprometer a manutenção dos atributos e valores culturais do bem.

Com tais procedimentos, acredita-se ter percorrido as principais dimensões que envolvem o Método de “Projeto de Restauro no casario do sítio histórico de Olinda”. No cotejo entre os gráficos decorrentes das inferências do referencial teórico e do objeto empírico, constantes nos primeiros capítulos da tese, foi possível a consolidação de um esboço, que sintetiza as explicações ora discorridas acerca do Método de Projeto de Restauro, a partir da concepção (Imagem 91). As noções representadas na cor rosa indicam proposições ou afirmações de eventuais pontos de conflitos, evidenciados no cotejo supramencionado, sendo ainda possível situar as etapas/ áreas de concentração definidas no referido Método.

Tais contornos não significam necessariamente que o Projeto de Restauro alcance um elevado grau de manutenção dos valores patrimoniais e significados culturais do bem. Mas, ao orientarem a prática projetual no casario de Olinda, contribuem por conduzir ações mais profícuas à conservação. Em uma visão abrangente e, em certa medida, articulada à gestão da conservação, recomendações ao desenvolvimento e acompanhamento do Método de Projeto tornam-se necessárias.

Inicialmente, é condição fundamental a completude da documentação levantada sobre o bem cultural alvo de projeto, desde os registros prévios, do histórico cronológico do bem, das pesquisas complementares, dos ensaios laboratoriais, em quaisquer bases documentais, sejam fontes textuais ou iconográficas, de ambas vertentes — a patrimonial e a ambiental. Também importa a completude do Projeto de Restauro, em seu desenvolvimento, detalhamento, especificações

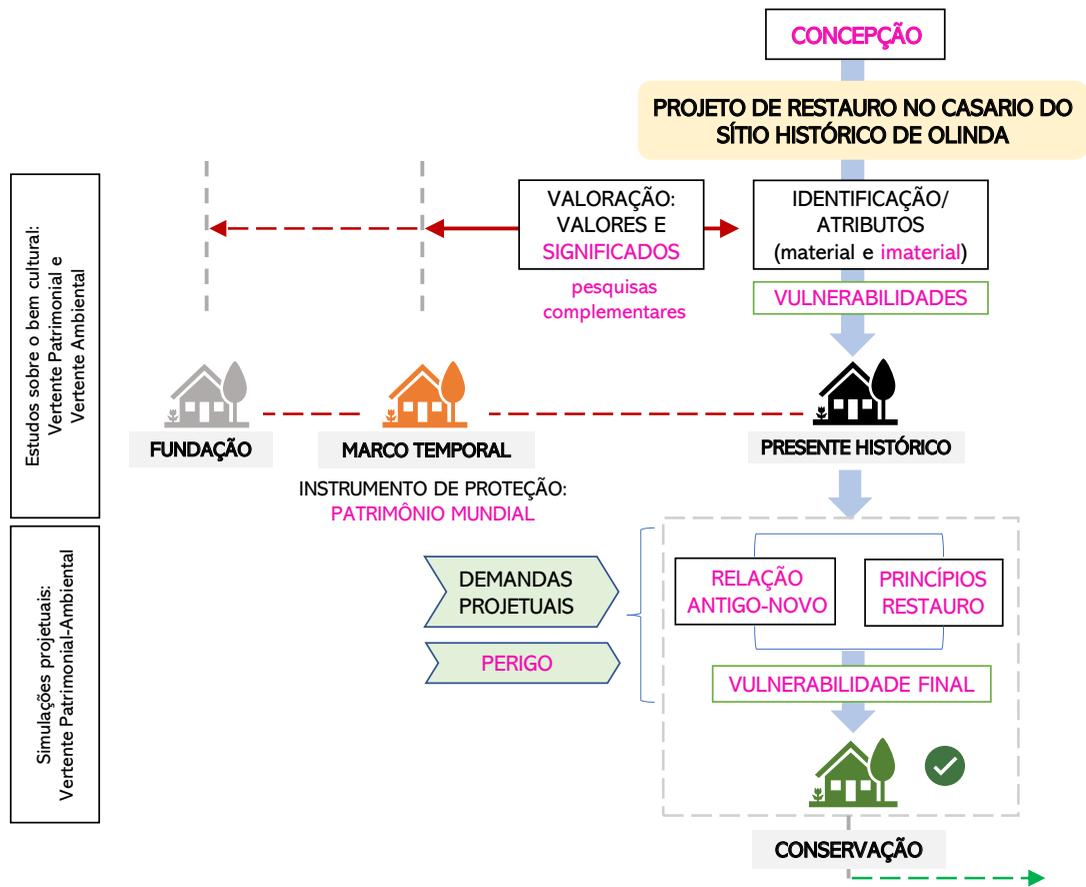


Imagem 91 Percurso esquemático do Método de Projeto de Restauro.
 Fonte: Autora

dos materiais e levantamento cadastral do bem, assim como o Memorial Descritivo que o acompanha — tanto importam à concepção do projeto, quanto à posterior avaliação. Para além da necessidade de acervo memorial desses dados, cujos documentos reunidos devem compor o “Dossiê do Bem Cultural: patrimonial-ambiental”, sobretudo na condição singular de Olinda enquanto Patrimônio Mundial, eles podem servir de base às ações futuras, a exemplo de um monitoramento do seu estado de conservação.

O uso de recursos tecnológico para a apreensão e registro documental convém à precisão com a qual se requer um trabalho dessa natureza. Fotogrametria digital, drones, laser tridimensional, sistemas de georreferenciamento, entre outros recursos, podem potencializar a identificação dimensional e geométrica do bem cultural e de seus detalhes arquitetônicos, ao mesmo tempo em que captura os diversos tipos de anomalias que sobre o bem se manifestam, assim como sua extensão e os materiais sobre os quais incidem. Além da fidelidade de registro, tais recursos tecnológicos facilitam o desenvolvimento do Projeto de Restauro e mesmo permitem o fácil arquivamento em rede compartilhável, a fim de constituir um banco de dados digital de rápido e fácil acesso.

Por fim, uma recomendação importante, que tanto pode influenciar na concepção do projeto, quanto na sua avaliação, é a experiência profissional do projetista que vai intervir no bem cultural. Para além das diversas pesquisas acadêmicas que demonstram a validação da condição especializada do profissional como propícia à conservação dos bens, entende-se se tratar de um caminho menos oneroso, tanto para os predativos dos bens, quanto para a gestão pública. O domínio do profissional projetista ao campo do conhecimento que envolve a problemática do casario do sítio histórico pode proporcionar criatividade suficiente ao enfrentamento da composição arquitetônica e da consolidação estrutural que mais bem o reintroduza no contexto histórico preexistente. Ainda que a experiência profissional não tenha sido firmada enquanto condição prévia, pelas instituições de proteção brasileiras, para a legitimação do desenvolvimento dos Projetos de Restauro, entende-se como fundamental ao êxito dos resultados a serem alcançados.

Do Método de Projetos de Restauro ora exposto, foram extraídos parâmetros relevantes à consolidação da ação de avaliação, enquanto coerente à ideia central

da pesquisa: associada à aproximação ao referencial teórico e de recomendações do restauro e à abordagem ambiental, para fins de ampla conservação do sítio histórico.

4.2.2 A composição dos indicadores de medição

Conforme demonstrado, as categorias de análise afirmadas no cotejo entre os objetos teórico e empírico da pesquisa — atributos, reconhecimento/valoração, relação antigo-novo, princípios do restauro, vulnerabilidades e perigo — são retomadas enquanto dimensões representativas e imprescindíveis de serem contempladas no Método de Projetos de Restauro no casario do sítio histórico de Olinda. Mas, quando se trata da avaliação de projetos, a qual requer uma síntese operacional à sua estruturação, com a premissa de uma objetivação quantificável, constata-se que as categorias, por si só, não se constituem suficientes a tal viés de mensuração. Portanto, foram propostos agrupamentos entre as categorias, para fins de composição de indicadores de medição.

Tanto guiados por critérios como afinidade temática, como por aproximações nas etapas do ato projetual, os agrupamentos das categorias que originam os indicadores buscaram constituir um elo entre os pressupostos teóricos do restauro, as evidências empíricas em Olinda e os meios de mensuração e articulação para a avaliação dos projetos. Tal combinação não significa que elas, as categorias, do modo como afirmadas isoladamente no Método de Projeto de Restauro, não funcionem como norteadoras a uma avaliação de projetos, mas que, no rumo da objetividade pretendida, a constituição de indicadores de medição pode oferecer insumos mais aplicados. Ao representarem objetivações, os indicadores fundamentam uma síntese interpretativa, com o fortalecimento de noções-chave nesse processo, sem perda de conteúdo. Devem apoiar uma compreensão, ao mesmo tempo que ampliada e profunda da dimensão que se pretende aferir, também sintética, de modo que possa se aproximar da essência da ação ou projeto, com objetivos bem definidos.

Dos estudos que redundaram nas seis categorias de análise, à medida em que elas são interligadas, teórica e empiricamente, torna-se possível uma síntese interpretativa que culmine na constituição de três indicadores de medição: enquanto os atributos e o reconhecimento/ valoração foram combinados

na constituição do indicador definido como EXPRESSIVIDADE DO BEM, as categorias de relação antigo-novo e princípios do restauro foram associadas, a originarem o indicador de RISCO PATRIMONIAL e, por fim, as vulnerabilidades foram articuladas ao perigo, ou ameaça, no intuito de constituírem o indicador de RISCO AMBIENTAL. Cada um dos indicadores passa a representar a objetivação da interligação entre as categorias e, conseqüentemente, a adquirir uma noção ou conceito, cuja operação vai demandar articulações entre si e deles para com o objeto a ser avaliado.

Longe de condutas simplistas ou arbitrárias, mas frutos de inferências da pesquisa, combinações dessa natureza são comuns na fundamentação de indicadores e encontram guarida no âmbito científico. Se por um lado, a constituição do indicador da Expressividade do Bem resguarda interfaces junto a estudos teóricos e de operacionalização de especialistas como Stovel (2002), Hidaka (2011) e Lira (2017), o dos Riscos Ambientais seguiu enfrentado por especialistas como Ortiz e Ortiz (2016) e Zancheti (2017) e em manuais técnicos de entidades internacionais, tais como a UNESCO, ICCROM, ICOMOS, UNISDR e pelo Canadian Conservation Institute. De modo pouco convencional, ou mesmo inédito, o indicador de Risco Patrimonial sugere contribuições direcionadas ao campo do restauro e sua aproximação à prática projetual, como norteadoras da avaliação do restauro nos bens culturais.

A articulação entre todos os indicadores pode resultar em um indicador composto, ou mesmo na composição de um índice, de modo a sintetizar o resultado da avaliação, o que também pode ser reconhecido como contributo no campo da salvaguarda cultural.

Na literatura especializada, embora o entendimento que envolva o projeto de restauro postule expectativas qualificadoras do bem, por todo o instrumental teórico-metodológico a ele relacionado, a interpretação do objeto empírico estudado — as intervenções arquitetônicas projetuais no casario de Olinda — revelou, de modo substancial, danos e perdas valorativas aos bens. Com base nessa identificação do problema e no estado da arte levantado na pesquisa, a intitulação do “risco” conferida aos indicadores que envolvem as questões patrimoniais (restauro) e ambientais (deslizamentos das colinas) evoca a mensuração de “conseqüências” ou “perdas”, o que justifica a adoção do termo. Se o risco pode

ser entendido como uma “probabilidade de que se produza um evento e suas consequências negativas” (UNISDR, 2009, p. 29), como uma “possibilidade de perdas” (Dicionário on-line Merriam-Webster) ou mesmo como “o efeito da incerteza nos objetivos” (ISO 31000:2009 / ISO 73:2009), uma avaliação de riscos pode significar uma mensuração de um grau de perdas, no caso, futuras, se a ação ou projeto venha a ser implantado. Tal avaliação pode ocorrer a partir da análise de elementos ou de fenômenos que podem provocar alterações nas condições definidas como “essência” ou “padrão” de determinado objeto, relacionado com o seu nível de suscetibilidade a tais problemas. Consistem em entendimentos que envolvem a formulação dos indicadores de Risco Patrimonial e Risco Ambiental.

Também é de se notar que o bem cultural a ser avaliado espelha a condição de patrimônio cultural sob instrumento de proteção institucional, com qualificações próprias a serem salvaguardadas, o que atrai a necessidade de mensuração da valoração ou do grau de importância, no presente, enquanto justificativa para a pertinência do indicador de Expressividade do Bem.

No cerne dessa questão, estão as variáveis de inferências que, ao consistirem em qualidades ou magnitudes da ação ou projeto, tornam-se capazes de definir ou expressarem os indicadores. A partir de um significado associado a um valor numérico, enquanto uma abstração da mesma ação ou projeto, as variáveis de inferências buscam relações com os indicadores, a partir de uma quantificação objetiva, associado a uma “performance” ou “desempenho”. Com a ajuda de uma escala de gradação, as variáveis podem vir a serem mensuradas, sempre relacionadas aos objetivos que se pretendem alcançar com a avaliação, conforme já exposto nas experiências de avaliação.

Tais inferências constituem o conhecimento acumulado no percurso da pesquisa, cuja ideia central adotada para o equacionamento da problemática de Olinda, também contemplada no Método de Projeto de Restauro, evoca a aproximação das teorias e recomendações do restauro e da abordagem ambiental às soluções projetuais, em uma visão integrada. Os indicadores, portanto, devem satisfazer a tal premissa, conforme observado no gráfico esquemático (Imagem 92).

Nessa esquematização, é possível perceber a articulação entre (i) o problema de pesquisa, (ii) as etapas de trabalho referente às reflexões e interpretações documentais relacionadas ao problema de pesquisa e voltadas para os objetivos

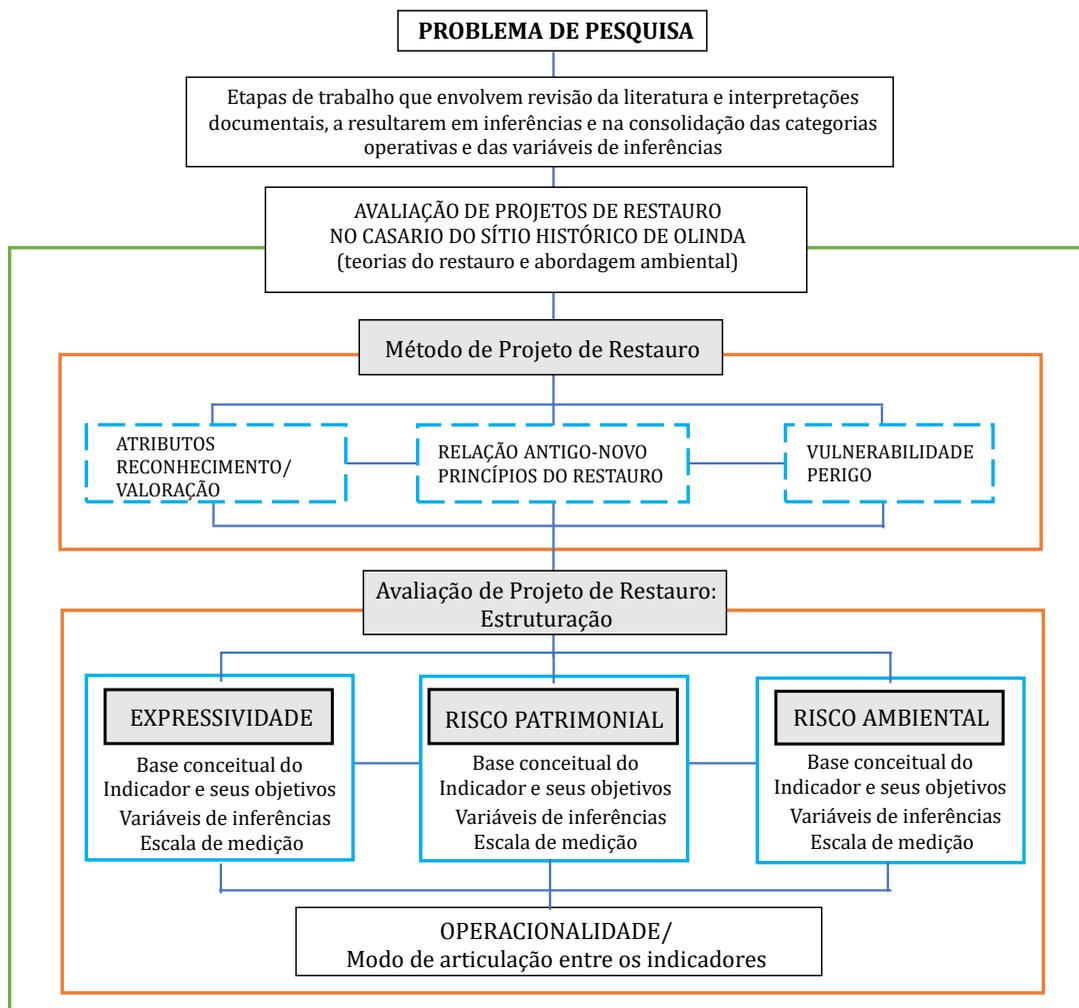


Imagem 92 Percurso percurso investigativo da tese, estabelecido sinteticamente desde o problema de pesquisa, até a proposição de Avaliação de Projetos, em seus desdobramentos.
 Fonte: Autora.

da tese, (iii) a proposição da avaliação de projetos, que abrange a proposição do método de projeto e da estruturação da avaliação, (iv) o Método de Projeto de Restauro, que reúne as categorias de análise, em agrupamento, (v) a Estruturação da Avaliação de Projetos, com a composição dos indicadores, com as variáveis de inferências e escala de medição e, por fim, (vi) a operacionalidade, igualmente integrante da estruturação da avaliação, cuja proposição reúne procedimentos da “árvore de pontos de vista”. Tais elementos/etapas de trabalho buscam refletir os substratos relevantes da visão integrada, proposta para enfrentamento do problema e, por consequência, a articulação do conhecimento para a subsídio à avaliação de projetos. Os indicadores constam interligados, com influências mútuas, a repercutirem no resultado da avaliação, o que fortalece a inviabilidade de uma aplicabilidade fragmentada.

Ao retomar o gráfico esboçado para o Método de Projeto de Restauro, foi possível situar os indicadores de medição da Avaliação de Projetos, como um espelho das dimensões relevantes do próprio Método (Imagem 93).

Sob tais circunstâncias, a avaliação proposta recebeu a qualificação de “Patrimonial-Ambiental”, por refletir o universo diverso e, ao mesmo tempo, conjuminante que envolve a problemática projetual em Olinda. A “Avaliação Patrimonial-Ambiental do Projeto de Restauro”, por conseguinte, objetiva a mensuração do grau de atendimento das soluções projetuais à capacidade conservativa dos elementos, valores e significados dos bens culturais, o que, entre outros fatores, contribui à manutenção do Valor Universal Excepcional (VUE) do sítio histórico de Olinda, tido como Patrimônio Mundial, pela UNESCO, em 1982.

Embora a proposição busque assumir um caráter objetivado e quantitativo, há que ressaltar que os indicadores propostos detêm, pela natureza com que foram concebidos, um viés subjetivo e mesmo qualitativo. Podendo também se constituírem como descritivos. Cada um deles segue explicitado em suas dimensões, com destaque para as variáveis de inferências, tidas como critérios avaliativos dos indicadores, a contribuírem na mensuração, a partir da interpretação efetuada pela pesquisa e do conhecimento até então acumulado.

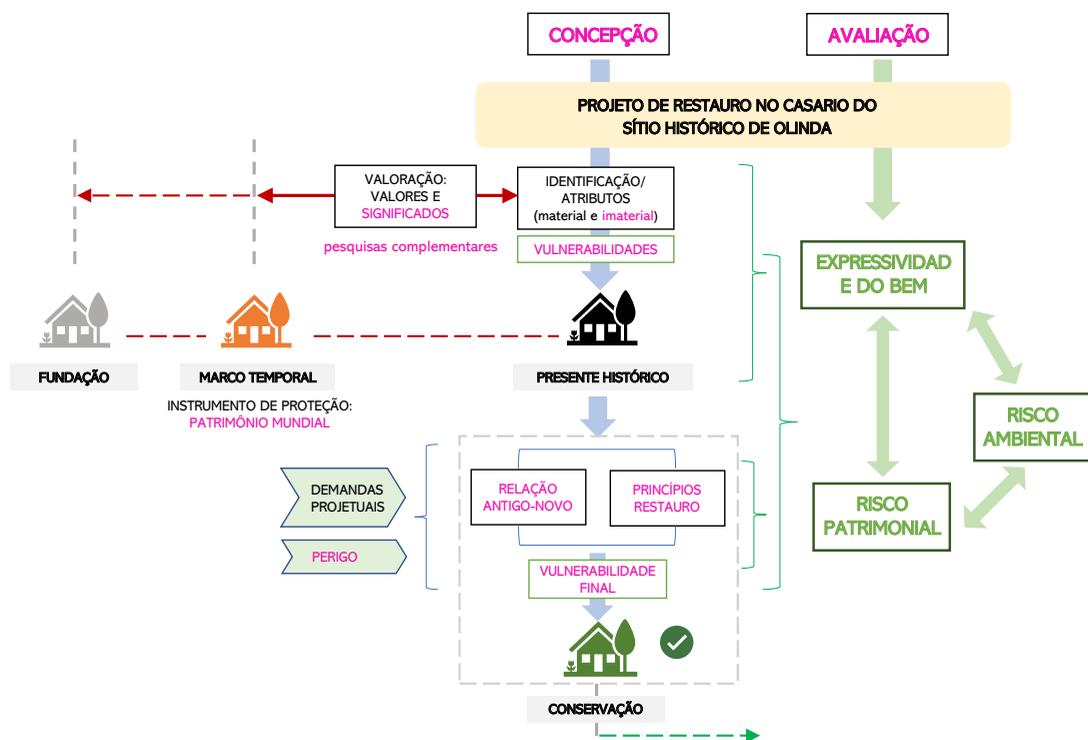


Imagem 93 Percurso esquemático do Método de Projeto de Restauro, com a proposição da Avaliação do Projeto de Restauro, a partir dos indicadores de medição.

Fonte: Autora

Indicador I: Expressividade do Bem

O indicador de Expressividade do Bem diz respeito às condições reunidas pelo bem cultural para a transmissão do Valor Universal Excepcional (VUE), as quais se reportam à associação entre as categorias dos atributos e do reconhecimento/valoração, tidas como dimensões de longa duração, no presente histórico. Busca mensurar o grau com que o bem cultural consegue expressar valores e significados culturais, no presente histórico, a partir da equação sinteticamente exposta:

$$\text{Expressividade do bem} = \text{atributos} \times \text{reconhecimento/valoração}$$

Enquanto os atributos consistem nos predicativos, materiais e imateriais, identificados nos bens culturais como relevantes de preservação, para a transmissão dos valores e significados, o reconhecimento/valoração atuam no sentido da legitimação institucional da condição de patrimônio cultural, inclusive na consideração de sua trajetória histórica e material, no tempo, mas que pode incluir significações culturais por ele assumidas, no presente.

De acordo com o olhar contemporâneo da conservação, que entende a associação entre a autenticidade, integridade e significância do bem para a aferição da sua expressividade e, portanto, da capacidade de os atributos transmitirem valores e significados, o papel assumido nesta relação ganha relevância na avaliação do indicador de Expressividade do Bem¹⁵⁹. A se situar como variável de inferência, entende-se que quanto mais razoável esteja a condição do bem cultural em refletir autenticidade, integridade e significância, maior a sua capacidade de expressar valores e significados — raciocínio que remete a uma mensuração de intensidade.

Indicador II: Risco Patrimonial

O indicador de Risco Patrimonial envolve as condições de o Projeto de Restauro atuar como fio condutor do imóvel à transmissão do Valor Universal Excepcional (VUE), desde que veiculadas à avaliação do grau de perdas culturais do bem. É oriundo da associação entre as categorias de relação antigo-novo, orientada pela composição arquitetônica, e dos princípios do restauro, a depender do

¹⁵⁹ Tais inferências também encontram guarida na abordagem da UNESCO, quando passou a defender a elaboração de uma Declaração do Valor Universal Excepcional do bem, a contemplar tais dimensões associadas, ao invés da usual clivagem entre as declarações de Autenticidade e de Integridade.

atendimento às soluções projetuais, como reflexo da equação sinteticamente exposta:

Risco Patrimonial = composição arquitetônica x princípios do restauro

A composição arquitetônica é entendida pela disposição das soluções projetuais, no que se refere às questões estéticas, geométricas e funcionais, em relação ao bem cultural e dele para com o contexto arquitetônico, urbanístico e paisagístico em que se insere. Revela a postura projetual adotada, a partir da orientação teórica que embasa a relação antigo-novo, cuja capacidade de conservação dos atributos e valores patrimoniais do bem deve ser norteadora, ao lado do cotejo com os princípios do restauro, em que se expressa a linguagem arquitetônica do projeto.

Nesses termos, e na consideração da articulação entre os objetos teórico e empírico, a proposição de classificação das soluções projetuais seguiu dois grupos relevantes: as soluções contextuais e as que desconsideram o contexto, cujos desdobramentos reforçam as correntes intervencionistas já discutidas — seguem explicitadas, ao serem compreendidas como variáveis de inferências de tal indicador.

A composição arquitetônica ilustrada pela “Arquitetura não contextual” é caracterizada pela condição hostil e dissonante ao repertório formal e tipológico preexistente, com posturas autorreferenciais e que não contribuem para a transmissão do VUE, acumulado pelo sítio histórico de Olinda. Ao assumir o protagonismo, a solução projetual transfere a preexistência a uma posição subordinada e marginal — ainda que, do ponto de vista arquitetônico, possa alcançar expressividade e atender às demandas funcionais e tecnológicas, no âmbito patrimonial, configura-se como pouco qualificadora dos valores do sítio. Portanto, assume a tendência de um relevante grau de perdas culturais.

Já a composição arquitetônica entendida como “Arquitetura contextual” refere-se às soluções projetuais que buscam alguma referência formal-compositiva, volumétrica, de implantação, entre atributos do tipo, seja na escala do edifício ou mesmo na extensão com o entorno preexistente. Tal perspectiva resguarda dois modos de manifestação distintos: (i) a Arquitetura Contextual, com ênfase à trajetória histórico-material ou estética do bem cultural, cuja linguagem projetual

é de caráter mimético ou analógico, manifestada enquanto uma repriminção, e, por outro lado, (ii) a Arquitetura Contextual, com ênfase à trajetória histórico-material e estética do bem cultural, cuja linguagem projetual é de caráter contemporâneo, manifestada enquanto uma hipótese crítica.

Embora a sensibilidade pela contextualização tenha sido um viés propalado na orientação da composição arquitetônica proposta para as intervenções projetuais em sítios históricos e, principalmente, em Olinda, tanto apoiada em teorias e recomendações, como no âmbito da legislação de proteção e mesmo nas recomendações técnicas das instituições locais, deve-se considerar os limites de sua noção. Isso porque o estímulo a soluções projetuais baseadas na harmonia, proporção e continuidade tipológica dos atributos relevantes do imóvel e do sítio histórico parece o mais razoável, ainda que as alternativas projetuais que atendam a tais requisitos sejam de natureza muito diversa, até mesmo, antagônica.

Isso significa afirmar que tanto uma solução projetual de interpretação crítica das referências e tipologias locais, como outra que demonstre cópias ou reconstruções formais, conhecidas por repriminções, apresentam posturas de viés contextual. Enquanto a primeira tende a resguardar uma relação equilibrada entre as instâncias estética e histórica do bem cultural, o que denota uma tendência qualificadora do bem e do contexto em que se acha inserido, em um menor grau de perdas culturais, as repriminções, do ponto de vista teórico, não se situam tão bem vistas assim, dada a intenção de reversibilidade do tempo, representada pela prevalência da instância estética sobre a histórica. Ao mesmo tempo que tal interpretação demanda a precisão dos conceitos e noções apontados no marco teórico da pesquisa, evoca um viés de intensidade, na mensuração da qualidade da relação antigo-novo.

Já os princípios operativos do restauro que porventura estejam contidos nas soluções projetuais, os quais envolvem a distinguibilidade entre as proposições e a preexistência histórica, sua reversibilidade, a mínima intervenção, a compatibilidade físico-química entre os sistemas construtivos diversos ou a trabalhabilidade, bem como a autenticidade material, são relevantes ao estabelecimento de pontes teóricas junto ao projeto. A avaliação se dá na identificação de seu atendimento junto às soluções projetuais, cuja correspondência deve indicar o grau de aproximação das teorias e recomendações do campo e, portanto, maior a tendência

pela qualificação do imóvel. Ainda que venham a ser vinculados à base conceitual do restauro crítico, autores sinalizaram a possibilidade de sua contemplação em composições arquitetônicas diversas, cuja capacidade de conservação do bem e de seus atributos venha a ser alcançada, embora a avaliação do projeto deva se dar circunstanciada no todo. Isso significa entender que apenas o atendimento aos princípios do restauro não é suficiente à avaliação do Risco Patrimonial, mas requisita a associação à composição arquitetônica, decorrente da relação antigo-novo.

Indicador III: Risco Ambiental

O indicador de Risco Ambiental envolve as condições de o Projeto de Restauro atuar como fio condutor do imóvel à transmissão do Valor Universal Excepcional (VUE), desde que veiculadas à avaliação do grau de perdas ambientais do bem. É oriundo da associação entre as categorias de perigo ou ameaça, no caso, de deslizamento das colinas históricas, e das vulnerabilidades do bem.

O perigo ou ameaça teve como foco o problema do deslizamento das colinas históricas, cujos graus de riscos enfrentados na metodologia de elaboração do Mapa de Riscos de Deslizamentos do sítio histórico de Olinda, da década de 1990, são adotados como parâmetros referenciais. As dimensões topográficas (declividade do terreno), geológicas (tipo de solo, textura e verificação de riscos na formação geológica da colina) e ambientais (cobertura vegetal, drenagem e saneamento, cortes no terreno e sobrecarga construtiva ou adensamento populacional) do sítio consistem nas bases de aferição do risco.

Já o estado de vulnerabilidade do bem cultural sinaliza o seu grau de suscetibilidade frente ao perigo, demonstrado pelos danos e anomalias que porventura afetem sua estabilidade estrutural, tanto analisado na escala do imóvel edificado, como na das dimensões topográficas, geológicas e ambientais em que o mesmo se acha inserido, como reflexo da equação sinteticamente exposta:

Risco Ambiental: Vulnerabilidade x Perigo

Acontece que o estado de vulnerabilidade do bem também deve ser avaliado na consideração do que o Projeto de Restauro pode promover, ou seja, na condição de os atributos do bem cultural serem fortalecidos, mantidos ou fragilizados, diante

das eventuais anomalias e danos diagnosticados. Portanto, a vulnerabilidade final a ser considerada é a que ainda pode demonstrar alguma suscetibilidade do bem, que porventura não tenha sido contemplada no Projeto de Restauro. Desse modo, infere-se que, enquanto a categoria de Perigo refere-se aos graus de riscos do sítio histórico, a das vulnerabilidades se estabelece de modo composto, a contemplar o estado do bem cultural antes da intervenção projetual e na consideração dos possíveis contributos decorrentes do Projeto de Restauro, enquanto variáveis de inferência. Nesses termos, a vulnerabilidade final é que deve ser considerada na aferição do grau de Risco Ambiental, o que igualmente evoca um viés de intensidade.

Diante da definição dos indicadores propostos, há que ressaltar ainda que, embora experiências de avaliação na conservação do patrimônio cultural tenham evocado protagonismo em soluções sensíveis à eficiência energética, as quais se aproximam das demandas ambientais e tecnológicas, não foram definidos indicadores específicos a tanto. Isso não significa a inviabilidade de mensurações dessa natureza, mas a sua articulação aos princípios e recomendações do restauro arquitetônico e urbano, no sentido de aferir um menor grau de perdas, sejam patrimoniais ou ambientais.

4.2.3 Os atores avaliadores e a escala de mensuração

A especificidade com a qual a problemática foi construída, cuja complexidade teórico-metodológica reivindica um perfil profissional especializado para lidar com as questões, demanda que a ação de avaliação deva ser conduzida por especialistas. Isso não significa afirmar que atores sociais diversos não possam eventualmente integrar etapas complementares da ação, como é o caso de possíveis aferições relacionadas à identificação de atributos, valores e significância dos bens culturais, mas que a sua participação não configure liderança.

As demandas pela abordagem multidisciplinar para atuação no campo do restauro, que é a área de concentração que proporcionou a deflagração das reflexões da presente investigação, encontram-se contempladas na pesquisa, dada a natureza em que a estruturação do Método de Projeto de Restauro e da Avaliação foi delimitada. Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Meio Ambiente, são alguns, dentre os conhecimentos capazes de oferecerem contributos ao fortalecimento do

olhar ampliado sobre a conservação do sítio histórico de Olinda. Pela especificidade do tema, a condução do processo deve constar concentrada no perfil do Arquiteto e Urbanista, dada a formação curricular profissional¹⁶⁰. Ademais, para a garantia de neutralidade requerida a uma ação avaliativa, pelos especialistas a comporem o grupo dos avaliadores, entende-se que sua coordenação não deve ser concentrada em representantes das instituições de proteção, sob riscos de pressões políticas ou econômicas. Mas em especialistas com possibilidades de vínculos de docência ou de grupos de pesquisas acadêmicas, para fins de prevalência da cientificidade.

Entende-se que os profissionais envolvidos na ação de avaliação devem ainda acumular experiência comprovada no campo da salvaguarda cultural, seja por meio de cursos de especialização, de realização de projetos e/ou de acompanhamento de obras em bens culturais e em sítios históricos, de atuação acadêmica e de pesquisas ou mesmo na conjuntura institucional da gestão da conservação. Tais requisitos tendem a garantir o domínio e a sensibilidade necessária ao olhar para as especificidades que a atuação requer.

A depender da proximidade de interação do especialista com o objeto em avaliação, ou seja, o casario do sítio histórico de Olinda, podem ser constituídos grupos mais afinados, a exemplo de profissionais de atuação local, com maior aproximação ao objeto de estudo, ou de atuação regional, nacional e mesmo internacional. Também podem vir a ser agrupados por áreas de conhecimento, a exemplo de arquitetos e urbanistas, engenheiros, arqueólogos. Tais circunstâncias, conseqüentemente, demandam que ponderações relativas entre os grupos sejam efetuadas, de modo a garantir uma aferição balanceada ao domínio do tema e que reflita o referencial teórico — o que vai requisitar uma metodologia específica a tanto, mas não extensiva a estudos na presente tese.

Embora também não seja o foco da pesquisa, cabe ressaltar, diante da complexidade do sistema proposto, a eventual necessidade de um ação de treinamento ou alinhamento conceitual e teórico-metodológico entre os especialistas, para atuarem na avaliação. Ainda que se trate de profissionais que devam acumular domínio no campo da salvaguarda cultural, existe a possibilidade de entendimentos diversos. Por esse motivo, os parâmetros específicos que envolvem a conservação

¹⁶⁰ Após alguns anos de discussão e tramitação do processo, no Tribunal Regional Federal, no Brasil, recentemente (25/04/2023) foi publicado o julgamento favorável pela condução/liderança da ação do Restauro no Patrimônio Cultural, como atribuição de exclusividade dos Arquitetos e Urbanistas.

do casario do sítio histórico de Olinda, sobretudo os instrumentos normativos e os critérios avaliativos, devem ser oferecidos, o que não significa a indicação objetiva de que soluções projetuais são mais pertinentes.

Outra importante dimensão a ser considerada na estruturação da avaliação é a escala de mensuração, também entendida como escala de performance ou escala de desempenho. Os estudos acerca das experiências de avaliação na conservação e nos riscos, com o uso de indicadores, cujas variáveis de inferências se mostram articuladas às escalas de mensuração, ao lado das demandas emanadas do modo de avaliação pensado para os indicadores propostos na presente pesquisa convergiram para a prevalência das aferições voltadas para graus de intensidade. Tal viés, ao lado de uma sensível repercussão de certo esgotamento na adoção da escala do tipo Likert, embora já tenha sido bastante explorada em pesquisas acadêmicas, corroborou no reconhecimento da escala do tipo *Phrase Completion*, como mais adequada aos propósitos da pesquisa, dado seus atraentes benefícios (Hodge e Gillespie, 2003; Silva Junior e Costa, 2014; Bermudes et al, 2016).

Voltada para as aferições de graus de intensidade, cujos questionamentos formulados devam permitir a variação das respostas em progressão, e não em múltiplas escolhas, a escala de *Phrase Completion* apresenta-se constituída por três níveis de hierarquia, os quais agrupam 11 pontos de intensidade. Enquanto a distribuição dos três níveis de hierarquia deve se dar em progressão, a variar do pior ao melhor, os pontos de intensidade variam entre 0 e 10, em que 0 é a ausência de qualidades e 10 é seu grau máximo, ou seja, constituem valores extremos, onde o 5 é o valor médio. Tais circunstâncias permitem aferições compostas de intensidades, conforme se observa na Tabela 2.

| Qualidade Nula | | | Qualidade Parcial | | | | Qualidade Plena | | | |
|----------------|---|---|-------------------|---|---|---|-----------------|---|---|----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

Tabela 2 Exemplo de escala *Phrase Completion*
Fonte: Autora.

A ideia é que o questionamento a ser efetuado na escala *Phrase Completion* deva ser formulado de modo fragmentado, para a escolha do grau de intensidade mais adequado, capaz de “completar a frase”, conforme sua tradução, na avaliação. Ou

seja, os três níveis de hierarquia devem oferecer complementações plausíveis de serem avaliadas em relação ao questionamento e ainda permitirem a avaliação de sua intensidade particular.

De acordo com Silva Junior e Costa (2014), dentre as vantagens da escala do tipo *Phrase Completion*, estão a maior facilidade de familiarização da gradação com as eventualidades do cotidiano (entre 0 e 10) e, por consequência, a possibilidade de oferecer respostas mais intuitivas, sua maior fluidez, dada a mensuração de intensidades (ausente de eventuais formatos combinatórios), um maior nível de confiabilidade dos resultados, dada a quantidade de pontos de gradação, e uma maior facilidade de operacionalidade dos resultados.

Com o delineamento do Método de Projeto, a partir do qual foi possível agrupar as categorias de análise para a constituição dos indicadores a serem adotados na Avaliação de Projetos, ao lado das variáveis de inferência e da escala de medição, com o pressuposto da atuação de avaliadores-especialistas, foram esboçadas proposições para a operacionalidade da referida avaliação. Apoiada em procedimentos extraídos da metodologia da “árvore de pontos de vista”, a operacionalidade segue explicitada como etapa conclusiva da estruturação da Avaliação Patrimonial-Ambiental de Projetos de Restauro no casario do sítio histórico de Olinda.

4.2.4 Operacionalidade

Na condição da classificação tipológica ter sido norteadora dos critérios para a coleta e organização documental — os processos projetuais dos acervos institucionais, bem como para a seleção e análise das intervenções projetuais, verificou-se a pertinência da continuidade da análise e compreensão do tipo arquitetônico, em apoio à operacionalidade dos indicadores, para fins de avaliação. Nesses termos, a configuração do Tipo-Base do casario de Olinda, já devidamente caracterizada (Apêndice A), foi retomada, a partir da identificação de seus elementos estruturantes: implantação/ planta-baixa, volumetria, fisionomia, usos/funções e aspectos simbólicos.

A relevância conferida à compreensão tipológica, aliada às dimensões a serem avaliadas em cada indicador, leva à permeabilidade entre si, o que significa

a manutenção do paralelismo requerido entre os indicadores, em coerência ao modo de avaliação adotado. Em outras palavras, enquanto suporte à operacionalidade, o Tipo-Base do casario de Olinda foi tido como uma abstração, comum entre os indicadores. Ao assumir uma simbologia arbórea, o Tipo-Base se ramifica nas dimensões materiais e imateriais, a serem capilarizadas nos seus elementos essenciais, os quais passam a corresponder aos grupos de atributos, cuja estruturação da operacionalidade segue os moldes da conhecida “árvore de pontos de vista”. Ao se reproduzir entre os indicadores de medição, os elementos do Tipo-Base resguardam relações junto às questões-chave a serem respondidas, cuja articulação com as variáveis de inferências, conforme disposição requerida pela escala do tipo *Phrase Completion*, permite a avaliação por grau de intensidade. O intuito é que a modelagem enquanto “árvore de pontos de vista”, com todos os seus elementos e os objetivos a serem alcançados, bem como os resultados da Avaliação, faça sentido junto aos referenciais teórico-metodológicos da presente pesquisa e reflitam os objetivos buscados.

De modo prático, a tabela 3 apresenta a estruturação-base elaborada para a operacionalidade da avaliação dos Projetos de Restauro, a refletir uma questão-chave aleatória, referente a um indicador X, também aleatório — embora possa haver mais de uma questão-chave associada a cada um dos indicadores. A articulação entre os indicadores também é requerida a partir das questões associadas a cada um deles (representadas pelas tabelas), em busca de caracterizar um meio de viabilização da operacionalidade buscada (Imagem 94).

Se por um lado, tal estruturação de operacionalidade vem demandar uma análise individualizada pelos grupos de atributos, para cada indicador, a denotar uma maior extensão do processo avaliativo, por outro, oferece precisão em cada item avaliado, ao permitir identificar os eventuais pontos de fragilidade. Ademais, no intuito de justificar o posicionamento técnico assumido na avaliação de cada uma das tabelas, as quais representam as questões-chave dos indicadores, torna-se necessário a exposição dos motivos que fundamentam as escolhas. Tanto podem servir de guia aos ajustes projetuais, se necessários, para o alcance de resultados exitosos, como podem agregar contributos mais substanciais à conservação.

Não se pode deixar de considerar, ainda, a alternativa de ponderações entre os grupos de atributos, a refletirem as orientações normativas de proteção em vigor

Indicador X

“Questão a ser formulada aos moldes da escala *Phrase Completion*”

| | | GRUPOS DE ATRIBUTOS | Variável de inferência 1, voltada à Qualidade Nula | | | Variável de inferência 2, voltada à Qualidade Parcial | | | | | Variável de inferência 3, voltada à Qualidade Plena | | | TOTAL |
|----------------------|-----------|------------------------------|--|----------|----------|---|----------|----------|----------|----------|---|----------|-----------|-------|
| TIPO-BASE DO CASARIO | MATERIAL | IMPLANTAÇÃO/ PLANTA-BAIXA | 0 () | 1 () | 2 () | 3 () | 4 () | 5 () | 6 () | 7 () | 8 () | 9 () | 10 () | |
| | | VOLUMETRIA | 0 () | 1 () | 2 () | 3 () | 4 () | 5 () | 6 () | 7 () | 8 () | 9 () | 10 () | |
| | | FISIONOMIA / FACHADAS | 0 () | 1 () | 2 () | 3 () | 4 () | 5 () | 6 () | 7 () | 8 () | 9 () | 10 () | |
| | IMATERIAL | USOS e FUNÇÕES | 0 () | 1 () | 2 () | 3 () | 4 () | 5 () | 6 () | 7 () | 8 () | 9 () | 10 () | |
| | | ASPECTOS SIMBÓLICOS | 0 () | 1 () | 2 () | 3 () | 4 () | 5 () | 6 () | 7 () | 8 () | 9 () | 10 () | |

Tabela 3 Proposição de estruturação-base para a formulação de uma questão-chave de indicador.
Fonte: Autora.



Imagem 94 Proposição de articulação entre os indicadores.
Fonte: Autora.

no sítio histórico de Olinda. Isso porque, a depender do setor normativo em que o imóvel em avaliação se encontre — em quaisquer das esferas governamentais, vão existir parâmetros de intervenções projetuais com distinto rigor, para um mesmo tipo arquitetônico. Ou seja, enquanto determinados setores das leis de proteção recomendam uma preservação rigorosa para todos os atributos do casario, outros setores são passíveis de flexibilização, em função de preferências ambientais a elementos físicos pouco visíveis na paisagem, a exemplo do partido de planta. Consistem em situações que podem ser previstas para uma eventual ponderação dos grupos de atributos, mas não adotadas como imperativas, dada a possibilidade de uma similar importância conferida para todos os elementos do tipo, o que dispensaria os pesos relativos.

Conforme a proposição de operacionalidade da avaliação se dar a partir dos elementos essenciais do Tipo-Base do casario, os resultados das inferências de cada indicador podem constar agrupados: seja pelas dimensões materiais e imateriais do tipo, ou mesmo sintetizados no bem cultural como um todo, conforme organização da tabela 3. De um ou outro modo, pressupõe-se que a avaliação seja finalizada, por parte do especialista-avaliador, com o completo preenchimento das questões, bem como da exposição dos motivos que fundamentam as escolhas.

Para o alcance do resultado final acerca da qualidade projetual, convém a elaboração e adoção de uma matriz matemática ou de um modelo estatístico auxiliar, que articule as respostas numéricas. Acontece que a formulação de ponderações, desvios, médias, medianas, entre outras dimensões de domínio específico, para apoio à geração dos resultados, são distanciadas do campo da Arquitetura e Urbanismo. Consistem em dificuldades não enfrentadas na presente pesquisa, mas que não comprometem inferências, nem impedem proposições extensivas à definição de uma escala, para a indicação objetiva do resultado final da Avaliação, ou seja, dos significados qualitativos associados aos distintos resultados quantificados.

Assim sendo, baseada na ideia de uma mensuração do grau de manutenção dos atributos, valores e significados dos bens culturais, diante do Projeto de Restauro, a escala definida para o resultado final da Avaliação assumiu uma estrutura semelhante à escala do tipo *Phrase Completion*. Ao se apoiar na progressão entre 0 e 10 pontos, apresenta a variação de intensidade desde um elevado grau de

perdas significativas (com pontuação aproximada a 0) até uma minimização ou inexistência de perdas (com pontuação aproximada a 10). As alternativas de resultados buscam situar o Projeto de Restauo com relação a três questões fundamentais: (i) qualidade; (ii) estado da validação e (iii) desdobramentos, associadas ao respectivo grau de intensidade, alcançado enquanto valor quantificado da Avaliação, conforme segue na tabela 4. O intuito de tal formulação é que o resultado final da Avaliação Patrimonial-Ambiental do Projeto de Restauo não apenas indique um número/ valor, mas que posicione o seu significado.

| | | | | | | | | | | | |
|--------------|--|-------------------------------------|---|---|--|---|---|---------------------------------|---|---|----|
| (i) | PERDAS CULTURAIS E/ OU AMBIENTAIS | MANUTENÇÃO MODERADA | | | | | | MANUTENÇÃO QUALIFICADORA | | | |
| (ii) | Reprovado | Passível de aprovação | | | | | | Plenamente aprovado | | | |
| (iii) | Refazimento do Projeto de Restauo | Passível de alterações substanciais | | | Passível de pouca a razoável alteração | | | Sem necessidade de alteração | | | |
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

Tabela 4 Escala para mensuração do resultado final da Avaliação Patrimonial-Ambiental.
Fonte: Autora.

A exposição do conteúdo dos indicadores e do modo de estruturação da avaliação, bem como sua operacionalidade e escala de mensuração, permite que inferências sejam efetuadas acerca das articulações propostas. Ao tempo em que o objeto alvo de projeto consiste em um bem cultural valorado, o indicador de Expressividade do Bem vai assumir uma condição protagonista na avaliação: quanto maior o seu grau, menor deve ser o risco de perdas, sejam elas culturais ou ambientais, para resultados otimistas na avaliação. Isso significa afirmar que a Expressividade do Bem possui influência inversamente proporcional a dos indicadores de Risco, o que também pode evidenciar sua função de ponderador destes, visto se referir ao bem cultural em seu estado anterior à intervenção arquitetônica.

Nessa mesma linha de raciocínio, para um mesmo grau de perdas, seja cultural ou ambiental, a depender da Expressividade do Bem, o resultado final pode ser variável: ou seja, nos casos de uma maior Expressividade, o resultado pode ser menos exitoso, do que para atributos de menor valoração, cuja capacidade de expressividade já se achava, em certa medida, comprometida. Embora controverso, imóveis com perdas de atributos não necessariamente devem

satisfazer a flexibilidades projetuais, dados os objetivos do restauro passíveis de agregarem valores aos bens. Portanto, cada projeto deve ser avaliado no contexto e plenitude.

Do mesmo modo, pode-se inferir que para um mesmo grau nos indicadores de Risco Patrimonial e Risco Ambiental, quanto mais aproximado ele estiver do resultado do indicador de Expressividade do Bem, menor o risco de perdas.

Nos casos em que algum dos indicadores de Risco, seja Patrimonial ou Ambiental, obtiver o resultado inferior a dois, o Projeto de Restauro situa-se como “Reprovado”, a demandar seu completo refazimento — a aproximação ao nível zero significa um elevado grau de perdas. Por outro lado, ao alcançar valores entre 9 e 10, o Projeto de Restauro situa-se como “Plenamente aprovado”, sem necessidade de ajustes, a configurar uma situação ideal.

No sentido inverso, nos casos dos indicadores de Risco Patrimonial e Risco Ambiental assumirem o valor máximo, 10, cada um, e o indicador de Expressividade assumir o valor 3, por exemplo, certamente tal defasagem poderá repercutir no resultado final da Avaliação. Seria muito provável sua referência qualitativa como “Passível de aprovação, com poucas alterações”, no entanto, a impossibilidade de ajustes no projeto, por já ter atingido pontuação máxima, penalizaria a viabilidade da condição de plana aprovação. Nessas circunstâncias, entende-se que melhorias propostas no Projeto de Restauro possam potencializar ou resgatar a sua Expressividade e reverter possíveis valores insatisfatórios, em função de um resultado final otimista.

Importa ainda destacar que os indicadores de Risco, seja o Patrimonial ou o Ambiental, constam ausentes de ponderações, o que significa pressupor uma similar importância entre si, diante do conjunto de indicadores e dos critérios avaliativos. No entanto, não se pode deixar de considerar a eventualidade de uma ponderação, para fins de verificação de prevalências entre os indicadores, se for o caso, o que pode se estabelecer, com base em consulta e consensos entre especialistas, por meio de uma metodologia específica de aferição.

Tais breves inferências não alcançam a totalidade de cenários possíveis, mas buscam desvelar relações estabelecidas entre os indicadores, as quais não são isentas de conflitos, nem de complexidades na ação de avaliação. Demonstram,

ainda, que a operacionalidade proposta não reduz ou desconsidera o instrumental teórico-metodológico levantado durante a pesquisa, mas ao invés, busca atender à objetividade pretendida, com a necessária profundidade requerida.

Diante de tais entendimentos, e como exercício de reflexão, foi desenvolvida uma proposta preliminar de Ficha de Avaliação Patrimonial-Ambiental, a partir de questões-chave, objetivamente relacionadas ao conteúdo dos indicadores e seus objetivos, com a adoção das variáveis de inferências e escala de mensuração, em suas articulações (Apêndice C). Na condição do envolvimento de um perfil de atores especialistas enquanto avaliadores, as questões-chave foram formuladas com similar abordagem acadêmica enfrentada na presente pesquisa, para fins de compreensão do que se pretende avaliar. Para o indicador de Expressividade do Bem, foi formulada apenas uma questão-chave, enquanto os indicadores de Risco Patrimonial e Risco Ambiental, assumiram duas e quatro questões-chave, respectivamente, cujas respostas devem ser objetivamente respondidas (marcação de “x”), seguidas das justificativas que fundamentam as escolhas.

Para a aplicabilidade da Ficha de Avaliação, entende-se como de fundamental importância a disponibilização da documentação associada à elucidação do que se pretende mensurar: (i) o Projeto de Restauro, em suas peças gráficas e textuais, (ii) o Método do Projeto de Restauro, com as etapas/ áreas de concentração e os elementos essenciais do Tipo-Base do casario, e, por fim, (iii) o conteúdo dos Indicadores, com a grade de qualificação de cada uma das variáveis de inferência.

Com tal síntese interpretativa, que culminou na elaboração de uma estrutura de Avaliação Patrimonial-Ambiental de Projetos de Restauro no casario do sítio histórico de Olinda, como um exercício de reflexão, entende-se ter alcançado o percurso investigativo ao qual a presente tese se dispôs. As inferências que seguem buscam oferecer um olhar sobre a proposição da tese, em articulação aos objetivos estabelecidos.

4.3 Síntese do Capítulo

O conhecimento teórico-metodológico acerca de experiências que envolvem ações de avaliação contribuiu à compreensão do tema, sobretudo no que consistem as noções associadas à avaliação e os modos de estruturação, a subsidiar a etapa propositiva da presente tese.

A aproximação do campo ambiental ao campo do patrimônio, embora já evocada há um século, em experiências de intervenções arquitetônicas em sítios históricos, foi reforçada na incorporação de novos contornos: os danos ambientais. Além dos já conhecidos efeitos negativos ao ecossistema e aos modos de vida tradicionais, danos foram reconhecidos como uma ameaça, direta ou indiretamente, à manutenção do estado de conservação das preexistências históricas, socioculturais e ambientais. Nos casos dos bens culturais evocados enquanto Patrimônio Mundial, pela UNESCO, eles parecem de mais grave consequência, dada a possibilidade de afetação à transmissão do VUE. Sob tais preocupações, estratégias metodológicas para a avaliação dos riscos decorrentes das perdas tornaram-se aliadas, enquanto posturas preventivas e de subsídio ao planejamento da conservação.

Discursos e experiências oriundas de entidades internacionais voltadas às causas preservacionistas, no viés da prevenção e avaliação de riscos, começaram a se tornar uma realidade, em prol da salvaguarda cultural e da qualidade de vida das gerações presentes e futuras. A publicação de estudos e manuais especializados, ao lado de pesquisas acadêmicas voltadas para esse tema, constituem indícios de alerta. Vulnerabilidade, perigo/ameaça, capacidade de enfrentamento, resiliência e perdas valorativas tornaram-se dimensões requisitadas nas equações avaliativas, para fins de mensuração dos riscos, onde a sensibilização à articulação entre os temas de meio ambiente e cultura ganha força e sinaliza um acolhimento à causa.

Embora o enfoque na avaliação dos riscos tenha se voltado para os efeitos dos desastres ambientais, as ameaças de natureza antrópica podem igualmente fragilizar a conservação dos atributos dos sítios históricos do Patrimônio Mundial. Do mesmo modo, para além da problemática que envolve o caso específico de Olinda, intervenções arquitetônicas malsucedidas ou interferências ambientais pouco assertivas ao contexto da salvaguarda cultural, de natureza antrópica, também são observadas em outros sítios, seja no panorama nacional ou internacional, com nuances diversas. Mas, no caso do objeto empírico da pesquisa, tais riscos existem e podem, de modo direto ou indireto, comprometerem a transmissão do VUE do sítio histórico de Olinda. Portanto, sua avaliação, apoiada no repertório teórico-metodológico que a envolve, deve suceder voltada para o equacionamento da problemática da tese.

A proposição da Avaliação Patrimonial-Ambiental insere-se no cerne desse contexto e se afirma como um exercício de reflexão. Busca descortinar um caminho de operacionalização de questões teóricas do campo do restauro arquitetônico e urbano, aliado à abordagem ambiental, ambos ancorados na problemática da conservação do sítio histórico de Olinda, a fim de demonstrar um meio de aplicabilidade. Ao se inspirar no objeto alvo da avaliação, o Projeto de Restauro no casario do sítio histórico de Olinda, delineado pelo seu Método, pretende extrair os parâmetros relevantes.

O Método de Projeto de Restauro reúne procedimentos operacionais, a partir da articulação entre o arcabouço teórico-conceitual e as categorias de análise da pesquisa, ordenados em uma lógica processual, com garantias à liberdade criativa no ato de projeto. Ele não define uma solução arquitetônica, nem impõe regras ao atendimento de demandas projetuais ou ao uso de materiais construtivos ou de acabamento, por exemplo, mas oferece um direcionamento, amparado em etapas de trabalho. “Estudos sobre o bem cultural: vertente patrimonial”, “estudos sobre o bem cultural: vertente ambiental” e “simulações projetuais: vertente patrimonial-ambiental” consistem em seus grandes eixos de concentração.

Os parâmetros avaliativos oriundos do Método de Projeto de Restauro consistem em um produto da reflexão da pesquisa, baseado na trajetória do restauro arquitetônico e urbano e mesmo do bem cultural. Pela própria natureza da ação não assumir regras fixas, nem condutas projetuais engessadas, significa reconhecer um olhar passível de acomodações teórico-conceituais e operacionais, no tempo, a depender das variações dos contextos em que se acham inseridos.

Do ponto de vista ambiental, chama atenção o papel que o Mapa de Riscos do Sítio Histórico de Olinda e as Fichas de Análise dos Riscos passam a assumir nas inferências da pesquisa. O aparente descaso com que tal temática tem sido tratada no panorama da gestão da conservação de Olinda leva a crer que a atualização e adoção de tal instrumento, dada a obsolência de três décadas, sejam demandas inadiáveis, pela alternativa de agravamento das vulnerabilidades do sítio histórico. Nessas circunstâncias, a indicação de procedimentos técnicos especializados para a identificação e prevenção dos danos assume um caráter instrumental, que pode ainda ser extensivo a uma futura revisão da normativa de proteção ou de práticas de gestão, como algo incontornável à atividade projetual. Nesses termos, importa

reconhecer a necessária instrumentalização dos técnicos associados às atividades de licenciamento, para domínio das questões e tratativas institucionais.

Por outro lado, a exploração do Projeto de Restauro, a partir das soluções arquitetônicas e sua relação compositiva junto à preexistência e ao contexto histórico-cultural em que se insere, no intuito de se apoiar nas pretendidas pontes teóricas, torna-se oportuna para aferições quanto à capacidade conservativa do bem. Nesse sentido, embora pareça clara a extensão do Projeto de Restauro no conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico de Olinda, cujos propósitos se pautem pelo equacionamento das descaracterizações, em associação ao perigo de deslizamento das colinas, ela foi frisada no Método de Projeto, para atendimento. Algo que ainda precisa constar objetivamente incorporada ao planejamento da conservação urbana e territorial do sítio histórico, dado se restringir, e de modo incipiente, aos discursos. Parece evidente a impossibilidade de adiamento desse cotejo, pelas condições atuais em que se acha o sítio histórico de Olinda.

Dos métodos de avaliação da qualidade então estudados, chamou atenção a estruturação enquanto “árvore de pontos de vistas”: tanto dispunha de uma ordenação baseada em indicadores, de caráter quantitativo, como foi reconhecida de fácil manuseio no campo da preservação cultural. Com as devidas adaptações e sínteses operacionais, os procedimentos que envolvem a sua constituição inspiraram o viés de aplicabilidade na presente tese, a partir dos elementos do tipo arquitetônico do casario, situados pelos grupos de atributos a serem mensurados.

Enquanto a proposta de Avaliação Patrimonial-Ambiental constitui uma metodologia a ser utilizada após o desenvolvimento projetual, para inferências quanto à expressividade do bem e suas dimensões patrimoniais e ambientais, quando alvos do projeto, o Método de Projeto de Restauro tem condições de ser adotado nas atividades de concepção e análise. No caso de vir a ser assumido pelas instituições de proteção, torna-se necessária uma ação de treinamento/instrumentalização dos técnicos, de modo a qualificarem sua atividade e se apropriarem do domínio do tema. Também as equipes de fiscalização e controle urbano podem ser preparadas a tanto, a fim de identificarem as situações de vulnerabilidade e riscos com mais propriedade.

A Avaliação Patrimonial-Ambiental proposta não representa o único modo de aferição e, sozinha, pode não ser capaz de garantir uma condição irrefutável, a necessitar da experiência e sensibilidade dos avaliadores no enfrentamento de questões. Naturalmente, permite interpretações diversas que conduzem a alternativas outras, possíveis para o mesmo fim. Por outro lado, a Avaliação também não busca invalidar ou substituir os habituais procedimentos de análise e aprovação projetual no casario, próprios aos organismos de salvaguarda no sítio histórico de Olinda, os quais envolvem o necessário atendimento às normas de proteção, nas diversas esferas, entre outros parâmetros, mas contribuir em um olhar reflexivo. Os resultados decorrentes de sua aplicabilidade também não se pretendem confrontadores às análises das instituições de proteção, sobretudo quando culminam em licenciamentos. Eventuais posturas de comparações são evitadas, dado o respeito desprendido pelo esforço dos técnicos institucionais em suas atividades. Com tais contornos, a Avaliação se situa como um contributo, capaz de ser absorvida pela gestão da conservação, principalmente no que concerne aos critérios e procedimentos que o Método de Projeto de Restauro concentra.

Ao mesmo tempo em que os procedimentos metodológicos da pesquisa, desde a problematização até a proposição, ilustram uma tentativa de estabelecimento de pontes teóricas junto às soluções projetuais, devidamente destacada nos objetivos da investigação, assumem o intuito de se afastar de arbitrariedades, indesejadas no âmbito acadêmico. Acredita-se que as inferências resultantes desse processo assumiram contributos com viés de ineditismo, em todo o curso das inferências, sobretudo metodológica.

Sobre a Ficha de Avaliação Patrimonial-Ambiental (Apêndice C), do modo como as questões e as variáveis de inferências foram formuladas, assim como definidos os níveis de hierarquia na escala de medição, em sua relação junto a cada indicador, os quais se estabelecem articulados entre si, torna-se provável que a operacionalidade proposta consiga atender aos objetivos da presente pesquisa. As reflexões subsequentes buscam o olhar ampliado, em todo o percurso da investigação, sobretudo em inferências quanto aos questionamentos formulados e à hipótese da pesquisa, com recomendações para desdobramentos futuros.

5 CONCLUSÕES E VALIDAÇÃO DA HIPÓTESE

Por mais que o cenário de ameaça à manutenção dos atributos e valores do sítio histórico de Olinda venha sendo registrado, em trabalhos técnicos e acadêmicos, em relatórios institucionais ou por meio de denúncias dos moradores, e o empenho de instituições na sua salvaguarda cultural seja reconhecido, os desafios ainda ultrapassam uma condição favorável à conservação.

A presente pesquisa buscou, por meio da investigação documental, orientada por procedimentos metodológicos de âmbito acadêmico, um meio de compreender esse cenário e trazer à tona reflexões contributivas ao seu equacionamento, para fins de conservação do legado cultural, no presente e para as gerações futuras. A continuidade da transmissão do VUE do sítio histórico de Olinda é condição fundamental à manutenção da titularidade internacional de Patrimônio Mundial, dado se tratar de um estado temporário, capaz de ser subtraído a qualquer tempo.

Dentre as variadas pressões que exercem influência nesse contexto, o gradual processo de descaracterização física e imaterial que atinge o casario antigo e o constante perigo de deslizamento das colinas históricas são tidas como as mais relevantes. Além de serem evidenciadas nos documentos consultados, dentre as fontes primárias e secundárias, tais pressões foram igualmente notadas pela

UNESCO e registradas nos documentos relacionados à inscrição do sítio histórico de Olinda na Lista do Patrimônio Mundial. De modo formalizado, os registros já requisitam atitudes de acompanhamento dessas pressões, aos moldes de um monitoramento, ao lado de medidas preventivas.

O cerne dessa problemática concentra-se no papel que as intervenções arquitetônicas projetuais têm exercido no casario, sobretudo quando oriundas de situações informais: ao invés de conduzirem à conservação dos valores e significados culturais por ele reunidos, têm, no mais das vezes, resultado em danos e perdas, em certa medida, severas. O distanciamento que as recomendações e teorias do restauro e a abordagem ambiental, quando associada aos mecanismos das colinas históricas, resguarda da prática projetual situa-se como das principais causas, a acelerar o quadro de riscos.

Das recomendações do Comitê do Patrimônio Mundial para a manutenção do VUE de sítios históricos, a prática da avaliação de intervenções arquitetônicas projetuais nos bens é incentivada, a fim de intimidar danos: foi o eixo de investigação explorado na presente tese, entendido por meio de uma aferição da qualidade projetual. Embora entidades internacionais afirmem a importância desse compromisso, a exemplo do ICOMOS (2020), comportam-se lacunares quanto a objetivações de procedimentos teórico-metodológicos que possam conduzir tal mensuração — restringem-se a orientações quanto à adoção de princípios do restauro e à identificação de vulnerabilidades nos bens. De tal circunstância, e com base nas pesquisas do campo teórico, o foco da abordagem explorou os limites do restauro, ainda que seja compreensiva a adoção e pertinência de noções como “reabilitação”, “reabilitação urbana” e “reabilitação do edifício”, no contexto português.

De fato, a possibilidade de mensurar a manutenção dos atributos e valores dos sítios históricos, quando alvo de projetos de restauro, não é tarefa fácil, mas pode contribuir à conservação do seu caráter excepcional, o qual, conforme propalado pelos especialistas Feilden e Jokilehto (1995, p. 100) e Jokilehto (2006), está centrado no testemunho material e estrutural que carregam, cuja estratigrafia histórica reflete as marcas do tempo, a serem preservadas, em continuidade no tecido urbano. Embora configure uma noção aparentemente generalizada, requer amparo teórico à compreensão e à condução das ações intervencionistas.

A conformidade de um objeto a determinados padrões, seu uso adequado e o alcance de um nível definido como de satisfação constituem requisitos capazes de dar a tônica da qualidade a ser mensurada na ação de avaliação. Conduzida pelo viés qualitativo e/ou quantitativo, a avaliação deve se apoiar em uma operação coerente, com a exposição do objeto ou ação que se pretende mensurar e de alternativas tidas como pertinentes a diversos cenários, capazes de serem julgadas em uma visão crítica. Ao tempo em que a avaliação do projeto de restauro evoca estímulos ao alcance de soluções arquitetônicas voltadas para a transmissão do VUE de um sítio histórico, tido como Patrimônio Mundial, situa-o em uma condição notável em relação a outros.

Das indagações levantadas ao longo da pesquisa, “em que medida é possível aferir as intervenções arquitetônicas projetuais em termos de impacto”, “como verificar se elas contribuem à manutenção do VUE” ou “como reconhecer parâmetros de qualidade para orientar tais intervenções”, entende-se que a aproximação das teorias e recomendações do restauro e da abordagem ambiental à prática projetual, no caso do sítio histórico de Olinda, pode oferecer insumos à reflexão, cujas respostas tornaram-se claras após o enfrentamento das etapas do percurso investigativo.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa, definido pela proposição de uma *avaliação de projetos de restauro no casario do sítio histórico de Olinda*, demandou uma orientação firmada por meio de pontes teóricas junto à prática projetual, como modo mais favorável ao alcance da manutenção do VUE, ao mesmo atribuído, rumo ao afastamento de posturas arbitrárias ou mesmo prevalentemente subjetivas. Com a definição da problemática em curso no sítio histórico de Olinda e do objetivo geral, o método de investigação foi delineado, para conduzir as etapas de trabalho até as inferências.

Para tanto, a trajetória de formação da antiga vila de Olinda, no século XVI, até o reconhecimento institucional enquanto objeto de proteção e, principalmente, na concessão da titularidade internacional tornaram-se o ponto de partida da investigação. A interpretação documental histórica (textos, iconografia e cartografia) permitiu desvelar os elementos qualitativos reconhecidos como relevantes à preservação, desde a escolha do lugar para a implantação da antiga vila, até as diretrizes de desenvolvimento urbano ditadas pela Carta do Foral e

seus elementos estruturantes, com a consolidação da configuração bucólica, que, em certa medida, têm permanecido como valores de longa duração.

Se por um lado, o traçado urbano e o conjunto arquitetônico edificado geraram atratividades de desfrute visual e paisagístico, a inspirar relatos de memorialistas, gravuras artísticas, poemas e canções, por outro, o desenvolvimento urbano abriu margens a uma ocupação desordenada, fruto da ausência de controle do território ou de medidas reguladoras e preventivas. Dentre as negativas consequências, para além das interferências físicas e imateriais na harmonia do conjunto histórico, as vulnerabilidades estruturais das colinas, dado seu caráter acidentado e a proximidade com o mar, passaram a ser sentidas, direta ou indiretamente; a ocasionarem repercussão nas condições de integridade dos monumentos religiosos e do casario. Tal fenômeno tornou-se o centro das discussões entre especialistas, acadêmicos e gestores públicos, envolvidos nas questões da salvaguarda cultural, que ainda eram muito recentes no Brasil. A vinda de consultores estrangeiros e a realização de um seminário específico sobre o tema, em 1976, em antecipação à concessão da titularidade internacional assumida por Olinda, comprovam as preocupações, inicialmente centradas nos monumentos religiosos, mas logo extensivas ao casario.

Os condicionantes topográficos, geológicos e ambientais estudados nas pesquisas exploratórias foram essenciais como base de conhecimento do fenômeno de deslizamento das colinas e se tornaram parâmetros à mensuração dos riscos ou ao monitoramento. Contribuíram por situar tal fenômeno no cerne do debate acerca do planejamento da conservação do sítio histórico, enquanto perigo capaz de afetar a manutenção de atributos e valores — situação que não intimidou a condição do sítio histórico ter se tornado Patrimônio Mundial, em 1982, com a legitimação dos atributos, materiais e imateriais, interpretados das fontes históricas. Ainda assim, os desdobramentos das pesquisas exploratórias ocorreram no fornecimento de uma metodologia para a aferição do grau de risco de deslizamento nas colinas históricas, materializada no Mapa de Riscos do sítio histórico de Olinda, na década de 1990. Em extensivo contributo, a setorização proposta para as áreas de riscos no sítio histórico se superpunha à delimitação dos distintos polígonos de proteção, assumidos pela atualização da normativa de salvaguarda municipal, na mesma década. Embora incontornáveis, tais conteúdos não assumiram o papel ao qual se propuseram, dado o descaso de sua aplicabilidade pela gestão.

Com tais circunstâncias, tornou-se relevante o desbravamento do marco teórico da pesquisa, o qual situa o restauro no centro das discussões acerca dos procedimentos teórico-metodológicos a serem assumidos na condução das intervenções projetuais.

Entendido no sentido definido pela Carta de Veneza, de 1964, o restauro envolve a dupla missão, conservativa e revelativa, dos valores estéticos e históricos dos monumentos, a considerar a permanência de substâncias antigas e autênticas, tidas como de longa duração, nos bens. Ao não se constituir com regras fixas, o restauro é pautado por princípios, recomendações e orientações teórico-metodológicas, pertinentes ao contexto ao qual correspondem, no entendimento de que não há um caminho único, mas respostas a questões continuamente colocadas. A centralidade na preexistência e no papel que o restauro assume para a reinserção do bem no contexto urbano requer o atendimento às demandas projetuais, ao mesmo tempo que o exercício crítico, em constante formulação, reúne condições de oferecer insumos coerentes ao tratamento das dimensões estéticas e históricas nos bens.

Por se situar nas discussões do âmbito da Arquitetura e Urbanismo, a composição arquitetônica das soluções projetuais ganha ênfase quando se trata da conhecida “relação antigo-novo”, a ser conduzida pelas orientações prescritas no campo. Para além das diversas correntes intervencionistas ou posturas projetuais discutidas por diversos autores, com valiosos contributos na escala do projeto, no caso do sítio histórico de Olinda, a harmonia projetual é sensível ao viés da contextualização. Tanto a que relaciona o projeto com o bem cultural, quanto com o entorno em que o mesmo se acha inserido, cujo desafio abre espaço à criatividade e à conservação de substâncias antigas, onde o aspecto-chave concentra-se na linguagem arquitetônica a ser adotada na proposição projetual.

Dos preceitos do campo teórico e de recomendações do restauro, foi possível um exercício de síntese, na extração de categorias de análise tidas como relevantes no tema: atributos, reconhecimento/ valoração, relação antigo-novo e princípios do restauro foram algumas das consideradas.

Ainda assim, tal estratégia metodológica da pesquisa não foi tida como suficiente à definição de parâmetros norteadores à estruturação da avaliação, tanto pela objetividade buscada, como pela probabilidade de o objeto alvo de avaliação, o

projeto de restauro no casario do sítio histórico de Olinda, dispor de especificidades, não efetivamente protagonizadas no contexto teórico. Nessas circunstâncias, o objeto empírico da pesquisa assume relevantes papéis: ao ser situado como fonte de investigação e inspiração, tido como detentor de especificidades culturais, ambientais e normativas a serem consideradas, serviu como foco de estudo e conhecimento para a consolidação dos possíveis parâmetros avaliativos.

Nesse sentido, entender não apenas a concepção do projeto de restauro em tramitação nas instituições de proteção de Olinda, para aprovação, mas o contexto da gestão da conservação em que o mesmo se inseria — análise e licenciamento —, foi importante diante das interferências por ele exercidas até a solução final aprovada. Ao tempo em que a concepção do projeto demonstrou o nível de domínio e a abordagem do tema pelo profissional projetista, a análise institucional revelou o olhar dos técnicos, em suas distintas articulações institucionais, sobre os modos de lidar com as intervenções projetuais e suas repercussões no sítio histórico como um todo.

Ao se voltar ao conhecimento aprofundado dos 18 (dezoito) processos projetuais em Olinda, no século XXI, foi possível observar, dentre outros fatores, que as intervenções arquitetônicas projetuais no casario antigo foram pautadas pelo distanciamento das teorias e recomendações do restauro. Apenas fragmentos teóricos puderam ser verificados nos discursos constantes nos memoriais descritivos dos projetos, quando existiram, e escassamente nas soluções arquitetônicas. Mesma circunstância seguiu representada nos pareceres técnicos institucionais, os quais revelavam vestígios de interpretações subjetivas dos parâmetros normativos de proteção. Tais constatações, pouco capazes de situar o campo teórico no papel central que deveria assumir junto à prática projetual, levam a crer na existência de um processo de perdas graduais, sejam culturais ou ambientais, que encontram no vácuo teórico a sua zona de conforto. Para além das cotidianas dificuldades enfrentadas, tal inferência revela a gradativa diminuição da capacidade de transmissão do VUE pelo sítio histórico de Olinda.

Isso porque as tendências arquitetônicas projetuais foram caracterizadas pelo agressivo adensamento construtivo, indiferente à devida conservação das tipologias do casario e à sobrecarga estrutural adicionada. A ausência de registros quanto à compreensão e reconhecimento do bem levantou inúmeras dúvidas

relacionadas à sua trajetória histórica, às condições de integridade e autenticidade existentes, dentre outras noções de domínio crucial às decisões de projeto. Ademais, a condição de vulnerabilidade estrutural, eventualmente mencionada nos processos de intervenção arquitetônica, não pareceram devidamente enfrentada nas soluções projetuais, nem em sua interface com o campo do restauro. Embora houvesse o lastro das pesquisas exploratórias relacionadas aos mecanismos dos solos em Olinda, parece que não foram sequer consideradas. A relevância com que tais fenômenos foi assumida pelas inferências da presente pesquisa levou a que o perigo de deslizamento das colinas históricas e as vulnerabilidades dos bens culturais, relacionadas a tal fenômeno, fossem reconhecidas como categorias, ao lado das evidenciadas no arcabouço das teorias.

Sob tais circunstâncias, a proposição da avaliação de projeto precisou considerar o equacionamento da problemática em curso e, conforme orientações da literatura especializada, constar acompanhada da definição do objeto ou ação a ser avaliado, bem como dos parâmetros avaliativos e da escala de mensuração. Para tanto, o Método de Projeto de Restauro, tão relevante quanto a própria estruturação da avaliação, foi definido na consideração do desafio de acomodação das demandas ambientais, funcionais, programáticas e tecnológicas, decorrentes das transformações naturais dos contextos econômicos e socioculturais, que causam pressões nas estruturas preexistentes, ao lado do perigo de deslizamento das colinas históricas. Apoiado em dois eixos de atuação, (i) o reconhecimento do bem cultural e o (ii) desenvolvimento das soluções projetuais, o Método de Projeto de Restauro buscou refletir os preceitos teóricos e contemplar as categorias de análise reveladas no percurso da investigação — atributos, reconhecimento/valoração, princípios do restauro, relação antigo-novo, o perigo dos deslizamentos e as vulnerabilidades do bem cultural.

Os contornos que evidenciaram uma vertente patrimonial e uma vertente ambiental do conhecimento do bem cultural olindense, no Método de Projeto de Restauro, demandam sua integração quando da solução projetual. O devido enfrentamento vai requerer o envolvimento de uma equipe multidisciplinar, de modo que as diversas discussões emanadas dos distintos saberes configurem uma valiosa troca de experiências, contributiva ao processo. Ao ser concebido sob os parâmetros definidos pelo Método, o projeto de restauro tem condições mais favoráveis ao alcance da conservação do bem, a depender de como as soluções

projetuais são materializadas na concepção. Seja assumido pelo profissional projetista, e/ou pelas instituições de proteção, o Método de Projeto de Restauro tem condições de oferecer um olhar ampliado acerca da conservação do sítio histórico — aplicado de modo unilateral possui uma limitada probabilidade de ressonância. Enquanto exercício operacional de síntese, seu percurso foi esboçado em formato de gráfico esquemático, de modo a oferecer uma fluída visualização e mesmo servir de base para a estruturação da avaliação de projetos.

Objetivada na mensuração da manutenção do VUE do sítio histórico de Olinda e em convergência ao cenário de riscos em que se acha o casario antigo, a estruturação da avaliação foi orientada pela inferência do grau de perdas, sejam elas culturais ou ambientais. Nesse sentido, três foram os indicadores formulados, a partir do agrupamento das categorias acomodadas no Método de Projeto de Restauro: (i) Expressividade do bem, (ii) Risco Patrimonial e (iii) Risco Ambiental. Enquanto o primeiro indicador se justifica pela condição singular do bem, que constitui um patrimônio cultural, a reunir atributos, valores e significados, os outros dois dizem respeito às aferições do grau de perdas, sejam elas culturais ou ambientais, respectivamente, que porventura estejam veiculadas no projeto. Sob tais domínios, a ação foi qualificada como Avaliação Patrimonial-Ambiental de projetos de restauro no casario do sítio histórico de Olinda, em uma abordagem integrada e ampliada.

Cada um dos indicadores foi delimitado, em seus objetivos e parâmetros avaliativos, desdobrados em variáveis de inferências. Por objetivar uma medição de um grau, ou seja, que indique uma intensidade de algo, as variáveis de inferências foram construídas no sentido de possibilitar tal modo de avaliação, em níveis de gradação. Para tanto, uma escala de medição, a *Phrase Completion*, foi adotada, em sintonia aos objetivos da avaliação e na costura do que se pretende avaliar.

Como exercício de reflexão, a avaliação foi materializada na Ficha de Avaliação Patrimonial-Ambiental de Projetos de Restauro no Casario do Sítio Histórico de Olinda, estruturada aos moldes de uma “árvore de pontos de vista” (Apêndice C). Com a definição de questões-chave associadas aos indicadores, em suas variáveis de inferências e escala de medição, busca refletir, de modo sintetizado, o conhecimento acumulado ao longo da investigação e oferecer um modo de mensuração dos projetos, a ser conduzido por especialistas.

Ainda que tal estruturação da avaliação tenha se desenhado aparentemente complexa, a demandar profissionais de campo diversos do saber, acredita-se que tenha condições de atender ao panorama em estudo, desde as articulações ao campo teórico-metodológico, até o problema em curso na conservação do sítio histórico. Ao mesmo tempo em que a abordagem integrada, cultural e ambiental, pode oferecer insumos à atividade de concepção de projetos de restauro, também pode contribuir no panorama da gestão da conservação, a orientar a análise projetual e oferecer insumos ao planejamento territorial e da conservação. Aproximar tais conteúdos à prática da salvaguarda cultural em Olinda parece urgente e de amplo atendimento.

A questão da pesquisa, desenvolvida a partir de "em que medida é possível o desenvolvimento de uma avaliação de projetos de restauro" consiste atendida com a proposição da tese, baseada na definição do Método de Projeto de Restauro no casario do Sítio Histórico de Olinda, o qual deu conta do enfrentamento das pressões que mais relevantemente ameaçam a manutenção do VUE e ofereceu parâmetros para a estruturação da avaliação de projetos, qualificada como Patrimonial-Ambiental. Ao constar aproximado das teorias e recomendações do restauro e da abordagem ambiental, no que concerne ao perigo de deslizamento das colinas históricas, a avaliação proposta busca também atender ao requisito definido nos objetivos da pesquisa, quanto ao estabelecimento de pontes teóricas junto às soluções projetuais.

Com o exposto, a hipótese da pesquisa é de confirmação quanto ao descortínio de um caminho de reflexão para a manutenção do VUE do sítio histórico de Olinda, veiculada por meio da avaliação de projetos de restauro no casario, em uma abordagem ampla e integrada, a simultaneamente contemplar os preceitos específicos do restauro e a problemática ambiental da mecânica dos solos olindenses. Nesse termos, um percurso investigativo concatenado, desde a delimitação do problema de pesquisa, da questão a ser respondida, do método de trabalho e suas etapas, para o alcance do objetivo, ofereceu um ambiente favorável à confirmação da hipótese, a refletir coerência científica à pesquisa.

Ademais, embora possa haver similitudes entre a problemática em curso no sítio histórico de Olinda e outros sítios do Patrimônio Mundial, em termos de descaracterizações físicas e imateriais e de problemas ambientais, reforça-se que a proposição da presente tese consiste exclusivamente voltada para o panorama

olindense. Tal ponto de vista significa afirmar que a mudança do objeto empírico pode vir alterar as relações interpretativas estabelecidas, de modo significativo ou não. Parece mais provável a pouca alteração na delimitação dos indicadores e das categorias de análise que o compõem, do que as variáveis de inferências e a escala de medição, ao lado das eventuais ponderações — enquanto dimensões mais suscetíveis a mudanças, dadas as especificidades de cada objeto e contexto. As inferências da presente tese têm condições de se situar como referências a trabalhos futuros em outros sítios históricos, desde que resguardas as devidas proporções.

Cabe ainda destacar que as discussões voltadas para a sensibilização ambiental, no que concerne as estratégias de eficiência energética, por exemplo, em aproximação ao campo das intervenções projetuais em sítios históricos, conforme salientado nas experiências de avaliação de projetos, são bem-vindas. Importa refletir sobre os limites entre a acomodação das demandas tecnológicas e ambientais nas preexistências históricas, as quais devem permitir a agregação de valor cultural/ patrimonial aos bens, em consonância com as teorias e recomendações da salvaguarda cultural, sem transformações de seu caráter único. No caso do sítio histórico de Olinda, a revisitação ao instrumental normativo de proteção e ao empirismo próprio das instituições, dado o enfrentamento do tema em raros casos precedentes, situam-se como caminhos empáticos à resolução dos conflitos que emanam dos requisitos de estratégias de eficiência energética, pela inexistência de uma regra única a ser aplicada em quaisquer circunstâncias.

Por fim, embora o foco da presente pesquisa se volte para as intervenções projetuais no casario do sítio histórico, enquanto bem cultural de natureza privada/ particular, não se pode deixar de considerar a intrínseca relação que este estabelece com o espaço público das ruas, praças, largos e pátios, os quais demandam relações urbanas, paisagísticas e socioculturais a serem consideradas no âmbito das discussões. As dimensões imateriais que consistem agregadas ao suporte físico-material do sítio histórico de Olinda, as quais são objeto de significação por parte dos moradores, comerciantes, artistas, grupos de manifestações culturais, entre outros que com o sítio resguardam interação, ecoam tão relevantes quanto o imóvel em compreensão no âmbito do projeto de restauro. O olhar ampliado para tais condicionantes, tanto pode ser capaz de oferecer insumos consistentes para a prática projetual, como para a manutenção do caráter excepcional, uma vez conferido aos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, da UNESCO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1014 p.

ACCARDO, G.; GIANI, E.; GIOVAGNOLI, A. The Risk Map of Italian Cultural Heritage. **Journal of Architectural Conservation**, 9:2, 2003. p.41-57.

AGUIAR, José. **Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do patrimônio**. 2ª ed. Porto: F.A.U.P., 2002. 649 p.

_____. Após Veneza: do restauro estilístico ao restauro crítico. In: CUSTÓDIO, Jorge et al (coord.). **100 anos de patrimônio: memória e identidade**. Portugal: Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitectónico e Arqueológico, 2010. p. 219 – 236.

_____. Reabilitação ou fraude? **Revista do Patrimônio**, nº 2. Lisboa: Imprensa Nacional/DGPC. Janeiro, 2014. p. 56 – 69.

_____. Projecto de **Cor e Conservação de revestimentos e superfícies em património arquitectónico e urbanístico**. Aula presencial ministrada no Curso de Doutoramento Intensivo na Universidade de Lisboa. Janeiro, 2019.

AGUIAR, José (Coord.), PERNÃO, João, FERREIRA, Teresa Cunha. Preservação do Património. In: JÚLIO, Eduardo Santos (Coord.). **Guia FNRE: Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado**. Lisboa: Fundiestamo, 2020. p. 143-162.

_____. Email, 2023.

ANDRADE, Manual Correia de. **Geografia de Pernambuco**. Recife: Governo de Pernambuco, 1974. 232 p.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. **Metamorfose Arquitetônica: intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado**. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2006. 351 p. Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, Rita de Cássia. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda**. Recife: Prefeitura do Recife, 2007. 421 p.

ARAÚJO, Roberto. **O ofício da construção na cidade colonial: o caso pernambucano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018, 282 p. Tese de Doutorado.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 4ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998. 280 p.

AZEVEDO, Gabriela Magalhães. **Declaração de Significância: uma investigação metodológica**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Monografia de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo, 2013.

BACELAR, Aline Galdino. **Planejamento, Conservação e Turismo Cultural: noções e práticas no PDLI de Olinda**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2019. 188 p. Dissertação de Mestrado.

BANA e COSTA, Carlos A. (a). **Processo de Apoio à Decisão: actores e acções; estrutura e avaliação**. Lisboa: Editora Associação de Estudantes do IST, 1993 (fascículo 2). 31 p.

_____. (b). Três convicções fundamentais na prática de apoio à decisão. **Revista Pesquisa Operacional**, nº 01, vol. 13. Junho, 1993. p. 09 – 20.

BARBOZA, Kleumanery de Melo, FRANÇA, Conceição, SOUZA, Luiz Antonio. **Ferramentas de diagnósticos para gerenciamento de risco: aplicação experimentação da ABC Scale no acervo do Museu Regional de Caeté**. Congresso em La Plata, Argentina, 2009.

BARDESCHI, Marco Dezzi. **Restauro: punto e da capo**. Milano: Francoangeli, 1991. 496 p.

_____. Conservar, no restaurar. Hugo, Ruskin, Boito, Dehio. Breve historia y sugerencias para la conservación en este milênio. **Loggia Arquitectura & Restauración**, nº 17, 2005. p. 16 – 35.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995. 226 p.

BARLÉUS, Gaspar. **O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau, 1584 - 1648**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940.

BARRETO, Juliana Cunha. **De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo: o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda cultural**. Recife: Editora Universitária, 2009.

_____. Origens da indústria têxtil em Pernambuco: narrativas de um sistema. **Anais do XVI Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**. Salvador: UFBA, 2021, p. 4722 a 4741.

BARRETO, Juliana, AGUIAR, José, PONTUAL, Virgínia Pitta. A valoração dos bens culturais sob o olhar da conservação. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, v. 16, n. 2. Julho-Dezembro, 2020 (a). p. 623-641.

_____. O reconhecimento dos bens culturais como suporte ao restauro na atualidade. **Anais do 4º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil**. Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro, 2020 (b).

BARRETO, Juliana Cunha, MILET, Vera. **Conservar: Olinda Boas Práticas no Casario**. Olinda: CECI, 2010. 60 p.

_____. Boas Práticas da Conservação em Olinda-PE: um destino possível?. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, nº 3, volume 6. Set/2021. p. 51-65.

BARRETO, Juliana Cunha, LIRA, Flaviana Barreto. A valoração institucional do sítio histórico de Olinda sob o viés da História. **Revista Arquitextos**. São Paulo, ano 23, nº 266.03, jul. 2022. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/23.266/8556>>

BERMUDES, Wanderson, SANTANA, Bruna, BRAGA, José Hamilton Oliveira, SOUZA, Paulo Henrique. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **VÉRTICES**. Rio de Janeiro: Campos dos Goytacazes, v.18, n.2, p. 7-20. 2016

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL; INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE - **Normas portuguesas de documentação e informação CT7**. Lisboa: BNP: IPQ, 2010.

BOITO, Camillo. **Questioni Pratiche Di Belle Arti**. Restauri, Concorsi, Legislazione, Professione, Insegnamento. Milano: Ulrico Hoepli, 1893. 419 p.

_____. **Os restauradores**; trad. Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 63 p.

BONELLI, Renato. Voce Restauro architettonico, in **Enciclopedia Universale dell'Arte**, Vol. XI, Venezia, Roma, 1963, p. 344-352.

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. Apresentação por Giovanni Carbonara e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. Coleção Artes & Ofícios. 40 p.

_____. Il restauro. **Conversaciones**, nº 07, 2019. p. 12-29.

BRENDLE, Betânia. Carnavalização patrimonial: destruição da identidade cromática dos centros antigos de João Pessoa, Areia (PB) e Olinda (PE). **Anais Urbis Centros III**, 2012.

_____. Restauro sem teoria e a falácia da intervenção oficial na preexistência patrimonial no Brasil: o malogro do IPHAN em Cachoeira-BA e Laranjeiras-SE. **Anais do Encontro Internacional Arqui-memória 5**. Salvador, Bahia, 2017.

CABRAL, Renata Campello. **A noção de "ambiente" em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. São Paulo: Universidade de São Carlos. 2013. Tese de Doutorado.

CABRAL, Renata Campello; ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. Roberto Pane: entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem. **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)**. São Paulo, v. 15, nº 1. 2012. p. 105-111. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/49039>>.

CABRAL, Maria Inês Mendes R. de M. **A Certificação ambiental de edifícios em Portugal: o caso da reabilitação da arquitectura vernácula em áreas protegidas**. Portugal: Universidade Técnica de Lisboa. 2009. 354 p. Tese de Doutorado.

CABRITA, Antonio Reis, AGUIAR, José, APPLETON, João (Org.). **Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto**. Lisboa: Laboratório de Engenharia Civil, 1992. 203 p.

CALABRESI, Frederico. **Uma fronteira sutil: entre o projeto do novo e a conservação do existente – Brasil e Itália no século XXI**. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2018. 422 p. Tese de Doutorado.

CÂMARA, José Noronha da, VAZ, Carlos Trancoso. Reforço estrutural na reabilitação do edificado: uma deficiente percepção do risco. In: **Revista Pedra & Cal**, nº 53, 2012, p. 28-29.

CAMPOS, João Carneiro. Avaliação do Sistema de Preservação do Patrimônio Histórico de Olinda. **Relatório do segundo monitoramento de auditoria operacional**. Atualização ref. Setembro/2013. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Recife. 2013. 129 p.

CAPLE, Chris. **Conservation Skills: judgement, method and decision making**. London: Routledge, 2000. 232 p.

CARBONARA, Giovanni. Restauro fra conservazione e ripristino: note sui più attuali orientamenti di metodo, in **Palladio**, a. II, n. 6, 1990, pp. 43-76.

_____. **Avvicinamento al restauro**. Teoria, storia, monumenti. Napoli: Liguori, 1997.

_____. **Architettura d'oggi e restauro. Un confronto antico-nuovo**. Torino: UTET Scienze Tecniche, 2011. 192 p.

_____. An Italian contribution architectural restoration. **Frontiers of Architectural Research**. Vol. 1/ Issue 1, March/2012. p. 2-9. (a)

_____. **Restauro architettonico: principi e método**. Roma: Carlo Mancosu Editore, 2012. 1ª ed. 207 p. (b)

_____. **Il restauro fra conservazione e modificazione. Principi e problemi attuali**. Itália: Artstudiopaparo, 2017. 104 p.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 639 p.

CARVALHO, Aline, MENEGUELLO, Cristina (Org.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2020. 94 p.

CASTRIOTA, Leonardo. Conservação e Valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. In: GOMES, Marco Aurélio Filgueiras, CORREA, Elyane Lins (Org.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**, vol. 01. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 49-66.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Olinda do Salvador do Mundo: biografia de uma cidade**. Recife: CEPE, 2017. 317 p.

CENTRO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial**. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO – Portugal, 2019. 188 p.

CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 1999. 303 p.

CISNEIROS, Adriano. Avaliação do Sistema de Preservação do Patrimônio Histórico de Olinda. **Relatório do segundo monitoramento de auditoria operacional**. Atualização ref. Agosto/2012. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Recife. 2012. 102 p.

COELHO, Carla Maria Teixeira, PINHEIRO, Marcos José, SÁ, Bruno Teixeira. **Gestão de Riscos para acervos históricos e acervos móveis: primeiro ciclo de aplicação para o patrimônio cultural da Fiocruz**. Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído E Patrimônio Sustentável, nº 11, 2020.

COELHO, Fernando. **Olinda Monumento Nacional**. Recife: Editora Comunicarte Ltda. 1982. 135 p.

CORONA, Eduardo. LEMOS, Carlos. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Editora Edart. 1972. 512 p.

CORREIA, Belize Câmara. **Recomendação nº 001/2021**. Processo Administrativo 01923.000.230/2020. Olinda: Ministério Público do Estado de Pernambuco. 2021. 04 p.

COSTA, Jorge Moreira da. **Métodos de avaliação da qualidade de projectos de edifícios de habitação**. Portugal: Universidade do Porto. 1995. Dissertação de Doutoramento, Departamento de Engenharia Civil.

COSTA, Teresa, LOPES, Silvia, FERNÁNDEZ-LLIMÓS, Fernando. **A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas**. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2012. 7 p.

COUNCIL OF EUROPE. **Recommendation of the Committee of Ministers to member States on the European Cultural Heritage Strategy for the 21st century**. 2017.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Basil nas experiências do IPHAN**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2010. 171 p. Tese de Doutorado da Faculdade de Arquitetura.

D'OSSAT, DE ANGELIS, "Restauro: architettura sulle preesistenze, diversamente valutate nel tempo", in. **Palladio**, III s.a., XXVII, n. 2, 1978.

DALLA NEGRA, Riccardo. Il restauro consapevole: la traduzione dei principi conservativi e il difficile rapporto con le preesistenze. in BALZANI, M. (ed.), **Restauro, Recupero, Riqualificazione. Il progetto contemporaneo nel contesto storico**, Milano: Skira, 2011, p. 15-19.

_____. L'Architettura storica tra «cultura della conservazione» e «cultura del progetto»: contrapposizioni, equivoci e finalit . In: Martínez, Ascensión Hernández (org.) **Conservando el pasado, proyectando el futuro: tendencias en la restauración monumental en el siglo XXI**. Espanha: Institución "Fernando el Católico", 2016. p. 89 a 103.

_____. Architettura e preesistenza: quale centralit ? in: Marcello Balzani, Ricardo Dalla Negra (a cura di), **Architettura e preesistenze**, Skira: Milano, 2017. p. 34-65.

_____. Architettura e Preesistenze. Palestra no **4  Simpósio Científico do ICOMOS/Brasil**, na Mesa redonda 4: Teoria e Projeto do restauro. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DMHCryglWVE>>

DE GRACIA, Francisco. **Construir em lo construido. La arquitectura como modificación**. Espanha: Editorial Nerea, S.A.; 3  edic o, 1996. 324 p.

FARAH, Ana Paula. Restauro Arquitetônico: o cerne   a forma o. **Revista Oculum Ensaios**, Campinas (SP), 2013. p. 267 – 278.

FEILDEN, Bernard, JOKILEHTO. Jukka. **Manual para el Manejo de los sitios del Patrimonio Mundial Cultural**. Col mbia: Instituto Colombiano de Cultura, 1995. 149 p.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000. 211 p.

FINKELSTEIN, Ludwik. Widely-defined measurement – An analysis of challenges. **Measurement**. Vol. 42, Issue 9, 2009, P. 1270-1277.

FONSECA, Ana Cláudia Moraes. «Projeto Pinte seu Patrimônio», **Cidades** [Online], 42 | 2021, Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cidades/3874>>

FREYRE, Gilberto. **2  Guia Prático, Histórico e Sentimental de Olinda**. 5  edic o, Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. (1  Edic o em 1939). 161 p.

FUÃO, Fernando Freitas. Arquitetura e criatividade. **Arquitetura Revista**, v.4, n.1, 2008. p. 01-14.

FURTADO, Fátima. O processo de Monitoramento, Avalia o e Controle de Projetos. In: ZANCHETI, Sílvio (Org.). **Gestão do patrim nio cultural integrado**. CECI. Recife: Editora da Universidade de Pernambuco, 2002. P. 163 - 168

_____. Indicadores da Conservação Urbana e Territorial. In: LACERDA, Norma, ZANCHETTI, Silvio (Org.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana: conceitos e métodos**. Olinda: CECI, 2012. p. 172-181.

FURTADO, Fátima, BONAZZA, Alessandra. Mudanças no clima e patrimônio cultural construído. In: FURTADO, Fátima, JUNIOR, Luiz Priori, ALCÂNTARA, Edinéia (Org.). **Mudanças climáticas e resiliências de cidades**. 1ª edição. Recife: Pickimagem, 2015. p. 135-144.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 200 p.

GIOVANNONI, Gustavo. **Questioni di Architettura nella storia e nella vita**. 2ª edição. Roma: Biblioteca d'Arte Editrice. 1929. 208 p.

GREEN BUILDING COUNCIL - GBC Historic Building. **Regolamento di Certificazione**. Itália, 2017.

GUSMÃO, Alexandre Duarte. **Estabilização das encostas do sítio histórico de Olinda**. Seminário do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda. Prefeitura Municipal de Olinda, 2021. 59 p.

GUSMÃO FILHO, Jaime de Azevedo. **Estudo das encostas do sítio histórico de Olinda**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994. 39 p.

_____. **A cidade histórica de Olinda: problemas e soluções de engenharia**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2001. 193 p.

HESSSEN, Johannes. **Filosofia dos Valores**. Coimbra: Armênio Amado, 1980. 5ª edição. 344 p.

_____. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 116 p.

HIDAKA, Lúcia. **Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades – Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria, metodologia e aplicação**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2011. 230 p. Tese de Doutorado.

HODGE, David, GILLESPIE, David. Phrase completions: An alternative to Likert scales. **Social Work Research**, Volume 27, Issue 1, March 2003, Pages 45–55.

INSTITUTO ANDALUZ DEL PATRIMÔNIO HISTÓRICO (IAPH). **Indicadores para la evaluación del estado de conservación de Ciudades Históricas**. Sevilla: IAPH, 1999.

ICCROM e Canadian Conservation Institute. **The ABC Method: a risk management approach to the preservation of cultural heritage**. Canadá, 2016. 163 p.

ICOMOS. Climate Change and Cultural Heritage Working Group. **The Future of Our Past: Engaging Cultural Heritage in Climate Action**. Paris: ICOMOS. July, 2019. 110 p.

ICOMOS. **European Quality Principles for EU-funded Interventions with potential impact upon Cultural Heritage**. França, 2020. 72 p.

IPHAN. **Portaria nº 420/2010**. 16 p.

_____. **Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial**. Brasília: UNESCO Brasil, Iphan, 2013. 136 p.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 3ª ed. 2006. 139 p.

JOKILEHTO, Jukka. World Heritage: defining the outstanding universal value. **City & Times**. Nº 1, vol. 2. 2006, p. 1-10.

_____. Conservation concepts. In: ASHURST, John (Org.). **Conservation of Ruins**. Londres: Routledge: 2007. p. 1-8.

_____. Conservation Principles in the International Context. In: RICHMOND, Alison, BRACKER, Alison (org). **Conservation: principles, dilemmas and uncomfortable truths**. London: Victoria and Albert Museums, 2009. P. 73 – 83.

KALMAN, Harold. An evaluation system for architectural surveys. **Bulletin of the Association for Preservation Technology**, nº 3, vol. 8. 1976. p. 3-27.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942. 595 p.

KUHL, Beatriz Mugayar. Viollet-le-Duc e o verbete restauração [Apresentação]. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. 70 p.

_____. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. **Revista CPC**, São Paulo, n. 3. Nov. 2006/Abr. 2007. p. 110-144 (a).

_____. César Brandi e a Teoria da restauração. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, nº 21, São Paulo, 2007. p. 97-211 (b).

_____. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de Restauo**. Cotias (SP): Ateliê Editorial, 2008. 2ª edição. 293 p.

_____. (Org.). **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2013. 52 p.

_____. Ética na preservação no século XXI. In: MARTINEZ, Ascensión Hernández (Org.). **Conservando el pasado, proyectando el futuro: Tendencias en la restauración monumental en el siglo XXI**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2016. p. 53 a 68.

_____. Restauração: algumas questões de teoria e método. Palestra no 11º Colóquio.s de Pesquisa do PROARQ, FAU/UFRRJ, em 15/10/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XCmb7F1vNBw&t=4428s>>

LAET, Johannes de. Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636, de Johannes de Laet (1644). in **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. XXX. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional. 1912.

LAPA, Tomás, ZANCHETTI, Sílvio Mendes. Conservação Integrada Urbana e Territorial. In: ZANCHETTI, Sílvio Mendes (Org.). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002. p. 31-44.

LE CORBUSIER. **Precisões**. São Paulo: Cosac & Naif, 2004. 296 p.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. 553 p.

LEMONS, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989. 83 p.

LIMA, M. Oliveira. **Pernambuco e seu desenvolvimento histórico**. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1895. 327 p.

LIRA, Flaviana. **Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2009. 250 p. Tese de Doutorado.

_____. Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, integridade e autenticidade. **Anais do Arquivemória**. Salvador, 2017. 25 p.

_____. Autêntico para quem? A noção de autenticidade do patrimônio cultural na contemporaneidade. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, 2018. p. 272 – 298.

_____. Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática. **Revista Oculum Ensaios**, Campinas, volume 17. 2020. p. 1-22.

LIRA, Flaviana, CABRAL, Renata. Estrutura Internacional de Conservação. In: LACERDA, Norma, ZANCHETTI, Sílvia Mendes. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: CECI, 2012. P. 56 - 69.

MAGALHÃES, Aloísio. **Centro Histórico da Cidade de Olinda**. Proposta de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial apresentada pelo Brasil. 1981. 15 p.

MAHFUZ, Edson C. Nada provém de nada: A produção da arquitetura vista como transformação de conhecimento. **Revista Projeto**, São Paulo, nº 69, 1984. p. 89-95.

MARCONI, Paolo. La restauración arquitectónica em Italia, hoy. **Loggia, Arquitectura & Restauración**, [S.l.], nº 3, 1997. p. 8-15.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTÍNEZ, Ascensión Hernández. Restauración, transformación, reciclaje. La deriva de la disciplina más allá de los criterios consolidados. In: MARTINEZ, Ascensión Hernández. **Conservando el pasado, proyectando el futuro: Tendencias en la restauración monumental en el siglo XXI**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2016. p. 31 a 51.

_____. Teoría, restauración y proyecto en la arquitectura española contemporánea. Conferência “Projeto e Restauo” – **Simpósio ICOMOS 2020**. Nov./2020.

MASON, Randal. Fixing Historic Preservation: a constructive critique of “Significance”. In: **Places, a Forum of Environmental Design**. Nº 1, volume 16. 2004. p. 64-71.

MENEZES, José Luiz Mota. **Dois cidades: Olinda e Recife**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal (CEHM), 2017.

_____. (Coord.). **Síntese dos estudos dos movimentos dos morros de Olinda – PE**. Relatório Técnico 02. Pesquisa Histórica. Universidade Federal de Pernambuco: Laboratório de Solos e Instrumentação, 1984.

MEURS, Valerie Magar, GLANTZ, Renata Schneider (Org.). **Construir Teoria**. México: Secretaría de Cultura, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2018. 352 p.

MIKESSELL, Stephen D. Historic Preservation that counts: quantitative methods for evaluating historic resources. **The Public Historian**, nº 4, vol. 8. University of California Press. 1986. p. 61-74.

MILET, Vera. A experiência de gestão e proteção ao Sítio Histórico de Olinda. In: ZANCHETTI, Sílvia, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera. **Estratégias de intervenção em áreas históricas**. Recife: Mestrado em Desenvolvimento Urbano, 1995.

MOREIRA, André Renato Pina. **Estudos das transformações dos Espaços de Habitação do Sítio Histórico de Olinda**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2006. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano.

MORGADO, José Lopes. Harmonia e a tríade de Alberti. In: KONG, Mario (Coord.). **Proportion, dis-Harmonies and Identities**. 1.º Congresso Internacional Multidisciplinar: Proporção, (des) Harmonias e Identidades. Lisboa, 2015. P. 26-39.

MOURÃO, Joana. **Cultural and environmental impacts of urban buildings refurbishment: concepts and criteria for an integrated assessment**. Lisboa: REAHB, 2019.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis S.A., 2003.

NAHAS, Patricia Viceconti. **Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980-2010)**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2015. 517 p. Tese de Doutorado.

NASCIMENTO, Elaine Maria Vasconcelos. **Olinda: uma leitura histórica e psicanalítica da memória sobre a cidade**. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2008. 388 p. Tese de Doutorado.

NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. **Entre o restauro e a recriação. Reflexões sobre intervenções em preexistências arquitetônicas e urbanas**. Salvador: EDUFBA, 2022. 526 p.

OLÍMPIO, Monique Lessa Vieira. **Formação do Arquiteto e Urbanista para a preservação de áreas e edifícios de valor patrimonial: diálogos entre a teoria e o exercício projetual**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). 2020. 500 p. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Valéria Maria Agra. **O Foral de Olinda de 1537 e o livro de tomo dos bens e aforamentos da Câmara Municipal de Olinda 1782 – 1906**. Recife: CEPE, 2011.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **A Construção de um Método para a Arquitetura: Procedimentos e Princípios em Vitruvius, Alberti e Durand**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2002. 98 p. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário Cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. 645 p.

ORTIZ, Rocio, ORTIZ, Pilar. Vulnerability Index: A New Approach for Preventive Conservation of Monuments. **International Journal of Architectural Heritage**. 2016. P. 1078-1100.

PANE, Andrea. Il ruolo della teoria nel progetto di restauro: ieri, oggi, domani. **Fórum Internacional sobre Patrimônio Arquitetônico / Brasil – Portugal (FIPA)**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). 2016. p. 1-10.

_____. Questões contemporâneas de restauro: uma reflexão dall'Itália. : In: SALCEDO, Rosio, BENINCASA, Vladimir (Org.) **Questões contemporâneas: patrimônio arquitetônico e urbano**. Bauru, SP: Canal 6, 2017. p. 109 – 130.

PANE, Roberto. Cidades Antigas Edilícia Nova. **Revista Thésis**, nº 04, Novembro/Dezembro, 2017. p. 278 – 299. Tradução de Nivaldo Andrade.

PEDRO, João Antônio Costa Branco de Oliveira. **Definição e avaliação da qualidade arquitetônica habitacional**. Portugal: Universidade do Porto. 2000. Tese de Doutorado na Faculdade de Arquitectura.

PEDROSA, Patrícia Coelho. **Significância cultural como critério para conservação do Patrimônio Mundial**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2011. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Renata Baesso. **Arquitetura, imitação e tipo em Quatremèrr de Quincy**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2008. Tese de Doutorado.

PEREIRA DA COSTA, F. Reabilitação histórica do Conde de Nassau. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico, 1898. 105 p.

PEREIRA JUNIOR, Clodomir Barros. **A conservação da cobertura vegetal como componente do patrimônio cultural em centros históricos urbanos. Estudo de Caso: a cidade de Olinda – PE**. Recife: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2004. Dissertação de Mestrado.

PHILIPPOT, Paul. La obra de arte, el tiempo y la restauración. **Conversaciones**. Córdoba: Instituto Nacional de Antropología e Historia. N° 01, 2015. p. 18 – 28.

PICCOLO, Rosane, PONTUAL, Virgínia. Identificação do Patrimônio Cultural. in: LACERDA, Norma, ZANCHETI, Silvio. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: conceitos e métodos**. Olinda: CECI, 2012. p. 128-147.

PINHEIRO, Manuel Duarte. **Ambiente e Construção Sustentável**. Portugal: Instituto do Ambiente, 2006. 240 p.

PIÑON. Helio. **Teoria do Projeto**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

PONTUAL, Virgínia, MILET, Vera. Olinda: memória e esquecimento. **Textos para discussões**. Olinda: CECI, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA (PMO). **Diagnóstico da situação existente no sítio histórico de Olinda-PE (ZEPC-1)**. Recife, 2007. 141 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA (PMO). **Plano de Gestão do sítio histórico de Olinda**. 2016. 192 p.

_____. **Carta de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundação de Olinda**. 2014.

RAMALHO, Maria de Magalhães. Arqueologia da Arquitectura. O método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico. **Estudos/PATRIMÓNIO Revista** n° 3, Portugal, 2002, p. 19 a 29.

REDONDO, Cláudia Peixoto Forte Homem. **A Reabilitação do Património Industrial. Aplicação da Análise Multicritério a um Caso de Estudo - Fábrica de Valmaior**. Portugal: Universidade de Aveiro. 2017. 132 p. Dissertação de Mestrado.

RHODEN, Luiz Fernando. As contribuições teóricas de Camillo Boito e de Gustavo Giovannoni e suas possíveis aplicações no Brasil. In: Instituto Nacional de Antropología e Historia. **Conversaciones...** n° 04. Dez/2017. Córdoba. p. 201 – 216.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. Madri: La balsa de la Medusa, 1999. 2ª edição. 99 p.

ROCKMAN, Marcy, Marissa Morgan, Sonya Ziaja, George Hambrecht, and Alison Meadow. **Cultural Resources Climate Change Strategy**. Washington, DC: Cultural Resources, Partnerships, and Science and Climate Change Response Program, National Park Service. 2016. 60 p.

RODRIGHIERO, Juliana Carvalheiro. **Descaracterização no ecletismo na cidade de Pelotas/RS: proposta de método de análise**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Pelotas. 2019. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES, Cláudia Regina. **Monitoramento das transformações nas tipologias arquitetônicas e nos índices urbanísticos do Sítio Histórico de Olinda**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2000. Trabalho de Conclusão de Curso.

ROGERS, Richard. Belief in the future is rooted in the memory of the past. **Royal Society of Arts Journal**, November, 1988, p. 873-884.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 2ª ed. 310 p.

ROTH, Catherine. **Guidance on Urban Rehabilitation**. Council of Europe. 2004. 150 p.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita, SILVA, Aline de Figueiroa. Caracterização dos Atributos dos Bens Patrimoniais. In: LACERDA, Norma, ZANCHETI, Sílvio. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: conceitos e métodos**. Olinda: CECI, 2012. P. 148-157

SALGADO, Marina. **Ouro Preto: paisagem em transformação**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2010. 193 p. Dissertação de Mestrado na Escola de Arquitetura.

SEMES, Steve. Adaptation as a Model for New Architecture in Historic Settings: Some Observations from Rome. **Change Over Time**, Vol. 2, Nº 2, 2012, pp. 88-105.

SILVA, Paula Maciel. **Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2012. 236 p. Tese de Doutorado.

SILVA JUNIOR, S.D.; COSTA, F. J. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. **PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**. São Paulo, Brasil, v. 15, out. 2014, p. 1-16.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Editora Ática, 1992. 239 p.

SMITH, Robert. Arquitetura civil do período colonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969. P. 27-126.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Patrimonio arquitectónico o parque temático. **Loggia Arquitectura & Restauración**, 1998. P. 30 – 35.

_____. Teorías de la Intervención Arquitectónica. **PH**. nº 37, 2001. p. 47-52.

STOVEL, Herb. **Risk Preparedness: a management manual for world cultural heritage**. Roma: ICCROM, 1998. 145 p.

_____. Monitoramento para o gerenciamento e conservação do patrimônio cultural. In: ZANCHETI, Sílvio (Org.). **Gestão do patrimônio cultural integrado**. CECI - Editora da Universidade de Pernambuco, 2002. p. 171-180.

_____. Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions. **City & Time**. vol. 2, nº 3. 2007. p. 21-36.

TEIXEIRA, Manuel. As formas da cidade portuguesa. In: OLIVEIRA, Vitor, MARAT-MENDES, Teresa, PINHO, Paulo. **O estudo da Forma Urbana em Portugal**. Porto: Universidade do Porto, 1ª edição, 2015. p. 25 – 54.

TIESDELL, Steve, OC, Taner, HEATH, Tim. **Revitalising Historic Urban Quarters**. Routledge; 1ª edição, 2016. 244 p.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. Mapa de Danos: recomendações básicas. **Textos para Discussão**, Vol. 43. Olinda: CECI, 2009. 21 p.

TORSELLO, Paolo. **Che cos'è il restauro? Nove studiosi a confronto**. Veneza: Marcilio, 2005. 159 p.

TOLLENARE, L. F. **Notas dominicais**. Recife: 1905. 261 p.

UNESCO. **Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

_____. **Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 1977.

_____. **Climate Change and World Heritage**: Report on predicting and managing the impacts of climate change on World Heritage and Strategy to assist States Parties to implement appropriate management responses. Paris, 2007. 51 p.

_____. **Managing Disaster Risks for World Heritage**. Paris, 2010.

_____. **Plan de Gestión del riesgo de desastres para el núcleo central del centro histórico de Quito**, Patrimônio Mundial. 2018.

_____. **Inscrição do centro histórico de Olinda na Lista do Patrimônio Mundial**. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/189/>.

UNISDR – Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres. **Terminología sobre Reducción del Riesgo de Desastres**. Nações Unidas, 2009. 43 p.

_____. **Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction**– Anexo 1. 2015. 37 p.

VALENTIM, Davi Dornelas. Desafios contemporâneos da significância cultural. **Anais do XV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**, 2018.

VARAGNOLI, Claudio. Edifici da edifici: la ricezione del passato nell'architettura italiana, 1990-2000, **L'industria delle costruzioni**. Roma, anno XXXVI, n.368, 2002. p. 4-15.

_____. Uso e consumo del patrimonio architettonico in Italia, Prospettive per il secolo XXI. In: MARTINÉZ, Ascensión Hernández (Coord.). **Conservando el pasado, proyectando el futuro: tendencias em la restauración monumental em el siglo XXI**. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 2016. p. 105-121.

_____. Teorias à prova do tempo: novos temas para a restauração na Itália. **Anais do Encontro Internacional Arqmemória 5**. 2017.

_____. Reconstrucciones. **Gremium**, Vol. 6, Ciudad de México, 2019.

VAUTHIER, L. L. Casas de Residência no Brasil. In: IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 07, 1943. P. 128-208.

VETRONE, Mariana Lunardi. **Diálogos com a preexistência: leitura crítica de projetos de intervenção no patrimônio cultural edificado de Coimbra nas últimas décadas**. Portugal: Universidade de Coimbra. 2018. Dissertação de Mestrado em Reabilitação de Edifícios.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas**. Recife: Editora Universitária UFPE. 2008, 393 p.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália M. Posturas Intervencionistas Contemporâneas e a Prática Brasileira Institucionalizada. **Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, 2014.

_____. Ressonâncias teóricas entre pesquisadores brasileiros e as correntes contemporâneas do restauro na Itália: e a prática?. **Anais do Arqumemória 5**, 2017.

_____. O papel da materialidade no debate contemporâneo da preservação: por uma relação simbiótica entre materialidade e imaterialidade. **Anais do 4º Simpósio Científico ICOMOS**, 2020a.

_____. **Concursos de projeto de restauro: reflexões teórico-projetuais no Brasil e na Itália**. Webinar, 2020b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cdmLAXPeRpU>>

_____. **Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo**. Recife: Editora UFPE, 2022.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda.; NASCIMENTO, J. Clewton. A cristalização da 'eterna imagem do passado' nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para a sua superação?. In: II Encontro Nacional da ANPARQ- Teorias e Práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas, 2012, Natal. **Anais do II ENANPARQ - Teorias e Práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**. Natal: Editora da UFRN, 2012.

VITALE, Maria Rosaria. Contrasto, analogia e mimesi. L'intervento sul costruito e le istanze della conservazione. In: FERLENGA, Alberto *et al* (Org.). **Antico e Nuovo. Architetture e architettura**. Itália: Polígrafo, 2010, p. 991-1009.

WRIGHT, James Terence, GIOVINAZZO, Renata Alves. Delphi – uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v. 01, nº 12, 2º trim./2000.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

ZANCHETI, Silvio Mendes. Reconsiderando la evaluación de los bienes culturales. In: **Conversaciones**. Nº 2. 2016. p. 60-74.

_____. **Notas conceptuales y metodológicas sobre y plan gestión del riesgos ante desastres y patrimônio del centro histórico de Quito**. 2017. [s.n.]

ZANCHETI, Silvio Mendes, HIDAKA, Lúcia Tone, RIBEIRO, Cecilia, AGUIAR, Bárbara Aguiar. Judgment and validation in the Burra Charter Process: Introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites. **City & Time**. 4:2. 2009.

ZANCHETI, Silvio, MILET, Vera. Gestão e conservação do sítio histórico de Olinda: 1938 a 2006. **Textos para Discussão**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI). 2006. Disponível em <<http://ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao/322-textos-para-discussao-v-25.html>>

ZANCHETTI, Silvio, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera. **Estratégias de intervenção em áreas históricas**. Recife: Mestrado em Desenvolvimento Urbano (UFPE), 1995.

ZANCHETI, Silvio., CARSALADE, Flávio. Conjunto Moderno da Pampulha: patrimônio, gestão turística e desenvolvimento social, **Jornada Especial de Trabalho**. Minas Gerais, 2019.

VARGAS, Milton. Carta endereçada a dr. Airton Carvalho, em 10/09/1953.

ACERVOS PESQUISADOS

- Biblioteca Nacional
- Instituto Moreira Salles
- Escritório Técnico do IPHAN em Olinda
- Olinda de Antigamente
- Biblioteca Nacional de Portugal
- Fundação Joaquim Nabuco
- Condepe/Fidem
- Acervo de Jaime Gusmão Filho
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

APÊNDICES

APÊNDICE A – TIPO-BASE DO CASARIO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA

Descrição básica dos atributos, e seu grupos estruturantes, do Tipo-Base do casario do sítio histórico de Olinda, conforme interpretação da pesquisa, baseada em Barreto e Milet (2010).

| NÍVEL | GRUPOS DE ATRIBUTOS | DESCRIÇÃO DOS ATRIBUTOS |
|-------------------------------|------------------------------|--|
| TIPO ARQUITETÔNICO (material) | IMPLANTAÇÃO/ PLANTA-BAIXA | Refere-se à relação entre os espaços livres e construídos do lote, no que corresponde à implantação tradicional do edifício, cujos afastamentos frontal e laterais são nulos, a permitir anexos construtivos na parte posterior, onde se situam os quintais, desde que adotados para possibilitar o saneamento e adaptados à topografia existente, com vegetação arbustiva e parcelamento tradicional na relação com a quadra. Também inclui o partido de planta constituído por salas principal e posterior e alcovas na porção intermediária do imóvel, a permitir a espacialidade interna de característica primitiva, com desfrute da telha vã, desde as casas térreas aos sobrados. |
| | VOLUMETRIA | Corresponde ao modo de configuração da coberta, conformada por cumeeira paralela à rua, localizada a 1/2 ou 1/3 de distância da fachada principal, cuja inclinação das águas se situa entre 30 e 45%, com empena cega e materiais construtivos tradicionais, como a estrutura em madeira e o revestimento da cobertura em telha cerâmica, tipo capa e canal. |
| | FISIONOMIA | Relacionada à configuração primitiva das fachadas principais, marcada pela regularidade e proporcionalidade de abertura dos vãos, o que remete à relação entre cheios e vazios, com a manutenção dos materiais construtivos tradicionais e dos revestimentos, assim como no aspecto cromático e nos padrões estéticos e compositivos. |
| TIPO ARQUITETÔNICO (material) | USOS E FUNÇÕES | Referem-se à manutenção dos usos tradicionais, em compatibilidade ao partido de planta primitivo. |
| | ASPECTOS SIMBÓLICOS | Capacidade do imóvel em absorver/ agregar elementos, materiais ou imateriais, característicos de manifestações culturais, desde que resguardem direta relação com o sítio histórico. |

APÊNDICE B - FICHA DE ANÁLISE DE PROJETOS

FICHA RESUMO

Acervo

| | | |
|------------------|--------------------|---------------------------|
| IPHAN Olinda () | IPHAN Madalena () | PMO – Controle Urbano () |
|------------------|--------------------|---------------------------|

Registro

| | |
|------------------------------------|----------------------------------|
| Pesquisador XXX.XXXXXX.XXXXXXXX | Data de coleta 00 / 00 / 0000 |
|------------------------------------|----------------------------------|

Dados do Imóvel

| | |
|---|---|
| Endereço XXX.XXXXXX.XXXXXXXX | Proprietário XXX.XXXXXX.XXXXXXXX |
| Identificação Setor Lei municipal 0000 000 00000 | Identificação Setor Lei Federal 0000 000 00000 |

Trâmites Administrativos

| | | | |
|--|--|---|----------------------------------|
| Nº processo PMO 0000000 000 0000 0000 | Data de entrada do projeto 00 / 00 / 0000 | Data de aprovação PMO 00 / 00 / 0000 | Data habite-se 00 / 00 / 0000 |
| Ofício e data aprovação IPHAN | Resolução do Conselho 00 / 00 / 0000 | IPHAN / Carimbo 00 / 00 / 0000 | |

Tipo de Solicitação (carimbo)

| |
|---------------------|
| XXX.XXXXXX.XXXXXXXX |
|---------------------|

Dados do Projeto

| | | | |
|---|--|---------------------------------|---------------------------------|
| Inventário INBI / IPHAN: SIM () NÃO () / FCP SHO: SIM () NÃO () | Responsável técnico XXX.XXXXXX.XXXXXXXX | | |
| Tipologia T1.1 (), T1.2 (), T1.3 (), T1.4 (), T1.5 (), T2.1 (), Estereótipo (), Outro () | Pesquisas complementares | | |
| Memorial Justificativo SIM () NÃO () | Histórica SIM () NÃO () | Arqueológica SIM () NÃO () | Iconográfica SIM () NÃO () |

Quadro de Áreas

| | | | |
|---|--|--|--|
| Área do terreno 000.000m ² | Área de cobertura 000.000m ² | Área de construção existente 000.000m ² | Área de construção proposta 000.000m ² |
| Taxa de ocupação atual 000.000m ² | Taxa de ocupação proposta 000.000m ² | Coeficiente de utilização (A total / A terreno) 000.000m ² | |

Dados Resumo do Projeto

| | |
|--|------|
| Conservação Implantação SIM () NÃO () | Obs: |
| Conservação Planta SIM () NÃO () | Obs: |
| Conservação Volumetria SIM () NÃO () | Obs: |
| Conservação Fachada SIM () NÃO () | Obs: |
| Obs gerais: XXX.XXXXXX.XXXXXXXX | |

Tipos de Intervenção

| | |
|---|--------|
| Layout SIM () NÃO () | Obs: |
| Aumento de Área SIM () NÃO () | Obs: |
| Saneamento Interno SIM () NÃO () | Obs: |
| Fachada SIM () NÃO () | Obs: |
| Demolição SIM () NÃO () | Obs: |
| Pano da Coberta SIM () NÃO () | Obs: |
| Usos SIM () NÃO () | Obs: |
| Obs gerais: XXX XXXXXXX XXXXXXXXXXXXX | |
| Introdução de novos materiais? SIM () NÃO () | Quais: |

Pareceres

| |
|---------------------------------------|
| SEPLAMA XXX XXXXXXX XXXXXXXXXXXXX |
| SEPAC XXX XXXXXXX XXXXXXXXXXXXX |
| IPHAN XXX XXXXXXX XXXXXXXXXXXXX |
| CONSELHO XXX XXXXXXX XXXXXXXXXXXXX |

Análise do Projeto de Intervenção

APÊNDICE C – FICHA AVALIATIVA

AVALIAÇÃO PATRIMONIAL-AMBIENTAL NO CASARIO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA

A condição de Patrimônio Mundial, conferida pela UNESCO, em 1982, ao sítio histórico de Olinda, situado no litoral do nordeste brasileiro, significa o reconhecimento do Valor Universal Excepcional (VUE) aos seus elementos históricos, arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e culturais qualificadores, a serem preservados no presente e para as gerações futuras.

A manutenção de tal condição depende de vários fatores, sendo o Projeto de Restauro no casario do sítio histórico de Olinda um dos veículos capazes de potencializar seu estado de conservação. Com tal entendimento, a Avaliação Patrimonial-Ambiental do Projeto de Restauro nesse bem cultural tem o intuito de aferir o grau de manutenção dos seus valores e significados, os quais contribuem à transmissão do VUE, por ele acumulado, quando alvo do referido Projeto.

A Avaliação Patrimonial-Ambiental segue estruturada em 03 (três) indicadores de medição: o de Expressividade do Bem, o de Risco Patrimonial e o de Risco Ambiental. Cada um deles é disposto com um texto-base explicativo e uma, ou mais, questão(ões)-chave, que introduz(em) as variáveis elencadas como representativas dos indicadores. As questões devem ser avaliadas para cada elemento constituinte do Tipo-Base do casario do sítio histórico de Olinda, segundo o grau de importância que assumem junto ao indicador proposto, com uma única resposta, a ser assinalada com um “x”. Ao final de cada questão-chave, são dispostas as Justificativas, a serem preenchidas, de modo dissertativo.

Para fins de apoio à referida Avaliação, a seguinte documentação segue em anexo:

- (i) O Projeto de Restauro, em suas peças gráficas e textuais
- (ii) O Método de Projeto de Restauro, com os elementos essenciais do Tipo-Base do casario
- (iii) Conteúdo dos Indicadores e barema das variáveis de inferência

Agradecemos a colaboração.

Avaliação da Expressividade do Bem

A Expressividade do Bem diz respeito às condições reunidas pelo bem cultural para a transmissão do Valor Universal Excepcional (VUE), as quais se reportam à associação entre os atributos e o reconhecimento/ valoração, tidas como dimensões de longa duração, no presente histórico. Busca mensurar o grau com que o bem cultural consegue expressar valores e significados culturais, cujo olhar contemporâneo da conservação apoia-se na associação entre a autenticidade, integridade e significância do bem para a sua aferição.

QUESTÃO-CHAVE 01:

O grau de autenticidade, integridade e significância identificada na **IMPLANTAÇÃO/ PLANTA-BAIXA** do imóvel:

| Não consegue expressar valores e significados culturais | | | Expressa parcialmente valores e significados culturais | | | | | Expressa plenamente valores e significados culturais | | |
|---|-----|-----|--|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

O grau de autenticidade, integridade e significância identificada na **VOLUMETRIA** do imóvel:

| Não consegue expressar valores e significados culturais | | | Expressa parcialmente valores e significados culturais | | | | | Expressa plenamente valores e significados culturais | | |
|---|-----|-----|--|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

O grau de autenticidade, integridade e significância identificada na **FISIONOMIA/ FACHADAS** do imóvel:

| Não consegue expressar valores e significados culturais | | | Expressa parcialmente valores e significados culturais | | | | | Expressa plenamente valores e significados culturais | | |
|---|-----|-----|--|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

O grau de autenticidade, integridade e significância identificada nos USOS/FUNÇÕES do imóvel:

| Não consegue expressar valores e significados culturais | | | Expressa parcialmente valores e significados culturais | | | | | Expressa plenamente valores e significados culturais | | |
|---|-----|-----|--|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

O grau de autenticidade, integridade e significância identificada nos ASPECTOS SIMBÓLICOS do imóvel:

| Não consegue expressar valores e significados culturais | | | Expressa parcialmente valores e significados culturais | | | | | Expressa plenamente valores e significados culturais | | |
|---|-----|-----|--|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

JUSTIFICATIVAS:

Avaliação do Risco Patrimonial

O Risco Patrimonial envolve as condições de o Projeto de Restauro atuar como fio condutor do imóvel à transmissão do Valor Universal Excepcional (VUE), desde que veiculadas à avaliação do grau de perdas culturais do bem. É oriundo da associação entre a relação antigo-novo, orientada pela composição arquitetônica, e os princípios operativos do restauro, a depender do atendimento às soluções

projetuais. A composição arquitetônica envolve a disposição das soluções quanto às questões estéticas, geométricas e funcionais, em relação ao bem cultural e dele para com o contexto arquitetônico, urbanístico e paisagístico em que se insere. Revela a postura projetual adotada, a partir da orientação teórica que embasa a relação antigo-novo, cuja capacidade de conservação dos atributos e valores patrimoniais do bem deve ser norteadora, ao lado do cotejo com os princípios do restauro, em que se expressa a linguagem arquitetônica.

QUESTÃO-CHAVE 02:

A composição arquitetônica assumida pelo Projeto de Restauro, a qual reflete a relação antigo-novo, estabelecida entre o casario do sítio histórico de Olinda e as soluções projetuais, e delas para com o sítio histórico, em relação à **IMPLANTAÇÃO/ PLANTA-BAIXA** do imóvel:

| | | | | | | | | | | |
|--|-----|-----|---|-----|-----|-----|-----|---|-----|-----|
| Aproxima-se da Arquitetura Não-Contextual | | | Aproxima-se da Arquitetura Contextual – repriminação | | | | | Aproxima-se da Arquitetura Contextual – hipótese crítica | | |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

A composição arquitetônica assumida pelo Projeto de Restauro, a qual reflete a relação antigo-novo, estabelecida entre o casario do sítio histórico de Olinda e as soluções projetuais, e delas para com o sítio histórico, em relação à **VOLUMETRIA** do imóvel:

| | | | | | | | | | | |
|--|-----|-----|---|-----|-----|-----|-----|---|-----|-----|
| Aproxima-se da Arquitetura Não-Contextual | | | Aproxima-se da Arquitetura Contextual – repriminação | | | | | Aproxima-se da Arquitetura Contextual – hipótese crítica | | |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

A composição arquitetônica assumida pelo Projeto de Restauro, a qual reflete a relação antigo-novo, estabelecida entre o casario do sítio histórico de Olinda e as soluções projetuais, e delas para com o sítio histórico, em relação à **FISIONOMIA/ FACHADAS** do imóvel:

| | | | | | | | | | | |
|--|-----|-----|---|-----|-----|-----|-----|---|-----|-----|
| Aproxima-se da Arquitetura Não-Contextual | | | Aproxima-se da Arquitetura Contextual – repriminação | | | | | Aproxima-se da Arquitetura Contextual – hipótese crítica | | |
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

A composição arquitetônica assumida pelo Projeto de Restauro, a qual reflete a relação antigo-novo, estabelecida entre o casario do sítio histórico de Olinda e as soluções projetuais, e delas para com o sítio histórico, em relação aos USOS/FUNÇÕES do imóvel:

| Aproxima-se da Arquitetura Não-Contextual | | | Aproxima-se da Arquitetura Contextual – reabilitação | | | | | Aproxima-se da Arquitetura Contextual – hipótese crítica | | |
|---|-----|-----|--|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

A composição arquitetônica assumida pelo Projeto de Restauro, a qual reflete a relação antigo-novo, estabelecida entre o casario do sítio histórico de Olinda e as soluções projetuais, e delas para com o sítio histórico, em relação aos ASPECTOS SIMBÓLICOS do imóvel:

| Aproxima-se da Arquitetura Não-Contextual | | | Aproxima-se da Arquitetura Contextual – reabilitação | | | | | Aproxima-se da Arquitetura Contextual – hipótese crítica | | |
|---|-----|-----|--|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

JUSTIFICATIVAS:

QUESTÃO-CHAVE 03:

Os princípios operativos do restauro, definidos pela distinguibilidade, reversibilidade, compatibilidade físico-química e mínima intervenção, em relação à IMPLANTAÇÃO/PLANTA-BAIXA do imóvel:

| Não constam contemplados no Projeto de Restauro | | | Constam parcialmente contemplados no Projeto de Restauro | | | | | Constam plenamente contemplados no Projeto de Restauro | | |
|---|-----|-----|--|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

Os princípios operativos do restauro, definidos pela distinguibilidade, reversibilidade, compatibilidade físico-química e mínima intervenção, em relação à VOLUMETRIA do imóvel:

| Não constam contemplados no Projeto de Restauro | | | Constam parcialmente contemplados no Projeto de Restauro | | | | | Constam plenamente contemplados no Projeto de Restauro | | |
|---|-----|-----|--|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

Os princípios operativos do restauro, definidos pela distinguibilidade, reversibilidade, compatibilidade físico-química e mínima intervenção, em relação à FISIONOMIA/FACHADAS do imóvel:

| Não constam contemplados no Projeto de Restauro | | | Constam parcialmente contemplados no Projeto de Restauro | | | | | Constam plenamente contemplados no Projeto de Restauro | | |
|---|-----|-----|--|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

Os princípios operativos do restauro, definidos pela distinguibilidade, reversibilidade, compatibilidade físico-química e mínima intervenção, em relação aos USOS/FUNÇÕES do imóvel:

| Não constam contemplados no Projeto de Restauro | | | Constam parcialmente contemplados no Projeto de Restauro | | | | | Constam plenamente contemplados no Projeto de Restauro | | |
|---|-----|-----|--|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

Os princípios operativos do restauro, definidos pela distinguibilidade, reversibilidade, compatibilidade físico-química e mínima intervenção, em relação aos ASPECTOS SIMBÓLICOS do imóvel:

| Não constam contemplados no Projeto de Restauro | | | Constam parcialmente contemplados no Projeto de Restauro | | | | | Constam plenamente contemplados no Projeto de Restauro | | |
|---|-----|-----|--|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| () | () | () | () | () | () | () | () | () | () | () |

JUSTIFICATIVAS:

Avaliação do Risco Ambiental

O Risco Ambiental envolve as condições de o Projeto de Restauro atuar como fio condutor do imóvel à transmissão do Valor Universal Excepcional (VUE), desde que veiculadas à avaliação do grau de perdas ambientais do bem. É oriundo da associação entre o perigo de deslizamento das colinas históricas e as vulnerabilidades do bem. Enquanto o perigo é representado pelo grau de risco de deslizamento das colinas históricas, a vulnerabilidade do bem cultural sinaliza o seu grau de suscetibilidade a tanto e também frente ao Projeto, o pode ser capaz de fortalecer, manter ou fragilizar o imóvel diante do perigo — é demonstrada pelos danos e anomalias que porventura afetem a estabilidade estrutural, tanto verificada na escala do imóvel edificado, como nas dimensões topográficas, geológicas e ambientais em que o mesmo se acha inserido.

QUESTÃO-CHAVE 04:

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas históricas, as quais sinalizam as vulnerabilidades do IMÓVEL EDIFICADO, identificadas na IMPLANTAÇÃO/PLANTA-BAIXA do imóvel:

| Afetam plenamente a expressividade dos valores e significados culturais | Afetam parcialmente a expressividade dos valores e significados culturais | Não afetam a expressividade dos valores e significados culturais |
|---|---|--|
| 0 1 2 () () () | 3 4 5 6 7 () () () () () | 8 9 10 () () () |

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas históricas, as quais sinalizam as vulnerabilidades do IMÓVEL EDIFICADO, identificadas na VOLUMETRIA do imóvel:

| Afetam plenamente a expressividade dos valores e significados culturais | Afetam parcialmente a expressividade dos valores e significados culturais | Não afetam a expressividade dos valores e significados culturais |
|---|---|--|
| 0 1 2 () () () | 3 4 5 6 7 () () () () () | 8 9 10 () () () |

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas históricas, as quais sinalizam as vulnerabilidades do IMÓVEL EDIFICADO, identificadas na FISIONOMIA/FACHADAS do imóvel:

| Afetam plenamente a expressividade dos valores e significados culturais | Afetam parcialmente a expressividade dos valores e significados culturais | Não afetam a expressividade dos valores e significados culturais |
|---|---|--|
| 0 1 2 () () () | 3 4 5 6 7 () () () () () | 8 9 10 () () () |

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas históricas, as quais sinalizam as vulnerabilidades do IMÓVEL EDIFICADO, identificadas nos USOS/FUNÇÕES do imóvel:

| Afetam plenamente a expressividade dos valores e significados culturais | Afetam parcialmente a expressividade dos valores e significados culturais | Não afetam a expressividade dos valores e significados culturais |
|---|---|--|
| 0 1 2 () () () | 3 4 5 6 7 () () () () () | 8 9 10 () () () |

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas históricas, as quais sinalizam as vulnerabilidades do IMÓVEL EDIFICADO, identificadas nos ASPECTOS SIMBÓLICOS do imóvel:

| Afetam plenamente a expressividade dos valores e significados culturais | Afetam parcialmente a expressividade dos valores e significados culturais | Não afetam a expressividade dos valores e significados culturais |
|---|---|--|
| 0 1 2 () () () | 3 4 5 6 7 () () () () () | 8 9 10 () () () |

JUSTIFICATIVAS:

QUESTÃO-CHAVE 05:

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas, as quais sinalizam as vulnerabilidades das DIMENSÕES TOPOGRÁFICAS em que o imóvel se acha inserido, com relação à DECLIVIDADE DO TERRENO:

| Afetam plenamente a estabilidade do bem cultural | Afetam parcialmente a estabilidade do bem cultural | Não afetam a estabilidade do bem cultural |
|--|--|---|
| Acima de 50% | 50% - 15% | 15% - 0% |
| 0 () | 3 () | 8 () |
| 1 () | 4 () | 9 () |
| 2 () | 5 () | 10 () |
| | 6 () | |
| | 7 () | |

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas, as quais sinalizam as vulnerabilidades das DIMENSÕES GEOLÓGICAS em que o imóvel se acha inserido, com relação ao TIPO DE SOLO:

| Afetam plenamente a estabilidade do bem cultural | Afetam parcialmente a estabilidade do bem cultural | Não afetam a estabilidade do bem cultural |
|--|--|---|
| | Grupo Barreiras | Aluvião / Form. Maria Farinha |
| 0 () | 3 () | 8 () |
| 1 () | 4 () | 9 () |
| 2 () | 5 () | 10 () |
| | 6 () | |
| | 7 () | |

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas, as quais sinalizam as vulnerabilidades das DIMENSÕES GEOLÓGICAS em que o imóvel se acha inserido, com relação à TEXTURA:

| Afetam plenamente a estabilidade do bem cultural | Afetam parcialmente a estabilidade do bem cultural | Não afetam a estabilidade do bem cultural |
|--|---|---|
| Argilo-arenosas | Areia argilosa c/ seixos de quartzo; fragmentos de calcário | |
| 0 () | 3 () | 8 () |
| 1 () | 4 () | 9 () |
| 2 () | 5 () | 10 () |
| | 6 () | |
| | 7 () | |

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas, as quais sinalizam as vulnerabilidades das DIMENSÕES GEOLÓGICAS em que o imóvel se acha inserido, com relação à EVIDÊNCIA DE RISCO GEOLÓGICO:

| Afetam plenamente a estabilidade do bem cultural | Afetam parcialmente a estabilidade do bem cultural | Não afetam a estabilidade do bem cultural |
|--|--|---|
| Surgência, erosão, voçoroca | Ravinamento profundo e cicatrizes na encosta | Ravinamento superficial |
| 0 1 2 () () () | 3 4 5 6 7 () () () () () | 8 9 10 () () () |

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas, as quais sinalizam as vulnerabilidades das DIMENSÕES AMBIENTAIS em que o imóvel se acha inserido, com relação ao PERCENTUAL DE COBERTURA VEGETAL:

| Afetam plenamente a estabilidade do bem cultural | Afetam parcialmente a estabilidade do bem cultural | Não afetam a estabilidade do bem cultural |
|--|--|---|
| 0% - 45% | 46% - 55% | 56% - 100% |
| 0 1 2 () () () | 3 4 5 6 7 () () () () () | 8 9 10 () () () |

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas, as quais sinalizam as vulnerabilidades das DIMENSÕES AMBIENTAIS em que o imóvel se acha inserido, com relação à DRENAGEM:

| Afetam plenamente a estabilidade do bem cultural | Afetam parcialmente a estabilidade do bem cultural | Não afetam a estabilidade do bem cultural |
|--|--|---|
| Tópica ou inexistente | Insuficiente | Adequada |
| 0 1 2 () () () | 3 4 5 6 7 () () () () () | 8 9 10 () () () |

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas, as quais sinalizam as vulnerabilidades das DIMENSÕES AMBIENTAIS em que o imóvel se acha inserido, com relação à CORTES:

| Afetam plenamente a estabilidade do bem cultural | Afetam parcialmente a estabilidade do bem cultural | Não afetam a estabilidade do bem cultural |
|--|--|---|
| Grande porte/ Patamar escalonado | Próximos ao pé da encosta | Pequeno porte |
| 0 1 2 () () () | 3 4 5 6 7 () () () () () | 8 9 10 () () () |

As anomalias que podem decorrer do perigo de deslizamento das colinas, as quais sinalizam as vulnerabilidades das DIMENSÕES AMBIENTAIS em que o imóvel se acha inserido, com relação à SOBRECARGA CONSTRUTIVA/ POPULACIONAL:

| Afetam plenamente a estabilidade do bem cultural | | | Afetam parcialmente a estabilidade do bem cultural | | | | | Não afetam a estabilidade do bem cultural | | |
|--|----------|----------|--|----------|----------|----------|----------|---|----------|-----------|
| Alta a Média | | | Média | | | | | Baixa | | |
| 0 () | 1 () | 2 () | 3 () | 4 () | 5 () | 6 () | 7 () | 8 () | 9 () | 10 () |

JUSTIFICATIVAS:

QUESTÃO-CHAVE 06:

O equacionamento das vulnerabilidades do IMÓVEL EDIFICADO identificadas na IMPLANTAÇÃO/PLANTA-BAIXA, de modo a permitir a expressividade dos valores e significados culturais:

| Não consta contemplado no Projeto de Restauro | | | Consta parcialmente contemplado no Projeto de Restauro | | | | | Consta plenamente contemplado no Projeto de Restauro | | |
|---|----------|----------|--|----------|----------|----------|----------|--|----------|-----------|
| 0 () | 1 () | 2 () | 3 () | 4 () | 5 () | 6 () | 7 () | 8 () | 9 () | 10 () |

O equacionamento das vulnerabilidades do IMÓVEL EDIFICADO identificadas na VOLUMETRIA, de modo a permitir a expressividade dos valores e significados culturais:

| Não consta contemplado no Projeto de Restauro | | | Consta parcialmente contemplado no Projeto de Restauro | | | | | Consta plenamente contemplado no Projeto de Restauro | | |
|---|----------|----------|--|----------|----------|----------|----------|--|----------|-----------|
| 0 () | 1 () | 2 () | 3 () | 4 () | 5 () | 6 () | 7 () | 8 () | 9 () | 10 () |

O equacionamento das vulnerabilidades do IMÓVEL EDIFICADO identificadas na FISIONOMIA/ FACHADAS, de modo a permitir a expressividade dos valores e significados culturais:

| Não consta contemplado no Projeto de Restauro | | | Consta parcialmente contemplado no Projeto de Restauro | | | | | Consta plenamente contemplado no Projeto de Restauro | | |
|---|----------|----------|--|----------|----------|----------|----------|--|----------|-----------|
| 0 () | 1 () | 2 () | 3 () | 4 () | 5 () | 6 () | 7 () | 8 () | 9 () | 10 () |

O equacionamento das vulnerabilidades do IMÓVEL EDIFICADO identificadas nos USOS/FUNÇÕES, de modo a permitir a expressividade dos valores e significados culturais:

| Não consta contemplado no Projeto de Restauro | | | Consta parcialmente contemplado no Projeto de Restauro | | | | | Consta plenamente contemplado no Projeto de Restauro | | |
|---|----------|----------|--|----------|----------|----------|----------|--|----------|-----------|
| 0 () | 1 () | 2 () | 3 () | 4 () | 5 () | 6 () | 7 () | 8 () | 9 () | 10 () |

O equacionamento das vulnerabilidades do IMÓVEL EDIFICADO identificadas nos ASPECTOS SIMBÓLICOS, de modo a permitir a expressividade dos valores e significados culturais:

| Não consta contemplado no Projeto de Restauro | | | Consta parcialmente contemplado no Projeto de Restauro | | | | | Consta plenamente contemplado no Projeto de Restauro | | |
|---|----------|----------|--|----------|----------|----------|----------|--|----------|-----------|
| 0 () | 1 () | 2 () | 3 () | 4 () | 5 () | 6 () | 7 () | 8 () | 9 () | 10 () |

JUSTIFICATIVAS:

QUESTÃO-CHAVE 07:

O equacionamento das vulnerabilidades identificadas nas DIMENSÕES TOPOGRÁFICAS em que o imóvel se acha inserido, de modo a permitir a estabilidade estrutural do bem cultural:

| Não consta contemplado no Projeto de Restauro | Consta parcialmente contemplado no Projeto de Restauro | Consta plenamente contemplado no Projeto de Restauro |
|---|--|--|
| 0 () | 3 () | 8 () |
| 1 () | 4 () | 9 () |
| 2 () | 5 () | 10 () |
| | 6 () | |
| | 7 () | |

O equacionamento das vulnerabilidades identificadas nas DIMENSÕES GEOLÓGICAS em que o imóvel se acha inserido, de modo a permitir a estabilidade estrutural do bem cultural:

| Não consta contemplado no Projeto de Restauro | Consta parcialmente contemplado no Projeto de Restauro | Consta plenamente contemplado no Projeto de Restauro |
|---|--|--|
| 0 () | 3 () | 8 () |
| 1 () | 4 () | 9 () |
| 2 () | 5 () | 10 () |
| | 6 () | |
| | 7 () | |

O equacionamento das vulnerabilidades identificadas nas DIMENSÕES AMBIENTAIS em que o imóvel se acha inserido, de modo a permitir a estabilidade estrutural do bem cultural:

| Não consta contemplado no Projeto de Restauro | Consta parcialmente contemplado no Projeto de Restauro | Consta plenamente contemplado no Projeto de Restauro |
|---|--|--|
| 0 () | 3 () | 8 () |
| 1 () | 4 () | 9 () |
| 2 () | 5 () | 10 () |
| | 6 () | |
| | 7 () | |

JUSTIFICATIVAS:

| |
|--|
| |
|--|

ANEXOS

ANEXO 1 – FICHA DE LEVANTAMENTO DE FONTES BIBLIOGRÁFICAS

FICHA Nº

PROJETO DOUTORAMENTO

LEVANTAMENTO DE FONTES BIBLIOGRÁFICAS

| |
|-------------------------------------|
| 01. PESQUISADOR RESPONSÁVEL |
| |
| 02. ACERVO PESQUISADO |
| |
| 03. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA |
| a) AUTOR: |
| |
| b) TÍTULO: |
| |
| d) IMPRENTA: |
| |
| e) DESCRIÇÃO FÍSICA: |
| |
| f) NOTAS ESPECIAIS |
| |
| 04. INDEXAÇÃO |
| |
| 05. RESUMO INFORMATIVO |
| |
| 06. OBSERVAÇÕES |
| |

ANEXO 2 – EXEMPLOS DE QUADROS REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

Q1-Quadro Bibliográfico

| DADOS GERAIS | | | | | |
|--------------|--|--|---|-----------------------------------|---|
| ID | Referência Bibliográfica Completa | Autor(es) | Ano | Título | Autor (ano) - Título |
| 005 | insira a referência bibliográfica completa de acordo com a norma utilizada ou segundo a norma ISO690 | insira o nome do(s) autor(es) de acordo com a norma de citação usada, de acordo com o nome de abreviação, se houver. | insira o ano com quatro dígitos, excepcionalmente insira o ano abreviado. | insira o título abreviado da obra | Composição do apelido do autor(es), ano e título abreviado. Este campo é gerado automaticamente, e esta lista chama-se ALIC(ABEC). |
| 006 | | | | | 0- |
| 007 | | | | | 0- |
| 008 | | | | | 0- |
| 009 | | | | | 0- |
| 010 | | | | | 0- |
| 011 | | | | | 0- |
| 012 | | | | | 0- |
| 013 | | | | | 0- |
| 014 | | | | | 0- |
| 015 | | | | | 0- |
| 016 | | | | | 0- |
| 017 | | | | | 0- |
| 018 | | | | | 0- |
| 019 | | | | | 0- |
| 020 | | | | | 0- |
| 021 | | | | | 0- |
| 022 | | | | | 0- |
| 023 | | | | | 0- |
| 024 | | | | | 0- |

Q2-Quadro Teórico-Conceptual

| DADOS GERAIS | | PALAVRA CHAVE E TEMÁTICA | | | | | CONTRIBUTOS TEÓRICOS | | | | | | | | |
|--------------|--|--------------------------|----------|-------------|------------------|------------------|----------------------|------------------|------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--|
| ID | Autor (ano) - Título | Produto | Processo | Performance | Palavra-Chave #1 | Palavra-Chave #2 | Palavra-Chave #3 | Palavra-Chave #4 | Palavra-Chave #5 | Área ou Temática #1 | Área ou Temática #2 | Área ou Temática #3 | Área ou Temática #4 | Área ou Temática #5 | Teorias, Definição e Conceitos |
| 001 | Januário (2008a) - Teatro real de la Ópera del | | | | | | | | | | | | | | Descreva detalhadamente, quais as teorias, definições e conceitos abordados na referência bibliográfica e que são importantes para (o Estado da Arte) de sua Tese. |
| 002 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 003 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 004 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 005 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 006 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 007 | | | | | | | | | | | | | | | |

Q3-Quadro Metodológico

| DADOS GERAIS | | CHAVE E | CONTRIBUTOS METODOLÓGICOS | | | Fase ou Etapa | | | VARIÁVEIS | | VALIDAÇÃO | | |
|--------------|----------------------|---------------------|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| ID | Autor (ano) - Título | Área ou Temática #1 | Área ou Temática #2 | Área ou Temática #3 | Área ou Temática #4 | Área ou Temática #5 | Área ou Temática #6 | Área ou Temática #7 | Área ou Temática #8 | Área ou Temática #9 | Área ou Temática #10 | Área ou Temática #11 | Área ou Temática #12 |
| 001 | | | | | | | | | | | | | |
| 002 | | | | | | | | | | | | | |
| 003 | | | | | | | | | | | | | |
| 004 | | | | | | | | | | | | | |
| 005 | | | | | | | | | | | | | |
| 006 | | | | | | | | | | | | | |
| 007 | | | | | | | | | | | | | |
| 008 | | | | | | | | | | | | | |
| 009 | | | | | | | | | | | | | |
| 010 | | | | | | | | | | | | | |
| 011 | | | | | | | | | | | | | |
| 012 | | | | | | | | | | | | | |
| 013 | | | | | | | | | | | | | |
| 014 | | | | | | | | | | | | | |
| 015 | | | | | | | | | | | | | |
| 016 | | | | | | | | | | | | | |
| 017 | | | | | | | | | | | | | |
| 018 | | | | | | | | | | | | | |
| 019 | | | | | | | | | | | | | |
| 020 | | | | | | | | | | | | | |
| 021 | | | | | | | | | | | | | |
| 022 | | | | | | | | | | | | | |
| 023 | | | | | | | | | | | | | |
| 024 | | | | | | | | | | | | | |